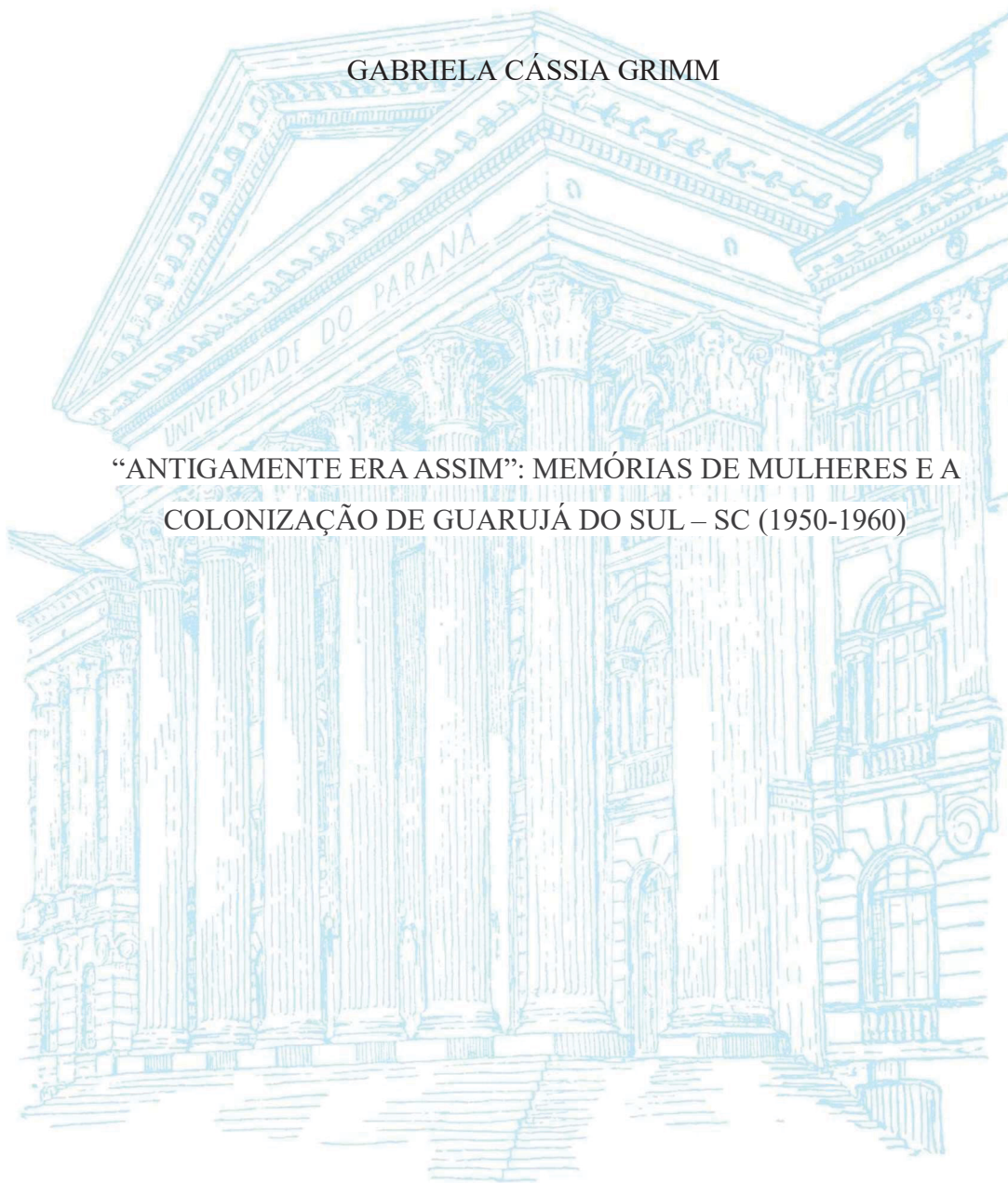


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIELA CÁSSIA GRIMM

“ANTIGAMENTE ERA ASSIM”: MEMÓRIAS DE MULHERES E A  
COLONIZAÇÃO DE GUARUJÁ DO SUL – SC (1950-1960)



CURITIBA

2023

GABRIELA CÁSSIA GRIMM

“ANTIGAMENTE ERA ASSIM”: MEMÓRIAS DE MULHERES E A COLONIZAÇÃO DE  
GUARUJÁ DO SUL – SC (1950-1960)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em  
História, Setor de Ciências Humanas, Universidade  
Federal do Paraná, para obtenção do título de  
Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Grimm, Gabriela Cássia

"Antigamente era assim" : memórias de mulheres e a colonização de Guarujá do Sul – SC (1950-1960). / Gabriela Cássia Grimm. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin.

1. Guarujá do Sul (SC) - Colonização. 2. Mulheres - História.  
3. Memória coletiva. 4. História oral. I. Nadalin, Sérgio Odilon.  
II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóelia Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -  
40001016009P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **GABRIELA CASSIA GRIMM** intitulada: **"Antigamente era assim": memórias de mulheres e a colonização de Guarujá do Sul - SC (1950-1960)**, sob orientação do Prof. Dr. SERGIO ODILON NADALIN, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 05 de Outubro de 2023.

Assinatura Eletrônica  
06/10/2023 11:38:33.0  
SERGIO ODILON NADALIN  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
05/10/2023 17:44:10.0  
PRISCILA PIAZENTINI VIEIRA  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
07/10/2023 22:03:43.0  
BÁRBARA CARAMURU TELES  
Avaliador Externo (SEM VÍNCULO)

Assinatura Eletrônica  
07/10/2023 15:14:56.0  
JANINE GOMES DA SILVA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

Assinatura Eletrônica  
05/10/2023 18:49:00.0  
NADIA MARIA GUARIZA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE)



*Dedico este estudo àquelas que vieram antes de mim. Minhas avós, Aldina e Maria Normélia e todas aquelas que um dia viveram em nosso querido Guarujá. À minha mãe Rosana, e minhas filhas, Aurora e Catarina. É tudo sempre por vocês.*

## AGRADECIMENTOS

O meu primeiro agradecimento é direcionado à Deus, e o segundo, a elas. Às mulheres que um dia viveram a experiência de colonizar Guarujá do Sul, cidade onde nasci, e onde eu mesma vivi as lembranças mais felizes de minha vida. À todas as mulheres que me receberam em suas casas, ou me responderam pelo celular, com tanto carinho e paciência, agradeço pelo tempo, pelas conversas, pela confiança e pelo compartilhamento de suas histórias de vida. Saibam que admiro a história de cada uma de vocês e levo todas em meu coração.

Estendo meus mais profundos agradecimentos também a todos aqueles e aquelas que fizeram parte desta jornada durante o desenvolvimento do meu doutoramento. Ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná e a CAPES, pela oportunidade ímpar de poder realizar este estudo. Aos meus colegas, especialmente, minha colega Dayane de Sousa Lima, e a servidora pública, sempre gentil e prestativa, Maria Cristina.

Agradeço as professoras, Doutora Janine Gomes da Silva, Doutora Eunice Sueli. Nodari, Doutora Nadia Maria Guariza, Doutora Priscila Piazzentini Vieira, e a Doutora e também amiga, Barbara Caramuru Telles, por terem aceitado participar das bancas de qualificação e defesa. Os comentários, as sugestões, as colocações, todas gentis e extremamente necessárias foram de grande importância para meu aprendizado enquanto pesquisadora. Sou grata a todas pela leitura, tempo e contribuições.

Agradeço também meu estimado professor e orientador, Doutor Luiz Carlos Ribeiro, que sempre muito atencioso e cuidadoso me auxiliou neste percurso, com sua visão equilibrada, ponderada e instigante diante de temas tão caros. Admiro seu trabalho e sou grata por todas as orientações. Em virtude de sua aposentadoria na reta final deste estudo, Doutor Sérgio Odilon Nadalin aceitou gentilmente dar continuidade à minha orientação, motivo pelo qual também sou grata e o menciono aqui como alguém a quem devo meus agradecimentos.

*Mas, afinal, poderíamos nos perguntar para que serve a história de nossas mães ou avós? E a resposta viria simples: para fazê-las continuar a existir, viver e ser. Essa é, afinal, uma das funções potenciais da história. Não cabe fazer a história das mulheres por meio de erros ou acertos sobre o seu passado, contar a saga de heroínas ou mártires, o que seria de um terrível anacronismo. O que importa é desvendar as tensões, contradições e negociações que se estabeleceram, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade na qual estavam inseridas. Trata-se de desvendar hoje as complexas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-se com o fato social que ela mesma fabrica e do qual é parte integrante. Significa também transmitir lhes uma mensagem de alegria, fazendo-as perceber o quanto sempre foram fundamentais para a construção de nosso país, de nossa cultura, do que somos e seremos.*

Mary del Priori. Histórias do Cotidiano, 2001.

## RESUMO

Este estudo versa sobre a colonização do município de Guarujá do Sul -SC e as memórias de mulheres colonas que atuaram no processo ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960. Ao perceber os silêncios e apagamentos das mulheres na história regional, ou seja, a invisibilidade feminina, tenho como objetivo reinterpretar os acontecimentos à luz de novos olhares e sobretudo novas vozes. São utilizados como aportes teóricos os estudos sobre história de mulheres, os quais problematizam a presença de mulheres na história e os desafios diante da ausência de fontes femininas. Para discutir a invisibilidade, o papel e o trabalho de mulheres, portanto, Michelle Perrot, Joan Scott, Joana Maria Pedro, são algumas das pesquisadoras consultadas. Como objetos de análise, as memórias das mulheres que colonizaram Guarujá do Sul figuram como elementos centrais, sendo seus depoimentos orais, coletados por meio de entrevistas, o principal conjunto de fontes para este estudo. Nesse sentido, a metodologia da História Oral e suas sustentações teóricas são utilizadas, onde faço uso também de autores que se dedicaram a debater os usos da memória sobretudo em pesquisas sobre grupos de “pessoas comuns” ou “excluídas” da história, sendo alguns deles Dora Schwarzstein, Paul Thompson e Alessandro Portelli. Tenho como objetivo por meio deste estudo analisar as memórias de mulheres no contexto da colonização, as quais acredito terem sido necessárias e relevantes para a consolidação do projeto colonizador. Embora percebendo uma grande fragilidade diante da escassez de fontes propriamente femininas deste período, busco identificar quem foram as colonas de Guarujá do Sul, conhecer suas histórias e suas memórias. Pretendo, enfim, compreender o cotidiano dessas mulheres na tentativa de superar os silêncios sobre suas vidas e o apagamento de suas ações enquanto agentes históricos do extremo oeste catarinense.

Palavras-chave: Invisibilidade feminina; Guarujá do Sul; Colonização; História de mulheres

## ABSTRACT

This study deals with the colonization of the municipality of Guarujá do Sul – SC and the memories of colonist women who worked in the process that took place between the 1950s and 1960s. I aim to reinterpret events in the light of new perspectives and, above all, new voices. Women studies are used as theoretical contributions, which problematize the presence of women in history and the challenges faced by the absence of female sources. To discuss invisibility, the role and work of women, therefore, Michelle Perrot, Joan Scott, Joana Maria Pedro, are some of the researchers consulted. As objects of analysis, the memories of the women who colonized Guarujá do Sul figure as central elements, with their oral testimonies, collected through interviews, being the main set of sources for this study. In this sense, the methodology of Oral History and its theoretical supports are used, where we also use authors who dedicated themselves to debating the uses of memory, especially in research on groups of “common people” or “excluded” from history, some of them being Dora Schwarzstein, Paul Thompson and Alessandro Portelli. The objective of this study is to analyze the memories of women in the context of colonization, which I believe were necessary and relevant for the consolidation of the colonizing project. Although realizing a great fragility due to the scarcity of specifically female sources from this period, I seek to identify who the settlers of Guarujá do Sul were, study their lives and the erasure of their actions as historical agents of the far west of Santa Catarina.

Keywords: Female invisibility; Guarujá do Sul; Colonization; Women studies

## LISTA DE IMAGENS

|                                                                                                                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Imagem 1- RECORTE ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL E SUAS LINHAS .....                                                                                        | 18  |
| Imagem 2 - MAPA DOS TERRITÓRIOS EM DISPUTA .....                                                                                                                     | 47  |
| Imagem 3 – À ESQUERDA, “ÁREA EM LITÍGIO ENTRE PARANÁ E SANTACATARINA (1853-1917), À DIREITA, A DIVISÃO DOS ESTADOS APÓS O FIM DA GUERRA DO CONTESTADO.....           | 53  |
| Imagem 4 – TERRITÓRIO DE PALMAS.....                                                                                                                                 | 58  |
| Imagem 5 – PRINCIPAIS PONTOS DE DISPUTA ENTRE BRASIL E ARGENTINA .....                                                                                               | 61  |
| Imagem 6 - CHEGADA DA BANDEIRA KONDER EM DIONÍSIO CERQUEIRA .....                                                                                                    | 82  |
| Imagem 7 - CONTROLE DE VENDAS DOS LOTES EM GUARUJÁ E SÃO JOSÉ DO CEDRO .....                                                                                         | 90  |
| Imagem 8 - VIAGEM DE Balsa pelo rio Uruguai dos primeiros colonos de Guarujá e São José do Cedro. Década de 1950 .....                                               | 97  |
| Imagem 9 - SERRARIA instalada pelas famílias Link e Volkweis em São José do Cedro.....                                                                               | 97  |
| Imagem 10 - PRIMEIRA CASA DE Lurdes no extremo oeste catarinense, em 1950.....                                                                                       | 98  |
| Imagem 11 - A depoente em seu casamento realizado pouco tempo antes de migrar, em 1950.....                                                                          | 98  |
| Imagem 12 - OLARIA instalada pela família da depoente na linha Taquaruçu, início da década de 1960 .....                                                             | 109 |
| Imagem 13 – COLONOS, MULHERES E CRIANÇAS NO ARRASTE DE TORAS NAS IMEDIAÇÕES DA SERRARIA DE FRIDOLINO TSIMERMAN, NA ATUAL LINHA POSSATO, FINAL DA DÉCADA DE 1950..... | 111 |
| Imagem 14 – MORADIA DE COLONOS recém instalados em Guarujá do Sul, ano de 1957 .....                                                                                 | 119 |
| Imagem 15 – MULHERES E HOMENS ACOMPANHADOS DE CRIANÇAS EXIBEM JUNTAS DE BOI E TORAS EXTRAÍDAS EM GUARUJÁ DO SUL. INÍCIO DA DÉCADA DE 1960.....                       | 123 |
| Imagem 16 – CAMINHÃO TIPO “REBOQUE”, QUE LEVAVA E TRAZIA PRODUTOS PARA GUARUJÁ DO SUL. DÉCADA DE 1950 .....                                                          | 127 |
| Imagem 17 – CRIAÇÃO DE PORCOS EM GUARUJÁ DO SUL.....                                                                                                                 | 134 |
| Imagem 18 – GRANDE PORCA COM SEUS LEITÕES .....                                                                                                                      | 136 |
| Imagem 19 – PORCOS MOMENTOS ANTES DE SEREM CARREGADOS PARA TRANSPORTE.....                                                                                           | 136 |
| Imagem 20 –PORCO DE 300 QUILOS REGISTRADO NO ARMAZÉM DANZER.....                                                                                                     | 136 |
| Imagem 21 – ARMAZÉM DANZER. CASA DE COMÉRCIO EM GUARUJÁ DO SUL NA LINHA FARO.....                                                                                    | 140 |



|                                                                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Imagem 22 – A FAMÍLIA DANZER NO INTERIOR DA CASA DE COMÉRCIO. INÍCIO DA DÉCADA DE 1960.....                                         | 141 |
| Imagem 23 – REGISTRO DA PRIMEIRA IGREJA LUTERANA DE GUARUJÁ DO SUL EM 1954.....                                                     | 153 |
| Imagem 24 – INAUGURAÇÃO DO SINO DA IGREJA CATÓLICA EM 1957 .....                                                                    | 156 |
| Imagem 25 – VISTA PARA ATUAL AVENIDA JOÃO PESSOA. DÉCADA DE 1960.....                                                               | 157 |
| Imagem 26 – A BÍBLIA, O QUARTO LIVRO DE MELINDA.....                                                                                | 163 |
| Imagem 27 – MISSÕES RELIGIOSAS DA IGREJA CATÓLICA. FINAL DA DÉCADA DE 1950.....                                                     | 165 |
| Imagem 28 – GRUPOS DE CRIANÇAS LIGADAS POR PARENTESCO. DÉCADA DE 1960.....                                                          | 175 |
| Imagem 29 – SERRARIA DA FAMÍLIA ZIMMER, FINAL DA DÉCADA DE 1950. AOS FINAIS DE SEMANA, AS CRIANÇAS BRINCAVAM EM SUAS MEDIAÇÕES..... | 178 |
| Imagem 30 – CRIANÇAS BRINCANDO NAS MEDIAÇÕES DE SERRARIA .....                                                                      | 179 |
| Imagem 31 – CASA DA FAMÍLIA STIEGEMEIER, MIGRANTES CHEGADOS EM 1955 .....                                                           | 180 |
| Imagem 32 – CRIANÇAS PARTICIPAM DE UM CHURRASCO JUNTO AOS ADULTOS .....                                                             | 181 |
| Imagem 33 – MULHERES E CRIANÇAS ANTES DE EMBARCAREM EM CAMINHÃO PARA COLHEITA RECREATIVA DE JABOTICAS, NA LINHA MAIDANA .....       | 182 |
| Imagem 34 – MULHERES SE REÚNEM EM PIQUENIQUE .....                                                                                  | 184 |
| Imagem 35 – PIQUENIQUE OFERECIDO POR ANTONIO BAVARESCO AOS FUNCIONÁRIOS NAS MEDIAÇÕES DA SERRARIA DA FAMÍLIA .....                  | 185 |
| Imagem 36 – MULHERES SE REÚNEM JUNTO A FILHOS E COMPANHEIROS PARA PASSAR O TEMPO E TOMAR CHIMARRÃO .....                            | 186 |
| Imagem 37 – FESTIVIDADE NA CANCHA DE “CARREIRADA” .....                                                                             | 188 |
| Imagem 38 – MULHERES NA CANCHA DE CARREIRADA DA FAMÍLIA CORONETTI, LINHA TAQUARUÇU .....                                            | 190 |
| Imagem 39 – INTEGRANTES DO CLUBE DE DAMAS DE PESSEGUEIRO.....                                                                       | 195 |
| Imagem 40 – HOTEL E SALÃO DE BAILE SCHERER, LOCALIZADO NA ATUAL AVENIDA JOÃO PESSOA, CENTRO.....                                    | 196 |
| Imagem 41 – PROFESSOR OLAVO BILAC COM TURMA DA ESCOLINHA DA LINHA TAQUARUÇU. PRATICAMENTE TODAS AS CRIANÇAS ESTÃO DESCALÇAS .....   | 202 |
| Imagem 42 – CRIANÇAS JUNTO À PROFESSORA LURDES HART, LINHA PESSEGUEIRO .....                                                        | 205 |
| Imagem 43 – CONSTRUÇÃO DA ESCOLA NA DÉCADA DE 1950.....                                                                             | 207 |
| Imagem 44 – REGISTRO DOS PROFESSORES, PROFESSORAS E DAS TURMAS DA ESCOLA ELSA MANCELOS DE MOURA.....                                | 209 |
| Imagem 45 – PROFESSOR ALFREDO AMANN JUNTO AOS ALUNOS E ALUNAS DA LINHA MAIDANA CELEBRANDO O DIA DAS CRIANÇAS COM PIQUENIQUE .....   | 217 |

|                                                                                                                                                            |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Imagem 46 – AS IRMÃS ENI E ELCI PICCININI NA ESCOLA MUNICIPAL DA LINHA BELA VISTA .....                                                                    | 222 |
| Imagem 47 – DESFILE DE 7 DE SETEMBRO NA ATUAL AVENIDA JOÃO PESSOA. ALUNOS E ALUNAS MARCHAM SEGUINDO OS COMANDOS DO PROFESSOR E DA PROFESSORA AUXILIAR..... | 223 |
| Imagem 48 – CASAMENTO REALIZADO NA LINHA BELA VISTA .....                                                                                                  | 252 |
| Imagem 49 – CASAMENTO REALIZADO NA LINHA MAIDANA .....                                                                                                     | 253 |
| Imagem 50 – CASAMENTO REALIZADO NA IGREJA CATÓLICA DA SEDE DE GUARUJÁ DO SUL.....                                                                          | 254 |
| Imagem 51 – CASAMENTO REALIZADO NA IGREJA CATÓLICA NA SEDE DE GUARUJÁ DO SUL.....                                                                          | 255 |
| Imagem 52 – REGISTRO FOTOGRÁFICO DE CASAMENTO REALIZADO NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960 EM GUARUJÁ DO SUL .....                                                | 256 |
| Imagem 53 – HOSPITAL BENEFICENTE GUARUJÁ DO SUL, EM 1970.....                                                                                              | 287 |

## SUMÁRIO

|           |                                                                                                           |           |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1.</b> | <b>APRESENTAÇÃO.....</b>                                                                                  | <b>15</b> |
| 1.1       | GUARUJÁ DO SUL.....                                                                                       | 16        |
| 1.2       | HISTÓRIA REGIONAL E INVISIBILIDADE FEMININA .....                                                         | 20        |
| 1.3       | HISTÓRIA DAS MULHERES COMO CAMPO DE ESTUDO .....                                                          | 23        |
| 1.4       | OBJETIVOS .....                                                                                           | 26        |
| 1.5       | METODOLOGIA .....                                                                                         | 27        |
| 1.6       | FONTES .....                                                                                              | 35        |
| 1.7       | MEMÓRIA COMO OBJETO DE ESTUDO.....                                                                        | 36        |
| 1.8       | ESTRUTURA DO ESTUDO.....                                                                                  | 42        |
| <br>      |                                                                                                           |           |
| <b>2.</b> | <b>MUITO ANTES DE GUARUJÁ, MUITO ANTES DAS COLONAS<br/>CHEGAREM. OS ANTECEDENTES DA COLONIZAÇÃO .....</b> | <b>44</b> |
| 2.1.      | TERRITÓRIO EM DISPUTA .....                                                                               | 45        |
| 2.2.      | HERANÇA COLONIAL .....                                                                                    | 46        |
| 2.3.      | CONFLITOS ENTRE SANTA CATARINA E PARANÁ E A GUERRA DO<br>CONTESTADO .....                                 | 51        |
| 2.4.      | A REGIÃO DE PALMAS, A OCUPAÇÃO E O CICLO PECUÁRIO .....                                                   | 54        |
| 2.5.      | A POPULAÇÃO CABOCLA.....                                                                                  | 64        |
| 2.6.      | A FRONTEIRA COMO ZONA DE VAZIO DEMOGRÁFICO.....                                                           | 71        |
| <br>      |                                                                                                           |           |
| <b>3.</b> | <b>DO RIO GRANDE DO SUL PARA SANTA CATARINA. “SÓ TINHA<br/>MATO” .....</b>                                | <b>85</b> |
| 3.1.      | COLONIZANDO GUARUJÁ: AS FIRMAS COLONIZADORAS, AS<br>MADEIREIRAS E AS ESPOSAS .....                        | 86        |
| 3.2.      | O TRABALHO DAS MULHERES NA COLÔNIA .....                                                                  | 109       |
| 3.3.      | OS HÁBITOS E AS ESTRATÉGIAS ALIMENTARES.....                                                              | 124       |
| 3.4.      | VIDA EM COMUNIDADE E AS RELAÇÕES DE AJUDA .....                                                           | 142       |
| 3.5.      | UMA COMUNIDADE RELIGIOSA: ENTRE CATÓLICAS E<br>LUTERANAS .....                                            | 148       |
| 3.5.1.    | O TERÇO.....                                                                                              | 159       |
| 3.5.2.    | NÃO ERA RIGIDEZ, ERA EDUCAÇÃO .....                                                                       | 166       |

|           |                                                                                           |            |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>4.</b> | <b>DA INFÂNCIA À VIDA ADULTA: AS MUITAS LEMBRANÇAS DE MENINAS, MOÇAS E MULHERES .....</b> | <b>171</b> |
| 4.1       | A INFÂNCIA NA COLÔNIA: LEMBRANÇAS DAS BRINCADEIRAS E DO LAZER NO MEIO DO MATO .....       | 171        |
| 4.2       | O LAZER DAS MOÇAS E MULHERES.....                                                         | 183        |
| 4.3       | A ESCOLA E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS .....                                                  | 200        |
| 4.3.1     | AS PRIMEIRAS ESCOLAS .....                                                                | 202        |
| 4.3.2     | DE ESTUDANTES A PROFESSORAS.....                                                          | 216        |
| 4.4       | A SEXUALIDADE .....                                                                       | 227        |
| 4.4.1     | O NAMORO .....                                                                            | 233        |
| 4.4.2     | O CASAMENTO .....                                                                         | 239        |
| 4.4.3     | À PROCURA DE UMA ESPOSA.....                                                              | 246        |
| 4.4.4     | ACEITANDO A PROPOSTA .....                                                                | 249        |
| 4.4.5     | A MATERNIDADE NA COLÔNIA.....                                                             | 258        |
| 4.4.6     | A SAÚDE NA COLÔNIA .....                                                                  | 271        |
| 4.4.7     | A SAÚDE FEMININA NO TEMPO DAS PARTEIRAS .....                                             | 276        |
| <b>5.</b> | <b>UM CICLO QUE SE ENCERRA .....</b>                                                      | <b>289</b> |
| <b>6.</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                         | <b>294</b> |
| <b>7.</b> | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                                   | <b>297</b> |
| <b>8.</b> | <b>FONTES.....</b>                                                                        | <b>301</b> |

## 1. APRESENTAÇÃO

O estudo que aqui segue versa sobre as memórias de mulheres que vivenciaram e atuaram na colonização de Guarujá do Sul – pequeno município catarinense situado na região de fronteira com a Argentina – entre as décadas de 1950 e 1960. A invisibilidade feminina na historiografia regional tradicional diminuiu e, muitas vezes, borrou a presença e o trabalho realizado pelas mulheres no processo de colonização no oeste catarinense. Este estudo tem como objetivo resgatar as memórias femininas a respeito da colonização e trazê-las para o centro das reflexões sobre o tema. Ao abordar essas memórias que revelam experiências vividas por mulheres que colonizaram Guarujá, busco compreender, ao mesmo tempo, de que modo foi realizada a colonização nesse município e quais as impressões e narrativas formuladas pelas mulheres que atuaram nesse processo em seus primeiros anos. Defende-se por meio deste estudo que, diante da “invisibilização” das histórias e experiências das mulheres, tanto no campo historiográfico como no imaginário comum, é necessário lançar novamente um olhar para os acontecimentos referentes à colonização da região do extremo oeste catarinense. Ao olharmos mais uma vez para a produção regional que interpretou os eventos à luz de uma perspectiva que priorizou personagens masculinos e suas ações, busca-se reinterpretar tal narrativa a partir de uma abordagem de gênero, tendo em conta as memórias de experiências vividas por mulheres para a construção desse conhecimento. Neste estudo, parte-se da ideia de que, embora silenciadas e esquecidas, as mulheres que colonizaram o extremo oeste catarinense, e neste caso, Guarujá do Sul, foram personagens fundamentais para a consolidação do projeto de colonização, tendo elas exercido diversas tarefas, sendo também responsáveis por diferentes funções. Seja plantando feijão em suas hortas, arando a terra, criando animais, lavando roupa, costurando, trabalhando em comércios e criando seus filhos, as mulheres que ocuparam a região possuem em suas memórias lembranças daquilo que também fizeram parte. O que proponho, portanto, é investigar essas lembranças de mulheres que hoje contam com idades entre 65 e 95 anos, que chegaram e viveram em Guarujá em variadas circunstâncias e condições, para então, poder compreender a colonização, se possível, sob uma diferente óptica. Nesse sentido, o que proponho com este estudo é uma abordagem que compreende as mulheres enquanto agentes históricos, e que

compreende suas ações como significantes elementos para a consolidação da colonização.

## 1.1 GUARUJÁ DO SUL

Guarujá do Sul é um dos dezenove municípios que atualmente compõe a micro região do extremo oeste catarinense, sendo vizinho de São José do Cedro, Princesa, Palma Sola e Dionísio Cerqueira, localizado a poucos quilômetros da fronteira com a Argentina e a 735 quilômetros de distância de Florianópolis, capital do estado. De acordo com informações do IBGE e da EPAGRI – Empresa de Pesquisa e Difusão de Tecnologia Agrícola de Santa Catarina, Guarujá tem uma área total de 100,550 km<sup>2</sup>, sendo seu relevo acidentado, com colinas, vales e depressões, estando a 707 metros acima do nível do mar, no bioma Mata Atlântica. Conforme pesquisa de Jussara Maria Della Flora, a região “é coberta por uma camada de solo escuro-avermelhado de profundidade razoável. As terras férteis possuem abundante formação rochosa, sendo o clima temperado, subtropical, com estações bem definidas”<sup>1</sup>. Guarujá também está situado na área que compreende a bacia hidrográfica do Rio Uruguai, possuindo em toda sua área diversos rios e córregos, entre eles, o Rio Peperi-Guaçu, Tracutinga, Lajeado Grande, Flores e o Maria Preta. Ainda segundo Della Flora, a “cobertura florestal é de médio e alto porte, dominada por madeiras diversas”, sendo que no início da colonização “observava-se densidade de mata de araucárias, hoje, porém, o quadro é outro, com matas variadas e mistas, com destaque para angicos, cabriúvas, canela, cedro, grápia e louro”. Além da riqueza vegetal, a riqueza animal também faz parte da área onde se situa Guarujá do Sul. São nativas algumas espécies de animais como macacos, sobretudo os bugios, antas, cutias, porcos do mato, onças, cachorro do mato, tatus, catetos, e diversos tipos de aves, como tucanos, gralhas, sabiás, jacu, pombas, além de outros animais silvestres, como cobras, lagartos e variedades de peixes. Com a inserção em massa de colonizadores na área, esses animais se tornaram alvo de caça e foram reduzidos a pequenas quantidades de sobreviventes. Segundo censo realizado pelo IBGE, Guarujá do Sul teria no ano de 2021 uma média de 5.196 (cinco mil, cento e noventa e seis habitantes), sendo que 2.655 ocupariam a área urbana, e 2.253 estariam

---

<sup>1</sup> DELLA FLORA, Jussara. **Rosas na coroa, pranto na vida**: a história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005. p.67

na área rural do município<sup>2</sup>. Desses habitantes, ainda segundo levantamento do IBGE em 2010, 85% seriam praticantes da religião católica, sendo o restante sobretudo evangélicos e em menor número espíritas e de outras religiões.<sup>3</sup>

Assim como os demais pequenos municípios vizinhos localizados em toda a faixa de fronteira, Guarujá foi formado a partir da inserção de levas de migrantes vindos do Rio Grande do Sul com o intuito de colonizar a região a partir da exploração da madeira e da reprodução da economia da agricultura familiar. Esses migrantes, em sua grande maioria, eram colonos e colonas de origem bastante humilde, sendo descendentes de imigrantes italianos e alemães que se instalaram durante o século XIX nas chamadas “antigas colônias”, do Rio Grande do Sul, onde desenvolveram atividades como produção de animais e agricultura de pequeno porte. Dentro dessa dinâmica, todos os membros da família colonial estavam inseridos em rotinas de trabalho os quais supriam as necessidades familiares e econômicas, de maneira que, desde muito cedo, as crianças e jovens, independente de gênero, já participavam da labuta familiar que era reproduzida nas gerações posteriores.

Com a incapacidade de dar continuidade a essa economia e estilo de vida, tendo em vista algumas questões, como a improdutividade do solo em decorrência do manejo desgastante e intensivo aliado a falta de terras disponíveis para os muitos filhos que nasciam a cada nova geração, os colonos optaram pela venda das terras e trataram de investir em novos territórios. Dentro de um contexto favorável a esses colonos e colonas, onde o governo catarinense aliado a empresas colonizadoras mediavam a compra de terras em regiões que, segundo as propagandas da época, eram de boa qualidade e fertilidade, houve, portanto, a mobilização de centenas de famílias rio-grandenses para a extensa área de fronteira com a Argentina.

Em Guarujá do Sul, propriamente, as primeiras famílias de colonos chegaram no final da década de 1940 onde implantaram serrarias e deram início ao desmatamento para a abertura das roças. O auge da migração, entretanto, ocorreu na metade da década de 1950, havendo uma grande transferência de indivíduos e famílias sobretudo de áreas rurais de municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul. Conforme levantamento artesanal e particular realizado no ano de 2000 pelo antigo prefeito do município<sup>4</sup>,

---

<sup>2</sup> UBS e população da cidade de Guarujá do Sul/SC: Rural e urbana, homens e mulheres (estadosecidades.com.br)

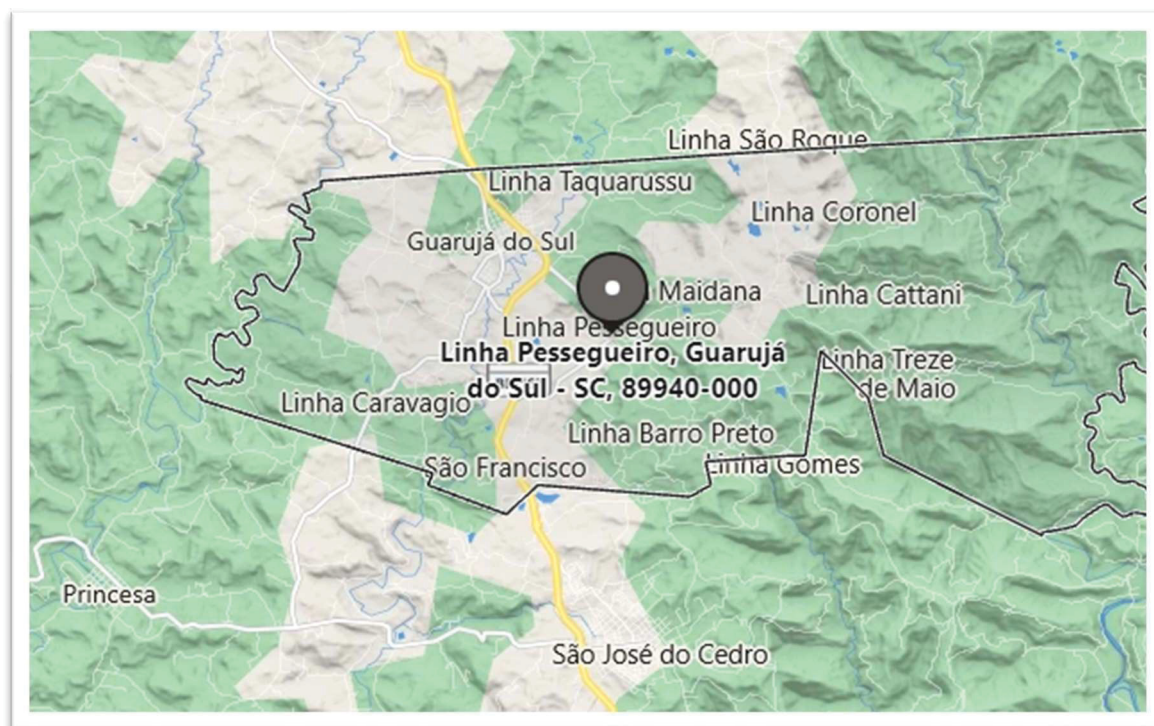
<sup>3</sup> Religiões e igrejas em Guarujá do Sul. Católicos e evangélicos (estadosecidades.com.br)

<sup>4</sup> A pesquisa foi realizada por Nestor Emanuel Grimm de modo artesanal e foi registrada em cadernos de anotações.



muitos colonos e colonas teriam vindo de locais como Santa Rosa, Lagoa Vermelha, Ibiaçá, Getúlio Vargas, Santiago, Alecrim, Palmas, Montenegro, ou seja, antigas áreas de colonização alemã e italiana, onde as terras já estavam em franco declínio de qualidade e com problemas de super povoação. Auxiliados e direcionados por agentes colonizadores também do Rio Grande do Sul, os colonos e colonas que chegavam na então “Vila Nova”, primeiro nome dado a Guarujá, davam início a formação de pequenos núcleos populacionais, os quais acabaram originando as várias linhas que compõem o município. Uma das primeiras linhas iniciadas e que mais tarde se tornou distrito foi Pessegueiro, ocupada sobretudo por migrantes descendentes de italianos. Além dela, outras também fazem parte, como Linha Maidana, destino de muitas famílias de alemães, Linha Taquaruçu, ocupada por migrantes italianos, Alto e Baixo Arara, Linha Cattani, Linha Coronel, Linha Barro Preto, Linha Treze de Maio, Linha Tucano, Linha Gaúcha, Esperança. Na parte oeste do município estão outras comunidades, como a Linha Bela Vista, Linha Caravagio e Linha Possatto.

Imagem 1- RECORTE ESPACIAL DO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL E SUAS LINHAS.



Fonte: Google Maps



De modo geral, poucos são os registros sobre esses colonos e colonas que atuaram na colonização e formação do município. Entretanto, sabe-se por meio de relatos orais e conversas informais com os mais antigos moradores e moradoras de Guarujá que a colonização foi uma ação extremamente difícil e custosa para todos os envolvidos no processo. Embora houvesse a iniciativa do governo e das colonizadoras em favorecer a colonização através da facilitação da aquisição das terras para os colonos, quando esses de fato iniciaram a migração, encontraram-se completamente desamparados nas novas colônias. Sendo assim, em virtude das condições das estradas, da falta de estrutura, falta de recursos e sobretudo, falta de apoio do governo, consolidar a colonização tornou-se um projeto dos próprios colonos e colonas. Nesse sentido, ocupar e colonizar a região envolveu todos os membros das famílias nas mais diversas tarefas necessárias para aqueles primeiros tempos, onde a escassez e a dificuldade permeavam a rotina dos migrantes.

Embora a história do município, de seus colonizadores e colonizadoras, não esteja registrada em nenhuma obra escrita e sobreviva apenas através dos relatos e das lembranças dos mais antigos, é possível pensar que ela possua vários pontos em comum com histórias de outros municípios formados no mesmo contexto e mesma região. De modo costumeiro, as narrativas elaboradas tanto em estudos acadêmicos quanto em literaturas locais, seguiram um padrão onde se exploraram alguns elementos, como a questão do ciclo econômico da madeira, fundamental para o desenvolvimento da colonização na região, e destacaram alguns personagens em detrimento de outros. Nesse cenário, tornou-se comum a menção a homens pioneiros, e da mesma forma, tornou-se recorrente a utilização de termos universalizantes, os quais compreendiam todos os envolvidos nos processos de colonização, transformando a experiência colonizatória como algo vivido e sentido de uma única forma. Nessa tradição historiográfica, onde os autores centraram a atenção nas figuras e nas ações dos homens brancos, pioneiros e realizadores de muitas atividades dentro do projeto colonizador, a imagem de outros personagens, entre eles, as mulheres, tornou-se um elemento ofuscado, apagado, e muitas vezes esquecido. Sem imagens, sem vozes e sem vez, as mulheres colonas foram marginalizadas dentro da história regional, do mesmo modo como foram marginalizadas dentro da própria sociedade que integraram.

## 1.2 HISTÓRIA REGIONAL E INVISIBILIDADE FEMININA

Nos últimos anos, a historiografia regional catarinense tem passado por uma série de importantes revisões onde historiadores e historiadoras apontam problemas e tecem críticas às interpretações feitas em estudos considerados “tradicionais”. Na perspectiva do historiador Paulo Zarth, o qual acredita que “escrever a história regional é um processo de constante elaboração”, convém “esclarecer que não existe uma única e definitiva história a ser contada”. Segundo Zarth:

Diversas versões são elaboradas a partir de visões teóricas e metodológicas diferentes e também de condicionantes ideológicos. Antônio Myskiw adverte, em seu capítulo nesta coletânea, que “não há como escrever uma única história da formação da fronteira na região Sul do Brasil. São tantas as histórias e versões de fatos históricos que mil páginas sequer dariam para discorrer acerca de um século de História”. Novos temas historiográficos e novas fontes de pesquisa também justificam e motivam a produção de textos inéditos, os quais servem como uma forma de atualização e ampliação do conhecimento histórico. Essas versões não são equivalentes e frequentemente se contrapõem uma as outras.<sup>5</sup>

Nessa perspectiva que tem sido adotada cada vez mais por novos pesquisadores os quais compreendem a multiplicidade de histórias possíveis, a história tradicional, que se assenta numa abordagem que leva em conta apenas alguns eventos e alguns poucos personagens, tem sido contestada por conta de suas limitações, e nas palavras de Zarth, por conta dos seus vários silenciamentos. Nesse sentido, segundo Zarth, estariam de acordo em tecer críticas a essa escrita tradicional pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas de estudos, os quais compreendem que os conteúdos criados por escritores “diletantes” teriam influenciado no imaginário local ajudando na construção de uma determinada cultura histórica dominante por décadas. Na percepção do mesmo autor, a história tradicional carregaria alguns pontos problemáticos, entre eles, a ideia de que a história de vários municípios teria tido início com a colonização, sendo apagados os demais elementos anteriores a essa história. Desse modo, o historiador destacou o seguinte.

As críticas mais comuns à história tradicional formuladas por novas gerações de pesquisadores, incluindo historiadores, antropólogos, geógrafos e

---

<sup>5</sup> ZARTH, Paulo. **Fronteira Sul: história e historiografia**. In História da Fronteira Sul. -- Chapecó: Ed. UFFS, 2016. P.10

sociólogos, apontam os seguintes problemas: (a) a história regional seria marcada pela centralidade étnica com tendência eurocêntrica e, por isso, a história dos povos tradicionais, dos negros e dos povos indígenas ficaria em segundo plano e, com frequência, desconsiderada ou minimizada e estigmatizada; (b) a história é marcada pela ideologia do progresso e do pioneirismo; (c) a história ambiental é pouco considerada e as florestas são vistas como objeto de conquista; (d) não considera os novos temas historiográficos, tais como história das mulheres, da sexualidade, das crianças, entre outros.<sup>6</sup>

É marcante nessas críticas o intuito de combater as versões que elaboraram uma imagem exclusivamente positiva dos sujeitos que colonizaram a região. Sem levar em conta as tensões, os conflitos, contradições e problemas dentro desses grupos, as narrativas construídas baseadas no que Zarth chamou de “mito fundador”, também deixaram de lado sujeitos que não foram considerados dignos de recordação histórica, como os povos indígenas, nativos e negros. Destacando outros pontos críticos das interpretações tradicionais, Zarth mencionou ainda a questão ambiental, tratada como um elemento a ser vencido e superado pelos pioneiros no contexto das colonizações. E por fim, Zarth entendeu também que na historiografia regional tradicional diversos outros temas e personagens não são tratados, como a “história das mulheres, da sexualidade, das crianças” etc. Nesse sentido, o historiador lembrou das mulheres como um desses personagens marginalizados, considerando que a história das mulheres, as suas experiências, as suas memórias, seguem pouco exploradas e debatidas dentro desse cenário.

Tradicionalmente, a história regional produzida inicialmente por padres, historiadores diletantes, colonizadores e descendentes de colonizadores, elaboraram narrativas as quais pretendiam além de registrar acontecimentos como as colonizações e fundações das vilas, buscavam perpetrar na história o nome de homens considerados pioneiros ou importantes figuras para a região. Como já comentado por Zarth, esses “mitos” de pioneirismo, ou “mitos fundadores”, escritos de modo “apologético”, enfatizavam as ações dos colonizadores, enalteciam a bravura e as realizações desses homens de modo que outros temas, assim como outros personagens, tornaram-se apenas sombras dentro da história regional. Nesse sentido, as mulheres colonas, do mesmo modo que outros sujeitos históricos que foram marginalizados nesta tradição historiográfica, foram relegadas à um lugar de silêncio e invisibilidade. Embora tenham chegado à região enquanto esposas, filhas e irmãs de muitos colonos e colonizadores, as

---

<sup>6</sup> Idem. p.14

mulheres tiveram suas histórias e experiências, assim como suas memórias e versões invisibilizadas dentro dessa forma de fazer história.

Mesmo com o tema das colonizações passando para o âmbito acadêmico e chamando a atenção de estudiosos, a questão da presença das mulheres seguiu em silêncio. As ações, versões e memórias femininas, foram subtraídas dentro de um pensamento tradicional universalizante da mesma maneira como acontecia fora da academia. Dessa forma, ao serem tratados os temas das colonizações e migrações ocorridas no oeste catarinense por pesquisadores interessados no assunto, entendia-se tais experiências dentro de uma noção comum, sem distinções entre homens, mulheres, crianças e outras categorizações. Ao falar em pioneirismo, em colonização, falava-se, portanto, em homens, como se estes representassem e falassem por todos os personagens também presentes nestes acontecimentos. Afinal, como comentado por Joana Maria Pedro, o universal, em nossa sociedade, é masculino<sup>7</sup>. Como apontou Signori, assim como Michelle Perrot e demais pesquisadoras, essa tradição de condensar em um personagem universal a narrativa histórica, levou ao apagamento, ou a invisibilidade das vidas, das experiências e memórias das mulheres colonas. Sendo assim, pouco, ou quase nada sabemos sobre essas mulheres, sobre o cotidiano feminino na colônia, suas experiências de vida, suas impressões e lembranças, e até mesmo, pouco sabemos de suas versões dos fatos relacionados aos anos da colonização. Nesse sentido Michelle Perrot dizia que possivelmente “a memória feminina, assim como a escrita feminina, é uma memória familiar, semioficial”<sup>8</sup>, afinal, como também observou a historiadora, “no teatro da memória, as mulheres são sombras tênues. A narrativa histórica tradicional reserva-lhes pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública – a política, a guerra, onde elas pouca aparecem”<sup>9</sup>.

Embora pouco retratadas, lembradas e incluídas na história da região, sabe-se, entretanto, que as mulheres colonas desempenharam uma variedade de tarefas que foram relevantes não apenas para a sustentação da família colonial, mas para a sustentação de todo o projeto de colonização. Como observado por Cristina Scheibe Wolff ao analisar os trabalhos desempenhados por mulheres em Santa Catarina.

---

<sup>7</sup> PEDRO, Joana M. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005

<sup>8</sup>PERROT, Michelle. **Práticas da memória feminina**. Revista Traverses, n.40, Paris. p.14

<sup>9</sup>Idem. p.9

As mulheres, apesar de serem metade da população, não aparecem nos livros de história como sujeitos. No entanto, seu trabalho muitas vezes silencioso, é responsável por grande parte da produção agrícola artesanal, industrial e de serviços no Estado. Além disso, o trabalho doméstico, tão desconsiderado, e, ao mesmo tempo, tão importante para a sobrevivência de todos, é quase totalmente realizado por elas.<sup>10</sup>

Presentes desde o início das colonizações, sujeitos atuantes em uma série de atividades, as mulheres colonas não tiveram espaço relevante na historiografia. Suas ações foram esquecidas, suas vozes foram emudecidas e suas memórias foram deixadas de lado para que se perdessem com o tempo. Diante desse cenário de invisibilidade das mulheres que colonizaram o extremo oeste catarinense, proponho com este estudo revisitar o tema das colonizações lançando luz sobretudo nas memórias femininas.

Pretendo, por meio desta abordagem e com a utilização de fontes orais e registros fotográficos, revisitar o passado sem deixar de lado as contribuições já existentes. Nesse sentido, busco inserir ao debate as recordações e as vozes das mulheres que vivenciaram tais experiências e que guardam em suas memórias, e também, em seus corações, muitas lembranças que revelam outras facetas e percepções a respeito do tema. Ao propor para esse estudo uma abordagem atravessada pelo viés de gênero, é necessário que algumas palavras sejam ditas a respeito de sua função e utilização.

### 1.3 HISTÓRIA DAS MULHERES COMO CAMPO DE ESTUDO

Ainda que tal categoria de análise seja uma relativa novidade dentro dos trabalhos a respeito das colonizações ocorridas no oeste catarinense, sendo algo, portanto, ainda pouco desenvolvido e utilizado por pesquisadores e pesquisadoras que se debruçam em outras tantas possibilidades, o campo de estudos sobre a história das mulheres não é uma inovação dentro do âmbito da historiografia de um modo geral.

Desde a década de 1960, as diversas mudanças tanto nos espaços sociais e culturais, como no âmbito acadêmico, possibilitaram a emergência de uma história que problematizasse a presença das mulheres. Essas mudanças no campo historiográfico, como comentado por muitas historiadoras como Joana Maria Pedro, Rachel Soihet, Margareth Rago, Joan Scott, Michelle Perrot, foram mobilizadas por reivindicações de

---

<sup>10</sup> WOLFF, Cristina S. Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho. In: BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis, Letras contemporâneas, 1999.

mulheres e de movimentos feministas que atuaram nas ruas e nas universidades. No espaço acadêmico, as demandas feministas tomaram força com a presença crescente de mulheres que passaram a debater o padrão universalizante dentro da História, discutindo, portanto, sobre a necessidade de escrever narrativas onde as mulheres aparecessem e fossem problematizadas enquanto sujeitos históricos. Uma história onde suas vidas fossem narradas, assim como suas ações, contribuições, problemas e demais questões. Discutia-se a necessidade de uma história distinta, que abordasse as perspectivas femininas e que possibilitasse às mulheres o mesmo protagonismo destinado aos homens. Segundo Margareth Rago, até então, era

Como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante. Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravidão, a imigração européia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção<sup>11</sup>.

Esse movimento de mulheres encontrou espaço nas décadas seguintes, onde a Nova História se desenvolveu propondo não apenas novos temas e enfoques, mas uma variedade de personagens, fontes e metodologias a fim de ampliar os pontos de vista e narrativas sobre a história. Essa abordagem histórica, que nas palavras de Peter Burke teria como “sua preocupação com o mundo da experiência comum (mais do que a sociedade por si só) com o seu ponto de partida, juntamente com uma tentativa de encarar a vida cotidiana com a problemática”<sup>12</sup> se propunha mais democrática. Dessa forma, pretendia fazer emergir diversas histórias não contadas, dando espaço para temas como cotidiano, intimidade, família, sexualidade e pessoas comuns. Essa nova história, compreendida como “uma história vista de baixo”<sup>13</sup> se propunha ir de encontro à antiga tradição que priorizava história política, sobre guerras e heróis, onde claramente as mulheres não estavam incluídas.

No bojo dessas inovações dentro do campo historiográfico, diversas pesquisadoras encontraram espaço para debater sobre a presença das mulheres e sobre a necessidade de pensá-las como agentes históricos. Assim, foram iniciadas diversas discussões sobre modos de escrever, modos de pesquisar, renovaram-se conceitos e

---

11RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995 p.81

12BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p.23

13SHARPE, Jim. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

termos para melhor atender as demandas que uma nova história provocava. Foram repensadas formas de inquirir as fontes para melhor extrair informações sobre aquelas que por séculos foram ignoradas nas narrativas históricas. Historiadoras como Michelle Perrot, junto a Georges Duby, deram início a diversos debates sobre a invisibilidade das mulheres, pontuando questões sobre os papéis sociais, sobre os temas tratados historicamente e sobre a importância das fontes quando se tem o objetivo de encontrar rastros e marcas femininas. Em uma de suas tantas reflexões sobre os porquês dos silêncios femininos, a autora dizia que “porque são pouco vistas, pouco se fala delas”<sup>14</sup>.

No Brasil, a História das mulheres conquistou relevante espaço para discussão, haja vista a presença de historiadoras que, igualmente, e inspiradas por pesquisadoras de outras nacionalidades, questionavam os silêncios e invisibilidade das mulheres no contexto brasileiro. Algumas pesquisadoras creditam a Heleieth Saffioti o pioneirismo neste campo, quando em 1969 a pesquisadora debateu sobre “a posição da mulher na sociedade e das representações a que dá lugar”<sup>15</sup>. Na esteira desse “descortinamento” sobre as mulheres brasileiras, diversas historiadoras se debruçaram sobre a temática feminina, fazendo emergir narrativas sobre mulheres em diferentes contextos, lugares, tempos e posições, demonstrando não apenas o quanto elas estão presentes e atuantes na sociedade, mas como são múltiplas as realidades e possibilidades de se pensar e fazer história.

## 1.4 OBJETIVOS

Segundo a historiadora Michelle Perrot, as mulheres teriam sido até a década de 1980 tratadas na História como “sombras tênues”, as quais até poderiam ter aparecido aqui ou acolá, entre um registro ou outro, como sujeitos históricos. Entretanto, Perrot entendia que elas nunca tinham de fato ocupado um espaço central ou de protagonismo dentro das narrativas históricas. Desse modo, Perrot concluía que, “as mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento, confinadas no silêncio de um mar abissal”<sup>16</sup>.

---

14PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.p.17

15SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976. p.5

16PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. p.16



Diante da invisibilidade feminina dentro da historiografia regional, da invisibilidade das mulheres colonas em seus contextos sociais no tempo passado e ainda no presente, proponho com este estudo analisar o processo de colonização do município de Guarujá do Sul tendo como objeto de investigação as memórias das mulheres que colonizaram aquele espaço. Nesse sentido, busco interpretar o tema da colonização levando em conta as lembranças das mulheres, sendo elas, portanto, as protagonistas desse estudo.

A partir da exposição e análise de suas memórias a respeito do assunto, além de compreender a colonização e a subsequente fundação do município de Guarujá do Sul, busco sobretudo, resgatar e analisar as experiências cotidianas das mulheres colonas e as práticas femininas dentro desse processo de colonizador. Ao lançar luz em suas histórias enquanto migrantes e colonizadoras, busco identificá-las, saber seus nomes e histórias, na intenção de compreender o papel e a importância das mulheres neste contexto e período. Entre os objetivos, pretendo remontar o cotidiano das famílias, conhecer as estratégias utilizadas pelas mulheres, conhecer seus desafios, discutir sobre o trabalho e as funções desempenhadas por elas, enfim. Revisitar suas experiências por meio de suas lembranças a respeito do período.

Para tanto, Figueredo nos alerta com algumas considerações a respeito do uso da noção de experiência dizendo que “o uso da noção de experiência, permite não a considerar de forma essencialista. Recorrer à experiência tem-se mostrado uma estratégia teórico-metodológica importante, visando não tomar como referência categorias pré-estabelecidas”.<sup>17</sup> A ideia de experiência, portanto, que será utilizada neste estudo, leva em conta a abordagem da pesquisadora Joan Scott que percebeu a utilidade do termo para a compreensão de estudos de mulheres e de gênero. Nesse sentido, Scott percebe a experiência enquanto “história do sujeito”<sup>18</sup>, sendo defendido pela autora a concepção de que “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência”.<sup>19</sup>

Levando em conta noções de experiência e invisibilidade, busco com este estudo contribuir para o avivamento das vozes femininas, diminuindo assim, em alguma medida, o silêncio em relação às mulheres que trabalharam na formação da região do

---

<sup>17</sup> FIGUEREDO, Raiza B. **Joan Scott e a noção de experiência para a compreensão a compreensão do gênero nas pesquisas em psicologia**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013

<sup>18</sup> SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. P.16

<sup>19</sup> Idem. P.5



extremo oeste catarinense. Busco por fim, colaborar para a visibilidade do trabalho desempenhado pelas mulheres colonas e também suas trajetórias de vida.

## 1.5 METODOLOGIA

A construção deste estudo ocorreu entre tempos e situações tortuosas. Atravessando uma grave pandemia iniciada em 2020, o estudo que inicialmente tinha como objetivos analisar os fenômenos sociais e econômicos da colonização de Guarujá do Sul demonstrou alguns problemas e também, algumas demandas à medida que passou a ser efetivamente realizado.

Se por um lado o problema de acesso às fontes e aos materiais necessários impossibilitavam a execução da análise pretendida, por outro, o trabalho de campo iniciado no final de 2020 junto aos informantes descortinou uma carência silenciosa, por assim dizer. Reclusas em suas casas por conta da ameaça de transmissão da Covid-19, as mulheres que se dispuseram a contar um pouco sobre o que sabiam a respeito da colonização de Guarujá demonstraram saber de muita coisa. Mais do que saberem muito, demonstraram a partir da recepção calorosa uma necessidade de contar o que viveram, do que viram e do que sentiram. Necessidade essa que não era maior que a minha vontade de saber mais sobre o que sabiam, é claro. Muitas casadas, outras delas já viúvas e sozinhas em suas casas, diante de uma possível escuta atenta, destrincharam assuntos que se revelaram, ao menos para mim, como uma grande novidade. Sabiam de coisas e guardavam coisas que nunca haviam contado para ninguém. Eu quis saber mais sobre o passado de Guarujá, mas queria saber mais ainda sobre o passado dessas mulheres que a partir de diferentes trajetórias contavam uma história só. O contexto de pandemia, de isolamento, de silêncio e distâncias físicas, possivelmente contribuiu para haver uma abertura às lembranças do passado.

Diante das dificuldades que a pandemia impôs para o acesso às fontes, documentações, bibliotecas, museus, cartórios, enfim, diante de uma série de problemas que inviabilizaram a proposta inicial, as histórias das mulheres que colonizaram Guarujá, portanto, passaram a ser uma possibilidade. Revisando as produções a respeito do assunto e ponderando sobre a ideia, a possibilidade tornou-se uma prioridade. Se antes entrevistava homens e mulheres para investigar a colonização de Guarujá, passei a privilegiar as entrevistas com mulheres para compreender suas experiências e memórias

enquanto colonizadoras. Sendo assim, entre os anos de 2021 e 2023, me dediquei exclusivamente a entrevistar mulheres, realizando constantes viagens a Guarujá do Sul para encontrá-las onde era recebida em suas casas. Em algumas ocasiões onde seus companheiros também estavam presentes, esses fizeram questão de contar algumas lembranças que possuíam sobre “antigamente”. Lembranças essas riquíssimas, diga-se de passagem, sobre a paisagem, sobre o trabalho e algumas curiosidades a respeito de Guarujá.

Embora os tempos fossem desafiadores, tendo em vista a pandemia que parecia não ter fim, de pouco em pouco, por meio de redes de contatos onde uma indicava a outra, fui entrevistando mulheres que disseram ter vivido durante o tempo da colonização. Ao todo, foram realizadas 40 entrevistas, 14 de homens e 26 de mulheres.

Dentre essas mulheres, o que definiu a participação de cada uma foi sobretudo a disponibilidade e a vontade de participar, no entanto, alguns caminhos foram traçados para chegar até elas. Comecei as entrevistas a partir dos meus contatos familiares, sendo convocadas minhas tias avós, minha própria avó, entre outras parentes próximas, as quais foram dando sugestões e indicações que me levaram à novos contatos. Essa rede, onde uma informante levou à outra, possibilitou que eu conhecesse mulheres que viveram experiências dentro de uma mesma comunidade ou Linha, facilitando a compreensão de algumas histórias e “personagens”, as quais eram vizinhas, comadres ou já conhecidas no tempo da colonização. Pelo lado da minha família materna, o contato foi maior com mulheres de descendência italiana, pelo fato de minha avó, também migrada, pertencer a esse grupo. Já o lado da minha família paterna está integrado à comunidade de descendentes de alemães, o que facilitou e favoreceu a comunicação com mulheres dessa linhagem étnica. Essas mulheres que conheci por meio do contato “bola de neve”, como chamou Maristela Ferrari<sup>20</sup>, onde uma indicação conduz à outra, tinham idades entre 75 a 85 anos, as quais estavam no período da colonização envolvidas com atividades domésticas e rurais. Ou seja, eram predominantemente empregadas domésticas, costureiras, donas de casa, agricultoras, ou colonas, como elas mesmas se auto denominaram, babás e faxineiras.

Algumas outras depoentes consultadas tomei nota por meio de sugestões de conhecidos que sabiam da minha pesquisa. Essas mulheres indicadas eram lembradas por algumas razões. A primeira delas era por conta da idade. Por serem muito velhas,

---

<sup>20</sup> FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011.

acima dos 90 anos, eram potencialmente conhecedores e portadoras de muitas histórias. Por serem uma das mais antigas moradoras de Guarujá. Por terem atuado como professoras. Por terem, há anos, algum tipo de comércio. Por serem atuantes e muito conhecidas, e não raro, queridas, na comunidade. Ou seja, as indicações levavam às mulheres que “deviam saber de muita coisa”, fosse pela idade avançada, ou, pela posição que um dia ocuparam na sociedade. Assim, comerciantes, professoras, mas também donas de casa, ou esposas de antigos donos de serrarias eram conhecidas e lembradas como pessoas que poderiam me ajudar por possivelmente saber muita coisa do passado.

Além desses dois grupos de mulheres, houve ainda um terceiro grupo, ou, uma terceira via de abordagem, que foi realizada a partir da aproximação por meio das redes sociais. Na rede social “Facebook”, criei no ano de 2018 um grupo voltado ao compartilhamento de fotografias a respeito de Guarujá do Sul<sup>21</sup>. A partir de trocas realizadas nesta página, onde comentei mais de uma vez a respeito do estudo que estava realizando, me aproximei e conheci algumas mulheres que nos anos seguintes aceitaram contribuir com seus depoimentos para esta pesquisa. Essas depoentes, portanto, fazem parte de uma geração mais nova de migrantes, as quais possuem idades entre 65 a 75 anos de idade. Tais depoentes, em sua maioria, viveram a experiência da colonização enquanto ainda eram crianças ou moças, foram alfabetizadas, possuem domínio de tecnologias de comunicação, dominam noções atuais e estão muito mais conectadas com eventos e situações globais.

As abordagens que ora apresento de forma ordenada, não foram de tal maneira pensadas durante a execução do trabalho de campo, sendo algo muito mais espontâneo do que propriamente planejado. De todo modo, o que busquei foi integrar ao “grupo de fontes” mulheres migrantes com distintas histórias. Ou seja, mulheres mais velhas, mais novas, da sede, das linhas mais distantes, colonas, donas de casa, comerciantes, luteranas, católicas, “italianas”, “alemãs”, pouco instruídas, mais instruídas, mais humildes, mais confortáveis financeiramente, buscando perceber nelas as possíveis continuidades e rupturas, suas semelhanças e diferenças. É claro que embora houvesse tal intenção e pretensão, não abarquei, de fato, as narrativas de todas as mulheres que possivelmente participaram do processo colonizador, estando mulheres negras, indígenas e caboclas desintegradas desta análise. As razões são em função de minhas

---

<sup>21</sup> Para ver mais, disponível em: [Memórias de Guarujá do Sul | Facebook](#)

redes e meus contatos não me levaram ao conhecimento de mulheres desses grupos, sendo as poucas caboclas mencionadas ou já falecidas, ou já migradas para outros municípios há muitos anos.

De todo modo, é ainda necessário comentar que, por mais que eu tenha buscado minhas fontes para essa pesquisa, foram as fontes, sobretudo, quem me escolheram, e isso Portelli explica bem<sup>22</sup>. Se por um lado eu as “escolhi” para contar sobre suas experiências e vivências, por outro, elas que escolheram contar por saber quem eu sou ou, se não, de onde eu venho, de onde eu faço parte. A participação, portanto, diz mais sobre as escolhas das depoentes do que escolhas minhas, propriamente.

Sendo assim, mulheres de idades entre 65 anos a 95, algumas inclusive, com problemas de saúde, dificuldades de fala e audição, participaram deste estudo contando um pouco sobre suas trajetórias de vida e suas lembranças a respeito do tempo da colonização de Guarujá do Sul. Algumas delas ainda eram meninas, sendo nascidas ou recém chegadas. Poucas delas eram mulheres adultas na ocasião. Com uma média de duração de uma hora, cada entrevista realizada foi pensada buscando atender à algumas perguntas. Sendo assim, um roteiro prévio foi elaborado contendo questionamentos a respeito da vida no Rio Grande do Sul, sobre as lembranças da viagem de mudança, as impressões sobre a paisagem, de que modo ocorreu a instalação, o que faziam no dia a dia, como se alimentavam, como se relacionavam, como eram os namoros, os casamentos, as formas de abordar a religiosidade e a sexualidade, a maternidade em tempos de colônia. Enfim, um panorama buscando resgatar os vários aspectos e momentos da vida dessas mulheres enquanto colonizadoras de Guarujá.

Embora com roteiro planejado para atender a esses questionamentos, cada entrevista funcionou dentro de uma dinâmica própria, havendo liberdade para tal. Ou seja, nem todos os assuntos foram abordados na mesma quantidade e qualidade. Tal fato, é necessário pontuar, passou por uma série de fatores. Entre interesse de cada entrevistada, disposição e conhecimentos para comentar determinados assuntos, além de precisão de recordações, assuntos tabus, e questões delicadas, fatores relacionados à idade, geração, ocupação, posição social também interferiram na dinâmica das entrevistas e, portanto, no resultado final. Nem todas lembravam aspectos relacionados à alimentação. Outras tinham dificuldade para tratar sobre assuntos relacionados à sexualidade ou maternidade. Algumas simplesmente não entendiam o propósito do

---

<sup>22</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética em história oral. **Projeto História**, São Paulo, 1997.

questionamento e respondiam com sim ou não. Percebeu-se que as mulheres mais novas tinham mais repertório de respostas e reflexões, enquanto as mulheres mais idosas eram mais concisas em suas respostas. Em partes, muito se deve as dificuldades de recordar os eventos do passado, no outro tanto, pela própria visão dessas mulheres como questões que não aconteceram. De todo modo, estas considerações são necessárias pois revelam as limitações das fontes orais e expõem os diversos fatores que entrecruzaram sua tecitura.

Além de tudo isso que foi dito, a verdade é que, embora muitas tivessem a vontade de falar sobre suas experiências e memórias, colocar-se e perceber-se como sujeito histórico era uma novidade e até mesmo um desafio para muitas delas. Ainda que esse fosse um acontecimento comum, após a realização das entrevistas, onde algumas diziam sentir vergonha, alívio, ou alegavam não saber de muita coisa sobre determinado assunto, de modo geral, muitas agradeciam pelo exercício de relembrar o passado. De falar e ser escutada. Essa situação foi analisada por Portelli que percebeu a importância da construção das fontes orais a partir dos diálogos e trocas entre entrevistador e entrevistado.

Mesmo que as estórias tenham sido contadas antes, elas nunca foram contadas para aquele ouvinte e questionador especial que é o entrevistador da história oral. A entrevista, implicitamente, realça a autoridade e a autoconsciência do narrador e pode levantar questões sobre aspectos da experiência do relator a respeito dos quais ele nunca falou ou pensou seriamente. Assim, uma entrevista da história oral tende a ser uma história não contada, ainda que largamente recheada de episódios relatados duas vezes;<sup>23</sup>

A metodologia utilizada para a realização desse estudo, portanto, foi a da História Oral. Nesse sentido, as considerações tecidas por Alessandro Portelli, que compreende o método enquanto um “trabalho de relação”, serviram como instruções para a execução da pesquisa.

Para o referido autor, o método da História Oral é intrinsecamente dialógico, “criado não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores – por nossa presença no campo e por nossa apresentação do material.”<sup>24</sup> Para Portelli, tanto entrevistador quanto entrevistado são peças chave para o resultado das fontes, sendo essas, portanto, uma construção de ambos, os quais se

---

<sup>23</sup>PORTELLI, Alessandro. **História oral como gênero**. Projeto Histórias, São Paulo, 1997.p.12

<sup>24</sup> Idem. P.10

relacionam entre pontos de diferença e de igualdade, residindo aí a noção dialógica que Portelli coloca. Segundo o autor

É isso que implica o caráter dialógico da História Oral, bem como seu trabalho de campo: a fim de sermos totalmente diferentes, precisamos ser verdadeiramente iguais e não conseguiremos ser verdadeiramente iguais se não formos totalmente diferentes. Como já argumentei em outras ocasiões, o trabalho de campo é, por necessidade, um experimento em igualdade, baseado na diferença. É preciso “que sempre exista uma linha” de diferenças que, depois de transporta, torne-se plena de significado, mas é necessário que exista também uma “linha”, segundo a qual possamos comunicar o desejo de encontrar um terreno e uma linguagem comuns, que possibilitem a troca.<sup>25</sup>

Na visão de Portelli, que compreende todos os indivíduos enquanto igualmente importantes e necessários<sup>26</sup>, os quais nos permitem tomar seu tempo e entrar em suas casas, a metodologia da História Oral trata-se sobretudo de uma “arte de escuta”. Se por um lado cabe a entrevistadora conduzir e realizar as questões, cabe também a ela saber escutar sua entrevistada a qual muitas vezes diz mais sobre o que quer do que realmente o que busca a entrevistadora. Ao se mostrar aberta, disponível, e também, suscetível à questionamentos, Portelli argumenta que assim estaríamos construindo não só uma “entrevista”, mas uma conversa, onde nos aproximaríamos da pessoa entrevistada. Na visão do autor, ao nos despojarmos de uma suposta neutralidade e impessoalidades, nos colocando na entrevista, estaríamos, portanto, contribuindo para definir a base da diferença e da possibilidade de comparação que confere significado à entrevista.<sup>27</sup> Em sua visão, a espontaneidade seria uma das melhores ferramentas de trabalho, tendo em vista que estamos lidando com pessoas, e não com “fontes”. Saber escutar, assim como saber trocar, são ações necessárias para a construção do resultado final, uma vez que elas são as portadoras daquilo que gostaríamos de saber mais, como explicou o autor que diz que,

Embora possamos ser doutores em qualquer matéria entrevistando analfabetos, na situação de campo são eles que têm os conhecimentos, ou seja, “o pouquinho” que estamos “tentando aprender”. Podemos ter status, mas são eles que têm as informações e, gentilmente, compartilham-nas conosco. Manter em mente esse fator significa lembrar que estamos falando,

---

<sup>25</sup> PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética em História Oral**. Projeto Histórias, São Paulo, 1997. P.19

<sup>26</sup> Idem. P.18

<sup>27</sup> PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética em História Oral**. Projeto Histórias, São Paulo, 1997.p.22

não com fontes – nem que estamos por elas sendo ajudados – mas com pessoas.<sup>28</sup>

A riqueza do método assim como a riqueza dos seus resultados, portanto, as fontes orais, estariam atreladas à relação entre entrevistadora-entrevistada durante o desenvolvimento da entrevista. Para Portelli, não haveria uma forma de encontrar com a verdade, mas sim, encontrar com formas de ver e perceber o que um dia ocorreu, sendo destacada, neste sentido, a riqueza da subjetividade inerente a essas fontes colaborativamente construídas. De acordo com Portelli, “a história oral não mais trata de fatos que transcendem a interferência da subjetividade; a história oral trata da subjetividade, memória, discurso e diálogo”.<sup>29</sup>

O trabalho de campo realizado junto às depoentes entre os anos de 2020 a 2023 teve em conta os apontamentos de Portelli, onde me vali da minha própria experiência enquanto natural de Guarujá do Sul, e, portanto, de certa forma, parte daquele ambiente e história, além é claro, de ser mulher. Tais condições de “semelhança”, possivelmente contribuíram para o acesso às depoentes e também, ao conhecimento de histórias que alegavam “nunca terem contado a ninguém”. Por outro lado, a posição de estudante, pesquisadora, além de atualmente residir em outra cidade, ou seja, a minha condição de “diferença”, certamente algum impacto teve no desenvolvimento das entrevistas.

O método da história oral, tal como defendido por Portelli, portanto, demonstrou ser uma profícua ferramenta para o acesso às memórias das mulheres que colonizaram Guarujá do Sul. Despojadas de tantas formas de registrar suas experiências, restava à muitas delas, sobretudo àquelas mais velhas, pouco escolarizadas, algumas inclusive, analfabetas, as reminiscências de suas trajetórias enquanto mulheres que um dia chegaram em Guarujá.

Um dos méritos desse método, tal como sugerido por Portelli, seria o de trazer à cena da história personagens “excluídos”, silenciados, marginalizados ou simplesmente pessoas “comuns”, sendo, portanto, um dos pontos altos sua potencialidade de integrar à história indivíduos comuns, homens e mulheres. Tal visão foi compartilhada por outros pesquisadores e pesquisadoras os quais, no bojo de uma “Nova História”, perceberam as possibilidades do método de trazer não apenas novos personagens, mas também diferentes temas e perspectivas. Na percepção da historiadora Verena Alberti, a História Oral teria grande impacto na democratização da história, sendo abertas inclusive uma

---

<sup>28</sup> Idem.p.25

<sup>29</sup> Idem. p.26

gama de assuntos, questões e problemas até então pouco trabalhados<sup>30</sup>. No mesmo sentido, o autor Paul Thompson que também percebeu o caráter “democrático” da História Oral, defendeu que a inclusão, ou, a escuta de “pessoas comuns” agiria no sentido de ampliar as variedades de resposta e perspectivas em relação ao passado. Segundo Paul Thompson

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação. [...] Pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.<sup>31</sup>

Contemplando as possibilidades que a metodologia da história oral oferece, a sua utilização no estudo que aqui segue vislumbrou, portanto, os pontos ressaltados pelos pesquisadores mencionados, ou seja, seu caráter democrático, sua possibilidade de revelar novos campos e também o seu interesse por história de “pessoas comuns”.

Muito embora um dos objetivos deste estudo seja o de contribuir com o conhecimento a respeito da vida de pessoas “comuns” e busque dar visibilidade, sobretudo às mulheres que colonizaram Guarujá, é pertinente colocar que, como medida de proteção às suas identidades, alguns nomes foram trocados. Ou seja, os nomes que serão utilizados ao longo do texto foram modificados para preservar as depoentes e suas famílias, tal como requerido por algumas delas de forma verbal durante o processo de realização das entrevistas.

## 1.6 FONTES

A construção deste estudo se sustenta a partir da utilização de uma pequena variedade de fontes. É necessário pontuar aqui a fragmentação dos registros a respeito da história de Guarujá do Sul, assim como da história das mulheres que o formaram. Tal cenário existe em decorrência de uma série de situações que envolvem desde a questão da baixa escolaridade, analfabetismo, extravio de documentos a isolamento social.

---

<sup>30</sup> De acordo com Alberti, a história oral poderia ser útil quando pesquisados, por exemplo, a história do cotidiano, da política, história de trajetórias, histórias de comunidades, de instituições, biografias, história de experiências, tradições culturais e memórias. Em: ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

<sup>31</sup> THOMPSON, Paul. **A Voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.22



Dessa forma, foram utilizados em menor medida como fontes complementares o “Álbum histórico”, produzido no ano de 1985 por Ines Possatto, migrante, professora e residente de Guarujá do Sul. Os cadernos contábeis e alguns poucos mapas da colonizadora de Alcides Volkweis da década de 1950, e os manuscritos produzidos no ano de 2000 pelo ex-prefeito do município, Nestor Emanuel Grimm. Testemunha ocular do início da colonização, da fundação do município e residente há mais de sessenta anos em Guarujá. Seu objetivo com tais manuscritos era o de “agrupar dados” e escrever a história de Guarujá, o que nunca foi feito.

Além destes materiais, as fotografias do período também integram o arcabouço de fontes utilizadas. Tais fotografias foram encontradas em diferentes locais, como a Secretaria da Educação de Guarujá do Sul, o estúdio fotográfico “Foto Guarujá”, junto com os cadernos de anotações de Nestor E. Grimm, mas, sobretudo, entre os acervos particulares das mulheres e homens entrevistados. Entre algumas melhor preservadas e outras já afetadas pelo tempo e pelas formas de conservação, elas são postas em diálogo com as fontes orais. São cenas de casamentos, vida em comunidade, momentos de lazer, entre outros temas como religiosidade e educação em Guarujá. Expostas entrecruzando os depoimentos orais, essas fotografias nos auxiliarão a visualizar o cenário, as condições, as expressões e os modos de viver dessas mulheres, crianças e homens em Guarujá nos seus primeiros anos.

As fontes orais, entretanto, compõe o principal grupo de fontes utilizadas, sobretudo por conta dos objetivos aqui apresentados. Sendo assim, foram definidos e priorizados os depoimentos orais de mulheres, testemunhas oculares da colonização de Guarujá do Sul. Ao todo foram realizadas 40 entrevistas, 14 com homens, 26 com mulheres. Essas, entretanto, não compõe um grupo homogêneo. Entre elas estão mulheres que atuaram enquanto colonas agricultoras e produtoras rurais, comerciantes, profissionais liberais, como empregadas domésticas e costureiras, além de professoras. Essas também fazem parte de distintos grupos étnicos, como descendentes de alemães e outras de italianos. Além dessas distinções, há também o fator geracional. Entre idades de 65 a 95 anos, as mulheres entrevistadas viveram o período da colonização em diferentes fases de suas vidas. Dessa forma, algumas relataram suas lembranças de quando era crianças ou jovens, sendo três delas, inclusive, nascidas já em Guarujá. Esse grupo de mulheres que viveram a colonização enquanto meninas e moças é o mais numeroso. Outras, viveram o período da colonização já na fase adulta de suas vidas. Elas, por conta da idade avançada, se encontram em número mais reduzido.

## 1.7 MEMÓRIA COMO OBJETO DE ESTUDO

Os depoimentos orais concedidos a mim por essas 26 mulheres, portanto, foram utilizados enquanto meios para acessar as memórias referentes ao período da colonização de Guarujá do Sul. Período que como já comentado, foi vivido e experimentado de distintas formas. Ainda que essa seja uma condição, as trajetórias de vidas de todas as depoentes são atravessadas pela mesma experiência enquanto mulheres, e, portanto, partilham de situações em comum. Para pensar essa condição enquanto mulheres que um dia colonizaram Guarujá, as memórias são acessadas como objeto de estudo. Afinal, o que elas lembram? O que elas esquecem ou silenciam? Como lembram e por quê lembram? Afinal, o que nos contam as memórias dessas mulheres, o que as une os as diferencia?

A memória enquanto objeto de estudo foi e é utilizada nas mais diferentes áreas de pesquisa sendo analisada e interpretada das mais variadas formas. No que diz respeito à História, as concepções a seu respeito também não assumem uma posição igualmente compartilhada, havendo no interior do debate uma variedade de discordâncias, aproximações e reformulações

Conforme apontado por Michel Ehrlich, a maneira tal como percebemos a memória atualmente, ou seja, como um objeto possível de análise histórica, teria ocorrido recentemente, no início do século XX. Antes, segundo Ehrlich, a memória era concebida sobretudo na perspectiva biológica de sua funcionalidade. A “grande virada”, como dito pelo autor, portanto, teria ocorrido quando em 1920 o pesquisador Maurice Halbwachs realizou o deslocamento de análise do biológico para o âmbito social. Com essa virada, a memória passaria a ser percebida como algo também atravessado por aspectos sociais, e, dessa maneira, passível de interpretações que levassem em conta o meio social, cultural, político, geracional, situacional e econômico dos indivíduos.

Com esse deslocamento para o âmbito social e cultural, Halbwachs passou a ser um dos mais referidos autores a respeito das formulações sobre a memória dentro das ciências humanas, sendo amplamente conhecida a sua noção de “memória coletiva”, a qual deu base para tantas outras perspectivas. Sobre esse conceito, Ehrlich explica da seguinte maneira.

Para este autor, mesmo as lembranças individuais são construídas coletivamente, pois nos lembramos também pelo olhar dos outros. Cada indivíduo de um mesmo grupo poderia, para Halbwachs, lembrar-se de coisas diferentes, mas trata-se de pontos de vista diversos sobre uma memória que é coletiva. Ao afirmar que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. Halbwachs promove outra importante ruptura com o paradigma de Bergson: o passado não se conservaria integralmente em lugar nenhum, sendo a memória (e não somente sua evocação) construída e reconstruída a todo instante entre o passado e o presente<sup>32</sup>.

A partir dessas colocações, podemos entender, portanto, que a memória para Maurice Halbwachs era compreendida primeiramente enquanto uma “reconstrução do passado”, de caráter coletivo, ou seja, era formada fora do indivíduo e então internalizado por ele, conservada em lugar nenhum, sendo uma operação que coloca o passado em função do presente em movimentos de construção e reconstrução. Ainda de acordo com Ehrlich, pelo seu caráter de estar em “lugar nenhum”, e por ser uma operação que ocorre no presente, a memória seria ainda compreendida como “seletiva”, isso, é claro, numa explicação aqui bastante reduzida.

A teorização construída por Halbwachs foi mais tarde observada por diversos pesquisadores e pesquisadoras os quais não só perceberam pontos delicados em suas formulações como também tomaram tais noções como base para novas concepções. A questão divergente, para muitos, teria sido a polêmica sobre a memória ser uma construção coletiva ou, individual.

Conforme Alessandro Portelli, autor que norteia a metodologia empregada para esse estudo, a memória não seria uma construção coletiva, mas sim, individual. Defensor da utilização da História Oral a qual compreende enquanto “ciência e arte do indivíduo”, Portelli explica que, muito embora a História Oral dialogue e diga respeito a “padrões culturais, estruturas sociais, e processos históricos”, ela visa, no entanto, “a aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoa sobre a experiência e memórias individuais e ainda, por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma”. Ainda de acordo com Portelli, “a essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória”<sup>33</sup>.

<sup>32</sup>. EHRlich, Michel. **Filhos da Shoah**: memórias e significações na comunidade judaica paranaense do pós-guerra. Curitiba. Dissertação de mestrado em História – Setor de Ciências humanas da Universidade Federal do Paraná. 2020. P.29

<sup>33</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho; algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo. p.16

Na concepção do autor, portanto, a memória seria “uma versão do passado”, a qual emerge com a facilitação da História Oral onde indivíduos são interpelados para narrar sobre suas experiências, sobre suas concepções e visões, mas sobretudo, como foram impactados por determinado evento histórico, e, por essa razão, seria a memória individual. A explicação para tal concepção a respeito da memória estaria envolvida com a ideia de que, embora a memória seja de fato uma construção social, ou seja, não se excluía a ideia de estar envolvida com fatores externos ao indivíduo, ela é, essencialmente individual, pois ela ocorre dentro de cada pessoa. Cada um, por mais que esteja inserido no mesmo ambiente, mesma condição, lembra de distintas formas, sendo o ato ou “a arte” de lembrar”, “profundamente pessoais”, como explica Portelli.

Ainda que esteja sempre moldada de diversas formas pelo meio social, em última análise, o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais. A memória pode existir em elaborações socialmente estruturadas, mas apenas os seres humanos são capazes de guardar lembranças. Se considerarmos a memória um processo, e não um depósito de dados, poderemos constatar que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou verbalizada pelas pessoas.<sup>34</sup>

Ainda de acordo com o autor, que afirma que apenas os seres humanos seriam capazes de possuir memória, é necessário ter muita cautela em compreender a memória como algo situado fora do indivíduo, sendo evitado por ele a utilização da noção de “memória coletiva”, mesmo que “estejamos trabalhando com o intuito de registrar lembranças que possam ser coletivamente compartilhadas e aproveitadas”. Segundo o autor, então, ficam esclarecidas as seguintes questões

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais.<sup>35</sup>

A noção da individualidade da memória estaria assim relacionada com a defesa de Portelli em relação aos usos e alcances da história oral, a qual defende como método capaz de captar versões do passado que não se pretendem verdadeiros nem mesmo como uma visão completa e única do passado. Pelo contrário, o autor admite tais

---

<sup>34</sup> Idem. P.16.

<sup>35</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, 1997. P.30

possíveis “falhas” ou “faltas”, justamente como a questão elementar do método e da memória. No seu entendimento, o que faria a história oral diferente, e por isso rica, é que ela “conta menos sobre eventos que sobre significados”<sup>36</sup>. Nesse sentido, o autor fala sobre a ideia de “mosaico” ou “colcha de retalhos”. Em sua concepção “A história oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou uma colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos”.<sup>37</sup>

Assim como Portelli que nos apresenta a profundidade, mas também nos orienta a não sermos ingênuos diante das potencialidades dos usos da memória<sup>38</sup>, a pesquisadora Dora Schwarzstein faz importantes apontamentos sobre as possibilidades e alcances desse objeto de estudo, o qual, de maneira semelhante a Portelli, acredita ser de uma riqueza grandiosa justamente por trazer à superfície a forma pelo qual é elaborado. Ou seja, Schwarzstein também compreende a subjetividade da fonte oral como um rico elemento a ser incorporado na análise, a ser levado em conta e ponderado quando lidamos com memórias.

De acordo com Dora Schwarzstein, os depoimentos orais, produtos originados por meio de um diálogo onde são postas questões do passado no momento e na cultura do presente, não seriam meros registros do passado. Pelo contrário, na definição da autora, os depoimentos orais, as memórias, seriam “produtos culturais complexos”, os quais “

Incluyen interrelaciones cuya naturaleza no es fácil de comprender, entre memorias privadas, individuales y públicas, entre experiencias pasadas, situaciones presentes y representaciones culturales del pasado y el presente. En otras palabras, los testimonios de historia oral están profundamente influidos por discursos y prácticas del presente y pertenecen a la esfera de la subjetividad.<sup>39</sup>

Ao defender o caráter subjetivo das fontes orais, a autora aponta a complexidade desse material que é atravessado não apenas pelos acontecimentos do passado, mas sobretudo pelos acontecimentos do presente, os quais tem o poder tanto de apagar quanto o de fazer emergir determinadas lembranças. Nesse sentido, a autora coloca em

---

<sup>36</sup> Idem. P. 31

<sup>37</sup> PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho; algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, 1997. p.16

<sup>38</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, 1997.

<sup>39</sup> SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. **HISTÓRIA ORAL**, 4, 2001, p P.73

questão o papel do entrevistador oral e desmente a ideia de as fontes orais serem formas de dar voz aos entrevistados. Na percepção de Schwarzstein, a mera presença do entrevistador já seria uma intervenção na elaboração das fontes orais, dessa forma, a autora acredita que a memória não seria uma mera reconstrução do passado, mas antes uma reelaboração. Tal ideia é baseada na compreensão que a autora tem de que as memórias seriam resultantes de processos que ocorrem no momento presente. Ou seja, elas surgem e são elaboradas tendo em vista questionamentos, necessidades e interesses movidos no momento do presente. Por essa razão, Schwarzstein até prefere o termo “lembranças” à memória. Pois de acordo com a mesma

Me parece importante enfatizar que nunca tenemos acceso a la memoria sino al recuerdo, y éste es siempre una reelaboración de lo que “realmente ocurrió”. Los individuos construyen sus memorias en respuesta a circunstancias cambiantes. Lo que es interesante en los testimonios no son los hechos del pasado sino la manera en que las memorias fueron construidas y reconstruidas como parte de una conciencia contemporánea.<sup>40</sup>

Assim, o que podemos perceber é que a memória não é estática, não é sempre igual, e não diz sempre sobre a mesma coisa ou da mesma forma. Tais aspectos apontados por Schwarzstein, foram percebidos por muitos críticos das fontes orais como pontos possivelmente problemáticos, os quais colocariam em xeque a credibilidade das fontes orais. No entanto, Schwarzstein afirma, assim como os demais defensores da utilização de fontes orais, que a necessidade de analisar cuidadosamente qualquer tipo de documento histórico deve ser um processo inerente a utilização de todos os tipos de fonte. O que os usos da memória evidenciam, no entanto, é que nenhuma fonte é parcial. Segundo Schwarzstein, portanto, a utilização dessas fontes teria aberto uma discussão a qual “destruye la pretensión de objetividad inherente a todas las fuentes históricas y coloca la cuestión de la subjetividad (de las fuentes y del historiador) en el centro de la historiografía.”<sup>41</sup>

Segundo Schwarzstein, compreender que todos os tipos de fontes passam necessariamente por uma mediação e uma construção, excluam a maneira às vezes ingênua com que alguns pesquisadores interpretam suas fontes. No que diz respeito aos usos das fontes orais, a autora compreende que esses dados de construção estariam apenas mais evidentes justamente por se tratarem de fontes criadas a partir de uma

<sup>40</sup> SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. **HISTÓRIA ORAL**, 4, 2001, p.74

<sup>41</sup> Idem. P.75

relação entre entrevistado e entrevistador em uma circunstância do presente, o que, de maneira alguma, diminuiria o alcance e o poder das memórias enquanto fontes históricas. Pelo contrário, a pesquisadora argumenta o seguinte.

La memoria, como interpretación de hechos del pasado está mezclada con silencios, errores y contradicciones. Esto no apunta a la nofiabilidad de la memoria como fuente histórica, sino que da cuenta de la complejidad y riqueza de la experiencia humana. La memoria como documento histórico tiene un carácter peculiar, es retrospectiva y tiene un carácter fluido. No produce datos fijos en un momento del pasado, que permanecen de una manera estable. No existe pura memoria, sino recuerdo, reminiscencia, la memoria siempre comienza por el presente hacia el pasado.<sup>42</sup>

Com base nas afirmações da autora, a memória seria, portanto, além de uma interpretação do passado feita no presente, um dado fluido, entremeado por silêncios, por erros, contradições, os quais não excluem sua validade, pelo contrário, acrescentam dados preciosos os quais evidenciam a complexidade de sua elaboração. A subjetividade, que anteriormente teria sido rechaçada e indesejada no meio acadêmico sob o estigma de “poluir” as fontes, é compreendida na utilização de fontes orais como um importante artefato a ser analisado. Assume-se assim, que as memórias não necessariamente reconstroem o passado tal como foi. Antes, as memórias falam sobre como o passado foi percebido, sentido e experimentado, o que pode resultar em distintas formas de lembrar, como esclarece

Por otra parte, las mismas experiencias pueden tener efectos diferentes, distintos significados y relevancia en gente de distintas edades y de acuerdo a la estructura de la familia. Existen asimismo generaciones de memoria, es decir de gente que comparte una experiencia social que es históricamente distinta a otras.<sup>43</sup>

Nesse exercício de reinterpretar o passado, a autora também imprime as marcas dos silêncios e dos esquecimentos na forma como as memórias são suscitadas. Silenciar ou não lembrar, também são processos inerentes à memória, eles também respondem a muitos questionamentos, provando, na visão de Schwarzstein, que a memória, independentemente de ser concebida enquanto algo coletivo ou individual, é necessariamente seletiva.

---

<sup>42</sup> SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. **HISTÓRIA ORAL**, 4, 2001, p.74

<sup>43</sup> Idem. P.76

Com base nas interpretações e considerações de autores como Portelli e Schwarzstein, encaro neste estudo a memória, portanto, levando em conta as seguintes questões. A memória é um processo individual, que ocorre dentro de cada indivíduo essencialmente. Cada pessoa lembra de uma maneira. Embora seja esse o princípio adotado, entende-se que ela não está deslocada de um contexto social e cultural. A memória é fluída, falha, entrecortada por erros, incoerências, silêncios e esquecimentos. No entanto, tais aspectos são assumidos como parte do processo de recordar. Eles são assumidos como dados, e não como falhas, afinal, não busco a verdade, ou, os acontecimentos assim como ocorreram, antes, busco observar o que e como as mulheres interpretam o passado vivido por elas. Qual a leitura da experiência vivida, quais as recordações que elas, enquanto mulheres, registram em suas memórias. Embora existam essas questões, também assumo o caráter seletivo da memória. Ou seja, entendo que as lembranças que emergem durante as entrevistas somente surgem ou são esquecidas conforme solicitadas e são, inclusive, atravessadas por mediações e interpretações de quem realiza a entrevista. E entendo assim, também, que muitas coisas não foram ditas ou não foram lembradas pois muitas experiências vividas possivelmente nunca foram suscitadas tal como feito durante as conversas com as depoentes. É com base nessas orientações que faço a leitura das memórias, entendendo seu caráter complexo e fragmentado, assim como um “mosaico”, o qual no final das contas, busco entrelaçar tal como uma colcha de retalhos, mostrando a partir de cada experiência individual um todo complexo que fala sobre mulheres e sobre a experiência de colonização de Guarujá do Sul.

## **1.8 ESTRUTURA DO ESTUDO**

O estudo ora apresentado foi organizado em quatro partes. A primeira parte, já observada, busca apresentar aos leitores e leitoras os percursos da pesquisa, entre seus objetivos, referências teóricas, metodologia de trabalho e discussões.

No segundo capítulo desta tese, algumas considerações sobre os eventos anteriores à colonização são tecidas no intuito de compreendermos a história da região do extremo oeste catarinense. Procuro analisar e compreender os caminhos e eventos que contribuíram para que no início do século XX, o projeto de colonização fosse elaborado e efetivado tal como ocorreu. Dessa forma, alguns “cenários” dessa história são revisitadas, como a questão das disputas de terras iniciadas no século XVI, o conflito do



Contestado, a passagem da Bandeira Konder e das tropas da Coluna Prestes, a ocupação da região por grupos nativos e caboclos e também, é discutida brevemente a ideia de “vazio demográfico”. Como se vê neste capítulo, a associação de uma série de fatores desencadeou na região a colonização, sendo, portanto, projetada e realizada por governadores e empresários que tinham como interesse a rápida e efetiva ocupação deste espaço.

Tendo em vista os eventos relatados no segundo capítulo, passamos à terceira parte do estudo buscando compreender, portanto, de que modo ocorreu a colonização de Guarujá do Sul sob a perspectiva das memórias femininas. São abordados e explorados neste capítulo os depoimentos das entrevistadas as quais relataram suas experiências e lembranças a respeito do assunto. São memórias que relatam as impressões a respeito da colônia, a forma como se inseriram em Guarujá, as dificuldades enfrentadas e os trabalhos realizados na abertura de roças e instalações de serrarias. Ainda neste capítulo são abordadas as lembranças a respeito dos hábitos e estratégias alimentares, a vida em comunidade, e os costumes religiosos trazidos e reformulados pelos colonos e colonas em Guarujá do Sul.

No quarto capítulo investigo a vida da menina e da mulher que colonizaram Guarujá olhando momentos de suas vivências desde a infância até a fase adulta. Assim, início a apresentação contemplando as lembranças a respeito de cenas felizes e prazerosas, como as brincadeiras no mato e os tempos de lazer junto aos amigos e amigas. O lazer das mulheres adultas também é analisado, sendo em seguida apresentadas as lembranças a respeito da educação em Guarujá do Sul, as quais falam sobre as primeiras escolas, as professoras, e as dinâmicas escolares que foram se alterando ao longo do período da colonização. No final do mesmo capítulo, é abordada, por fim, a chegada à fase adulta da mulher, onde temas como sexualidade, namoro e casamento são relembrados e onde se revelaram com maior nitidez as tramas de gênero que atravessavam a formação de Guarujá. Como fechamento, algumas considerações a respeito das impressões e das condições atuais das depoentes são discutidas.

## **2. MUITO ANTES DE GUARUJÁ, MUITO ANTES DAS COLONAS CHEGAREM. OS ANTECEDENTES DA COLONIZAÇÃO**

Este segundo capítulo da tese é dedicado ao entendimento dos eventos que antecederam a chegada dos colonos e colonas na região onde veio a ser formado Guarujá do Sul. É, evidentemente, uma narrativa tradicional, onde questões de cunho político e econômico são os condutores de grande parte dos eventos e situações ocorridos e relatados. Embora se repita aqui tal abordagem, acredito ser necessário, mesmo que de modo breve, conhecer e reconhecer os caminhos que levaram a elaboração do projeto de colonização no extremo oeste catarinense, onde nossas protagonistas entram em cena como sujeitos destinados a execução de várias tarefas para o chamado desenvolvimento da última área desocupada do estado. Ou seja, a chegada das colonas e colonos é resultante de diversos eventos envolvendo disputas de terras e planos de ocupação, sendo que, toda a história anterior à presença colona é de fundamental entendimento, tanto para a compreensão do porquê terem parado naquele lugar, como para a compreensão da formação econômica, cultural e social da região onde elas se inseriram.

Para a construção desta parte do estudo, a historiografia tradicional aliada às novas interpretações serviu como suporte bibliográfico, sobretudo por registrar e detalhar diversos momentos pontuais da história da ocupação do extremo oeste catarinense. Outra referência muito utilizada foram as análises da geógrafa Maristela Ferrari, que em sua tese de doutorado construiu um rico estudo sobre a região observada, tratando das relações transfronteiriças. Essa é, sem dúvidas, uma história predominantemente masculina, sobre questões de cunho político e econômico onde nomes de homens são constantes, onde colonos, caboclos e indígenas são compreendidos de modo universalizante, e as mulheres, sejam de qualquer origem étnica, pouco ou quase nada aparecem. Não porque lá não estavam. Neste capítulo de contextualização o que se segue é a mesma narrativa, não fugimos disso, até porque, poucos foram os avanços no sentido de descortinar a presença feminina anterior à colonização. Por mais que busquemos traçar novas abordagens e perspectivas, as falhas e as deficiências, como a falta de fontes, de vestígios e relatos femininos, seguem presentes, elas existem.

Na seção que segue, alguns “capítulos” e situações da história do oeste catarinense serão abordados no sentido de demonstrar de que maneira o território que

foi destino das colônias na metade do século XX foi um espaço que por muitos anos esteve envolvido em conflitos e disputas. Estes acontecimentos fazem parte não apenas da constituição histórica da região, como algo singular, mas também estão presentes no imaginário local, são lembrados e seguem vivos nas conversas e memórias de todos que ocupam o extremo oeste catarinense. São acontecimentos que passam desde o reconhecimento da região pelos primeiros viajantes, os quais registraram a existência de populações indígenas, até a chegada enfim, dos primeiros colonos, os chamados “pioneiros”, logo após a passagem da Coluna Prestes e da Caravana do governador de Santa Catarina Adolfo Konder, eventos dos anos 1920 que deixaram marcas e rastros na história do extremo oeste.

## 2.1 TERRITÓRIO EM DISPUTA

As áreas de terras onde foram formados Guarujá do Sul e os demais pequenos municípios da região de fronteira, por anos, foi um território disputado e motivo de conflitos entre governos internacionais e nacionais. Iniciados tais desentendimentos ainda no período colonial, Portugal e Espanha pleiteavam a posse de terras recém-descobertas no continente americano. Embora fossem regiões pouco exploradas e conhecidas, alguns tratados foram selados para que houvesse a legitimação da posse de tais domínios, como o Tratado de Tordesilhas. Conforme Della Flora, “segundo o Tratado de Tordesilhas, de 1494, os atuais territórios do Oeste de Santa Catarina pertenciam aos espanhóis, que por muitos anos quase não demonstraram interesse ou preocupação com o povoamento e com a exploração colonial dessas regiões”<sup>44</sup>

Embora com este tratado inicial onde se definia a posse da região aos espanhóis, à medida que novas áreas foram sendo conquistadas e percebidas como estratégicas e relevantes para os fins colônias das então potências Espanha e Portugal, novos tratados foram sendo elaborados assim como novos conflitos foram postos em marcha. Deste modo, as disputas militares e políticas entre Portugal e Espanha não se resolveram facilmente, sendo acordados em 1750 e 1777 novos tratados que definiam limites e o controle de terras conquistadas. Como comentado por Della Flora, em 1750 “Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, segundo o qual, Portugal cedia à Espanha a

---

<sup>44</sup>DELLA FLORA, Jussara. **Rosas na coroa, pranto na vida: a história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005. p.35

colônia de Sacramento e certas possessões na Ásia, em troca do domínio português sobre o litoral sul e o interior do Rio Grande do Sul”. Anos mais tarde, em 1777, um novo tratado era realizado onde os portugueses reconheciam a posse das Missões e de Sacramento por parte dos espanhóis em troca da ilha de Santa Catarina, sendo registrado como Tratado de Santo Ildefonso. Ainda conforme Della Flora, tal acordo culminou com a ocupação decisiva por parte dos portugueses no litoral catarinense, que passou a ser destino de colonos portugueses vindos de Açores. Em se tratando da atual região oeste de Santa Catarina, esta passou a ser parte dos domínios espanhóis, entretanto, conforme bibliografia consultada, estes não desenvolveram nenhum tipo de ocupação que firmasse a posse territorial. Esse fato, como se viu mais tarde, influenciou na vitória do lado brasileiro em relação a quem deveria pertencer as terras, tendo como princípio o uso desse espaço, chamado *uti possedetis*.

## 2.2 HERANÇA COLONIAL

Embora acordos tenham sido feitos entre Portugal e Espanha para que a questão dos limites territoriais fosse definida, havendo, portanto, conforme o Tratado de Santo Ildefonso, a posse do território do atual oeste catarinense para os espanhóis, tais limites não foram definitivamente estabelecidos.

Conforme Piazza, “as fronteiras luso-espanholas no Brasil Meridional ainda dependiam de acertos”<sup>45</sup>. Afinal, os tratados realizados em 1750 e 1777 ao definirem os limites “objetivamente, não os tiveram demarcados, por indefinições geográficas das Comissões Demarcadoras”. Sem uma definição geográfica que demarcasse exatamente os limites de posse de Portugal e Espanha, quando estes deixaram de comandar os então independentes países Brasil e Argentina, legaram às novas repúblicas<sup>46</sup> o imbróglio da questão de terras na região de fronteira sul. Este impasse sobre “a questão de limites com a República Argentina sobre o verdadeiro curso do Rio Pepery-guaçu” durou 38 anos (1857 a 1895) e passou a ser conhecido no lado brasileiro como “Questão de Palmas”, ao que na Argentina ficou conhecido como “Question de Misiones”.

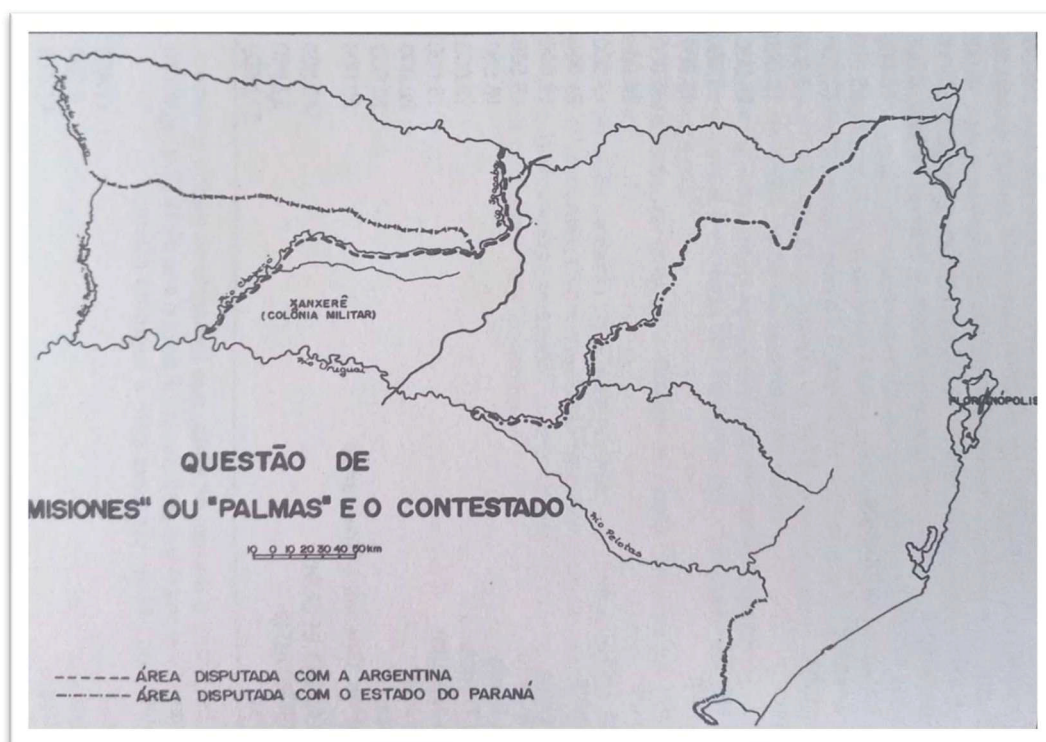
Abaixo, o mapa que marca as linhas dos territórios em disputa com Argentina e também com o estado do Paraná. Nota-se que toda a área que atualmente compreende o Oeste e extremo oeste catarinense estava em jogo neste conflito territorial,

<sup>45</sup>PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1998. p.298

<sup>46</sup>A proclamação da república do Brasil somente foi ocorrer em 1889.

compreendendo uma área territorial muito significativa tanto para o país quanto para o estado de Santa Catarina.

Imagem 2 - MAPA DOS TERRITÓRIOS EM DISPUTA



Fonte: PIAZZA, Walter, 1988.

Na perspectiva da geógrafa Maristela Ferrari, essa definição de limites é um capítulo à parte na história da região pois ela foi crucial para a demarcação de uma linha divisória entre os países, o que veio mais tarde favorecer a elaboração de uma política de povoamento tendo como princípio fundamental a ocupação por agentes brasileiros. Para Ferrari, o problema teve início com o descumprimento de ocupação por parte dos portugueses. Segundo a geógrafa

As divergências travadas entre portugueses e espanhóis durante o período colonial se devia à transposição da linha do Tratado de Tordesilhas pelos portugueses: enquanto os portugueses reivindicavam as áreas que haviam efetivamente ocupado, os espanhóis queriam o recuo do povoamento português até a linha de Tordesilhas<sup>47</sup>.

<sup>47</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011. P.99

Conforme explicação de Della Flora, a ocupação portuguesa que ocorria no litoral catarinense não encontrava barreiras em sua expansão. Por mais que acordos anteriores determinavam a posse espanhola de terras ao oeste, não havia sido realizado naquele espaço nenhum tipo de ocupação espanhola efetiva ou mesmo, nenhum tipo rigoroso de vigilância que contivesse o avanço de colonos portugueses em direção ao oeste. Distantes de qualquer olhar vigilante, foram sendo criados nas extensas áreas ao oeste, na região de Palmas, algumas estâncias de criação de cavalos e paradas de tropeiros que cruzavam os estados em função de trocas comerciais. Entretanto, segundo Della Flora, a medida que tais espaços se tornaram interessantes, e “quanto mais se efetivava a exploração econômica da região, mais a Argentina buscava a expansão dos seus domínios”.<sup>48</sup>

Desse modo, havendo o interesse pelo território por ambas as partes, a república Argentina pleiteava tendo como base de argumento os tratados anteriores que definiam a posse de terra como herança ainda espanhola. Por outro lado, os interesses brasileiros eram defendidos tendo como princípio a ocupação da terra<sup>49</sup>, tendo em vista o avanço português e a existência de espaços construídos e ocupados por luso-brasileiros na região disputada.

Para a solução destes impasses, uma série de acordos foram elaborados na tentativa de estabelecer os limites de fronteiras entre os países tendo como base as linhas físicas formados pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, mas segundo Ferrari, na imprecisão da localização geográfica dos rios, os impasses se estenderam por 38 anos. Embora geógrafos, demarcadores e outros profissionais de ambas as nacionalidades tenham buscado determinar os limites, não havia consenso entre os lados na leitura de tais estudos, fazendo haver uma longa disputa envolvendo representantes, governadores, comandantes, coronéis e ministros. O impasse se dava pois “o Brasil prosseguia reafirmando o limite pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, como é hoje, enquanto para a Argentina o limite era assinalado pelos rios Chapecó e Chopim, e mais tarde pelo rio Jangada”<sup>50</sup>.

Após anos de disputas e uma série de tentativas de acordos, foi realizado no Uruguai logo após a proclamação da República do Brasil (1889) um tratado que

<sup>48</sup>DELLA FLORA, Jussara. **Rosas na coroa, pranto na vida: a história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005 p.48

<sup>49</sup>O princípio de “uti possidetis”

<sup>50</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011 p.102

conforme Ferrari, foi extremante polêmico no Brasil. Segundo a geógrafa, “os ministros das relações exteriores brasileiro e argentino, Quintino Bocayúva e Estanislao Severo Zeballos, negociaram a demarcação do território em litígio, o qual seria dividido por uma linha que ia da foz do rio Chapecó à foz do rio Chopim.”<sup>51</sup>

Este tratado, que era visto com bons olhos pelo lado argentino, causou bastante tumulto para o lado brasileiro, que percebia não apenas a grande perda de território, mas um grande impacto político, sobretudo, por conta das ameaças de separação nos estados do Sul. Conforme Ferrari este tratado compreendia

[...] toda a área de Campo Erê, com residentes brasileiros habitando aproximadamente seis mil e seiscentos metros do rio Peperi-Guaçu, com registro de terras há mais de 30 anos em Palmas, passaria ao território argentino. Os estrategistas militares, como é o caso dos componentes do Clube Militar do Rio de Janeiro, repudiavam o tratado condenando-o como erro gravíssimo, pois afetaria diretamente os interesses do sul do país.

Não aprovado por uma série de questões diplomáticas, políticas e legais, “os dois países encaminham finalmente a questão para arbitramento internacional do presidente americano, que aparentemente se limitava a identificar os dois rios: o Peperi-Guaçu e o Santo Antônio”. Para defender a causa brasileira foi designado o Barão do Rio Branco, diplomata e historiador que se valeu de uma quantidade importante e relevante de estudos sobre geografia e cartografia como forma de defesa dos interesses do Brasil. Na análise de Ferrari,

{...} a grande novidade, aportada por Barão do Rio Branco, parece ter sido, sem dúvida, a geografia, pela qual ele fundamentou seus argumentos com importante análise geográfica, na qual apresentava minuciosos dados econômicos e populacionais da área em litígio, tendo em vista que o Brasil a reivindicava pelo princípio de *uti possidetis*<sup>52</sup>.

Segundo a geógrafa, Barão do Rio Branco, que esteve à frente de outras resoluções de problemas referentes a questões de limites e fronteiras, se valeu de estudos até então pouco conhecidos sobre geografia e cartografia. Suas análises de população, edificações, relevo, hidrografia tiveram como referências estudos sofisticados com apoio de pesquisadores franceses, que trouxeram relevantes dados sobre a região disputada. O preparo e os argumentos fundados em amplos estudos

---

<sup>51</sup>Idem. p.103

<sup>52</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina**: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX), 2011. P.108



contribuíram para a decisão favorável à causa brasileira. No ano de 1895, o presidente norte-americano Grover Cleveland, que mediava a questão dos limites, declarou “que toda a parte do Território de Palmas, situada entre os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio pertencia ao Brasil.

Embora Ferrari em seu estudo sobre a região de fronteira no extremo oeste catarinense faça suas análises com base em noções da geografia, suas colocações são de extrema relevância para a compreensão do valor que aquele território possuía à época das disputas internacionais. Como apontou, os argumentos trazidos pelo governo brasileiro não se comprovavam de todo e revelavam alguns problemas as quais demonstrou em seu estudo. Entretanto o que a autora destacou é que, devido à importância daquele território para o estado brasileiro, era válido fazer uso de todas as estratégias possíveis, inclusive, tornar um pequeno e raso rio um significativo divisor físico, pois “o que estava realmente em jogo na época era a segurança nacional do território brasileiro. Como colocou

[...] aos olhos de estrategistas militares brasileiros da época, era inadmissível perder o território de Palmas, pois a perda afetaria diretamente a segurança nacional do país. O território de Palmas representava, na eventualidade de uma guerra, corredor estratégico para os argentinos, que poderiam facilmente dominar a região sudeste que já figurava como centro político do país. Tratava-se, portanto, não apenas de um simples reconhecimento de dois rios, mas da segurança nacional do país, razão pela qual o Brasil mobilizaria verdadeira miríade de atores, como políticos, geógrafos-cartógrafos, estrategistas militares, diplomatas, jornalistas e outros, para tratar da questão com absoluta prioridade. Outros elementos de ordem interna ao país estão contidos na questão, como, por exemplo, interesses econômicos e políticos de integração nacional na região sul do país<sup>53</sup>.

Se a nível internacional o território que hoje se encontra o oeste catarinense atraía atenções e causava grandes problemas diplomáticos e políticos em função de sua posição estratégica, a nível nacional, o mesmo problema ocorria. Neste sentido, enquanto Brasil e Argentina disputavam seus limites, os estados vizinhos de Santa Catarina e Paraná também travavam uma queda de braço para definir a posse de terras.

## 2.3 CONFLITOS ENTRE SANTA CATARINA E PARANÁ E A GUERRA DO CONTESTADO

---

<sup>53</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011p.114



Dentro da história de Santa Catarina, a questão do conflito do Contestado é um dos episódios mais marcantes, tanto pela violência contida na disputa quanto pelos desfechos em relação a posse definitiva das terras catarinenses. Como comentado por Paulo Pinheiro Machado, não se tratou apenas de questão de terras, mas um conjunto de fatores que culminaram com a eclosão de um conflito armado, entretanto, a falta de consenso em relação aos limites territoriais entre os estados vizinhos certamente serviu como “potencializador” do problema. Segundo o historiador, o contexto principal do conflito estava atrelado a três principais fatores: “a vigência do coronelismo no planalto, o impacto da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande sobre extensa região (com a expropriação e o deslocamento de milhares de sertanejos), e a herança política de conflitos ligados à Revolução Federalista (1893-1895), que impactou fortemente o planalto.”<sup>54</sup>

Neste mesmo contexto de graves problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, a questão dos limites entre Santa Catarina e Paraná era mais um elemento que contribuiu para tornar aquele território um espaço de acirradas disputas. Por um lado, o governo de Santa Catarina contestava

[...] Como suas divisas com o vizinho do norte, os rios Iguaçu e Negro. Os paranaenses consideravam que toda a região dos campos de Palmas, de União da Vitória até o rio Caçador e das saliências do Timbó, de Três Barras, Rio Negro, Itaiópolis e Papanduva, constituía parte de seu território. Os catarinenses já possuíam três sentenças do Supremo Tribunal Federal a seu favor (de 1904, 1909 e 1910), mas a execução destas decisões era inviabilizada por pressão política dos paranaenses.<sup>55</sup>

O conflito territorial entre os estados que já estava em curso de modo pacífico desde o final do século XX tomou diferentes proporções no início do novo século, quando os problemas sociais e políticos envolvendo a população sertaneja e lideranças passaram a manifestar seus interesses e discordâncias. Conforme Machado, a questão do Contestado que também estava atrelada a uma forte religiosidade popular na região contestada, tratou-se sobretudo de um conflito social. Tal conflito, ocorrido entre os anos de 1912 a 1916, segundo o historiador

---

<sup>54</sup>MACHADO, Paulo P. Guerra do Contestado. Os reflexos cem anos depois. Entrevista especial com Paulo Pinheiro Machado. **Revista IHU-Online**.2012. Disponível em: Guerra do Contestado. Os reflexos cem anos depois. Entrevista especial com Paulo Pinheiro Machado - Instituto Humanitas Unisinos - IHU

<sup>55</sup>Idem

[...] colocou de um lado Coronéis, grandes fazendeiros, governo e, de outro lado, posseiros, pequenos lavradores, ervateiros, tropeiros e agregados. O conflito teve início com a perseguição policial ao grupo de sertanejos que se reunia em torno do curandeiro José Maria, na comunidade de Taquaruçu. Quando este grupo foge da polícia catarinense e se dirige ao oeste, ao Irani, então território contestado sob administração paranaense, os sertanejos passam a ser objeto de desconfiança das autoridades paranaenses, que interpretam sua chegada como uma “invasão catarinense” no intuito de ocupação do território contestado. A polícia do Paraná promoveu um forte ataque que resultou na batalha do Irani, combate ocorrido em 22 de outubro de 1912, considerado o início da Guerra, onde morreram 11 sertanejos, entre eles o monge José Maria, e 10 soldados (inclusive o comandante do Regimento de Segurança do Paraná, o coronel João Gualberto Gomes de Sá)<sup>56</sup>

Os embates seguiram exterminando um grande número de pessoas, entre homens, mulheres e crianças, havendo grande mobilização de forças militares e recursos nacionais para a resolução do conflito armado que era alimentado pelo fervor dos posseiros e pela força bélica dos fazendeiros e afins. Segundo Rodrigues, no ano de 1915, após intensa ação de militares do governo federal, os quais foram acionados pelos governos catarinense e paranaense para conter as forças dos caboclos e posseiros, boa parte dos “problemas” haviam sido resolvidos. “Ao deixar a região em maio de 1915, o governo federal havia desmobilizado totalmente o movimento do Contestado, prendido a maioria dos líderes, garantido o *status quo* dos políticos locais, protegido os interesses da madeireira e colonizadora multinacional e equipado belicamente os coronéis e seus capangas”<sup>57</sup>.

Desmobilizados e enfraquecidos, os caboclos da região contestada se dispersaram e se renderam, havendo sido coroado como o fim do conflito o ano de 1916, quando houve a prisão do último líder popular – Adeodato Ramos, e quando foi assinado o tratado de limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina. Este acordo, celebrado como um marco da pacificação do conflito<sup>58</sup>, foi assinado na presença do Presidente do Brasil, Wenceslau Brás, e dos governadores dos estados do Paraná Afonso Alves de Camargo, e de Santa Catarina, Felipe Schmidt. Embora com este ato a guerra havia sido dada como encerrada, segundo Cabral, “quando o acordo foi assinado entre as elites de Santa Catarina e do Paraná, pairava ainda o fumo dos incêndios sobre os

---

<sup>56</sup>Idem

<sup>57</sup>RODRIGUES, Rogério R. Guerra do Contestado. Atlas histórico do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 2012. Disponível em: Guerra do Contestado | Atlas Histórico do Brasil - FGV

<sup>58</sup>Idem.

escombros dos casebres dos pobres sertanejos da região, caídos na luta por uma terra que jamais seria sua”<sup>59</sup>

Imagem 3 – À ESQUERDA, “ÁREA EM LITÍGIO ENTRE PARANÁ E SANTACATARINA (1853-1917), À DIREITA, A DIVISÃO DOS ESTADOS APÓS O FIM DA GUERRA DO CONTESTADO.



Fonte: FERRARI, Maristela, 2011, p.116.

Mesmo que a questão do contestado tenho mobilizado uma série de elementos, sobretudo, sociais, para a conflagração dos episódios conflituosos, Della Flora lembra que os interesses relativos ao domínio territorial foi um fator determinante para a exaltação dos ânimos. Conforme a historiadora, logo após a vitória do Brasil sobre a Argentina na questão de Palmas, as terras conquistadas passariam da União para os Estados, o que fez crescer os interesses tanto do governo do Paraná quanto de Santa Catarina. No propósito de garantir a posse territorial, o governo catarinense passou a promover a ocupação por colonos nas áreas de interesse, mesmo havendo, há muitos anos, a ocupação destas terras por caboclos e nativos da região. Entretanto, segundo Della Flora, para haver a concretização deste plano de ocupação, era necessário a construção de uma “grande ferrovia que ligaria Rio Grande a São Paulo, com uma ramificação até a Argentina”<sup>60</sup>. Ainda conforme a historiadora, a construção da ferrovia

<sup>59</sup>CABRAL, João M.O.R. Interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Nacional, 1960.p.66.

<sup>60</sup>DELLA FLORA, Jussara. **Rosas na coroa, pranto na vida: a história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005p.51

foi de extrema importância para a região do oeste catarinense pois integraria as regiões e agilizaria o escoamento da produção agrícola. Iniciada a construção em 1890 no Rio Grande do Sul, mesmo não sendo realizada a parte que ligaria até a Argentina conforme o plano inicial, a ferrovia que ia até a região central do Brasil, fez aumentar “o interesse dos fazendeiros, comerciantes, madeireiros, empresas colonizadoras, etc, em adquirir grandes quantidades de terras devolutas para posterior comercialização em lotes”<sup>61</sup>.

## 2.4 A REGIÃO DE PALMAS, A OCUPAÇÃO E O CICLO PECUÁRIO

Durante o período em que Brasil e Argentina disputavam pela posse de terras onde atualmente se encontra a região oeste e extremo oeste de Santa Catarina, uma série de incursões de bandeirantes, tropeiros e fazendeiros paulistas eram incentivadas pelo governo brasileiro com a finalidade de ocupar e garantir a posse dos territórios em litígio. Essa região era conhecida como Campos de Palmas.

[...] é possível verificar que ditos Campos de Palmas incluem, do Paraná, apenas os municípios de Clevelândia e Palmas, enquanto que do atual estado de Santa Catarina abrangem onze municípios. [...] Portanto, quando a documentação oficial fala de Campos de Palmas está se referindo, sobretudo, as terras do atual Oeste catarinense. Por extensão, Palmas passou a designar a região sobretudo após 1855, ano de criação da freguesia de Palmas.<sup>62</sup>

Segundo o estudo regional realizado pelo padre Luiz Heinen, essa região de Palmas era conhecida há anos tanto pelos bandeirantes portugueses quanto espanhóis, pois estes atravessam a região pelas picadas abertas pelos indígenas que há centenas de anos já ocupavam a área, os chamados “peabirus”. Conforme Heinen, esse conhecimento da região já acontecia desde 1560 por homens como Aleixo Garcia, Cabeza de Vaca, Sanabria Ulrich Schmiedel, os quais eram guiados por indígenas, conhecedores do local. Os interesses desses bandeirantes eram muitos, como procurar novas minas de ouro, traçar novas rotas de comércio, capturar indígenas para trabalhos forçados, e a demarcação de territórios a favor do país o qual representavam. Entre esses vários interesses, também foram notados, como bem apontaram Heinen e Paulo Ricardo Bavaresco, as investidas de padres jesuítas na região com a intenção de cativar e catequizar os vários grupos indígenas que ocupavam as áreas. Embora os autores salientem a inexistência de formação de reduções jesuíticas, como havia ocorrido no

<sup>61</sup>Idem. p. 51

<sup>62</sup>D’ANGELIS, 1989, P.161. IN BAVARESCO, P.34

Rio Grande do Sul e na Argentina, fragmentos dessas passagens foram encontrados ao longo do território que ia aos poucos sendo reconhecido pelos bandeirantes. Segundo Ferrari, “a região era território tradicionalmente ocupado pelas sociedades indígenas, com destaque para Guaranis e Kaingangs, território que fazia parte do projeto para a criação da República Guaranítica<sup>63</sup>”.

Conforme a historiografia regional, essas primeiras tentativas de reconhecer o território assim como de formar reduções jesuíticas na região dos Campos de Palmas foram malogradas em função dos grupos de indígenas, sobretudo Kaingang, por terem se oposto convictamente a essa intrusão portuguesa. Como relatado no estudo de Jaisson Teixeira Lino, a princípio, as relações entre Kaingangs e bandeirantes teriam sido pacíficas, entretanto, à medida que as intenções dos intrusos se apresentavam, os nativos passaram a repudiar e afugentar as investidas destes segundos, o que dificultou para os bandeirantes nestes primeiros momentos o reconhecimento da área<sup>64</sup>.

Embora as primeiras incursões tenham obtido pouco resultado para os portugueses diante da defensiva indígena, o processo de interiorização de bandeirantes teve continuidade mais tarde com uma série de investidas cabeceadas por capitães que utilizavam cada vez mais da força física e da violência contra os grupos nativos. Segundo Lino, essa técnica era utilizada em todo território brasileiro, o que culminou com a dizimação do povo indígena nesta e em tantas outras regiões do Brasil. Além da extrema violência empregada para a subjugação dos nativos, o uso do trabalho forçado e servil, assim como a propagação de graves doenças que levaram a eclosão de epidemias também contribuíram para a morte de centenas de indígenas.

Apesar da forte resistência apresentada pelos Kaingangs e Xoklegs, alguns subgrupos acabaram se aliando aos bandeirantes, fornecendo a estes o conhecimento sobre trajetos e vias, os já mencionados “peabirus”. Além do auxílio no descobrimento de novas áreas, as alianças com indígenas também proporcionavam aos expedicionários a passagem e a permanência em determinados territórios. Estas alianças eram mediadas por líderes indígenas, os quais colocavam em pauta seus interesses para possíveis negociações com os brancos intrusos. É neste sentido que alguns nomes de lideranças surgiram, como o famoso Índio Vitorino Condá, líder Kaingang que intermediou relações e contribuiu para o avanço branco na região. Segundo consta na obra de Luiz

---

<sup>63</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina**: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX), 2011 P.118

<sup>64</sup> LINO, Jaisson T. O povoamento indígena no Sul do Brasil: as contribuições da arqueologia e da história. **In História da fronteira sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

Heinen, o cacique era respeitado por todos, lusos e nativos, sendo sua presença determinante para não haver conflitos, dado o poder de influência e prestígio que possuía. Concluindo se tratar de um líder incontestado diante da questão de suas ações terem sido dignas de um herói ou de um traidor do povo, Heinen escreveu sobre Condá mostrando o impacto de suas ações na conquista da região de Palmas:

Foi cacique do toldo de Mangueirinha, com notável influência sobre todos os caciques caingangues, desde Guarapuava até Nonoai. Graças a ele, os lusos pouco sofreram com os nativos nos campos de Palmas, também ao serem abertas as estradas até Nonoai e para Corrientes. Este esteve até nos palácios do governo em Porto Alegre e Curitiba. Morou 10 anos em Nonoai, interveio na luta de fazendeiros e índios em Erechim. Com Salvador e Chimbanguê, voltou a Chapecó e combateu os Botocudos em Porto União. Foi capitão e major da Guarda Nacional, com o respectivo soldo<sup>65</sup>.

Ainda na obra de Heinen, o padre comenta que a violência na região era extrema, havendo ataques de ambas as partes sendo a defensiva indígena, para os brancos intrusos, um grande problema à época<sup>66</sup>. Ocorreram, segundo a obra, diversos ataques de indígenas contra tropeiros e fazendeiros, havendo muitas mortes violentas, como na ocasião da instalação das fazendas já no ano de 1836, quando “índios mataram os homens de uma delas, sequestraram mulheres e crianças, levaram dinheiro e joias”<sup>67</sup>.

Como a ocupação indígena dos Campos de Guarapuava e de Palmas era intensa e até então bem protegida por estes grupos, somente a partir do século XIX a região passou efetivamente a ser destino de expedições de aventureiros, bandeirantes e religiosos em função do ordenamento do Regente Dom João VI de descobrir, ocupar e preservar os campos. Neste sentido, Guarapuava foi a primeira conquista das bandeiras, sendo o povoamento realizado entre 1812 e 1815, ocorrendo o aldeamento dos índios vencidos. Através dos boatos que corriam, sobretudo pelo conhecimento dos indígenas, os campos de Palmas, próximo a Guarapuava, passaram a despertar maior interesse, havendo início poucos anos depois diversas investidas de expedicionários que buscavam conquistar tais campos. Com o aumento de bandeiras, em 1844 já existiam 37 fazendas em desenvolvimento na região, acarretando, portanto, na necessidade de melhorar as estradas que até então se resumiam aos peabirus indígenas. Segundo Jaci Poli, neste período a região passou a chamar atenção o que contribuiu para o

<sup>65</sup>HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do oeste de Santa Catarina**: aspectos sócio-político-econômicos e religiosos. Joaçaba. Editora Unoesc, 1997.p.30

<sup>66</sup>FERRARI, Maristela; HEINEN, Luiz. WACHOVICZ

<sup>67</sup>HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do oeste de Santa Catarina**: aspectos sócio-político-econômicos e religiosos. Joaçaba. Editora Unoesc, 1997.p.27

conhecimento e a interiorização das investidas dos bandeirantes, fazendeiros e outros, os quais rumavam cada vez mais para o sentido oeste. Como comenta

Como o número de pessoas interessadas na formação de suas criações era demasiado grande para instalar todas em Palmas, houve uma distribuição entre os que participaram das expedições, e muitos seguiram mais a Oeste, tendo chegado até os Campos do Erê, onde atualmente está localizado o município de Campo Erê.<sup>68</sup>

No ano de 1879, Palmas, enfim, é desmembrada de Guarapuava e se torna um município de importância na região, tendo em vista que na sua área passava uma nova estrada que além de encurtar as distâncias entre os centros comerciais, também tinha impostos menores em relação aos caminhos costumeiros dos tropeiros. Essas tropas, até então, tinham apenas a opção de passar pelo caminho aberto pela região de Lages, que além de ser um caminho mais longo também era bastante oneroso aos tropeiros.

---

<sup>68</sup>POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e marginalização. In: **CEOM**. Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de Ceom. Chapecó: Unoesc, 1995.



Imagem 4 – TERRITÓRIO DE PALMAS.



Fonte: FERRARI, Maristela, 2011.

Palmas, portanto, se tornou caminho alternativo de passagem e pouso de tropas de gado, as quais eram guiadas por peões e tropeiros que faziam um percurso desde Viamão, no Rio Grande do Sul, até destinos como São Paulo e Minas Gerais. Conforme explicou Paulo Ricardo Bavaresco, esse comércio de gado, que deu início ao tropeirismo na região de Palmas, esteve associado a outros ciclos econômicos do Brasil, de modo que este circuito inseriu e viabilizou a integração desta área com demais regiões brasileiras. Segundo Jaci Poli, a estrada aberta nos Campos de Palmas teve impacto decisivo neste processo. A estrada em questão era o “caminho das missões” ou estrada das missões, que tinha como objetivo integrar estes campos com o restante do país. Conforme Ferrari, essa estrada

Partia de Guarapuava, passando pelos campos de Palmas, cruzava os rios Chapecó e Chapecozinho, entrando no Rio Grande do Sul por Nonoái, seguindo para Cruz Alta, e daí conectando-se com a estrada de Vacaria até chegar às Missões, de onde partia o gado para o mercado paulista. Esta última parte da estrada já vinha sendo usada pelos tropeiros paulistas através dos campos de Lages (D'ANGELIS, 1995).<sup>69</sup>

<sup>69</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011



Ainda segundo a geógrafa, a abertura desta estrada valorizou e dinamizou a região, atraindo tropeiros que passaram a percorrer por este caminho em função dos já mencionados motivos. Além do aumento das tropas, também houve o aumento na procura por terras por fazendeiros interessados em implantar na área a criação de gado. Os campos de Palmas era uma área adequada para a criação extensiva em função do bom relevo e do clima, além é claro, do amplo espaço disponível para esse tipo de negócio.

Com a passagem de tropeiros e o reconhecimento das áreas, o governo brasileiro também buscava neste período sinalizar a posse do território por meio da utilização das terras, incentivando, portanto, a ocupação por meio de concessões a estes grandes fazendeiros que instalavam suas propriedades nos campos de Palmas. (aqui é possível comentar mais sobre essa distribuição). Concomitante a essa ocupação por tropeiros e estancieiros os quais exploravam cada vez mais a área, a população indígena nativa ia perdendo força na luta contra os intrusos, passando alguns a incorporar o estilo de vida branco e outros mudando de área, debandando para o interior, em direção a Argentina.

Como explicou Ferrari, além do tropeirismo e da abertura da estrada que cortava os campos de Palmas, o ciclo da pecuária com incentivo e interesse do governo brasileiro foi outro ponto de destaque em relação a região de Palmas. Tais elementos contribuíram para a ocupação da área e para a integração desta ao circuito nacional, que ainda estava se construindo. No entanto, em seu estudo, a geógrafa destacou como que este primeiro ciclo econômico foi relevante para a definição das linhas de fronteira do país, tendo em vista que esta ocupação serviu como argumento de uso e posse territorial. A concessão de terras e o incentivo para fazendeiros que tinham como finalidade a criação bovina era uma medida interessante para o governo brasileiro, pois era uma forma rápida e prática de ocupar as áreas que estavam sendo disputadas entre Brasil e Argentina. Segundo Ferrari, era “óbvio que a implantação de fazendas de gado naquela época constituía meio mais rápido de ocupar o território em litígio, tendo em vista que a formação de fazendas exigia grandes extensões de terras e pouca gente, o que facilitava ainda mais a ocupação, priorizando a vontade do governo brasileiro”<sup>70</sup>.

Sobre a ocupação desta região, a geógrafa tratou como a primeira ocupação produtiva do oeste catarinense, que segundo sua análise, não se tratou de um processo

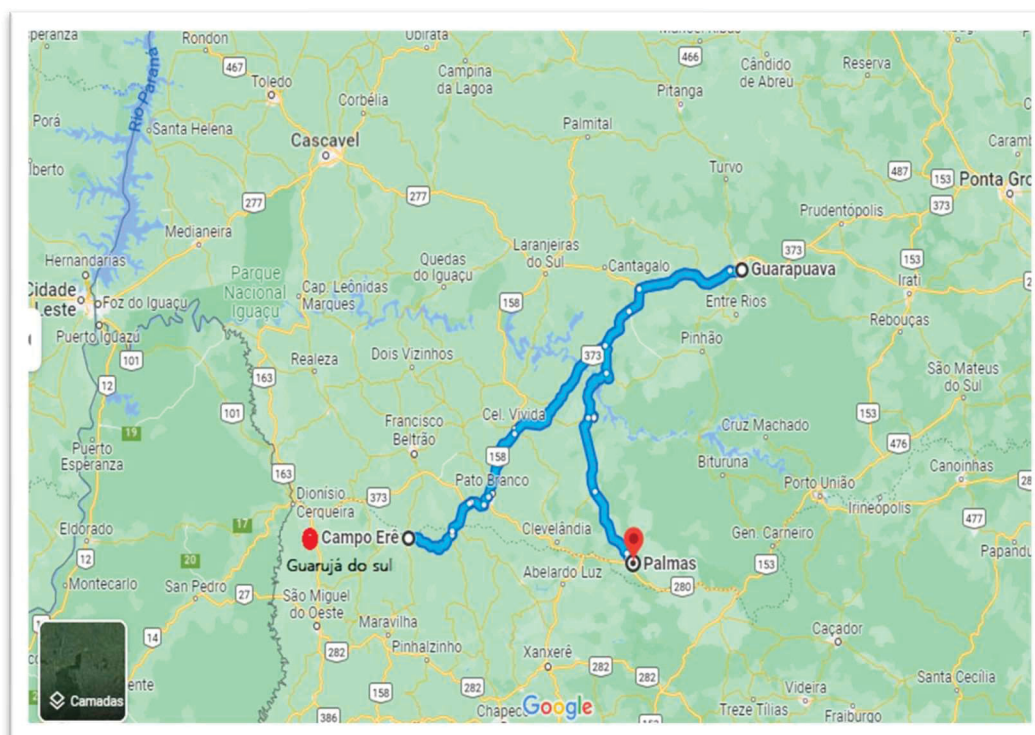
---

<sup>70</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011 P. 123.

linear ou espontâneo, mas antes, foi uma tentativa de tornar aquele espaço ocupado com o único fim de torná-lo posse brasileira. Conforme Ferrari, “a ocupação produtiva com a implantação da economia pastoril teve início somente a partir de 1839, por ‘iniciativa’ dos paulistas de Guarapuava, que respondiam fundamentalmente aos interesses e estratégias políticas do governo brasileiro para assegurar a posse do território em litígio”.

No bojo dessa ocupação intencional dos campos de Palmas, os quais estavam em evidência também pela sua vantagem de trânsito em relação ao caminho que passava por Lages, formaram-se diversos pequenos núcleos populacionais, entre eles, Campo Êre. Embora houvesse essa formação de pequenos povoados, tais núcleos sofriam de uma série de problemas de escassez e falta de comunicação com demais localidades em decorrência das péssimas condições das estradas. Embora houvesse uma grande mobilização política para estabelecer a posse desse território, sendo tratada com grande prioridade por parte do governo brasileiro, não havia, entretanto, nenhum projeto ou plano nos setores sociais, habitacionais, culturais etc. Segundo Ferrari, os moradores desses povoados, entre eles, famílias de paulistas, tropeiros, fazendeiros e indígenas aculturados, sofriam com as péssimas condições da região. Faltava alimentos e estruturas básicas para habitação, o que quase levou ao fim das comunidades.

Imagem 5 – PRINCIPAIS PONTOS DE DISPUTA ENTRE BRASIL E ARGENTINA



Fonte: Google Maps. Recorte: Gabriela Grimm

Entre os problemas observados pela geógrafa em relação a essa primeira ocupação produtiva na região dos Campos de Palmas, estava a questão da centralização em um único setor econômico. Como não houve um incentivo para o estabelecimento de outras estruturas e setores produtivos, a região que fora explorada a partir do tropeirismo e da instalação de grandes fazendas de criação de gado ficou estagnada neste único segmento. Embora a economia pastoril gerasse grandes lucros para os fazendeiros, estes não desenvolveram dinâmicas alternativas que pudessem contribuir com o desenvolvimento regional. Conforme Ferrari, a agricultura que mais tarde daria impulso a colonização no extremo oeste catarinense não era algo cogitado pelos ocupantes da região de Palmas, pois trabalhar na terra enquanto colonos não tinha o mesmo status social que trabalhar em fazendas como peões. Por esta razão, não se produziam alimentos no local em quantidade, os quais necessitavam ser trazidos de outras regiões por um preço muito elevado. Assim comentou Ferrari

A única atividade econômica centrava-se na pecuária, em razão do que alimentos como feijão, milho e entre outros vinham de várias províncias. Nesse processo de ocupação o cultivo da terra era praticamente inexistente,

pois em toda a região de fazendas no Paraná, tanto nos Campos Gerais, quanto em Guarapuava e Palmas, desenvolveu-se o preconceito contra a agricultura, “[...] era sempre mais fácil e de maior status social tocar uma tropa de muare e/ou bovinos, ou trabalhar como peão de fazenda, do que agüentar o cabo de uma enxada ou talvez a barra de um arado”. (WACHOWICZ, 1985, p. 65). O setor primário era sustentado somente pela pecuária, tudo girava em torno das fazendas, o setor secundário e terciário era praticamente inexistente, gerando alto custo de vida aos seus habitantes. Nota-se que no projeto de ocupação dos campos de Palmas, promovido pelo governo brasileiro, não havia qualquer preocupação sobre as condições sociais e de bem-estar geral dos seus ocupantes (...)<sup>71</sup>

Embora os povoados formados a partir do ciclo econômico da pecuária tenham sido necessários para a demarcação da posse territorial brasileira e para o desenvolvimento econômico e social da região, como demonstrou Ferrari, estes não recebiam do governo brasileiro muita atenção e amparo. Entretanto, sob a ameaça de invasão Argentina, foram criados no final do século XIX duas colônias militares com o intuito de salvaguardar os povoados de Campo Erê, Palmas e Guarapuava. Estes postos militares foram instalados nas proximidades dos rios Chopim e Chapecó, atuais municípios de Chopinzinho (PR) e Chapecó (SC). Como comentado por Bavaresco, “as duas colônias militares criadas no Oeste de Santa Catarina foram de fundamental importância para a garantia da soberania do território brasileiro e também processo de colonização. O art.2º do Decreto deixava bem claras as intenções do Império”:

Estas colônias são destinadas à defesa da fronteira, à proteção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a invasão dos Índios, e a chamar os ditos Índios, com o auxílio da catequese, à civilização. (PIAZZA, 1994)

Na obra do Padre Luis Heinen, que também abordou a questão da ocupação dos Campos de Palmas, entretanto, a visão sobre as colônias é um tanto de menor relevância quanto a visão dada por Bavaresco. “Planejada desde 1859 por questões de fronteira, adiada várias vezes devido a protestos argentinos, a colônia Militar foi instalada em 1882. A escolha do local, o planejamento, a construção e o comando foram confiados ao capitão José Bernardino Bormann”.<sup>72</sup>

Mobilizados recursos e pessoal para a instalação da colônia militar, a qual em 1892 recebera ligação telegráfica trazendo notícias de fora, segundo o padre, sua “glória foi efêmera”. Como questões que contribuíram para o fracasso da implantação da

<sup>71</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011

<sup>72</sup>HERSEN, **História da fronteira sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016 P.35

colônia que deveria proteger os demais povoamentos o padre listou “a queda do Império, a intranquilidade da República, a solução do problema das divisas com a Argentina, diminuíram a importância da Colônia Militar, que foi desativada em 1908. Sua decadência foi rápida”.<sup>73</sup>

A despeito de todas essas ações por parte do governo nacional, como o incentivo a ocupação por fazendeiros e pela instalação de colônias militares que rapidamente fracassaram, a geógrafa Maristela Ferrari acreditou que tudo não passou de uma estratégia de *representação* diante da proximidade do julgamento que decidiria sobre a posse territorial. Ferrari observou o seguinte

[...] é interessante notar que tanto os “boatos” quanto a implantação de equipamentos militares na região em litígio se dá quase às vésperas do arbitramento da questão, o que nos leva à hipótese de que o ocorrido tenha sido uma representação promovida pelo Estado nacional, representação essa que serviu de estratégia ao governo brasileiro para implantar equipamentos militares e de comunicação num território em litígio<sup>74</sup>.

Ou seja, na análise da autora, as ações empreendidas pelo governo brasileiro não se trataram de um projeto real de ocupação, mas antes, foram uma ocupação simbólica, apenas para conquistar a vitória sobre o espaço que disputavam com o país vizinho.

A despeito deste primeiro impulso de ocupação intencional e produtiva da região do oeste catarinense, o que destacam os autores, é que, a posse baseada na exploração pecuária não teve efeito de real colonização na região. As grandes estâncias de criação bovina não atraíam e não necessitavam de grandes contingentes populacionais, sendo mantidos, desta maneira, “grandes vazios populacionais”, o que veio a criar a ideia de sertão desocupado, mais tarde. Sem a instalação de estruturas básicas, sem a produção agrícola de alimentos e sem incentivos por parte do governo, essa região somente muitos anos mais tarde desenvolveria núcleos de ocupação efetiva. Entretanto, como destacou Bavaresco, a história da região do oeste catarinense passa necessariamente por esse episódio, pois ao mesmo tempo em que assegurou a posse territorial brasileira por meio do uso das terras, também marcou a inserção do oeste no circuito nacional. Em sua análise, este passou a integrar tanto pela sua importância na passagem de tropas de gado, como pela questão da segurança do território nacional.

---

<sup>73</sup>Idem, p.36

<sup>74</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011.p.123

## 2.5 A POPULAÇÃO CABOCLA

A história da região do oeste catarinense anterior à chegada das colônias e colonos é expressamente marcada por disputas territoriais, as quais ao longo dos anos envolveram diversos personagens que nem sempre foram integrados nestas narrativas. Entre estes tantos indivíduos, as figuras do homem e da mulher caboclos são um destes que embora tenham vivenciado diversas fases da constituição regional, não foram compreendidos como elementos relevantes na historiografia tradicional, que como já se viu, deu ênfase em determinados personagens e questões em detrimento de outros. Para tentar compreender quem seriam esses caboclos, Marquetti e da Silva diziam que

O termo caboclo foi, inicialmente, utilizado para denominar o índio que ocupava as terras do interior do Brasil em oposição ao que vivia no litoral ou para se referir simplesmente ao homem do mato, ou seja, que praticamente vive daquilo que a floresta fornece, promovendo pouca intervenção. Posteriormente, passou a referir-se ao mestiço de ascendência indígena ou africana. O termo também pode designar o homem pobre da roça, seja qual for sua etnia, recebendo outros significados em diferentes lugares do país, onde pode ser também sinônimo de caipira.<sup>75</sup>

Na percepção do historiador Jaci Poli, assim como de outras pesquisadoras como Renilda Vicenzi, Arlene Renk, Mário Maestri, debater a presença destes personagens se torna necessário para entender não apenas a constituição populacional da região, mas também, para compreender que estes formaram e constituíram as características culturais, sociais e econômicas de maneira tão relevante quanto os demais grupos sociais que estiveram presentes na história catarinense. Neste sentido de entendimento, Poli dizia que para compreender os caminhos que levaram o território oestino a ser o que é atualmente, é necessário “estudar desde a penetração dos pequenos grupos humanos até os diferentes fluxos migratórios que se sucederam”. Em sua perspectiva, mais do que explorar tais assuntos, assim como memorar nomes importantes, fundações de municípios, e registrar datas históricas, seria sobretudo relevante “estudar a população que deu consistência ao descobrimento regional e fundamentou a ação destes líderes, pois é a partir da massa anônima, que a história desabrocha”<sup>76</sup>.

<sup>75</sup>MARQUETTI, Dêlcio; Silva da, Juraci. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. In: **História da fronteira sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016 P.109

<sup>76</sup>POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e marginalização. In: **CEOM**. Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de Ceom. Chapecó: Unoesc, 1995.

Contrariando as abordagens históricas convencionais as quais construíram uma imagem de pioneirismo em relação aos colonos chegados no ciclo da madeira, no entendimento do historiador, tal pioneirismo deveria ser atribuído aos caboclos, tendo em vista que a estes coube o serviço de desbravar as matas e todo o processo de interiorização, que mais tarde, favoreceria os colonos. Em sua fala, estes seriam “a frente da frente”, demonstrando de que modo estes estariam na dianteira do processo de colonização. Segundo Jaci Poli, o caboclo estaria nesta frente da comercialização das terras, pois este “com o seu desbravamento, facilitava e barateava a instalação de propriedades e colonizações”<sup>77</sup>.

Presentes desde o início da ocupação dos campos de Palmas, os colonos caboclos, como assim chamou Poli, ocupavam a extensão de terras sobretudo trabalhando como coletores de erva-mate e como peões das grandes estâncias. De acordo com o historiador, as origens dessa população seriam de difícil definição, haja vista que teriam sido resultado do encontro e miscigenação de diferentes raças, entre elas a branca, a preta e a indígena, sendo possível terem surgido das mais diversas localidades, chegando, portanto, no oeste catarinense em razão do tipo de economia que se desenvolveu na área. Também instigados a compreender as origens dessa população, Délcio Marquetti e Juraci da Silva disseram que estes seriam originários de cruzamentos inter-raciais

Os caboclos começaram a aparecer na região quando das incursões de portugueses e escravos pelo interior do país, especialmente a partir do século XVIII, sendo fruto da miscigenação resultante do encontro entre brancos, especialmente portugueses (ou luso-brasileiros), negros escravos ou libertos e indígenas. São também denominados pela alcunha de “brasileiros”, em oposição aos “imigrantes”, ditos “de origem”.<sup>78</sup>

De modos rústicos e muito simples, os caboclos que existiam na região do oeste catarinense ocupavam a terra sem o compromisso de garantir a sua posse através de documentos ou cercamento das propriedades. O sentido de propriedade particular era muito pouco presente nessa cultura cabocla. Segundo Renk, havia entre eles um certo entendimento de que todo o território era do Estado brasileiro, sem um dono particular, o que veio a ser um ponto de atrito quando ocorreu a entrada dos elementos colonizadores no século XX. Arlene Renk explicou que, “na lógica tradicional dessa

<sup>77</sup>Idem. p165

<sup>78</sup>MARQUETTI, Délcio; Silva da, Juraci. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. IN **História da fronteira sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016 p. 109



população, a terra não era mercadoria passível de compra e venda. A colonização introduz e generaliza a lógica mercantilista, o que contribui para provocar o fosso entre os grupos.”<sup>79</sup> Conforme a historiadora

A figura do caboclo, presente nos relatos das disputas de divisas territoriais entre Paraná e Santa Catarina, é marcante na região por sua história e cultura. Praticava a agricultura de subsistência, criava porcos e galinhas para consumo próprio e possuía hábitos nômades. Não estabelecia relação de apropriação com a terra, tampouco pensava em acumular bens, “fazendo para viver”. Sua forma de produzir e de consumir corresponde à noção de economia substantiva, baseada na domesticidade retribuição e redistribuição, nos moldes descritos por Karl Polanyi (1980).<sup>80</sup>

De hábitos modestos, muitas vezes muito pobres em relação a moradia e demais estruturas, os caboclos do extremo oeste catarinense possuíam como esclareceu Renk uma relação muito distinta com a terra. Segundo o geógrafo Leo Waibel em estudo realizado em 1947 sobre a colonização do sul do Brasil, os caboclos seriam “gente extremamente pobre, com muito pouco ou nenhuma educação, vivendo nas casas mais primitivas”.<sup>81</sup> Estes homens e mulheres caboclos baseavam sua vida para o momento presente, sem a ideia de acumular, produziam para a subsistência e seguiam o fluxo da natureza em busca de outras formas de sobreviver, embora a maneira como lidavam com os recursos naturais nunca chegasse à exaustão, tal como foi feito com os colonos do Rio Grande do Sul.

Entre as atividades desempenhadas, além da colheita da erva mate, motivo pelo qual alguns historiadores creditam a chegada dos caboclos na região, também desenvolviam a criação de porcos soltos, as chamadas “safras”, pequenas colheitas de alimentos para subsistência e também se envolviam em atividades temporárias, desempenhando as mais diversas funções. O funcionamento das atividades era basicamente deste modo, “criavam suínos soltos em roças de milho e quando estavam gordos, os conduziam aos locais de comércio para vendê-los. Nos períodos de entressafra, exerciam as funções de peões de madeireiros como derrubadores,

<sup>79</sup>RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM** - Ano 19, n. 23.

<sup>80</sup>Idem. p.12

<sup>81</sup>WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil (Trad. Die Grundlagen der uropäischen Kolonisation in Südbrasil ien. In: PFEIFER; KOHLHEPP, 1984, p. 33-76). **Revista Brasileira de Geografia**, 11 (2), p. 159-222, 1949  
P.182



arrastadores, serradores ou balseiros”<sup>82</sup>. Para Poli, a população cabocla teria vivido predominantemente à margem da sociedade, sempre servindo de mão de obra barata para fazendeiros, ervateiros e mais tarde, madeireiros. E, “embora representassem a maioria da população, os caboclos sempre foram despossuídos. Raramente conseguiam obter a propriedade de uma pequena área de terra, para se manterem com suas pequenas roças caboclas”<sup>83</sup>.

Em muitos estudos, embora buscassem caracterizar e definir o que seria um caboclo, sempre estava presente a questão da dificuldade e até mesmo o problema em engessar ou concluir uma definição. Entretanto, fica claro que a questão da figura cabocla estaria muito mais relacionada a condições econômicas e sociais do que étnicas e raciais. Neste sentido, em seu estudo Jaci Poli trouxe algumas considerações elaboradas por Ruy Wachovicz qual discutiu sobre a presença cabocla na região. Conforme Wachovicz

[...] para ser considerado ou classificado como caboclo, precisa apenas ter sido criado no sertão, ter hábitos e comportamento de sertanejo e pele de cor mais ou menos escura; a grande maioria dos caboclos era o que se poderia classificar de pobres, possuíam 5, 6 ou, no máximo, 8 alqueires de posse; viviam em ranchinhos de pequenos troncos cobertos com folhas de bambu. Muitos cobriam com tabuinhas lascadas, normalmente de pinheiro, por serem mais fáceis de rachar. O assoalho só apareceu depois da instalação das serrarias; Geralmente possuíam cavalo encilhado, roupa para vestir aos domingos (domingueiras), duas pistolas e facão.<sup>84</sup>

Mesmo que uma conceitualização seja bastante complexa, ficam evidentes algumas características como estilo de vida simples, e como mencionado por autores, por vezes beirando a pobreza, modos rústicos e primitivos de lida com a terra e a elaboração de estruturas. O que depreende deste tipo de estilo de vida é que ele veio a ser confrontado com a chegada de novos grupos de ocupantes na região, a qual por muitos anos foi ocupada de maneira livre e desprendida pelos sujeitos caboclos. Na visão dos historiadores que analisaram esses encontros, os caboclos teriam sido subjugados pelos colonos em função justamente do estilo e filosofia de vida, que veio a ser contraposta com a dinâmica inserida pelos grupos de colonos, que tinha como base a exploração dos recursos naturais, sobretudo a madeira e as roças.

<sup>82</sup>POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e marginalização. In: **CEOM**. Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de Ceom. Chapecó: Unoesc, 1995. p.181

<sup>83</sup>Idem

<sup>84</sup>WACHOVICZ, Ruy. Apud POLI, Jaci. p.174

Para Renilda Vicenzi, as diferenças entre colonos e caboclos no período das colonizações realizadas início do século XX eram enormes, de modo que tais diferenças produziram preconceitos e estereótipos, que conforme também sugeriu Poli, existiam de ambos os lados. Segundo esses pesquisadores, inicialmente as relações eram baseadas em desconfiança entre os colonos e caboclos, de modo que a convivência e as necessidades que iam surgindo favoreciam o estreitamento de possíveis laços entre estes. De todo modo, embora relações pudessem ocorrer, nas análises de Renk, assim como de Poli e Vicenzi, elas sempre eram baseadas na diminuição do caboclo. Tal diminuição, desvalorização e preconceitos eram fundados em diferenças, como modos de habitar, modos de produzir, modos de desenvolver educação e hábitos culturais, mas sobretudo, pela diferença em relação a maneira de utilizar a terra, que era a grande questão no período da colonização. Segundo Vicenzi “os diferentes modos de produção criaram verdadeiro abismo entre as duas comunidades, ensejando fortes preconceitos entre caboclos e colonos, processo determinado e influenciado pela Colonizadora”.<sup>85</sup>

Conforme Delcio Marquetti e Juraci da Silva, a colonização planejada e realizada no início do século XX teria impactado definitivamente na vida e nos modos dos caboclos que até então vivam na região do oeste catarinense. A partir da inserção dos novos grupos de colonos que tinham como finalidade a ocupação a exploração da terra, os caboclos foram sumariamente expulsos de suas áreas de ocupação justamente por não terem documentos que comprovassem a sua posse. Essa questão da não regularização das áreas foi utilizada, portanto, para o argumento de que as terras eram de ninguém, e então, poderiam ser compradas e utilizadas pelos colonos. Os caboclos que ocupavam os campos e matas se viram obrigados a lidar com uma situação complexa, nas quais algumas soluções eram, adentrar em novos territórios, correndo o risco de nada encontrar, haja vista o avanço das colonizações, ou, aculturar-se e entrar na engrenagem da colonização. Diante desse avanço colonial, muitos acabaram por permanecer no local, assumindo funções como ajudantes, peões, puxadoras de toras, balseiros entre outras atividades. Outros, recolheram suas famílias e rumaram para direções isoladas, preservando os modos costumeiros caboclos, dando continuidade ao que anteriormente Poli já tinha percebido como “frente da frente”.

É conveniente comentar sobre a observação realizada por Maristela Ferrari sobre essa questão da ocupação das terras tendo como ponto de fundamento a utilização de

---

<sup>85</sup>VICENZI, Renilda. Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM** - Ano 19, n. 25 – Narrativas. p.308

documentos<sup>86</sup>. Ferrari nos lembrou que, curiosamente, a questão da utilização das terras, o princípio do *uti posedetis* que uma vez contribuiu para o ganho de causa do Brasil em relação a Argentina não teve o mesmo efeito mais tarde para os ocupantes caboclos em relação aos colonos. Ocupar a terra, da maneira como era feita pelos caboclos não serviu como argumento para assegurar a posse territorial diante da investida colonizadora.

De todo modo, a história regional analisada pelas historiadoras e historiadores que se debruçaram na questão da presença cabocla na constituição cultural, étnica, econômica, geográfica catarinense, compreendem de que se tratou de um grupo à margem da sociedade, que, conforme novos elementos iam sendo inseridos nos locais que ocupavam, iam gradativamente sendo expulsos. Essas expulsões se davam de várias maneiras, ora através do uso da violência, ora de forma pacífica, mas sobretudo pelo despojamento econômico, quando os caboclos sem possuir os recursos para se manterem nas terras acabavam se rendendo às investidas de pessoal mais abastado. Para Marquetti “o fenômeno da colonização, que veio desde o século XIX, forçou-os a significativos deslocamentos e modificações em seu *modus vivendi*”.<sup>87</sup> Nas observações de Jaci Poli, esse avanço colonial passou a perceber os ocupantes caboclos como um empecilho para o desenvolvimento do projeto de colonização caso permanecessem nas terras enquanto donos do espaço, e portanto, os caboclos passaram a ser concebidos como “intrusos”. Sendo estes intrusos, era cabível aos representantes das colonizadoras fazer o serviço de “limpeza” da área” para que novos ocupantes pudessem vir a realizar o serviço de colonizar as terras as quais os caboclos pouco ou mal sabiam utilizar, segundo a perspectiva da época. Conforme Arlene Renk “O *habitus* na relação com a terra tem posição polarizada entre caboclos e indígenas, de um lado, e os colonos descendentes de europeus, de outro. Tomando-se o caso dos caboclos, a concepção de terra é de que esta não é mercadoria”. Havendo, portanto, essa diferença de percepção em relação ao valor e aos usos da terra, Renk concluiu que a colonização foi um divisor de águas tanto na vida dos caboclos como na história regional. Segundo a autora “a colonização representou uma fricção interétnica, respaldada por novo esquema mental, novos *habitus*, e resultou na expropriação dos recursos naturais, dentre os quais

---

<sup>86</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina**: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX), 2011.

<sup>87</sup>MARQUETTI, Délcio. Silva da Juraci. In: **História da fronteira sul**. Chapecó : Ed. UFFS, 2016.

a terra, criando uma clivagem de etnias. Instaure-se uma divisão étnica do trabalho na região.<sup>88</sup>

Além do preconceito e da visão de que os caboclos não eram aptos a ocupar a terra em razão dos modos desempenhados por estes, Marquetti lembrou que por muitos anos estes, além de serem “excluídos” de narrativas, também por muitos anos carregaram uma “fama” de preguiçosos, perigosos e outros estereótipos por conta destas diferenças culturais e laborais que passaram a ser vistas como exuberantes diante da chegada de colonos e colonas. Segundo Marquetti, “o termo caboclo carregou um estigma, marca negativa, associado à ideia de cultura pobre, de escassez de conhecimentos, que carece de recursos tecnológicos, economia, arte e religião ou filosofia mais elaborados”.<sup>89</sup>

Embora seja verdadeiro que houve essa construção da imagem e da fama do elemento caboclo que perdurou por muitos anos nos escritos e no imaginário local, Marquetti argumentou que nos últimos tempos, ao menos dentro do campo acadêmico, houve uma reinterpretação do termo, assim como da história sobre os caboclos. Segundo o historiador

Nas últimas três ou quatro décadas, no entanto, as palavras caboclo e cultura (ou identidade) cabocla, assumiram caráter de autoafirmação e resistência, empregadas para evidenciar a existência de um conjunto de crenças, saberes e fazeres rico e diversificado, um jeito de ser, de estar no mundo – a natureza – e se relacionar com ele (um etos), longe de parecer inferior a culturas ou identidades de outros grupos. Essa inversão partiu do argumento de que a contribuição dada pelo caboclo na constituição da história regional e nacional foi relegada ao esquecimento, em narrativas que exaltaram a ação do colonizador, negando assim a interação e a profundidade em que se deram as trocas culturais e partilhas de experiências dos atores que tomaram parte nessas histórias. Tais narrativas encerram uma lógica dicotômica e simplista, a do confronto que resulta em vencedores, que devem ser lembrados, e vencidos, que devem ser esquecidos<sup>90</sup>.

De fato, as narrativas produzidas por historiadores e cientistas sociais são bastante reducionistas ao perceber apenas os antagonismos sem reconhecer uma série de relações e interações que ocorriam entre os diversos grupos presentes na região. Tais narrativas, além de promover o aguçamento das diferenças, sem trabalhar as possíveis semelhanças, também cristalizam a noção de que todo caboclo seria pobre, humilde e

<sup>88</sup>RENK, Arlene. A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. **Cadernos do CEOM**. Território, migração e diversidade. Chapecó (SC), v. 31, n. 49, p. 10-22 Dez/2018. p.20

<sup>89</sup>Idem. p.110

<sup>90</sup>MARQUETTI, Délcio; Silva da, Juraci. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. IN **História da fronteira sul**. Chapecó : Ed. UFFS, 2016. p.111

inferiorizado, assim como todo colono seria rico, preconceituoso e fechado aos demais grupos sociais. Tal abordagem negligencia a riqueza das relações e também encerra os diversos personagens em caixas moldadas.

## 2.6 A FRONTEIRA COMO ZONA DE VAZIO DEMOGRÁFICO

A noção do que seria uma fronteira, como observado por Maristela Ferrari, recebeu diferentes interpretações e definições conforme tempos, espaços e sociedades, sendo ainda bastante complexo trazer uma definição única do que se trataria a ideia de fronteira. Como colocou a geógrafa

Como qualquer outro conceito, o de fronteira também sofreu modificações, sendo próprio da ciência, que no avanço do conhecimento busca permanentemente respostas mais adequadas para explicar, em determinados momentos, os fenômenos que nos cercam. Não acreditamos na tese do “fim das fronteiras”, mas na resignificação ou renovação de seu conteúdo, pois como indica Dias (2005), os conceitos variam de uma época para outra, são recriados pelos olhares humanos a cada período. Na mesma linha de raciocínio, Haesbaert (2004, p. 87) ensina que para entender um conceito é preciso “[...] buscar seus caminhos e descaminhos, sua história ao longo da ou das áreas do conhecimento em que ele foi concebido e moldado – reconhecendo, assim, toda a herança que ele carrega em termos da construção conceitual”.<sup>91</sup>

Embora seja extenso o debate sobre as origens e os diferentes significados que o termo levou, a fronteira que aqui observamos tem como base a abordagem da geografia que compreende linhas que fazem limites entre dois países. Linhas essas inventadas pelo “homem para representar, organizar, controlar ou dominar determinado espaço territorial. Neste caso, as fronteiras político territoriais entre Estados nacionais<sup>92</sup>”. O termo fronteira, teria surgido ainda no século XIII, mas a forma comum como utilizamos hoje em dia, conforme explicações de Ferrari, teria apenas ocorrido na vigência do Estado Moderno, quando o termo “fronteira adquiriu o senso que se lhe atribui hoje em dia, de limite de um Estado e de sua soberania nacional, quando também se afirmará a ideia de que a linha de fronteira deve apoiar-se em elementos geográficos físicos naturais”<sup>93</sup>.

---

<sup>91</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011. P.26

<sup>92</sup>Idem. p.27

<sup>93</sup>Idem. p.27

Em se tratando dos usos do termo em geografia no contexto brasileiro, Ferrari esclareceu que duas vertentes tiveram maior influência, como a abordagem europeia e a abordagem americana. A americana teria como maior expoente o historiador Frederick Turner o qual concebeu a ideia de que

A fronteira seria o lugar onde nasce o território e a identidade. Sua concepção de fronteira se desenvolve sobre a região do Oeste americano, região interna ao país e dá senso a fronteira como margem geográfica na qual nasceria o centro identitário e os valores da sociedade. É nesse sentido que Turner pondera sobre a conquista do Oeste americano. Para ele o Oeste americano seria o berço da alma americana, da democracia e da identidade nacional, lá onde os pioneiros de todas as nacionalidades teriam de lutar pelo recuo da natureza selvagem. Com base em tal ideia a fronteira seria “frente pioneira em expansão”<sup>94</sup>.

Segundo Ferrari, essa ideia de Frederick Turner teve adesão no contexto brasileiro sobretudo a partir da década de 1950. Anteriormente, era predominante a abordagem europeia de fronteira sendo de maior influência o modelo francês o qual tinha um caráter “eminentemente político de linha divisória entre países, como, por exemplo, o litígio de Palmas ou Misiones entre Brasil e Argentina”<sup>95</sup>. Na análise da geógrafa, as diferenças possíveis entre as duas abordagens teriam a ver com a ideia de terras livres. Enquanto para os europeus as terras já eram ocupadas há muitos anos, na América, as terras já conhecidas e ocupadas por grupos nativos eram concebidas como inabitadas e livres para serem usados pelos agentes “civilizadores”. Ainda segundo Ferrari que explicou sobre os usos do termo “no Brasil adotou-se inicialmente o conceito europeu de fronteira, pelo qual o traçado entre países obedecia ao princípio de *uti possidetis*; mas em meados do século XX, a ideia de fronteira no país foi associada a zona pioneira ou frente pioneira”<sup>96</sup>.

Sendo essa a ideia corrente em relação ao que seria uma fronteira, a região do atual extremo oeste catarinense passou, a partir do início do século XX, sobretudo após os eventos do Contestado, a ser concebida como uma região que necessitava ser explorada e ocupada. Até então, a área de fronteira entre os países Brasil e Argentina, e os estados do Paraná e de Santa Catarina era vista tanto no contexto estadual quanto nacional como um local perigoso, abandonado, um verdadeiro sertão, esconderijo de

<sup>94</sup> FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011. P.28

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Idem.p.42

refugiados e mestiços.<sup>97</sup> Sendo este o cenário e os comentários que surgiam nas capitais como Florianópolis e Curitiba a respeito das áreas de fronteira recém-conquistadas em Santa Catarina, houve o início de um processo de elaboração de planos de ocupação. Já no ano de 1917, logo após o fim do litígio do Contestado houve a decisão da criação do município de Chapecó, tendo este município uma extensa área de terras as quais iam desde onde hoje se encontra a cidade de Chapecó até os limites com a Argentina. Esse território extenso contava com centenas de quilômetros quadrados, sendo necessário, na perspectiva dos governadores estaduais da época, ocupar este território com elementos humanos capazes de desenvolver atividades produtivas.

No início da década de 1920, as primeiras tentativas de colonização do outro lado do Rio Uruguai, divisa física entre os estados do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, começaram a ocorrer. Os colonos partiam da região noroeste do estado gaúcho e faziam a travessia por meio de balsas, passando a se instalar logo à beira do rio, dando início à ocupação no sertão de Santa Catarina. Outros migrantes vinham diretamente da Alemanha, por intermédio de empresas colonizadoras alemãs como a Colonizadora Peperi LTDA, que “estava sob a direção de Faulhaber, oriundo de Wüttemberg (Alemanha), que já participara também da colonização do antigo município de Neu Wüttemberg (RS), hoje Panambi (RS)”<sup>98</sup>. No final da década, duas colônias fundadas por migrantes europeus já estavam em marcha, sendo estas Porto Novo, atualmente Itapiranga, povoado sobretudo por alemães e seus descendentes de costume religioso católico, e a outra Porto Feliz, atual Mondaí, igualmente colonizada por migrantes e descendentes de alemães, porém de tradição religiosa luterana. Deste modo, “a partir de 1922 já se constatava nova paisagem étnico-cultural ao sul do conjunto da zona fronteira”<sup>99</sup>.

Este processo de colonização empreendido por firmas estrangeiras encabeçadas por agentes alemães foi visto com bons olhos pelo governo catarinense tendo em vista o trabalho feito pelos colonos na área ocupada<sup>100</sup>. Embora esta parte do território já estava sendo dinamizada pela presença de colonos que estavam desenvolvendo atividades produtivas na área conhecida pelo seu “vazio demográfico”, as demais áreas da fronteira seguiam obscuras segundo o entendimento da época.

<sup>97</sup>FERRARI, Maristela; FLORES, Maria B. 1999; D'EÇA, Othon.

<sup>98</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011. p.177

<sup>99</sup>Idem. p.178

<sup>100</sup>VOJNIAK, Fernando. Prefácio – uma breve leitura dos documentos. In: **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005



Essa nebulosidade em relação a região fronteira estava associada às notícias que circulavam tanto na capital catarinense como no restante do Brasil a respeito da falta de segurança, falta de vigilância, como se fosse “uma terra de ninguém”, onde o banditismo tinha livre expressão tendo em conta a distância e a falta de conexão com demais regiões do estado, estando os seus poucos e sazonais ocupantes completamente desamparados de qualquer tipo de assistência do governo fosse estadual ou federal.

Essa fama de sertão abandonado e perigoso, como se viu, tomou outras proporções na década de 1920 com a passagem da famosa Coluna Prestes na região. É conveniente mencionar esta passagem e este marco na história da fronteira pois ainda se encontram vestígios desta marcha assim como histórias ainda se fazem presente nas conversas dos idosos. Por mais que se trate de um evento que, conforme relatado pelos mais antigos moradores da região, tenha trazido mais violência e sofrimento para aquele território, este episódio da história nacional fez com que os ocupantes deste local se sentissem parte de algo importante e marcante. Dizer que a coluna passou, deixou marcas onde vivem, e que Luís Carlos Prestes andou por aquelas bandas, trouxe um certo valor e prestígio para o espaço de fronteira e seus ocupantes, do tipo “aqui ocorreu um evento importante, histórico e significativo”, fato esse que se mostrou nas conversas informais que tive a oportunidade de ter com idosos e idosas da região, entre eles, a professora Ines Possato, de Guarujá do Sul.

A marcha da Coluna Prestes, iniciada no ano de 1924 saindo de Alegrete no Rio Grande, foi liderada pelo tenente Luís Carlos Prestes, que comandou centenas de homens e mulheres numa empreitada que tinha o intuito de combater e derrubar as poderosas oligarquias sobretudo de fazendeiros dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Em seu trajeto que teria ao total 25 quilômetros, passando por várias regiões do país, uma série de acontecimentos como embates físicos, desentendimentos, saques, destruição, roubos e outros problemas de ordem e de violência tumultuou a trajetória da marcha e também dos locais por onde está teria passado. Como constou em publicação feita pelo jornal eletrônico do Diário Catarinense, “Estima-se que cerca de 1,5 mil homens e mulheres a pé e a cavalo tenham marchado enfrentando mata virgem, sertão, polícias e jagunços a serviço do governo. Por onde passaram os rebelados, como em Santa Catarina, fizeram inimigos e amigos”<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup>CATARINENSE, Diário. **Vestígios de uma marcha histórica: a passagem da Coluna Prestes por SC.** 2018. Disponível em: [https://www.nsctotal.com.br/noticias/vestigios-de-uma-marcha-historica-a-passagem-da-coluna-prestes-por-sc?fbclid=IwAR30euD\\_Rhci8\\_TGIqxpXHA6KGJUS8rGlcPNRG4P1wVAScDsQRhPHU7DWBM](https://www.nsctotal.com.br/noticias/vestigios-de-uma-marcha-historica-a-passagem-da-coluna-prestes-por-sc?fbclid=IwAR30euD_Rhci8_TGIqxpXHA6KGJUS8rGlcPNRG4P1wVAScDsQRhPHU7DWBM)

No ano de 1925, a marcha então passou pela região de fronteira catarinense, sendo este acontecimento notado pelos colonos que viviam à beira do Rio Uruguai os quais presenciaram o tumulto das tropas que vinham com cavalos cansados, gente faminta e cheias de doenças. Essa chegada da tropa disseminou, além do medo, a doença do tifo, que acabou levando a óbito muitas pessoas, entre colonos e líderes. Nas análises de Ferrari, tal passagem teria contribuído para o “fretamento” da colonização e também para a queda da população, gerando um atraso no desenvolvido que estava sendo posto em marcha. Sobre o assunto, ela observou os resultados dessa passagem na região

Assim, enquanto Mondaí sofreu grande perda de vidas humanas provocadas pela disseminação da febre tifoide e implicações no próprio fluxo de novos migrantes, em Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, a Coluna Prestes provocou o completo esvaziamento da população daqueles aglomerados. Todos os moradores abandonaram suas casas e propriedades e fugiram para a Argentina levando consigo as tropas de animais, como mulas, cavalos, suínos e bovinos e lá permaneceram escondidos até a saída de Prestes daquela zona. Segundo a pesquisa de campo, assim como aconteceu com Mondaí, a passagem da Coluna Prestes também prejudicou o desenvolvimento dos aglomerados de Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, pois muitos moradores daqueles aglomerados que haviam fugido para o território vizinho não retornaram mais ao Brasil.<sup>102</sup>

Consultada também a respeito da passagem da Marcha que teve como primeiro ponto de parada o município de Descanso, que recebeu este nome justamente pelo descanso das tropas da coluna, a professora Ines Possatto, já mencionada, comentou que Guarujá do Sul, embora não existisse à época, também foi território de passagem da coluna. Buscando explicar o que foi a coluna, Ines comentou

A coluna Prestes saiu de Alegrete RS, atravessaram o rio Uruguai via Mondaí e abrindo caminhos com foices, machados, serrotes, enxadas, nestas matas fechadas e passaram por vários locais hoje nossas cidades. Em Descanso descansaram por esse motivo do nome. Por esse motivo a hipótese é que eles abriram esta trilha de Cedro por Barro Preto, passando por Pessegueiro até Dionísio Cerqueira. Foi a primeira estrada. Era só mata fechada e era a única estrada da Época. Nesta mesma ocasião partiram as tropas de Vargas também saíram em perseguição a coluna prestes por estes caminhos. Mas aconteceu uma tragédia, veio as tropas de São Paulo para ajudar as forças de Getúlio e começou o tiroteio entre próprios companheiros. Morreu muita gente. Quando se reconheceram se separaram e daí o nome de Separação em Dionísio Cerqueira. Uma senhora de São Miguel Do Oeste de mais de 80 anos Iolanda Mingori, minha conhecida disse que o pai dela ajudou neste combate e morreu muita gente. Fizeram um buraco e lá colocaram os mortos

<sup>102</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira BrasilArgentina**: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX), 2011. P.185

e agora tem um pequeno cemitério cercado de arame e uma pequena homenagem em Separação, Dionísio Cerqueira. Deveria ser feito um monumento histórico neste local, até um guia turístico de São Paulo nos falou disso. Este foi um dos fatos de conhecimento da região.<sup>103</sup>

Além de esclarecer alguns pontos sobre a passagem da coluna na região, a fala da professora demonstra a relevância do acontecimento no imaginário local e também os impactos nesta área que estava em vistas de ser colonizada. Conforme sua explicação, a passagem da coluna teve efeito na abertura de uma picada que faria ligação do município de São José do Cedro, passando por uma linha que hoje se chama Barro Preto, em Guarujá do Sul, cruzando Pessegueiro, onde se iniciou a colonização de Guarujá, em direção ao já existente núcleo populacional de Dionísio Cerqueira. Como narrado por Ines, nesta altura da marcha, as tropas da coluna foram surpreendidas pelas tropas do governo, ocorrendo, nesta região um grave conflito que culminou com a morte de vários integrantes de ambos os lados. Neste mesmo episódio, os próprios integrantes da Coluna também passaram por desavenças internas, havendo a separação de alguns que decidiram marchar para outros rumos. Assim, entre os hoje municípios de Guarujá do Sul e Dionísio Cerqueira foi fixada uma linha que leva este nome em decorrência dos eventos da presença da coluna. Segundo matéria do Diário Catarinense, este episódio foi marcante na trajetória da marcha

A Linha Separação foi palco de um dos mais sangrentos combates da marcha revolucionária ao longo dos 25 mil quilômetros percorridos pelo movimento. Não é oficial, mas populares falam que em torno de 200 homens teriam morrido. Há um cruzeiro que representa pelo menos 27 oficiais que tombaram, mas só os com patentes altas. Os corpos dos soldados foram abandonados em uma cachoeira<sup>104</sup>.

Os boatos que seguem na região dão continuidade a ideia de terror e vandalismo que surgiu com a passagem da coluna na região. Obviamente, os colonos que somente em 1950 viriam a ocupar as áreas de Guarujá do Sul por onde a marcha teria passado, não vivenciaram nada do que havia sido relatado pelos poucos brasileiros que já estavam na região, mas sabiam que por lá onde davam início as suas plantações, havia

<sup>103</sup>POSSATTO, Ines. Depoimento ao grupo “Memórias de Guarujá do Sul” na rede social Facebook. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/519445485143879/search/?q=coluna%20prestes>

<sup>104</sup>CATARINENSE, Diário. **Vestígios de uma marcha histórica**: a passagem da Coluna Prestes por SC. 2018. Disponível em: [https://www.nsctotal.com.br/noticias/vestigios-de-uma-marcha-historica-a-passagem-da-coluna-prestes-por-sc?fbclid=IwAR30euD\\_Rhcl8\\_TGIqxpXHA6KGJUS8rGlcpNRG4P1wVAScDsqrhPHU7DWBM](https://www.nsctotal.com.br/noticias/vestigios-de-uma-marcha-historica-a-passagem-da-coluna-prestes-por-sc?fbclid=IwAR30euD_Rhcl8_TGIqxpXHA6KGJUS8rGlcpNRG4P1wVAScDsqrhPHU7DWBM)

acontecido algo grandioso e violento. Esses acontecimentos, que deixaram nomes, lembranças e uma abertura para a imaginação, também deixaram vestígios físicos, entre eles um cemitério, que embora abandonado, registra a passagem e a intensidade dos eventos ocorridos naquele território. Segundo a matéria do DC publicada no ano de 2018 sobre a Coluna Preste na região de fronteira, os redatores comentavam

Recentemente uma empresa que faz prospecção de metal foi contratada pela Associação Recreativa e Cultural Nacional para rastrear determinada área. Na proximidade de uma vala comum, foram encontrados estribos usados pelos oficiais, perfeitamente identificados pelo brasão da República gravado. O geógrafo Tiago Junior Gobetti conta que em décadas passadas era comum a localização de trincheiras onde combatentes se protegiam. Os abrigos tinham cerca de 60 metros de comprimento por 1,5 metro de profundidade<sup>105</sup>.

Com o avanço da frente agrícola poucos anos depois, por toda a região de fronteira indo desde o Rio Uruguai até Dionísio Cerqueira foram encontradas peças, ferramentas e utensílios deixados pelos integrantes da coluna. Nas proximidades de Guarujá do Sul e Dionísio Cerqueira, na linha Maria Preta, o geógrafo consultado pela matéria do jornal relatou terem sido encontrados, além dos vestígios como munição, armas, peças de montaria, vários pontos de abrigo e proteção da coluna. Estes pontos foram descobertos pelos colonos enquanto abriam suas roças e cavoucavam as terras que haviam sido palco dos conflitos na década de 1920.<sup>106</sup>

A passagem da Coluna Preste foi evidentemente um marco na história da região de fronteira que, como se viu, deixou marcas materiais e imateriais no espaço que mais tarde seria ocupado por colonos e colonas. Como observado no estudo de Ferrari assim como em outros que trataram sobre o tema, a passagem da coluna retardou o desenvolvimento do projeto de colonização, provocando ainda a morte e mesmo o abandono de elementos que já ocupavam aquela área. Segundo a historiografia regional, essas consequências contribuíram para o aumento dos rumores sobre a região de fronteira ser um local perigoso, ermo, de banditismo e de pouco controle, influenciado na imagem que se tinha tanto da fronteira quanto de seus ocupantes.

<sup>105</sup>CATARINENSE, Diário. **Vestígios de uma marcha histórica**: a passagem da Coluna Prestes por SC. 2018. Disponível em: [https://www.nsctotal.com.br/noticias/vestigios-de-uma-marcha-historica-a-passagem-da-coluna-prestes-por-sc?fbclid=IwAR30euD\\_Rhci8\\_TGIqxpXHA6KGJUS8rGlcPNRG4P1wVAScDsqrhPHU7DWBM](https://www.nsctotal.com.br/noticias/vestigios-de-uma-marcha-historica-a-passagem-da-coluna-prestes-por-sc?fbclid=IwAR30euD_Rhci8_TGIqxpXHA6KGJUS8rGlcPNRG4P1wVAScDsqrhPHU7DWBM)

<sup>106</sup> Idem

Sendo este o cenário fronteiriço após a passagem da coluna, cheio de suposições e construções que fortaleciam a ideia de sertão e de perigo<sup>107</sup>, no ano de 1929 o governador do estado de Santa Catarina, Adolfo Konder, decidiu então que ele também marcharia junto de uma comitiva em direção ao sertão com o objetivo de conhecer e reconhecer o último território conquistado pelo estado o qual governava. Partindo de Florianópolis assessorado por uma equipe formada por diversos profissionais, entre eles jornalista, historiador, políticos, autoridades policiais, consultores jurídicos, agrimensores e fotógrafo<sup>108</sup>. Konder se dirigiu para a fronteira utilizando diversos meios de transporte, sendo registrados todos os passos e impressões da comitiva em sua “marcha arrojada e corajosa”<sup>109</sup>

Entre as justificativas para a realização de tal empreitada, a historiadora Bernardete Flores destacou que estavam os interesses em integrar aquele território ao estado catarinense, sendo necessário, portanto, dar início a um projeto sólido de povoamento da região por meio da inserção de elementos adequados para tal plano de desenvolvimento da área tão recentemente conquistada. Além deste reconhecimento como forma de integrar o território, a viagem sinalizava a posse do território de fronteira e o comando da pessoa do governador. Nas palavras de Flores que analisou a bandeira

[...] sobre as razões oficiais da viagem do governador Adolfo Konder, em 1929, afirmava-se que o objetivo era inteirar-se das necessidades da região, para integrá-la definitivamente “à comunidade catarinense, demonstrando aos vizinhos do Rio Grande do Sul, do Paraná e da Argentina a intenção do Estado de Santa Catarina de exercer a soberania sobre as terras do Oeste” (Athanázio, 1992, p.12). Tinha, ainda, por intenção, como se lê no diário de Othon d’Eça, “apagar os últimos vestígios de velhos rancores, que fronteiras imprecisas e políticas inábeis haviam criado e mantido durante quase um século”. (p.12)<sup>110</sup>

Uma das grandes preocupações do governo catarinense, como se percebeu, não era apenas a integração do conjunto de fronteira ao estado, mas o de demonstrar a tomada de poder do governo, sendo Adolfo Konder o líder a quem deveriam se dirigir. Diante de uma área que ainda estava sob o jugo de mando e desmando de lideranças locais, se fazia imperativo demonstrar quem mandava naquele espaço. Além destes

<sup>107</sup>MURARO, Valmir. Sobre fronteiras e colonização In: **História da fronteira sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016

<sup>108</sup>Idem. p.174

<sup>109</sup>FLORES, Maria B. A hermenêutica do vazio. Fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao oeste de Santa Catarina. **Projeto História**, São Paulo. 1999

<sup>110</sup>Idem. p.216

fatores, outro elemento também preocupava as autoridades, o acelerado processo de desnacionalização dos brasileiros que ocupavam esses locais. Segundo Muraro

Não existiam escolas do lado brasileiro da fronteira, assim como cartórios. O cemitério existente avançava sobre território argentino. As crianças brasileiras frequentavam as escolas argentinas e eram alfabetizadas em castelhano. Na vizinha Barracón funcionava um comércio dinâmico de gêneros alimentícios e produtos industrializados. Os pequenos pontos comerciais do lado brasileiro eram abastecidos por produtos argentinos e a moeda circulante era o peso. A língua falada era um misto de castelhano e português, com o predomínio da primeira<sup>111</sup>.

Neste sentido, urgia ao governo catarinense promover medidas que por um lado contribuíssem para o povoamento da área, e por outro, a integração do espaço e da população já existente dentro de uma ideia de brasilidade, tendo em vista as relações transfronteiriças que não viam divisas nem limites. Para Flores, tratava-se da “interiorização da brasilidade pela interiorização do país”, pois, “impunham-se eliminar os vazios demográficos e fazer com que as fronteiras econômicas, geográficas e culturais coincidissem com as fronteiras políticas”<sup>112</sup> Para tanto, as medidas pensadas para a concretização de tais projetos incluíam, segundo Fernando Vojniak

Conhecer melhor para entender com mais eficácia as necessidades da região; assinatura do Convênio Policial de Irahya, como repressão ao banditismo na fronteira entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; encontro entre os presidentes Adolfo Konder (SC) e Getúlio Vargas (RS) em Iraí, seguido de conferência para fechar acordos, solucionar dúvidas sobre o limite dos dois estados, tomar decisões sobre as estradas de rodagem nas margens do Rio Uruguai, divulgar a erva-mate, reprimir o contrabando na fronteira (principalmente de madeiras); organizar diretório político e criar escolas primárias.<sup>113</sup>

Ou seja, estavam inclusas uma série de atividades voltadas à redução da criminalidade na área, demonstrando a boa vontade e a tomada de iniciativa do governo em dar atenção àquela população e aquele território que estavam relegados à própria sorte. Na análise de Bernardete Flores, a bandeira Konder foi um acontecimento inédito na história do estado, sobretudo, nas áreas visitadas pelo governador que realizou uma

<sup>111</sup>MURARO, Valmir. Sobre fronteiras e colonização In: **História da fronteira sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016

<sup>112</sup>FLORES, Maria B. A hermenêutica do vazio. Fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao oeste de Santa Catarina. **Projeto História**, São Paulo. p.217

<sup>113</sup>VOJNIAK, Fernando. Prefácio – uma breve leitura dos documentos. In: **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005

“administração itinerante”<sup>114</sup> pelo território catarinense. Tal bandeira também se tornou notável em virtude dos registros feitos pelos integrantes da grande comitiva, como o escritor Arthur Ferreira da Costa, o historiador José Arthur Boiteux e o romancista Othon Gama D’Eça. Nos relatos destes cronistas foram registradas as paisagens, os acontecimentos e as impressões que tiveram do interior do país, além de exaltarem a pessoa do governador, as acaloradas recepções nos núcleos populacionais visitados, e elogiarem grandemente as recentes colônias de Porto Novo e Porto Feliz.

É interessante comentar que estes relatórios produzidos em decorrência da viagem, elaboraram uma visão da região de fronteira poucos anos antes do início da chegada de centenas de colonos, sendo estes relatos produtos de grande valor, afinal, são pouquíssimos os registros escritos sobre o período anterior à colonização. É claro que é necessário atentar para os valores e intenções daqueles que observavam e registravam, assim como é necessário ponderar sobre o local de fala destes personagens enquanto autoridades, homens brancos, cultos, oriundos de áreas urbanas etc. Embora seja apropriado, portanto, ponderar sobre as avaliações dos excursionistas, é necessário também reconhecer a riqueza desses textos que de uma forma ou de outra acabaram por ilustrar a paisagem, o cenário, a população entre outros elementos da região. Comentando sobre isso, Fernando Vojniak resumiu o conteúdo dos textos dizendo que Arthur Ferreira da Costa, em sua obra “O Oeste catarinense – visões e sugestões de um excursionista”

[...] explicita demasiada preocupação com a integração e nacionalização da população, especialmente quando diz que os habitantes próximos à fronteira com a Argentina “estavam se desnacionalizando”. Também enfatiza uma certa criminalidade na fronteira: relata casos de violência, assassinatos e a passagem da Coluna Prestes por Dionísio Cerqueira. (...) Por outro lado, o autor acreditava no potencial da região e dizia que a “privilegiada região” percorrida ainda haveria de ser “senão a capital política, pelo menos e seguramente, a capital econômica de Santa Catarina”<sup>115</sup>

Além de Arthur Ferreira, os já citados cronistas também revelaram em seus escritos sentir esperança para o território de fronteira, tendo em vista a natureza rica e exuberante da região, entretanto, não deixaram de comentar sobre os aspectos desoladores que encontraram e o medo que sentiram ao percorrer por aquele local. Fernando Vojniak comentando sobre essas impressões, percebeu no discurso de José

---

<sup>114</sup>Idem

<sup>115</sup>VOJNIAK, Fernando. Prefácio – uma breve leitura dos documentos. In: **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Chapecó: Argos, 2005. p.13



Arthur Boiteux “a visível pretensão de urdir a região para a colonização, iniciada na década de 20 com os ‘descendentes de italianos e alemães’, considerados ‘uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho’, que poderia levar áqueles rincões, até ha pouco incultos por abandonados, a prosperidade e a riqueza”<sup>116</sup>. Ainda comentando sobre os muitos elogios tecidos sobre a região, Vijniaik também observou que nas impressões de Boiteux “os descendentes de italianos e alemães parecem representar o símbolo do trabalho, do pioneirismo e da civilização em oposição àquela imagem de lugar não civilizado e em oposição aos outros grupos que ali já habitavam”<sup>117</sup>.

A bandeira Konder foi um acontecimento cheio de significados e simbolismos para o governo catarinense, sendo um ato cheio de interesses, que registrou os desejos de concretizar um plano de colonização na região tal como nunca havia ocorrido até então. Demonstrou também, o desejo de tomar o poder e de instalar nos locais visitados diversas estruturas para que pudessem ser ao mesmo tempo viabilizadas a segurança e a brasilidade da área de fronteira. Além disso, criou um momento histórico para a população, sendo algo de grande prestígio a presença do governador e toda a sua comitiva no sertão. Embora o notável empreendimento que de fato marcou a história do estado e do atual extremo oeste catarinense tenha obtido êxito e produziu imagens e impressões sobre a região que repercutiram por toda a nação, o que se viu após não foi tão grandioso conforme esperado e prometido.

---

<sup>116</sup>Idem. p.14

<sup>117</sup>Idem. p.14

Imagem 6 - CHEGADA DA BANDEIRA KONDER EM DIONÍSIO CERQUEIRA



Fonte: Arquivo do Museu Municipal de Mondaí. Edição Maristela Ferrari. FERRARI, 2011 p.193.

No ano seguinte à passagem da bandeira Konder, ocorreu a Revolução de 1930, um movimento revolucionário que além de causar medo na população fronteiriça, também levou o governador Adolfo Konder a renunciar seu cargo, sendo que “entre 1930 e 1945, a administração política do Estado fica sob o comando de governos interventores, e que nenhuma ação de cunho socioeconômico empreende na zona fronteiriça”<sup>118</sup>. As consequências dessa revolução tiveram impacto no desenvolvimento do projeto de colonização do extremo oeste catarinense, tal como havia anteriormente planejado Adolfo Konder. Desse modo, estradas que seriam construídas, escolas que seriam erguidas, tiveram que ser interrompidas, como comentou Ferrari

<sup>118</sup> FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011. P.207.

A abertura de estradas, como aquela de Mondaí a Dionísio Cerqueira, iniciada em 1929, foi interrompida e seria concluída somente na década 1950 pelas novas colonizadoras que foram entrando na região. As escolas estaduais na zona fronteira começariam a surgir somente em meados dos anos de 1950-1960, do mesmo modo que os serviços de saúde, que trazidos pelo sistema privado graças às associações de colonos e associações religiosas de outros países. Entre 1943 e 1946, as regiões oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná foram desligados de seus respectivos Estados, passando a pertencer ao Território Federal do Iguaçu. Além da imagem de valhacouto de bandidos, a imagem que também se fortaleceu foi aquela de zona totalmente desnacionalizada do Brasil, contribuindo, em parte, para a criação do Território Federal do Iguaçu.<sup>119</sup>

Na visão da geógrafa as consequências desse governo do Estado Novo e da criação do Território Federal do Iguaçu em 1943, foram o aumento da imagem negativa em relação a região e a população de fronteira, compreendidas neste período como completamente desconectadas do Brasil, desnacionalizadas e terrivelmente abandonadas ao banditismo. Essa leitura associando a região a banditismo e selvageria vem de longa data, como já descrito anteriormente aqui. Aliás, essa referência do sertão como lugar selvagem e sem lei é recorrente em toda a literatura ficcional e acadêmica do Ocidente. Vide o caso de Canudos, entre muitos exemplos possíveis.

O Território Federal do Iguaçu, acontecimento também marcante para a constituição da região de fronteira, foi um projeto elaborado por uma equipe de geógrafos como uma maneira de dividir regiões do país para ficarem sob responsabilidade e administração do governo federal. Idealizado desde a década de 1930, somente foi aprovado em 1943, no Estado Novo, pelo então presidente do Brasil Getúlio Vargas, que no ato, celebrou a criação de 10 territórios federais, entre eles o do Iguaçu, o qual compreendia parte do oeste catarinense e paranaense. Conforme ressaltou Ferrari, na década de 1930, até ser aprovado o projeto que havia recebido pouco apoio tanto no cenário nacional quanto estadual, como ato provisório o presidente Getúlio Vargas teria decretado uma medida que certamente teve grande impacto no tipo de colonização que ocorreria mais tarde no extremo oeste catarinense. Segundo a geógrafa

Getúlio Vargas determinou, pelo artigo 165 da Constituição Federal, a necessidade de uma faixa de fronteira de 150 quilômetros do limite visando à segurança nacional das fronteiras do país com os vizinhos. Esse artigo proibia ali colonização e abertura de estradas na faixa fronteira sem prévia autorização do Conselho Superior de Segurança Nacional. A colonização deveria obedecer à lei regulamentada pelo Presidente da República por meio

<sup>119</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011.p.207

do Ministério da Agricultura, segundo a qual os colonos deveriam ser brasileiros natos, ou casados com brasileiras, e numa faixa de 30 quilômetros do limite internacional não poderia haver propriedades com mais de 100 hectares de terras, só admitindo a concessão gratuita de propriedades com área inferior a 25 hectares.<sup>120</sup>

A decisão além de determinar uma área de segurança, tinha claramente o intuito de conter a desnacionalização que já estava em curso em toda a região de fronteira do Brasil. Desse modo, tal medida inviabilizou a inserção de elementos de outras nacionalidades tal como havia ocorrido anteriormente em todo Brasil, que até poucos anos antes seguia recebendo levas de imigrantes, entre eles, alemães, italianos, japoneses, sírios, entre outros. Além deste protocolo de contenção da desnacionalização das áreas de fronteira, durante o período em que Getúlio Vargas assumiu a presidência do país este também ensejou a conquista do oeste pelos brasileiros, sendo lançado um projeto de colonização do oeste, uma “marcha para o oeste”.

Embora tenha durado pouco tempo o Território Federal do Iguaçu com sede em Laranjeira do Oeste, as suas consequências demonstraram que essa não foi uma medida vantajosa para o desenvolvimento da área de fronteira, pelo contrário. Com a administração nas mãos de agentes federais, os governos estaduais passaram a ter menor poder de atuação nas áreas do oeste de seus estados, desse modo, a região que já era isolada se tornou ainda mais desconectada dos seus grandes centros. Embora sob a administração federal, houve a defasagem nas estruturas da região, sendo quase inexistentes projetos com fins sociais, culturais, econômicos, de segurança e de desenvolvimento durante o período de vigência do Território Federal do Iguaçu. Deste modo, conforme análise de Ferrari, ao invés de haver de fato um cuidado e um projeto real de dinamização da fronteira, o que houve foi um fortalecimento dos vínculos transnacionais em detrimento da nacionalização, como era o esperado do projeto. Na leitura de Ferrari

Segundo consta, as administrações políticas dos governos do Território Federal do Iguaçu, diante de uma realidade tão gritante, eram flexíveis nas interações transfronteiriças, permitindo alianças econômicas informais com os argentinos. Portanto, as interações entre brasileiros, argentinos e paraguaios não foram interrompidas, ao contrário, se fortaleceram. Segundo Wachowicz (1985) e Folador (1991), naquele período aumentou consideravelmente o contrabando da madeira e de pneus que saíam

---

<sup>120</sup> Idem. P.208

ilegalmente do Brasil para a Argentina, notadamente via Foz do Iguaçu, Dionísio Cerqueira, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste.<sup>121</sup>

No ano de 1946 o Território Federal do Iguaçu é extinto como consequência do fim da vigência do Estado Novo (1937-1945), ocorrendo, portanto, o processo de redemocratização. Desse modo, os Estados de Santa Catarina e Paraná conseguiram reincorporar seus territórios através de um ato das disposições transitórias da Constituição. Nesse período, as colonizadoras do Rio Grande do Sul já conheciam a região de fronteira, e conheciam, igualmente, o potencial da área “vazia”, sendo esta coberta por enormes árvores como pinheiros e cedros, excelentes madeiras e de grande procura nos comércios nacionais e exteriores.

Sendo estes os caminhos, ou, a narrativa que se estabeleceu como história da região do extremo oeste catarinense, as colonas que viriam migrar na década de 1950 junto com seus pais ou maridos, acompanhadas de filhos, sogras, tias, tios, vizinhos, simbolizavam a concretização do projeto de colonização de uma área que por tantos anos foi motivo de disputas e problemas para as autoridades políticas. A vinda dos colonos e colonas, adiada por tantas razões, efetivamente teria êxito e transformaria drasticamente a paisagem cultural, social, econômica e natural da fronteira. Como agentes destas transformações, as mulheres colonas foram inseridas na dinâmica do ciclo da madeira posto em marcha no início da colonização, onde seus maridos e filhos mais velhos trabalhavam nas mais diversas funções, enquanto elas, cuidavam dos pequenos, da horta, do comércio, das roupas, das criações, do alimento e da saúde da família.

### **3. DO RIO GRANDE DO SUL PARA SANTA CATARINA. “SÓ TINHA MATO”**

Quando pensamos ou falamos sobre a colonização ocorrida no oeste de Santa Catarina, de modo geral, é comum lembrarmos quase que de imediato de cenas em preto e branco, onde homens trabalham em meio à mata e desbravam a paisagem com ferramentas antiquadas num local que mais tarde daria espaço para vilas e comunidades. É igualmente comum lembrarmos de relatos de avôs, de bisavôs ou de algum conhecido, considerados “pioneiros”, de modo que as imagens e as vozes desses homens seguem em nosso imaginário e colaboram para a construção do que entendemos

---

<sup>121</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**, 2011.p.211

sobre a colonização. De fato, a colonização tal como foi idealizada, realizada e registrada, tratou de ser um acontecimento masculino. Entretanto, nesse cenário não haviam apenas homens, e por mais que tenhamos dificuldades de lembrar de outros personagens, as mulheres existiram e estavam lado a lado de seus companheiros, de seus filhos, seus irmãos e de seus pais.

Embora aparentemente sem vozes e sem imagens, as mulheres que viveram a experiência da colonização no extremo oeste catarinense guardam lembranças não apenas em suas mentes, mas em seus corações. Lembranças essas muitas vezes dolorosas, as quais são externalizadas através das lágrimas nos cantos dos olhos e que revelam a dureza vivida por elas em rotinas de trabalhos pesados, exaustivos, muito vezes não remunerados e valorizados. Para além de memórias tristes, as mulheres colonas também lembram de suas impressões de quando chegaram “no mato” em Guarujá, recordam de suas amizades naqueles primeiros tempos, comentam sobre a educação que tiveram e das escolhas que tinham disponíveis. Lembram dos encontros com as amigas e vizinhas, os piqueniques e alguns poucos bailes, os encontros de mães e de damas nas linhas rurais. Recordam com muita emoção do nascimento dos filhos naqueles difíceis primeiros anos, todos assistidos por parteiras em casa, do envolvimento com a igreja e a comunidade, a construção da casa da família e peculiaridades do dia a dia. Todas lembranças que guardam com cuidado e algumas vezes com dificuldade, lembranças algumas boas, outras nem tanto, algumas delas prefeririam nem lembrar.

O capítulo que segue visa recuperar vestígios do passado dessas mulheres no contexto da colonização, sendo elas, portanto, as principais vozes que narram os eventos acontecidos. Nesta abordagem, suas lembranças são tratadas demonstrando suas ações, percepções e sensações a respeito da colonização da qual fizeram parte e atuaram enquanto colonizadoras e colonas. Neste capítulo, buscamos compreender a colonização de Guarujá do Sul através da perspectiva feminina, fazendo uso de lembranças de mulheres que chegaram em diferentes idades na colônia e ocuparam diferentes papéis na colonização, sendo nossa fala amparada em seus relatos e em fotografias raras da época, cuidadosamente guardadas pelas depoentes e suas famílias, e que registraram a vida e o cotidiano dessas mulheres colonas.

### **3.1. COLONIZANDO GUARUJÁ: AS FIRMAS COLONIZADORAS, AS MADEIREIRAS E AS ESPOSAS**

Desde o final da década de 1940, toda a região de fronteira de Santa Catarina com a Argentina já estava em processo de ocupação por elementos oriundos das antigas colônias do Rio Grande do Sul. Por intermédio das firmas colonizadoras, praticamente todas gerenciadas por empresários daquele estado, os colonos ficavam sabendo, através de familiares, amigos e vizinhos sobre as “terras férteis” de Santa Catarina. De acordo com os comentários, tais terras eram abundantes e ainda contavam com a riqueza de variedades de árvores avaliadas como excelente matéria prima para o desenvolvimento da indústria madeireira.

Segundo estudo de Eunice Nodari, as empresas colonizadoras exerceram um importante papel para a colonização da região, tendo em vista que cabia a essas firmas o serviço de recrutar e povoar toda a extensão territorial que por anos foi considerado como uma área de vazio demográfico. Essas empresas, portanto, ficaram responsáveis pela organização e a direção do projeto colonizador, levando em conta critérios específicos e padrões estabelecidos pelo governo. Como exemplo, a escolha de elementos que fossem considerados adequados para a função. Segundo estudos de Nodari, a colonização deveria ocorrer de maneira ordeira, planejada e organizada, sendo assim “o público-alvo eram os teutos e ítalos brasileiros, estabelecidos no Rio Grande do Sul, onde já haviam demonstrado a capacidade de colonizar e haviam se mostrado, como foi definido pelo jornal República, em 1932, como *morigerados e trabalhadores*”.<sup>122</sup>

Conforme a historiadora, dezenas de empresas foram formadas entre as décadas de 1940 e 1950 com o intuito de empreender a colonização no oeste catarinense, sendo sugerido pela autora tratar-se de um negócio financeiramente vantajoso. De modo geral, as empresas colonizadoras atuavam firmando compromissos com o governo do estado, que concedia terras às empresas e, em contrapartida, essas empresas se responsabilizavam não apenas pelo já mencionado recrutamento, mas também pela abertura de estradas, construção de estruturas e demais atividades que promovessem a dinamização da região. De acordo com Nodari, embora parecesse ser um negócio interessante para os empresários, muitas empresas nos primeiros anos teriam sofrido dificuldades para realizar a colonização, havendo o deslocamento de poucas famílias, o que fez com que algumas quebrassem e outras lançassem mão de diferentes formas de

---

<sup>122</sup>NODARI, Eunice. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Editora da UFSC. Florianópolis, 2011, p.34



atuação. Nesse sentido, a divulgação por meio de propagandas se tornou uma maneira bastante utilizada pelos gerentes das firmas, sendo que outras atuaram de maneira vigorosa através do convencimento por meio de conhecidos, vizinhos e amigos. Para tanto, a seleção dos agentes também era algo decisivo nesse processo levando em conta que a reputação, a seriedade e a credibilidade desses responsáveis pelo gerenciamento das firmas eram critérios que muitas vezes determinavam o sucesso e o curso do plano de colonização.

Pelo estudo realizado por Jussara Della Flora sobre a colonização no extremo oeste catarinense, a autora afirmou que a Companhia Colonizadora Bertaso<sup>123</sup> foi a principal promotora colonial na região, sendo que “os Bertaso trouxeram mais de oito mil famílias do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, em sua maioria, ítalo-brasileiros, que vieram para cá em busca de terras para a sobrevivência da família e de uma vida melhor”.<sup>124</sup> Embora se tratasse de uma grande firma que detinha uma extensa área de terras, foi necessário para o andamento da colonização e, principalmente para o não endividamento dessa empresa, que essa posse fosse dividida em outras tantas colonizadoras. Desse modo, descentralizando o gerenciamento, as concessões foram sendo distribuídas para firmas menores e mais regionalizadas, o que dinamizou o processo colonizador e fez com que na década de 1950 toda a área de fronteira do oeste catarinense passasse por um intenso período de migrações.

Segundo Della Flora, que analisou o processo de ocupação ocorrido em São José do Cedro, município vizinho de Guarujá do Sul, a área onde esses atuais municípios se formaram pertencia à Companhia Colonizadora Bertaso, com escritório em Chapecó, que passou a concessão à empresa Barth & Anoni, a qual, por sua vez, entregou-a a diversas empresas colonizadoras<sup>125</sup>. A firma Barth & Anoni, inicialmente Barth & Beneti, atuava em toda a região do extremo oeste catarinense, sendo, portanto, responsável pelo andamento da colonização que culminou com a formação de vários municípios na área de fronteira com Argentina e Paraná, entre eles São Miguel do Oeste, Guaraciaba, São José do Cedro, Guarujá do Sul, Palma Sola, Princesa e Dionísio Cerqueira. Conforme levantamento realizado pela historiadora, as empresas foram

---

<sup>123</sup>Conforme Della Flora “A empresa Bertaso, Maia e Cia.Ltda. Foi fundada em 1918 por Agilberto Maia, então prefeito de Guaporé-RS, e pelo italiano Ernesto Bertaso, que se tornaria nos anos seguintes prefeito de Chapecó e o mais importante ‘coronel’ do oeste catarinense. p.57

<sup>124</sup>HASS, Monica apud DELLA FLORA, Jussara. p.57

<sup>125</sup>DELLA FLORA, Jussara. **Rosas na coroa, pranto na vida**: a história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005. P.71

incorporando novos sócios e também, desassociando antigos parceiros, e além dessas associações e desassociações, uma série de concessões e revendas foram feitas, o que fragmentou o processo de colonização e diversificou a atuação das companhias, como é possível perceber na citação abaixo.

Conforme dados dos arquivos do Cartório de Imóveis de Chapecó-SC, as empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional da União, com sede no Rio de Janeiro, venderam as áreas do extremo oeste catarinense à firma Barth & Benetti Cia.Ltda., - e, a seguir, Barth Anoni & Cia.Ltda. Segundo transcrição no Registro de Imóveis de Chapecó, sob o nº5.5557, livro 3.C, em 26.11.1940, em 1950 aquela empresa, também responsável pela colonização de São Miguel do Oeste-SC, mudou sua razão social para Colonização e Madeiras Oeste Ltda.

Em outubro de 1945, parte da área de terras da região do extremo oeste catarinense fora vendida para a Colonizadora e Madeireira Ltda., com sede em Caxias do Sul, conforme transcrição nº18.261, do livro 3.G do Registro de Imóveis de Chapecó-SC. Em 23.12.1949, a empresa Barth Anoni & Cia Ltda., comprou outra área oestina para revenda, conforme transcrição nº18.484 do livro 3.G de 23.12.1949. Em 20.06.1950, foi concedida área da região do extremo oeste à empresa Madeireira Santo Antonio Ltda., com sede em Caxias do Sul-RS (...). Neste caso, Rineu e Romeu Gransotto, irmãos gêmeos de Caxias do Sul, eram os procuradores em São Miguel do Oeste e regiões circunvizinhas. Para a vila Cedro, o representante desta firma era Alcides Volkweis (...)<sup>126</sup>

Guarujá do Sul, que até a década de 1950 estava inserido no território de Chapecó, também entrou como área a ser colonizada pelas empresas mencionadas por Della Flora. Entretanto, a realização efetiva do projeto ficou por conta de duas firmas, a Madeireira Santo Antônio Ltda. e a Pinho e Terras, sendo os procuradores responsáveis nesta área os já citados Romeu e Rineu Gransotto, e Olímpio Dal Magro. Além deste último, também foi responsável pela venda de terras e recrutamento de colonos Alcides Volkweis, que era comerciante em Campinas das Missões, Rio Grande do Sul.

Como mostram as informações, todo o trabalho de desenvolver na região uma colonização que se pretendia organizada e efetiva esteve nas mãos de empresas geridas e tocadas por homens, os quais imbuídos de seus papéis, legaram à história marcas de suas presenças e atuações. Não foram encontrados registros de mulheres atuando enquanto revendedoras e também não foram encontrados registros de mulheres comprando ou vendendo terras, pois estes não eram costumes da época nem atribuições desempenhadas por mulheres. Consultado o documento que controlava a venda dos

---

<sup>126</sup>DELLA FLORA, Jussara M. **Rosas na coroa, pranto na vida**: a história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005. p.59

lotes e registrava o nome dos compradores, bem como data e número das áreas, apenas nomes masculinos foram identificados, como segue abaixo.

Imagem 7 - CONTROLE DE VENDAS DOS LOTES EM GUARUJÁ E SÃO JOSÉ DO CEDRO.

| Número do lote | Extensão superficial m <sup>2</sup> | Sitio no terreno | Classe    | VALOR               | NOME DO COMPRADOR | DO CONTRATO |     | DA ESCRITURA |          |                 | OBSERVAÇÕES        |
|----------------|-------------------------------------|------------------|-----------|---------------------|-------------------|-------------|-----|--------------|----------|-----------------|--------------------|
|                |                                     |                  |           |                     |                   | Data        | N.º | Data         | Cartório | N.º do Registro |                    |
| 1              | 229.000                             | 16               | 15.140,00 | Edrino Willers      |                   |             |     |              |          |                 | 2.6. Lurdes        |
| 2              | 291.000                             | 17               | 21.640,00 | Olivério da Lagoa   |                   |             |     |              |          |                 | Transf. a N.º 1000 |
| 3              | 371.000                             | 17               | 27.590,00 | Julio K. Kreiner    |                   |             |     |              |          |                 | Transf. a N.º 1000 |
| 4              | 437.000                             | 12               | 21.660,00 | Alcides Volkweis    |                   |             |     |              |          |                 |                    |
| 5              | 345.000                             | 12               | 22.800,00 | Willy J. Wagner     |                   |             |     |              |          |                 | Transf. a N.º 1000 |
| 6              | 299.000                             | 12               | 19.150,00 | Alberto Wagner      |                   |             |     |              |          |                 | Transf. a N.º 1000 |
| 7              | 255.000                             | 16               | 16.850,00 | Guilherme E. Crist  |                   |             |     |              |          |                 | Transf. a N.º 1000 |
| 8              | 239.000                             | 12               | 11.850,00 | Alcides Volkweis    |                   |             |     |              |          |                 |                    |
| 9              | 244.000                             |                  |           |                     |                   |             |     |              |          |                 |                    |
| 10             | 227.000                             |                  |           |                     |                   |             |     |              |          |                 |                    |
| 11             | 255.000                             |                  |           |                     |                   |             |     |              |          |                 |                    |
| 12             | 249.000                             |                  |           |                     |                   |             |     |              |          |                 |                    |
| 13             | 258.000                             | 12               | 19.200,00 | Ernst Auguste Roper |                   |             |     |              |          |                 |                    |
| 14             | 244.000                             | 20               | 20.160,00 | Ervin Bongard       |                   |             |     |              |          |                 |                    |
| 15             | 258.000                             | 20               | 21.200,00 | João Ambrosini      |                   |             |     |              |          |                 |                    |
| 16             | 249.000                             | 17               | 19.540,00 | Benjamin Hartmann   |                   |             |     |              |          |                 |                    |
| 17             | 269.000                             | 17               | 21.110,00 | "                   |                   |             |     |              |          |                 |                    |
| 18             | 244.000                             | 17               | 19.190,00 | "                   |                   |             |     |              |          |                 |                    |
| 19             | 246.000                             | 17               | 19.470,00 | "                   |                   |             |     |              |          |                 |                    |

Fonte: Acervo particular da Família Volkweis.

Embora essa fonte mostre a realidade das mulheres inseridas naquele contexto enquanto não detentoras de posses e poderes, elas caminhavam os mesmos passos dos seus maridos e de seus pais rumo ao oeste catarinense. Mesmo que esses passos não direcionassem aos escritórios das firmas onde vendas, acordos e negociações eram discutidos, elas caminhavam em suas casas, em suas hortas, pelas roças que cuidavam, ou, pelos comércios e outros negócios que gerenciavam. Esse foi o caso da depoente Lurdes, que foi casada com Alcides Volkweis, representante comercial da empresa Pinho e Terras, em Guarujá do Sul e São José do Cedro, e que com ele migrou em 1950 para o interior de Santa Catarina.

Enquanto iniciávamos a conversa em sua casa na companhia de três dos seus seis filhos, os quais acompanhavam a mãe que aos 90 anos ainda lembrava com lucidez daqueles “tempos difíceis”, Lurdes juntou as mãos e baixou os olhos, como se voltasse ao tempo buscando cenas do que havia vivido como colonizadora da região. Em suas

palavras, vir para o oeste de Santa Catarina foi extremamente difícil e doloroso, um tempo que ela não gostava nem de lembrar tamanha as dificuldades que teve que enfrentar e lidar, pois, como anunciou no início da conversa, não havia comida, não havia médicos, “não tinha nada! Era só mato... não gosto nem de lembrar”<sup>127</sup>

Nascida em Santa Maria em 22 de outubro de 1930, Lurdes era filha de comerciantes os quais tiveram sete filhas. Em suas memórias, o trabalho sempre esteve presente em sua vida, recordando que desde muito pequena já ajudava na loja da família tendo em vista que, como eram em muitos filhos e a demanda de serviço era grande, impunha-se às meninas que desde cedo já se envolvessem nos trabalhos, fossem eles no âmbito doméstico ou no espaço comercial. Questionada sobre como foram seus anos anteriores à chegada em Guarujá do Sul, Lurdes relembrou sua trajetória de maneira bastante pontual.

Lurdes: Eu era criança, nós saímos de Santa Maria, eu era bem pequena ainda. Daí nós fomos mora lá em Cerro Largo, no interior de Cerro Largo, daí ficamos lá um tempo. Daí fomos mora lá pra um outro lugar, Cacuatá, daí de lá fomos pra Campinas (das Missões), começamos com a loja. O pai comprou a parte de outro tio que era sócio, e daí ficamos lá trabalhando não sei quantos anos. Quando eu tinha pouca idade, eu já tinha que ajudar na loja, eu tinha sete anos. Depois eu fui ano nas irmãs, lá em Guarani (das Missões), daí depois eu não fui mas estudei porque vieram mais duas maninha, que nasceram, era a Darci e a Alice. E daí, eu tive que ficar em casa ajudar, trabalhar. Daí com quase dezessete anos e pouco eu já me casei, daí ficamos dois anos lá e viemos aqui pro Cedro. Vim morar pra cá, numa pobreza! Começamos uma serraria, mas não tinha quase nada...<sup>128</sup>

Sem entrar em muitos detalhes neste trecho sobre as atividades que desempenhou na loja da família quando criança, Lurdes recordou as muitas mudanças que fez com seus pais antes de migrar para o oeste catarinense onde veio acompanhar o esposo no processo de instalação da serraria. Em suas recordações anteriores à experiência da colonização, as lembranças do trabalho se sobrepuseram às lembranças de brincadeiras, as quais possivelmente, em virtude das demandas familiares, não tiveram muito espaço em sua própria experiência de vida. A chegada de novos membros impelia aos irmãos mais velhos, sobretudo às meninas, a necessidade de inserção no mundo do trabalho, seja assumindo funções no comércio, como no exemplo, e muitas vezes em casa, onde as meninas assumiam tarefas como cuidar dos irmãos menores, preparar o alimento, organizar e limpar todo o espaço doméstico, etc.

<sup>127</sup>Lurdes. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

<sup>128</sup>Lurdes. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

Envolvida desde muito cedo com o trabalho na loja da família e nos cuidados com as irmãs mais novas, situação que impactou diretamente no seu acesso aos estudos, Lurdes veio conhecer seu marido ainda em Campinas das Missões quando era muito moça. Tanto o pai de Lurdes quanto o futuro marido e futuro sogro exerciam funções comerciais por toda a região noroeste do Rio Grande do Sul, e esses vinham expandindo suas áreas de atuação explorando os interiores de Santa Catarina. O pai de Lurdes, foi um dos pioneiros de São José do Cedro, assim como o sogro, que também vendeu suas posses e comércio em Campinas das Missões e junto com seus quatro filhos homens apostou na comercialização de terras nas áreas de São José do Cedro e Guarujá do Sul.

Na percepção de “Cleonice filha de Lurdes, nascida em São José do Cedro na década de 1960, Guarujá e Cedro seriam como duas cidades-irmãs gêmeas, pois teriam sido fruto do mesmo processo migratório onde seu pai e sua mãe e todos seus tios e tias tiveram grande atuação. As duas famílias desempenharam diversas atividades, como recrutamento de colonos, vendas de lotes de terras, abertura de serrarias, olarias, madeireiras, casas de comércio e transportadoras. Desse modo, Lurdes desde o princípio esteve envolvida em todo esse processo onde atuou ao lado do marido dando suporte para seus projetos de colonização da região. Conforme seus relatos, embora não pegasse em serrotes para derrubar as imensas árvores, a ela ficava a responsabilidade de preparar as refeições para todos os peões, que, famintos, se recolhiam em sua morada, além de ter que lavar as roupas, costurar, e prover o alimento por meio do cultivo de verduras.

Segundo Cleonice, toda a sua família, tanto do lado materno como do seu lado paterno, teria deixado o Rio Grande do Sul e se envolvido nas atividades de colonização de Cedro e Guarujá.

Cleonice: Meu pai é o Alcides, aí tem o Irineu, e daí o Olavo e o Nolar. São quatro irmãos, e tem mais mulheres né. Três mulheres que uma já é falecida, morreu já no Rio Grande, era a mais velha de todas. E daí teve a Clarinda, que também já faleceu, a mãe da Ana, que mora no Cedro. E a Nara, que hoje é Sabatinsk, que mora em Palma Sola.

Então assim, o meu pai ele revendia terras para o Olimpio Dal Magro, e ele ficou então com o Cedro e uma parte do rio pra lá (sentido Guarujá), o que dividia era o rio. Então o pai revendia de um lado da cidade e dos interiores e o Foppa. E daí começa, o pai trouxe os familiares, ao longo do tempo veio todo mundo pra cá, inclusive os sogros, os cunhados, os irmãos deles (...). E daí todos os tios vieram pra cá.

E daí, com a vinda também deles, as mulheres casaram com Zimmer, uma dessas foi a tia Darci, que mora no Guarujá, e a outra é a tia Odete, que era esposa do seu Lario. O seu Lario faleceu faz um ano. E ele foi prefeito aqui no Cedro, por duas vezes. Então assim, ele fez muito pelo lado cultural do Cedro, foi ele que conseguiu ensino médio pra cá... sabe então, foi bem

interessante isso que a família veio pra cá e acabou ficando e fazendo de tudo para que o Cedro desse certo, pra manter todo mundo aqui<sup>129</sup>.

Por meio do depoimento de Cleonice, entendeu-se que o projeto de migrar e colonizar a região não foi apenas uma iniciativa que dizia respeito ao governo e as empresas colonizadoras. Para os colonos que investiram na colonização, as ações estavam também atreladas a um projeto familiar onde foram envolvidos diversos membros que por meio de associações, casamentos e outros relacionamentos, se uniram e deram início ao povoamento e ocupação pela implantação de diversos serviços primários. No bojo desses planos, as mulheres casadas com esses homens foram integradas como companheiras, e não como responsáveis pela tomada de decisões. Em suas recordações, Lurdes, que havia recém casado em 1950 e contava com apenas 20 anos, lembra que o marido prometia uma boa vida a ela e aos seus futuros filhos nesse lugar que iriam morar. Entretanto, a ideia de sair do Rio Grande do Sul não havia partido dela, mas de seu marido e de seu pai. O projeto de migrar e colonizar, além de aparecer como um investimento financeiro, no caso da família de Lurdes, simbolizava um novo ciclo. Embora cheio de dificuldades e uma série de necessidades, mudar para Santa Catarina era uma promessa de uma nova vida, iniciada com o pé direito, sobretudo para os jovens casais, como Lurdes e seu marido. Além deles, os demais irmãos de seu companheiro, assim como as irmãs de Lurdes, todos jovens e com o auxílio dos pais, se apoiavam na ideia de prosperar nas novas terras.

Questionada sobre suas impressões a respeito dessa mudança do Rio Grande para Santa Catarina, Lurdes recordou os comentários que circulavam sobre as terras em evidência e sobre as ideias do seu pai e do seu marido.

Lurdes: Eu fiquei morando junto com a mãe, porque ele já era chofero (motorista de caminhão) da loja, levava os produto, mas ele não morava com nós lá, só depois do casamento ele veio morar com nós. Mas isso foi tudo bem, eu fui trabalhando como sempre. Depois de dois anos, veio gente lá do interior assim, porque o pai tinha caminhão novo, daí queriam que ele pra puxa assim, esses homem pra cá, que foi falado tanto dessas terra nova, e tanta propaganda, daí então o pai concordo, e o Cide também e eles trouxeram esses homem pra cá pra compra. E o pai tinha ido pra Toledo. Daí o Cide voltou daqui pra lá, e o pai lá do Toledo, daí cada um contou a sua vantagem, daí o Cide falo, lá tem as terra e tem os pinheiro grosso, grosso! Bonito só pra vê! E fica tudo em cima, ninguém tira nada, cada um fica dono. Daí o pai conto, que lá em Toledo eles tiram toda a madeira. Ah então vamo lá pra lá, São Miguel naquele tempo. E daí vieram pra cá<sup>130</sup>.

<sup>129</sup> Cleonice. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. São José do Cedro, 24/12/2020.

<sup>130</sup> Lurdes. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.



Mais do que a questão das terras propriamente, a vantagem dos pinheiros existentes nestas áreas surgiu como um negócio de grande valor para os investidores do Rio Grande do Sul. Como o ciclo da madeira seguia em alta desde o início do começo do século XX, regiões onde havia essa possibilidade de explorar os recursos naturais se tornavam mais visadas pelos compradores os quais implantavam serrarias nas áreas e traziam junto “peões” e outros colonos que poderiam depois ocupar as terras já “limpas”. Nesse sentido, muitos colonos que estudavam as possibilidades de migrar para regiões do oeste paranaense que estavam em voga na época, acabaram por decidir investir nessas áreas onde havia essas possibilidades. Lurdes seguiu lembrando o desenrolar das decisões e como que ela se inseriu nelas.

Lurdes: Eles chegaram, e daí o pessoal já foi comprando, e daí cada pouco o pessoal vinha, outros que queriam vir pra cá, ah no final, eles pensaram de vender as loja tudo, o pai tinha duas loja, daí vendeu uma, daí já compraram uma serraria, tudo, perto de Santa Rosa, e fomo já trazendo tudo pra cá. E daí foram construindo, acho que já começaram no começo do ano, do outro ano que vieram conhece, daí eu vim mora em setembro pra cá, daí já tava funcionando a serraria, não, construindo arecém. Esse ano fez 70 anos, eu cheguei eu tinha 20 anos, hoje eu to com 90...(risos)  
eu sempre estive faceira, contente, trabalhando! Eu não cheguei a trabalha na serraria, mas nós tinha os empregado e eu tinha que faze o almoço e tudo! Muitos empregado né. E as roupa! Lavei muita. Eu no fim não podia mais lava, era tudo na sanga e não se arrumava empregada, só umas menina nova. No fim eu dei sabão e tudo pra umas vizinha pra elas pega as roupa dos homem pra lava. Podia paga pra elas e o sabão eu dava de presente só pra elas lava as roupa, desse jeito... (risos)  
Foi muito difícil! Meu, eu sofri muito! Por isso, eu dei graças de sair de lá, porque eu sofri tanto, tanto lá... tanto serviço!  
Quando eu vim pra cá, parecia que eu ia entra no céu, de mais fácil tudo, daí era na loja, daí peguei empregada tudo, primeiro tempo não, mas depois peguei. A nora depois ajudava no almoço, depois a filha ia fazendo as coisa, e assim fomo indo<sup>131</sup>.

É necessário esclarecer que antes de residir em Guarujá do Sul onde o marido também revendia terras, primeiramente Lurdes foi instalada na área onde veio se formar São José do Cedro. Quando ela lembra dos episódios extremamente marcantes e difíceis de sua vida, ela remonta a esses tempos onde, como pioneira, teve que se ajustar a uma situação à qual não estava inserida. Embora comente que desde muito cedo já era acostumada a trabalhar, aos sete anos de idade, migrar e colonizar uma área de mata fechada, sem nenhum tipo de estrutura e condições básicas foi de um esforço e trabalho imensos. Não à toa, em vários momentos de seu depoimento, Lurdes se emocionou e repetiu o quanto foi ruim, o quanto foi difícil e o quanto teve que trabalhar em meio a

<sup>131</sup> Lurdes. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.



homens e mata fechada. Por mais que seu discurso apresente esses aspectos dolorosos, entretanto, é possível ver também que no fundo existia um senso de esperança e aliança junto ao marido, o qual descreveu como sendo sempre um ótimo companheiro e pai para seus filhos. Quando ela dizia estar sempre “faceira”, “contente”, “trabalhando”, Lurdes assumia uma ideia de esperança e companheirismo, o que provavelmente deu ânimo para superar as dificuldades do momento. Além deste aspecto, é possível também refletir sobre a questão da idade em que Lurdes migrou e ocupou a região. Sendo muito jovem, com pouco estudo e recém casada, as virtudes da inocência e da coragem tenham contribuído para a manutenção do espírito de alegria e esperança em meio às dificuldades.

Por meio dos seus relatos, a escassez de alimentos, assim como a falta de recursos básicos, mesmo produtos que hoje são banais como o sabão, aparecem como coisas grandes e fundamentais para a permanência e mesmo a manutenção básica dos colonos e colonas na região colonizada. Além dessas carências, a falta de prestadores de serviços também assume uma posição relevante em seus relatos, como a falta de braços, sobretudo de mulheres, para trabalhos necessários como a limpeza e higiene das roupas, para a produção de verduras, para o preparo de alimentos, para a acolhida de todo o pessoal envolvido nestes primeiros anos do processo de colonização. Não havia, neste início de colonização, mulheres suficientes para assumir as tarefas “auxiliares”, porém fundamentais, havendo, portanto, uma sobrecarga àquelas que se encontravam naquela condição de pioneiras.

Ainda refletindo sobre esses primeiros tempos, Lurdes foi enfática na precariedade alimentar e na falta de recursos básicos, fato que impôs aos colonos e colonas a necessidade de assumirem diversas tarefas. Conforme seu depoimento

Lurdes: O que eu achei lindo era os pinheiro que tinha aqui, o resto era só trabalha e fica ali. Não tinha nada! As comida tinha que compra lá em Guaraciaba e São Miguel, as mandioca, as verdura, não tinha nada! No fim comecemos também, compremo uma chacrinha, pra planta as coisa, daí nós tinha um empregado que ajudava na serraria e ele ia então lá pra ajuda. Depois veio mora o pai e a mãe, também pra lá, daí nós fomo tudo junto sempre trabalha. Planta batatinha, mandioca, temperos, verduras, pras nós ter, pra ocupar... e o que mais? Ah, e depois fomo indo né...<sup>132</sup>

Novamente, surge em suas falas a beleza e a riqueza do local colonizado, como se esses fatores dessem suporte para a esperança de que, um dia, aquilo tudo fosse

---

<sup>132</sup> Lurdes. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

transformado e superado. Embora a jovialidade da depoente na ocasião e a novidade do “novo ciclo”, o trabalho aparece como um elemento central desses primeiros anos. No caso de Lurdes, o trabalho dela que até então era voltado ao comércio e ao cuidado da casa dos pais e dos irmãos e irmãs menores, na condição de colonizadora, o trabalho se transformou em amparar os peões do marido por meio do alimento e dos cuidados básicos ao ser humano. Diante da falta de comida, sendo possível a compra apenas em outros locais que ficavam numa média de 15 a 30 quilômetros de distância, tornou-se urgente dar início a uma horta que provesse verduras, e a criação de animais para que outros itens alimentícios também fossem disponibilizados, como ovos, leite, banha e carne. Nesse sentido, as tarefas de Lurdes como colonizadora e como companheira do empreendedor da colonização se tornaram vitais para a manutenção dos homens peões naquela condição de pioneirismo. A responsabilidade de prover o alimento pesou em suas costas. Assim como a responsabilidade de gerenciar outras mulheres na limpeza das roupas e demais funções, bem como gerenciar funcionários na chácara para que os animais fossem cuidados. Tais atividades desempenhadas por Lurdes não eram de foro do esposo, que se dedicava ao transporte de colonos, vendas dos lotes e administração da serraria.

Imagem 8 - VIAGEM DE BALSA PELO RIO URUGUAI DOS PRIMEIROS COLONOS DE GUARUJÁ E SÃO JOSÉ DO CEDRO. DÉCADA DE 1950.



Fonte: Acervo particular da Família Volkweis.

Imagem 9 - SERRARIA INSTALADA PELAS FAMÍLIAS LINK E VOLKWEIS EM SÃO JOSÉ DO CEDRO



Fonte: Acervo particular da Família Volkweis.

Imagem 10 - PRIMEIRA CASA DE LURDES NO EXTREMO OESTE CATARINENSE, EM 1950.



Fonte: Acervo particular da família Volkweis

Imagem 11 - A DEPOENTE EM SEU CASAMENTO REALIZADO POUCO TEMPO ANTES DE MIGRAR, EM 1950.



Fonte: Acervo particular da família Volkweis.

No ano de 2018, o neto de Lurdes, residente em São José do Cedro, também realizou uma entrevista com a vó, a qual é conhecida tanto em Guarujá do Sul como Cedro como uma pioneira, uma “mulher de memória”. Por ter sido uma das primeiras pessoas a vir para a região, dona Lurdes é respeitada pela comunidade dos dois municípios e mencionada como alguém que sabe muito sobre o passado. Por essa razão, seu neto considerou a vó para entrevistar em um projeto escolar. Seu texto ficou conhecido nos municípios por meio da rede social Facebook por lembrar daqueles primeiros anos da colonização através dos relatos emocionados de Lurdes, que sempre ao se lembrar do passado, se emociona e chora relembando das dificuldades que viveu. O texto escrito pelo neto contando as lembranças de Lurdes registram a viagem da colona e as suas primeiras impressões sobre o local de destino, descrições e impressões estas compartilhadas por muitas outras mulheres que chegaram na região e se depararam com uma paisagem que, embora muito bonita, também era desoladora. Segundo texto de autoria de Bernardo, Lurdes descreveu sua viagem

“Eu aqui, sentada na minha velha cadeira de balanço azul, tricotando um par de meias, como nos velhos tempos, olho pela janela e vejo as nuvens do céu oeste e me perco a pensar no dia que vim pra cá, no dia em que comecei essa história, eu e meu marido. Me lembro que já era o sétimo dia da viagem que não acabava mais. Uma semana, balançando de um lado ao outro, pensando como iríamos construir uma nova casa, de chão batido, tábua larga. Uma nova vida naquela terra que nos esperava. Mal podia ouvir o barulho do caminhão que parecia entrar em prantos por não conseguir mais andar. Não tínhamos muito espaço, eram seis famílias dentro dos mesmos dois caminhões. O lugar era dividido com nossas roupas, com os móveis simples e com todas as nossas lembranças, quantas lembranças! Toda a vida dessas seis famílias estava, naquele momento resumida nos dois velhos caminhões que tossiam para andar. Com os olhos molhados, sentindo uma tristeza que me ia de cabeça aos pés, costumava lembrar-me da minha antiga casa, lá na região das Missões, Rio Grande do Sul.

Em meio a tanta tristeza e saudade, sempre procurava acalantar meu pequeno coração com a alegria de iniciar um novo sonho, em uma nova terra, essa terra que nos esperava logo à frente. Desse novo lugar, não sabia nada, tudo que sabia eram as poucas coisas que meu marido me contou. “Lá há verdes matas, lindas coxilhas e enormes pinheirais. Pinheirais esses que agora, vão dar lugar ao nosso sonho, vão construir nossas vidas. Entalhadas nesses pinheirais, ficarão nossas lembranças para as próximas gerações” costumava dizer meu marido. A nossa vida, com certeza seria muito boa nesse novo lugar, nesse pedaço de terra que nos aguardava intocado, alguns quilômetros à frente.

Uma hora, o chofer me disse que faltava menos de um dia para chegar. Lembro-me que a alegria foi gigantesca, gritos comemoração foram dados por todos, mas, enquanto isso não acontecia, o que nos restava era esperar com ansiedade e sonhar, ahh, quanto sonhar! Há meses estávamos pensando nessa nova história que seria traçada, cultivada com muito amor e esforço. À medida que mais perto chegávamos, pior o caminho ficava. Cheio de valetas

e curvas, o medo de acontecer alguma coisa era muito grande. Eu, cheia de inseguranças, sempre me colocava a rezar. Com certeza Deus não deixaria que acontecesse qualquer coisa a nós e aos nossos dois caminhões. Às vezes, me perdia nos pensamentos: Se o caminhão virasse, o que seria de nós todos? Ficaríamos presos no meio do nada, com pouca comida por quanto tempo? Cada vez ficava mais apreensiva. Todas essas angústias foram pausadas várias vezes pelo Alcides, que costumava me alcançar um terço e pedia que eu rezasse, para me acalmar. Alcides foi meu marido, hoje está lá, ao lado de Deus. Ainda em vida, construiu uma serraria, ele, meu cunhado e meu pai. Essa serraria! Moldou peças, partes de sonhos que foram construídos em volta daquele grande pé de Cedro, perto de um belíssimo riacho, cheio de peixes e de vida. De fato era um lugar belíssimo, até já ouvi dizer que os quero-queros vinham cantar boas-vindas a quem ali passava. Estávamos em um trecho difícil, na viagem de vinda pra cá, foi quando chamei minhas amigas e começamos a rezar: Ave Maria, cheia de graça, o senhor é convosco... a reza foi interrompida por gritos angustiantes e ofegantes dos dois choferes. Olhamos pra frente e tudo que conseguimos ver foram suas caras de desespero. – o caminhão estava quase tombando. Tudo que um dia conseguimos na vida, agora, se colocava a balançar e por desvios da sorte, talvez poderia acabar com suas partes jogadas no chão, estilhaçadas em mil e um pedaços. Todos nos estávamos muito desesperados. Só me lembro dos gritos aterrorizantes que saíram de nossas bocas, gritos esse que clamaram a Deus para nada acontecer com nossas coisas, para que os dois caminhões não tombassem. Os gritos foram tantos que entraram em nossos corações e apertaram, de forma dolorosa nossos peitos. Cada vez ouvia gritos mais fortes, agudos e frequentes. Será que Deus permitiria tamanha barbárie? Meu marido estava muito apreensivo e atrapalhado com tantos berros, mandou eu e minhas comadres descenderem dos caminhões. Pegamos tudo que conseguimos em nossas mãos e seguimos à pé, afinal faltavam poucos quilômetros. Poucos quilômetros nos separavam de uma nova vida, de um novo começo. Seguimos andando, em procissão e rezando em alto e bom tom, pedindo a todos os anjos e a São José que nada acontecesse aos nossos maridos e às nossas coisas. Ao longe, lembro-me de ainda conseguir ver os dois caminhões, enrolados por cordas, que pareciam berrar, ranger ao amarrá-los nas árvores que os cercavam. Realmente era momento de muita apreensão: chegando agora em uma nova vida, porém, com medo de perder tudo que um dia já conquistamos. O que nos restou foi andar sempre em frente, sem saber aonde ir, cortando o mato, fazendo picadas, abrindo caminhos que mais tarde seriam retraçados por muitas outras famílias, que também iriam à procura de uma nova vida, repleta de felicidade. Ao longe, ouvimos os gritos de comemoração, as cordas que antes rangiam de dor, foram soltas, poderiam relaxar suas fibras. Ouvimos o barulho do motor ecoar no meio da mata, como quem cantava feliz, porque agora poderia seguir a viagem, poderia levar nossos sonhos à frente, sem nenhum empecilho. De fato, naquele momento, chegamos em uma nova terra. O barulho das gralhas cantando boas-vindas nos animou, aquele doce som entrava em nossos ouvidos e afirmava que agora poderíamos, de fato começar uma nova vida, na terra intocada, terra que será de gigantes. Poderíamos agora cultivar fraternidade, fazer com que o futuro dessa terra seja cada vez mais brilhante<sup>133</sup>.

O texto escrito de modo bastante emocionado, quase como uma epopeia, registra as lembranças dolorosas de Lurdes que enfatiza em sua fala o medo do desconhecido, as inseguranças em relação ao caminho e ao destino, o carinho e o amparo do marido nessa nova jornada em que caminhavam juntos. Bastante religiosa, também expressa em seu

<sup>133</sup> Lurdes. Entrevista concedida a Bernardo Lermen. São José do Cedro, 2018.



relato além do medo, a esperança de que aquele lugar embora cheio de ameaças, se torne um local próspero. Um local onde seus sonhos possam de fato acontecer, e sua nova vida, junto ao marido possa ser enraizada.

As lembranças de Lurdes registradas por meio do texto do neto coincidem com as lembranças trazidas em nossa entrevista realizada em 25 de dezembro de 2020. Os elementos como a tristeza, a esperança, a insegurança, a religiosidade e sobretudo, a aliança com o marido no empreendimento da colonização são presentes em suas falas e demonstram que de fato, os planos de mudar não eram originalmente seus, haja vista o medo do destino desconhecido e a saudades do que havia deixado para trás. Porém, ao assumir o posto de esposa, Lurdes assumiu também os planos do marido e embarcou junto no projeto de colonização onde se amparou em Deus e no próprio companheiro para lidar com as dificuldades. Às mulheres, naquele contexto, cabia acompanhar, orar pela família e amparar os planos dos maridos, enquanto estes também lidavam com uma série de problemas que iam surgindo, literalmente, pelo caminho.

As lembranças da depoente são partilhadas por outras mulheres que igualmente deixaram suas vidas anteriores no Rio Grande do Sul, onde havia um certo nível de conforto, e partiram com seus maridos para o interior de Santa Catarina. A mesma experiência foi compartilhada por colonas que chegaram em Guarujá quando ainda eram meninas ou moças, as quais vieram por conta de decisões familiares sendo que poucas e raras vezes tinham participação nessas escolhas. Muitas das depoentes entrevistas ainda recordam da vida anterior à migração, recordam da viagem de mudança que, de modo geral, foi caracterizada como muito difícil e triste, tendo em conta as condições das estradas que iam piorando quanto mais perto chegavam do destino. A viagem que marcou a transição de uma vida conhecida, para uma vida a ser reiniciada, foi emblemática em muitos depoimentos, como se aquela experiência de escassez, dificuldade e instabilidade em cima de um caminhão aberto anunciasse como seriam os primeiros anos na colônia em Santa Catarina.

Melinda, colona de descendência alemã, vinda da área rural de Montenegro no Rio Grande do Sul aos 13 anos de idade, narrou sobre a experiência de mudança e inserção em Guarujá.

Melinda: Eu nasci em Montenegro, de lá então quando eu tinha dois aninhos o pai foi mora pra, pertencia ao município de Santo Angelo. E depois de lá, quando nós viemos pra cá já era município 13 de maio. Antigamente os municípios eram longe, não é que nem hoje. E nós morava longe de Santo



Angelo e depois era perto, mas primeiro era longe. (...) Daí depois de 13 de Maio, nós viemo ali pro Pessegueiro. Quando eu saí de lá, eu tinha 13 anos.

Gabriela: E a senhora lembra bem disso?

Melinda: Ah sim, eu me lembro um pouco né. Eu tinha 13 anos, nós viemo em Janeiro acho que pra cá. Primeiro fomo mora em Barro Preto, depois o pai comprou uma chácara no Pessegueiro. Fomo do Barro Preto pro Pessegueiro. E daí em setembro, em 10 de setembro eu fiz 14.

Gabriela: E por que decidiram mudar do Rio Grande?

Melinda: O pai que queria vim de lá! Eu não queria. Era o pai e a Griselda, a mais velha! Me!! Isso eu não esqueço quando então era pra nós fazer a mudança, nossa senhora! Daí ela já tava deitada na cama com dor de barriga porque ela queria vim! Ansiosa! E eu e a mãe não, e o resto dos pequeno né. Um nasceu ali então né, o Ademir, o mais novo, já em Santa Catarina, não é gaúcho, o resto... (risos). Então, a mãe não queria mudar, não queria sair porque ela tava morando perto de uma irmã dela. O pai mais queria sair de lá porque, nossa a terra sabe, aqueles lado, tu tinha que ir por cima das terra dos outros pra sair assim. Aquela época tu nem imagina! Nós mesmo tinha que fazer as saída assim pra estrada com o arado e as coisa, e fazia as verga e puxava a terra assim antigamente eu digo né. Nós passava nas terra do meu tio e daí tinha mais gente pra frente... Todo mundo morava assim, e meu, mas o pai queria sair de lá! Depois veio ali, claro, em Barro Preto já tinha a principal ali, tinha do Cedro aquela vez que passava no Barro Preto, a principal né. Daí ele tava morando numa principal.

Gabriela: Mas e como ele soube dessas terras?

Melinda: Ma ele vinha pra cá! Tinha uns lá de baixo, era os Wailer, e tinha os Volkweis, o Alcides ali...e o Foppa. Eles tinham as terra ali. Daí o meu pai veio pra cá. Ele veio acho que duas vezes de lá pra cá olhar as terra, depois vendemo lá e ele compro ali e viemo pra cá. Era acho que em 55...

Gabriela: e a senhora também já trabalhava na agricultura naquele período?

Melinda: Naqueles ano era assim né. Eu não tenho muito estudo porque era só dois, três ano que ia né. O resto desde pequeninha que eu me conheço nós tava na roça. Eu e a minha mana mais velha. Dele trabalha! E era trabalha! Era tudo a muque.

Gabriela: e a mãe ia junto?

Melinda: A mãe nem tanto, às vezes ela ia. Ela tinha as criança pequena também pra cuida, mas tava sempre junto

Gabriela: E como foi chegar em Barro Preto?

Melinda: (risos) Não era fácil, mas nós chegemo né.(risos) Era outra coisa né...<sup>134</sup>

De modo bastante descontraído, Melinda recordou que a decisão de migrar foi sentida de diferentes maneiras entre os membros da família, sendo que no caso dela, como contado posteriormente, a mudança gerou uma saudade muito grande do local onde vivia perto da família e onde passou boa parte da infância e juventude. Conforme a depoente, essa saudade grande era ainda acompanhada de muitos sonhos relacionados aos eventos ocorridos no Rio Grande, o que a fez mais tarde entrar num estado depressivo e a levou a voltar para onde nasceu, buscando encontrar antigos conhecidos e parentes. Para Melinda, a escolha do pai de mudar do Rio Grande para Santa Catarina implicou a separação de entes queridos, sobretudo, de uma prima a qual era muito apegada e por muitos anos manteve contato por meio de correspondências. Da mesma

<sup>134</sup> Melinda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 30/03/2021

maneira, a mãe de Melinda também não concordava com a mudança tendo em vista que migrar significava ficar longe e sem o amparo de toda uma rede familiar estabelecida na antiga colônia. Segundo Melinda, naquele tempo todo mundo se ajudava, referindo-se às mulheres. É possível presumir que, ao mudar-se para um local tão distante e sem familiares por perto, a mãe de Melinda, que já tinha filhos pequenos, pensava na falta de ajuda que teria para gerenciar esses cuidados e as tantas outras tarefas que viriam com a colocação na nova área de terras. Entretanto, as insatisfações do pai com as antigas colônias e a vontade de mudar, compartilhada pela irmã mais velha, foram decisivas no caso dessa família para que houvesse a mudança. Ainda segundo Melinda, outro fator decisivo também foi a questão de que as terras nas antigas colônias já apresentavam sinais de empobrecimentos do solo e não produziam nem em qualidade nem em quantidade. Ao chegarem na Linha Barro Preto e mais tarde na Linha Maidana, as propagandas e os comentários dos revendedores de terras sobre a fertilidade foram comprovados, o que motivou a vinda de outros membros da família pela parte do pai de Melinda pouco tempo depois.

Embora para algumas mulheres e moças a migração para o interior de Santa Catarina tenha sido marcada como um evento difícil, em algumas situações, um evento traumático do qual preferem nem lembrar, para outras, a mudança das antigas colônias para uma região de “puro mato”, embora fosse algo não tão agradável ou desejável, não causou o mesmo efeito de trauma, sendo lembrado mais como uma fase da vida, uma fase de transição para um projeto maior. Essa foi a forma como a depoente descendente de italianos, Leda, lembrou de sua trajetória enquanto colonizadora de Guarujá do Sul. Diferente de Lurdes, Leda vinha de uma família de colonos agricultores da área rural de Sananduva, sendo que ela mesma já trabalhava como colona desde os sete anos de idade, sempre ajudando os pais na roça. Aos 23 anos, após cinco anos de namoro, Leda migrou com a família do esposo para instalar na Linha Taquaruçu uma serraria, uma olaria e um moinho, estruturas essas que dinamizaram a área e favoreceram a vinda de várias famílias da mesma região de origem. Tal como havia ocorrido com Lurdes, os planos do marido forjaram a mudança tendo em vista as ofertas e as oportunidades que haviam sido percebidas em Santa Catarina. Mais uma vez, a atração dos colonos, neste caso, dos investidores, ocorria em função da abundância de árvores e a possibilidade de, ao comprarem as terras de alta qualidade, poderem usufruir dos pinhais que na ocasião eram tão ou mais interessantes que as próprias terras.

Entrevistada em dezembro de 2020 na varanda de sua casa e também acompanhada por um dos seus sete filhos, Leda, um tanto tímida e com poucas palavras, relembrou dos tempos em que veio morar em Guarujá do Sul, no ano de 1955. Em sua entrevista, ela dizia que não sabia se o que comentava estava correto ou se era o que eu gostaria de ouvir, como se pensasse que talvez outras pessoas poderiam contar melhor ou fossem mais instruídas para responder as questões que eram colocadas a ela. Esse tipo de dúvida esteve presente em outras entrevistas, quando as mulheres não se sentiam em posição de responder ou de falar com propriedade sobre coisas que elas mesmas haviam vivido. A reflexão que surgia era “o que tem de interessante em minha vida e minha experiência de vida?” e também, “o que vou contar? O que querem saber desses meus tantos anos?” e, “não sei se vou lembrar de tudo”, geralmente entre as depoentes mais idosas. Essas dúvidas demonstraram que muitas não se sentiam aptas a responder e até mesmo duvidavam de seu protagonismo enquanto agentes da história do município e da colonização. Nesse sentido, algumas mulheres, como Leda, respondiam de modo breve, outras, mesmo dizendo que não sabiam exatamente como responder, acabavam por contar detalhes de suas experiências as quais diziam nunca ter revelado a ninguém.

Objetivando compreender a trajetória de Leda e entender os eventos que a levaram à colonização de Guarujá do Sul, questionei sobre suas experiências anteriores, ainda no seio da família no Rio Grande. Novamente, as lembranças de uma rotina de trabalho se fizeram presente, uma rotina que envolvia toda a família, desde crianças pequenas ao pai e a mãe.

Gabriela: Vocês eram colonos por lá?

Leda: É... nós lavrava, tudo, trabalhava na roça...

Gabriela: a senhora também trabalhou na roça?

Leda: Hã! Nós lavrava, nós carpia e depois ainda roçava os mato. Uma vez eu tinha um namorado que dizia ‘isso não é serviço pra mulher’. Eu disse, mas se não tem homem! (risos) Vai a mulher, porque nós era as mais velha. O rapaz (irmão) é mais novo que eu, o Miro, que tá no Mato Grosso. O Ede então é o mais novo, e tinha o Clari, que é mais novo ainda, o, foi estuda pra padre, e daí...<sup>135</sup>

Em suas lembranças de infância e juventude anteriores ao casamento, Leda lembrou que estudar não era uma opção viável por conta da distância e também por questões de saúde, dizia estar sempre com dor de barriga e muito fraca, magrinha, o que a impedia de ter forças para ir até a escola. O único transporte possível naquele tempo,

---

<sup>135</sup> Leda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 26/12/2020.

segundo ela, era o cavalo, de uso apenas do pai, sendo que a única atividade além de trabalho na roça era ir à missa, mas isso só foi possível quando já era mais moça e, portanto, aguentava caminhar a longa distância até a igreja que ficava a mais de três quilômetros de distância de sua casa. Além desses fatores que a afastaram dos estudos e de outras formas de lazer, havia a questão de ser uma das filhas mais velhas. Sendo assim, muitas responsabilidades recaíam nela e na irmã Clara, as quais ajudavam o pai na lavoura e também, assumiam cuidados com as roupas, com a limpeza da casa e com os vários irmãos mais novos que os pais tiveram ao longo dos anos. Geralmente, quando os filhos mais velhos de um casal eram mulheres, essas assumiam quase que a posição da mãe quando outros filhos menores nasciam. Dessa maneira, a infância dessas meninas era encurtada pois logo cedo já assumiam funções e responsabilidades de mulheres adultas, como cozinhar, lavar roupa, costurar, fazer a limpeza da casa, cortar lenha, além dos trabalhos na lavoura e na lida com os animais de criação.

Num contexto de trabalhos diários e pouco estudo, Leda conheceu o marido que era da mesma comunidade. Ainda recordando as atividades que desempenhava junto a família, Leda recordou que tudo era feito por elas, qualquer necessidade que havia, a única opção era fazer por conta, o que contribuiu para o desenvolvimento de habilidades e “prendas”. Nesse mesmo sentido, outra depoente, Alda, também comentou que calcinhas e sutiãs, meias e outros adereços eram todos feitos pelas próprias moças.

Leda: É, só no serviço. E quando em casa agente fazia trança, bordava, se fazia as coisa pra gente, porque não tinha onde manda fazer. A mãe era costureira, daí a mãe costurava até as roupa de casamento nosso, os vestido foi ela que fazia pra nós. Meu, da Clara também...

#### Questionada sobre quando se casou e como foi a história, Leda esclareceu

Leda: Casei com 23 anos. Quando o marido veio pra cá, eu tinha 23 anos, 23 pra 24 eu acho. Ele veio pra cá pra trazer a serraria, eles vieram e daí, até que construíram a casa, construíram e arrumaram a serraria, né, fez casa, tudo, foi pra lá, me busca. (risos) eu estava junto com meus pais, tava junto com eles nesse tempo. Ele (o marido), arrumou tudo lá e voltou pra casar.

Gabriela: Então a senhora casou sabendo que ia vir morar pra cá?

Leda: É! E trabalha, e faz comida pros homem, meu deus! Cheio de homem. Tinha a serraria, daí eu tinha bastante gente lá pra cuidar. Tinha o foguista, o serrador, que era o Fernando, o meu cunhado, e um que ajudava no mato pra ele puxa as tora... deus me livre! Quatro, cinco homem, e eles moravam tudo lá com a gente. E fazia comida pra tudo essa turma. E a gente não tinha que, nem pra salada, nada, porque eu fui pra lá e não tinha nada ainda!

Gabriela: e havia outras mulheres contigo, que te ajudavam?

Leda: Não, não, não tinha ninguém. Depois que eu comecei a ter filhos, daí sim, vinha as menina da sogra lá, das cunhada, as cunhada, mas elas eram

pequenas também, só pra me cuidar do nenê e embala. Ela embalava o Nego (apelido do filho mais velho), e ele chorava, e ela empurrava o carrinho, meu Deus eu tinha um medo que ela me derrubava o nene! (Risos) A Salete era nervosa, ele chorava daí...<sup>136</sup>

Nascida em Sananduva no ano de 1933, Leda começou o namoro aos 18 anos de idade com seu companheiro, rapaz filho de comerciantes que também era da mesma comunidade e frequentava a mesma igreja que Leda. Durante um tempo, o namoro ocorreu à distância, pois seu futuro marido havia sido chamado para servir no exército e, neste período então, trocavam cartas e mantinham o relacionamento. Tendo em vista as oportunidades em Santa Catarina, o pai de seu então namorado havia proposto ao filho montarem uma serraria, e desse modo, quando Leda se casou aos 23 anos, já sabia que seu destino era deixar sua família de origem e passar a acompanhar então o esposo na nova jornada. Lá, ele assumiria a direção da empresa e também faria o recrutamento de pessoal do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. Desse modo, Leda foi uma das pioneiras na colonização em Guarujá do Sul onde veio se instalar na Linha Taquaruçu, área rural do município. Conforme seus relatos, toda a estrutura da serraria já havia sido trazida do Rio Grande do Sul, assim como a casa onde viveria “lá no meio do matão” também já estava construída quando chegou de mudança por meio de viagem feita de ônibus.

Junto do marido, Leda foi responsável por amparar os funcionários do mesmo modo que Lurdes, cabendo a ela a função de preparar as refeições, preparar a hospedagem, organizar a limpeza, a lavagem das roupas, louças, cultivar verduras e cuidar dos animais que forneceria os demais itens alimentícios. Da mesma forma que Lurdes, uma das primeiras mulheres a ocupar a região enquanto colonizadora, Leda lembrou de modo bastante enfático a dureza daqueles primeiros tempos quando a falta de alimentos e a falta de estrutura tornava a vida extremamente difícil. Além do mato, dos mosquitos, não havia água encanada, não havia estrutura sanitária, e os itens básicos eram poucos e a ajuda também. Ambas as colonizadoras ressaltaram a solidão e também a falta de braços de outras mulheres para assumir as pesadas tarefas pelas quais eram responsáveis. Sendo assim, recorria-se às jovens meninas e moças que iam chegando junto com os pais, as quais também, desde cedo, se ocupavam de cuidar de outras crianças para conseguir algum dinheiro para si. Segundo as depoentes, que já eram mulheres adultas, embora jovens adultas no período de colonização, as ajudas apenas

---

<sup>136</sup> Leda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 26/12/2020.

surgiam após a chegada dos filhos, o que demandava maior atenção, se não, até esses não chegarem, todas as atividades eram de incumbência unicamente das esposas.

Nas lembranças de Leda, a mudança para o interior de Santa Catarina e o afastamento dos familiares não foi algo tão triste e traumático. Segundo a depoente, não havia tempo para chorar ou para ficar pensando, haja vista a quantidade de serviços que tinha por fazer naquela ocasião. De modo reflexivo a depoente esclareceu

Leda: Uhm, ah, a gente nem tinha tempo pra ficar se bobiando porque tinha só que trabalha! Deus me livre! E eu tinha bastante amiga por aqui já, tinha os Tortora, a Clara, minha mana, eles trabalhavam na serraria, o marido dela, os Caramori...Veio uma turma de lá! Então não foi tão brusco, tinha gente que eu conhecia, tinha a Dona Ema que eu conhecia, a Clara, tinha os Tortora, tinha umas quantas família...<sup>137</sup>

Rememorando sobre os acontecimentos do seu passado, Leda relatou ter executado muitas tarefas naquele período. Desde as funções já comentadas como a elaboração das refeições, lavagem das roupas de muitos homens, o cultivo de horta para a produção de verduras, cuidado dos animais e a produção de “miudezas”, como fazer queijo, doces de frutas, pão, nata, manteiga. Além disso, também costurava e cuidava dos filhos. Na ocasião da entrevista, o filho mais velho que a acompanhava, disse lembrar de quando a mãe o levava para a roça onde ficava embaixo de uma árvore e a via roçar e plantar verduras. Na conversa, o filho comentou sentir muito pela mãe que em toda a sua vida tinha trabalho muito, porém nunca havia sido reconhecida. Segundo Eder, filho mais velho da depoente, a mãe havia trabalho na roça por mais de dezessete anos e nunca havia ganhado um centavo por isso. A dor da mãe pela falta de reconhecimento era expressa, portanto, por meio das falas de Eder, que reconhecia a desvalorização e o abuso pelo qual Leda havia passado. Segundo o filho da depoente, havia uma promessa de que um dia Leda seria recompensada por todo seu serviço prestado nos anos de atividade na roça e na serraria, entretanto, isso nunca ocorreu. Desse modo, as promessas e as lembranças surgiram no momento presente como uma mágoa tendo em vista que Leda teria trabalhado naqueles anos de colonização de modo exaustivo enquanto as demais mulheres da família, como as cunhadas, não teriam feito o mesmo.

É interessante nesse sentido pensar aqui os significados dos trabalhos realizados pelas mulheres no contexto da colonização, os quais, embora fossem indispensáveis,

---

<sup>137</sup> Leda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 26/12/2020.

não eram vistos exatamente como trabalho e, menos ainda, recebiam algum tipo de retorno financeiro. Assim, as muitas atividades desempenhadas pelas mulheres eram vistas como “ajudas”, ou, como uma atividade complementar ao do homem, fosse ele marido ou pai. Na concepção da pesquisadora Dainese, a ideia de “ajuda” no contexto do campo, “é um modo particular de qualificar e caracterizar o trabalho feminino”, pois “os sentidos do trabalho e da ajuda estão associados à diferenciação entre os gêneros”<sup>138</sup>. Nas considerações da autora, portanto,

Os sentidos do trabalho feminino encontram-se subsumidos às atividades masculinas, de tal forma que nesses contextos a palavra ajuda marca seu caráter fundamental ao pleno exercício das atividades, porém ao mesmo tempo reafirma sua posição subalterna quando comparada ao lugar das atividades e da posição do homem. Esse olhar sobre o trabalho camponês, por sua vez, conduziu ao entendimento de que nesses contextos as relações entre masculino e feminino se orientam menos por uma ideia de oposição do que por um princípio de complementaridade hierarquizada. Pois se o homem orienta o trabalho, este não depende das atividades femininas, dada a configuração material e existencial da relação entre a casa e o roçado (Heredia, 1979; Woortmann e Woortmann, 1997).<sup>139</sup>

Ainda que Dainese evidencie o sentido da noção de ajuda, a pesquisadora também coloca que em algumas situações, a ideia de ajuda pode ser entendida não somente enquanto a desvalorização do trabalho feminino em relação ao masculino. Antes, “seu uso explicita tanto o lugar de sujeito da mulher nesses processos produtivos quanto a relação de colaboração existente entre o casal”.<sup>140</sup>

Recordando os anos difíceis em que viveu trabalhando enquanto colona e colonizadora da área rural de Guarujá do Sul, quando deu suporte aos empreendimentos do sogro e do marido, que nos anos seguintes foi três vezes eleito prefeito de Guarujá, Leda em sua cadeira de balanço refletiu que embora tudo tenha sido tão penoso naqueles tempos ela ao menos seguia firme e viva. Segundo a mesma, “deus o livre, eu passei as minha também! Eu to forte ainda, eu disse, graças a Deus! Graças a deus que eu não sou doente nada...”<sup>141</sup>

<sup>138</sup> Dainese, Grazielle. Trabalhos, ajudas e gênero: um olhar desde as experiências das mulheres da Tercira Margem – Minas Gerais, Brasil. In: Tratado latinoamericano de Antropología del Trabajo. CLACSO, 2020.p. 1214

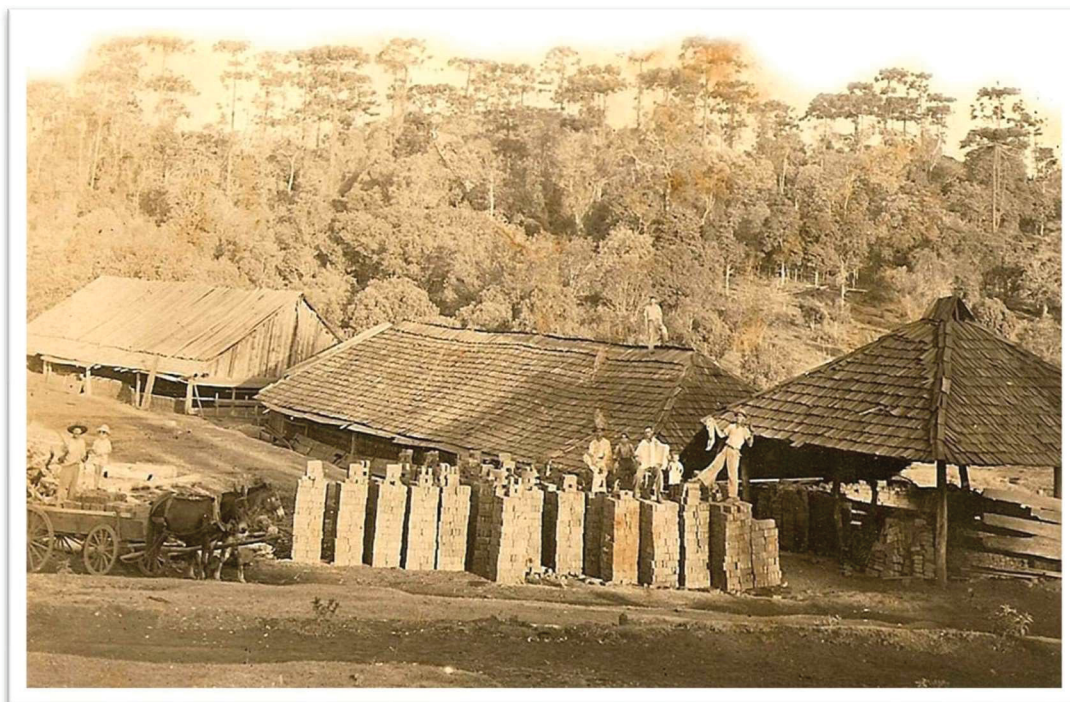
<sup>139</sup> Idem. P.1226

<sup>140</sup> Idem. P.1230

<sup>141</sup> Leda. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2021.



Imagem 12 - OLARIA INSTALADA PELA FAMÍLIA DA DEPOENTE NA LINHA TAQUARUÇU, INÍCIO DA DÉCADA DE 1960.



Fonte Acervo particular de Dilson Stalter.

### 3.2 O TRABALHO DAS MULHERES NA COLÔNIA

No final da década de 1940 a área onde veio a ser formado Guarujá do Sul já era conhecida pelas empresas colonizadoras. Muitos dos negociantes e investidores passavam por aquela região em direção às terras à venda no Paraná, as quais estavam sendo muito visadas na época tendo em vista o intenso trabalho de propaganda e de recrutamento de colonos que partiam em rede para o Paraná. Como a área de Guarujá do Sul se tratava de um local de passagem, entre Santa Catarina e Paraná, demorou até que algum investidor se interessasse por aquele local, que, embora fosse repleto de imensos pinheiros, também exigia dos colonizadores um grande esforço para dar início à colonização “em meio ao nada”. Em função do seu trabalho e diversas ações pioneiras, Olímpio dal Magro, agente colonizador de Caxias do Sul e representante da firma Pinho e Terras, tornou-se conhecido por desempenhar a colonização nessa região. Segundo relatos, dal Magro foi o responsável pela abertura de vias que conectariam as novas vilas aos demais centros comerciais, o recrutamento de colonos, a instalação de serrarias, monjolos, olarias, moinhos e demais estruturas básicas para o funcionamento

da colonização. Foi por meio do seu trabalho enquanto agente colonizador que a primeira família do Rio Grande do Sul se instalou em Guarujá no ano de 1945. De acordo com Ines Possatto, migrante e colonizadora de Guarujá instalada em Pessegueiro no ano de 1952, distrito desse município, o “início de tudo” teria sido nessa comunidade, no local exatamente em frente onde atualmente fica sua residência.

Ines: Aqui na frente tinha uma serraria, aqui foi o início de tudo. Morava aqui já os caboclo tudo, 80 anos anterior já tinha o Mitério, o João Maria, os Tigre e os Baitaca que eram tropas rivais né. Quem chegava aqui da colonização branca tinha que optar por um deles, né, tinha isso. E foi assim, tinha um pessoal de Caxias do Sul, da Madeireira Santo Antônio Ltda, esses cara já conheciam essa região. Daí esses vieram pela primeira vez aqui vê o lugar que é aqui ó (aponta para frente de sua casa). Esse espaço ali que hoje só tem mato, era tudo limpo e aqui botaram a serraria, em 1945, veio a serraria com o serrador que era o João Panegás. Tem duas filhas dele que moram aqui, a Antonieta, ela tinha cinco anos de idade, agora tem 80, e a Lidia tinha 2 anos, mora ali também. Em 1945 eles chegaram com dois reboques, um com a mudança do João Panegás e o outro vinha a serraria. Essa colonização aqui foi feita então pela companhia de Caxias do Sul, e ali pra trás era do Olímpio dal Magro. E quem abriu essas estradas aqui, que era a única estrada que existia e que passava pra ir pra Dionísio Cerqueira, que vinha por Barro Preto, quem abriu aqui a colonização foi a Bertamoni de São Miguel do Oeste. A Bertamoni que abriu aqui a única estrada que passava, porque Guarujá não tinha nada, começou tudo aqui. (...) Então, essa empresa abriu aqui e o Olímpio dal Magro ajudou a fazer tudo essas estrada que tem aqui, por toda a região, de Chapecó pra cá. E o Olímpio pelo seu serviço prestado ele ganhou a maioria dessas terra, ele ganhou, e depois ele começou de vender. E os primeiros que compraram aqui foram os meus tios, os Possatto. Os meus tios que compraram e o meu pai também, lá no fundo eles compraram as terra.<sup>142</sup>

Conforme o depoimento de Ines, as terras que vieram a ser colonizadas pelos colonos já eram conhecidas e ocupadas por famílias de caboclos, o que vai de encontro com a ideia de que não havia ninguém antes da chegada dos colonos pioneiros. Entretanto, compreende-se que essas famílias que já existiam na região viviam de modo muito rústico, isoladas e não haviam desenvolvido nenhum tipo de ocupação que tivesse transformado a paisagem tal como os colonos do Rio Grande do Sul fariam na década de 1950. Segundo a depoente, esses caboclos teriam colaborado para a entrada dos colonos tendo em vista que possuíam o conhecimento sobre as picadas, os rios, e teriam também colaborado na instalação das serrarias e na construção das casas. Através de outros depoimentos coletados, os comentários seguem na mesma percepção de que as relações entre colonos e caboclos nesta área teriam sido sempre pacíficas e amistosas,

<sup>142</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2020.

haja vista que a situação precária da colonização e a necessidade de ajuda teria colocado os colonos e os caboclos numa posição inicialmente nivelada.

Ainda segundo o depoimento de Ines, a colonização, portanto, teria tido início no atual distrito de Pessegueiro. Lá teria sido instalada a primeira serraria e também teria sido o local onde se fixou a primeira família do Rio Grande do Sul, sendo que as duas filhas de João Panegás, Lídia e Antônia, que chegaram quando eram crianças, ainda residem na comunidade que o pai e a mãe ajudaram a fundar.

Conforme esclarecimentos de Ines, que viveu a colonização, conheceu os mais antigos e também, pesquisou sobre a história do município, a primeira família a comprar o primeiro lote de terras de maneira registrada foi a sua.

Ines: Os primeiros que compraram as áreas de terras aqui foram os meus tios, os Possatto, que compraram com o meu pai também, lá no fundo eles compraram as terras. A minha família veio de Santiago, Rio Grande do Sul, três ficaram aqui, um foi pra Capanema e duas irmãs do meu pai foram pra Pérola do Oeste. Todo mundo... até a vó veio pra cá e tá enterrada na Linha Possatto.<sup>143</sup>

Imagem 13 – COLONOS, MULHERES E CRIANÇAS NO ARRASTE DE TORAS NAS IMEDIAÇÕES DA SERRARIA DE FRIDOLINO TSIMERMAN, NA ATUAL LINHA POSSATO, FINAL DA DÉCADA DE 1950.



Fonte: Acervo pessoal da família Procópio.

<sup>143</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2020.

Além dos tios e do pai de Ines, a depoente lembrou de outros nomes de pioneiros que se instalaram nos entornos na serraria, como a família Arnoldo, a família Zanatta, família Ambrós, e a família de Armindo Rohenkohl, todos homens que migraram com suas famílias do Rio Grande do Sul com o intuito trabalhar nas serrarias e dar início à medição e a venda das terras entre os anos de 1950 e 1952. Com a implantação dessa estrutura, aos poucos outras famílias também passaram a migrar para essa localidade onde os colonos eram atraídos pela oportunidade de serviços e também, pela oportunidade de adquirirem terras, as rapidamente se mostraram de boa qualidade para o cultivo de diversas culturas.

No ano de 1956, por conta da dinamização da área em função da instalação de serrarias e pela oferta de serviços, a família de Amália, colona da área rural de Sananduva, decidiu pela mudança para o interior de Santa Catarina a convite do antigo vizinho, o comerciante Ermínio. Entrevistada em junho de 2022, a depoente lembrou de quando chegou em Guarujá do Sul, mencionando de antemão tratar-se de um tempo difícil e muito triste, o qual custava a ela relembrar. Respeitando as dores e as limitações da depoente, deixei aberto o espaço para expressar suas tristezas e também não falar sobre o que não gostaria. Entre risos de ironia e olhos marejados Amália relembrou de quando ainda criança chegou em Guarujá.

Amália: Eu vim com seis anos de idade e no ano de 1956 nós chegamo.

Gabriela: E a senhora lembra da viagem?

Amália: Um pouco eu lembro... a mãe tava grávida e ela ficava na cabine com o Nene, que era pequenininho e tinha feito dois anos já. Nós tava tudo num caminhão...

Gabriela: E os grandes tudo fora?

Amália: Meu Deus...! Que sofrimento! A gente era criança também, não entendia muito. Daí nós saímos no dia 06 de fevereiro, eu fiz aniversário dia 05, e dia 06 daí nós já saímos do Rio Grande com a mudança no caminhão, viemos embora. Chegamos aqui no Taquaruçu depois de três dias e três noite de viagem. Eu lembro um pouco, não muito. Quando nós chegamos assim com o caminhão em cima dum morrinho, o ajudante do motorista gritou “chegamos no fim do mundo!” e levantou as pernas pra cima (risos). Imagine todo aquele tempo a gente naquele sofrimento...

Gabriela: E era fim do mundo mesmo?

Amália: Era fim do mundo porque era no meio do mato! Não era feio, era um mato assim que tu não tinha uma roça, não tinha... Era só um desmatado com algumas casa de pau a pique e daí como tinha serraria daí faziam as madeira, ali a serraria era do Clemente, que o pai veio pra trabalhar com eles, era deles.... Do seu Ermínio, pai do Clemente. Era no fim pra família deles, mas em sociedade com o Albino Caramori e os funcionários eram todos os pobrezinhos ao redor da serraria...

Gabriela: E vocês eram os “pobrezinhos”?

Amália: Nós fazia parte dos pobrezinhos...

Gabriela: Teu pai era arrastador de tora?



Amália; Sim, o pai veio pra arrastar tora, ele tinha três, quatro junta de boi...Era dele. E quando precisava ele cortava as árvore, tinha os que cortavam e tinha os que arrastavam, que era o pai, e o pai tinha um peão, mas geralmente o pai trabalhava sozinho.

Gabriela: E a tua mãe, o que fazia nesse tempo?

Amália: Ah a mãe fazia a horta, e nós ia pra roça também planta umas coisinha onde dava pra planta já, onde já tinham derrubado uns mato, foi feito roça... Eu trabalhei muito, desde os seis anos, a gente já fazia alguma coisa em casa. Bom, a gente brincava bastante também, brincava na serraria. E daí a mãe fazia a horta, fazia a comida, plantava, nós plantava ervilha, cebola, batatinha, fava, batata doce...nós sempre tinha de tudo, mandioca, milho... A terra era ótima! Era produtiva! Nos primeiros anos eram muito bons, muito bons. O pai veio, trabalho de arrastador por três ano, daí compramo a terra e daí fomo trabalha na nossa roça. Nesse tempo todo a gente tava morando ali ao redor da serraria, não era nosso, na favelinha (risos). Tinha casa boa o Clemente e tinha casa boa o Albino, e os empregado ao redor tinha tudo umas casa pequena, tipo galpão.<sup>144</sup>

Nesse ponto da conversa, Amália lembrou de momentos que preferiu não contar, onde sinalizou haver injustas e perdas as quais a família na ocasião da instalação acabou sofrendo, o que sugeriu que, embora as relações entre vizinhos e conhecidos tivessem favorecido e oportunizado a migração, elas também resultaram em perdas para alguns. Ou seja, nem todos os colonos obtiveram o êxito que almejavam com a mudança. Ao lembrar dos primeiros anos em Taquaruçu, um lugar de “puro mato” como já comentado por outras depoentes, Amália recordou da fertilidade da terra e das condições de moradia dos colonos que se instalaram ao redor das serrarias, que ela mencionou como sendo “favelinha” tendo em vista a precariedade das estruturas e das instalações disponíveis para os primeiros moradores das comunidades que se formavam.

Como explicado pela depoente, a família teria mudado por conta das ofertas propostas por conhecidos do Rio Grande, sendo que o pai, por três anos trabalhou puxando pesadas toras enquanto a mãe, que já contava com cinco filhos pequenos e um na barriga, executava tarefas no âmbito doméstico e também cultivava, junto aos filhos pequenos, uma horta de onde provinha o alimento da família. Embora fosse criança quando chegou em Guarujá, Amália recordou da rotina de trabalhos que toda a família era submetida, e que, não poucas vezes, viu a mãe auxiliando o pai em atividades consideradas pesadas para uma mulher, como serrar árvores, arrastar toras e construir a casa onde morariam.

É necessário comentar que, embora as condições de praticamente todos os migrantes fossem muito simples, e em alguns casos, muito primitivas e até mesmo precárias, havia alguns poucos que desfrutavam de um conforto levemente maior em

---

<sup>144</sup> Amália. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

relação aos outros. Entendeu-se por meio dos relatos que os homens, quase todos, tiveram de desempenhar uma série de tarefas que exigiam grande esforço físico e muitas vezes poderiam apresentar riscos à vida ou danos à saúde. Do mesmo modo, as mulheres também se ocuparam de tarefas que extrapolavam suas forças físicas, colocavam em risco as eventuais gestações, prejudicavam a saúde e causavam grande nível de desconforto. Entretanto, enquanto algumas mulheres como as colonizadoras Leda e Lurdes, que vieram na condição de esposas dos donos das serrarias eram encarregadas de atividades como limpeza, trabalho na roça, cuidado com os filhos, preparo de refeições, outras, como as esposas e filhas dos funcionários, viveram situações ainda mais pesadas e debilitantes. Ou seja, além do trabalho “comum” a todas as mulheres da colonização, às mulheres que migraram em condições mais humildes houve o acréscimo de funções, sendo estas atividades relacionadas aos trabalhos de “limpeza” e modificação da paisagem de mato para vila.

Dessa maneira, mulheres como a mãe de Amália, no papel de colona e esposa de arrastador da serraria, tiveram muitas vezes que se submeter a trabalhos no mato, auxiliando os maridos no corte das árvores, no empilhamento e no arrastar das toras. Ou seja, assumiram atividades claramente pesadas. Não sendo uma situação incomum, as mulheres muitas vezes já sendo mães no período da colonização, deixavam seus filhos pequenos em casa aos cuidados das filhas maiores e se juntavam aos maridos. Em outras ocasiões, levavam junto os filhos pequenos para a lida no mato, os quais eram deixados em berços, balaies ou “chiqueirinhos” numa área próxima, enquanto pai e mãe trabalhavam juntos no corte e empilhamento de madeira. E em alguns casos, como de Josefina, mãe da depoente, a mulher mesmo estando grávida acompanhava e “ajudava” o marido na derrubada dos pinheiros. Embora fosse essa última situação um caso que demandasse maiores cuidados, a necessidade de limpar a área de pinheiros, cultivar uma roça e criar o quanto antes uma estrutura, ensejou muitas mulheres a estar lado a lado dos homens em atividades consideradas mesmo naquele período como sendo masculinas e muito difíceis. Nesse contexto, transpor os limites do masculino, ou, sair do trabalho “leve”, para o “pesado”, era algo não apenas admitido, mas algo urgente e necessário para a realização da colonização. Comentando sobre o peso do trabalho masculino e do feminino, as pesquisadoras Rotemberg e Portela explicam essas medidas

Um importante ponto na divisão idealizada entre "serviço de homem" e "serviço de mulher" baseia-se no emprego da força física, o que promove outra forma de distinção e atribuição de valores às atividades como:

"pesadas-díficeis" ou "leves-fáceis". Assim, carregar peso parece ser um dos poucos esforços visíveis e reconhecíveis no trabalho, quanto aos demais, em geral realizados pelas trabalhadoras, permanecem invisíveis<sup>145</sup>.

Compartilhando lembranças sobre o passado de colonização, Alda, irmã mais velha de Amália, entrevistada em março de 2021 também comentou sobre suas experiências e as lembranças da família, quando relatou ter visto a mãe inúmeras vezes trabalhando no mato do mesmo modo que o pai. Sendo a irmã mais velha dos cinco filhos do casal, a migrante relatou ter chegado em Taquaruçu aos 13 anos de idade, um local que descreveu como sendo muito bonito por conta dos grandes pinheiros que ocupavam toda a paisagem. Embora tenha corroborado por meio do seu testemunho com a ideia de que foram tempos difíceis e de muito trabalho, onde todos os membros da família foram sujeitados a rotinas extenuantes, suas lembranças são externalizadas de maneira mais tênue do que as memórias da irmã mais nova. No entendimento de Alda, que era uma jovem moça naquele tempo, não haviam perspectivas diferentes “era o que tinha, era o que era”. Ou seja, não haviam outras opções, e não tinha como ser de outra forma a vida que levariam naqueles tempos, pois, conforme a depoente, “não se conhecia outra coisa”. Questionada se as mulheres teriam tido grande participação no período da colonização de Guarujá do Sul, a depoente foi enfática afirmando que sim. Segundo Alda, elas teriam sido a sustentação de todo o projeto colonizador pois “as mulheres trabalharam muito, muito, muito. Porque elas foram assim, o pilar, porque elas que lavavam roupa, elas que faziam comida, elas que cuidavam dos filhos...e todas tinham muitos filhos naquela época!”. As considerações da depoente seguem no trecho abaixo.

Gabriela: As mulheres trabalharam muita na colonização você acha? Você acha que elas foram importantes para a colonização?

Alda: Nossa muito! Nossa senhora! Foi muito, muito, muito, muito....

Gabriela: Trabalharam muito?

Alda: Trabalharam! Imagine, trabalharam na roça, e depois na casa, faze tudo, tudo... Faze pão, tira leite, fazer queijo, ahm, carnea porco, galinha, lava roupa, ahm... As mulheres participavam em tudo tudo, tudo.

Gabriela: E o que faziam na roça?

Alda: Plantar, assim, planta milho. Até os anos 60 não tinha soja, não existia soja, daí ninguém plantava soja. Daí depois dos anos 60, daí apareceu a dita soja que pra nós era uma coisa estranha, que daí plantava soja também, feijão, arroz, amendoim, batata-doce, mandioca, tudo, tudo...

Gabriela: A mãe da senhora chegou a trabalhar na roça ou não?

Alda: Meu Deus!!! Quanto!!!

Gabriela: É?!

<sup>145</sup> PORTELA, Luciana; ROTEMBERG, Lucia. O peso do trabalho” leve” feminino para a saúde. **São Paulo em Perspectiva**. 17(2): 91-101, 2003. P.99.



Alda: Muito, muito, muito... Derrubava mato. Assim pega foice e roçar no matão fechado.

Gabriela: Ela fazia isso?

Alda: Sim! (em tom de naturalização) Todas as mulheres faziam isso.

Gabriela: E o pai da senhora também?

Alda: O pai também! E daí depois com o serrote serrava as mais grossas, quando não dava pra cortar com foice, isso era normal, era pra todas as mulheres, todas fizeram isso. Todas, todas, todas.

Gabriela: E quando estavam grávidas elas também trabalhavam ou não?

Alda: Trabalhavam até a última hora, se podiam. Agora daí se sentia mal daí já não.<sup>146</sup>

Conforme o relato de Alda, migrante inserida no contexto de colonos e colonas que vieram para trabalhar enquanto funcionários das serrarias e, portanto, enquanto precursores na abertura dos roçados, o natural e o comum era que as mulheres, desde muito novas, e sobretudo nos primeiros anos de casadas, se envolvessem nos trabalhos assumidos pelos seus maridos. Não era, portanto, incomum ver as mulheres exercendo tarefas domésticas, as quais garantiam o bem estar de toda a família, até atividades pesadas e inseridas no âmbito da colonização propriamente, onde as colonas, em meio a paisagem de grandes pinheiros, empunhavam enxadas, serrotes e foices, executando funções ao lado dos companheiros no desmatamento da área. Sendo essa a condição de muitas que chegaram em Guarujá do Sul, as mulheres colonas, sobretudo as de origens mais pobre e vindas de áreas rurais, vivenciaram com maior dureza e dificuldade a experiência de colonizar uma área que, como dito por elas, era de puro mato. Enquanto os colonos mais bem colocados, como os donos das serrarias, dispunham de peões e ajudantes para a realização dos trabalhos em torno das madeireiras, os colonos que vinham com suas famílias e menos recursos financeiros necessitavam da disposição e dos braços de suas esposas para, além de ampará-los com alimento e roupa lavada, também empunhassem em ferramentas para a abertura das roças e para a plantação das culturas. Testemunha do trabalho do pai e da mãe, Alda recordou que ela também enquanto membro da família colonial teve que colaborar naquele período de inserção em Guarujá, afinal, desde os sete anos já ajudava em casa, fazia pão, cuidava dos irmãos, costurava e trabalhava na roça.

Alda: O pai naquele tempo que nós fomo puxava as toras, quando tinha uma equipe que cortava os pinheiros, fazia as toras, tirava as cascas dos pinheiros, e o pai com um boi puxava as toras.

Gabriela: Ah então ele foi pra trabalhar nisso...

Alda: é o pai foi pra puxar tora, é.

Gabriela: Pesado né?

<sup>146</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

Alda: Misericórdia!!! Bota pesado nisso! E daí eu era, eu tinha que levar o café da manhã pra ele lá no mato, longe às vezes! A mãe preparava assim pra ele e pro peão que tava junto com ele a comida. Sempre tinha um peão ajudando. Porque, eram seis boi que puxavam, e daí tinha que ter...

Gabriela: Seis bois que puxavam?

Alda: é puxavam as tora, eram altas assim! (gesticula com as mãos) Sim... Nem dava pra ir muito longe. Eles tinha que abrir o caminho, no meio do mato pra poder puxar a tora. Onde eles faziam, eles botavam um monte de madeira assim, faziam um lugar alto, bem alto, mais alto que isso (aponta) aí eles botavam aquele monte de madeira assim, e daí eles botavam duas madeira bem grossa que aguentasse, assim (mostra) aí do chão até ali. Ficava como se fosse isso, duas madeira aqui, aí eles chegavam com as tora, encostava aqui, e em cima não ficava... quando os cara vinham de caminhão pra carregar a tora, o caminhão ficava aqui, desse lado, e daí eles, com pau, com lavanca, eles empurravam aquela tora em cima do caminhão. Isso era pesado, era horrível! Muita gente se machucou nisso, teve gente que morreu por causa disso até.

Gabriela: E enquanto teu pai puxava as tora, a tua mãe estava junto ou trabalhava em outra coisa?

Alda: é, a mãe trabalho muito nisso, mas naquele tempo eles já tinham feito umas roça, quando nós chegamo no mês de fevereiro eles já tinham milho verde. O pai tinha plantado acho ou alguém plantou, sei que tinha milho lá. Daí depois a gente, quando o milho ficou maduro que era pra colher, a mãe colheu.

Gabriela: E a senhora comentou que ia levar o café da manhã lá pro teu pai, né?

Alda: É, eu ia e mais alguém junto, a Amália, que era pequena, ou o Nelson, alguém ia, ou a Ida... eu era pra carregar. Era bastante coisa. Era polenta assada, queijo, salame... Porque pão era bem mais escasso. Mais difícil de conseguir.<sup>147</sup>

Em seu depoimento, Alda recordou também que faltava muita coisa e havia muito por fazer. Diferente das terras do Rio Grande do Sul que já estavam roçadas, extremamente desgastadas e improdutivas, as terras em Santa Catarina dependiam de todo um processo de desmatamento, limpeza da área, preparação do solo e espera. Uma espera que compreendia escassez de alimento e de dinheiro, sendo necessária a ajuda dos vizinhos e a solidariedade da comunidade para auxiliar nos momentos de falta de recursos. A escassez foi uma constante para grande parte dos colonos e colonas naqueles primeiros anos, principalmente para aqueles que já viviam em condições modestas no Rio Grande do Sul, como lembrou Alda.

Alda: Lá da minha terra, menos de um por cento tinha algum comércio. O resto era só agricultor, só só só... Não tinha outra coisa. Quando eu era jovem, não tinha nada. Não tinha caminhão. Tinha um que outro, muito pouco. Não tinha televisão, rádio. Televisão menos ainda. Rádio lá pela, não sei que ano que foi que surgiu os rádio de pilha, lá por 54.

Gabriela: E quais eram as condições financeiras da tua família?

Alda: A gente tinha cavalo e carroça, assim, pra carregar as coisa pesada. E cavalo. As carroça era com boi, mas tinha gente que tinha com cavalo,

<sup>147</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

carroça. é a gente tinha o suficiente pra viver. A gente não tinha fartura de nada. Assim, roupa bastante era só assim, uma muda pra sair, duas muda pra casa, pra troca. E lava toda semana e só. E calçado, às vezes, a gente já foi na aula de pé descalço muitas vezes. Não tinha calçado.

Gabriela: Nem um chinelinho?

Alda: Nada! O pai uma vez comprou uns tamanco que era de madeira, uma sola assim de madeira e couro em cima. Era assim, tamanco. (risos)<sup>148</sup>

A realidade da depoente sobre os primeiros anos na colonização de Guarujá é compartilhada por outras mulheres colonas que viveram a experiência de migrar para um local que dependia de todo um processo de trabalho braçal, sendo os próprios colonos e colonas os responsáveis por essa transformação da paisagem de “puro mato”. Não entro aqui neste estudo no mérito do quanto isso significou a destruição de todo um ecossistema, tendo em vista a atuação das serrarias e na intensa exploração da madeira. Definitivamente, a inserção de colonos e colonizadoras impactou na paisagem que antes era coberta por pinheiros, cedros e outros tipos de árvores e que em pouco tempo, mesmo com ferramentas rudimentares e estruturas bastante precárias, de baixa tecnologia e qualidade, se tornou uma área devastada. No lugar de imensos e belos pinheiros, assim descritos por muitas depoentes, várias casinhas toscas e roçados foram surgindo alterando o cenário e a imagem de puro mato do interior de Santa Catarina.

---

<sup>148</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

Imagem 14 – MORADIA DE COLONOS RECÉM INSTALADOS EM GUARUJÁ DO SUL, ANO DE 1957.



Fonte: Acervo pessoal da família Grimm

Aos 88 anos de idade, Judite, migrante de Gaurama, no Rio Grande do Sul, também deu seu depoimento em julho de 2022 quando relatou suas experiências enquanto colona em Guarujá, tendo se instalado nas Linhas Taquaruçu e depois Maidana. Questionada sobre sua trajetória como colona, Judite se emocionou diversas vezes e afirmou que sofreu demais “naqueles tempos”.

Judite: Sempre trabalhamos na colônia, sempre fui colona. Eu vim pra cá faz mais de 50 ano, que nós morava ali em Taquaruçu né, que vim do Rio Grande com quatro filhos, mas eu tenho seis filho, tive os último aqui, no Taquaruçu. (Se emociona e começa a chorar)  
Daí viemos junto com o pai e a mãe, eles queriam vir, então nós, o marido disse vamo então nas terras dos herdeiro lá, nós tinha uma colônia e meia, daí a gente... ele trabalhava mais com a trilhadeira, até ele quis levar junto a trilhadeira, a caroca, os boi, peguemos então dois caminhão naquele tempo, não tinha asfalto, ih! Levemos quase três dia. Eu fiquei pra trás, na casa de uma tia, na cunhada, daí, eu, com os três pequenos, era tudo, cada ano eu tinha um (risos). O último já tinha dois ano, mas os três primeiro era cada 14 meses eu tinha um filho. Era tudo pequeno, era seis ano, quase sete que eu tava casada...<sup>149</sup>

<sup>149</sup> Judite. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 18/07/2022.

Neste momento, a depoente muda o assunto para temas do presente, fala sobre os bisnetos os quais sente muito orgulho. A entrevistadora retoma a questão do trabalho.

Gabriela: Dona Judite, então me conte mais sobre o trabalho no Rio Grande do Sul... A senhora era colona lá...

Judite: Sim! Sempre! Eu casei.. Bom, meus pais sempre foram colono. Trabalhei desde criança, sempre. E me aposentei né com 55 ano, se aposenta. Ma meu deus! E pensa, naquele tempo meu pai tinha doze filho...

Gabriela: E a senhora mudou já adulta para Guarujá?

Judite: Sim, sim...mais de 50 ano que tamo agora aqui. Nós compremo a terra no Taquaruçu, puro mato! Gente do céu! Aquilo foi sofrido porque, a sorte que tinha os meus irmão! Dois irmão porque veio o pai e a mãe mora aqui no Cedro, daí nós viemo junto. Ih, fizemo um galpão lá no mato! O pai fez uma escada pra nós pra faze o quarto em cima. Foi sofrido, nossa...! Meu Deus! Aqueles boi, aquele ano choveu! E não tinha estribaria, onde que tu amarrava, ma! Quero nem lembrar de tudo! E ali nós viemo mora era puro mato tudo, fizemo um galpãozinho, viemo e plantemo. Porque nós derrubava das estradas, nós derrubava! O Albino Caramori tirava as árvore, Cedro, Pinheiro, já tava derrubado né, mas a gente vinha e tinha que limpa né, pra pode planta. A gente plantava arroz, feijão, ma dava bonito! Dizia parece que tu plantava “ombrona”. Terra nova, terra de mato! Meu! E depois, tinha na Maidana, que tinha, dizia, ele arrastava pro Albino, né, puxava as tora, o tal do Packs, era alemão, ele tinha uma junta de boi própria, as corrente que eles pegavam as tora e nós tinha plantado feijão e eles não sabia o que eles vinham busca as tora. Deixo nós limpa e planta e quando o feijão já tava grandinho, eles vinham e entrava com os boi e rodava, me! Estragaram tudo a nossa plantação... e adiantava fala? Era um alemão bem cabeçudo, ruim, teimoso. Eu sei que pelo amor de Deus! Mas foi que foi que foi...

Gabriela: e a senhora chegou a trabalhar grávida?

Judite: Meu Deus! Eu trabalhei aqui grávida! Derruba mato com aquele serrote, que não tinha motosserra!

Gabriela: A senhora derrubou árvores estando grávida? (surpresa)

Judite: Derrubemo mato! Nós compremo era só mato né. E antes de ter o nene, faltava dois meses, não, sete meses, nós fizemo a casa nova, porque a gente morava no galpão Quando a casa tava pronta, faze mudança, eu tinha que leva o guarda roupa e as coisa, eu ajudando! E tinha lá o alemão, porque alemão é assim, alemão respeita a mulher mais do que o gringo! Então ele vinha lá e dizia assim “tu tá loco, olhava pra ele, por que? Essa mulher não pode! Ele ajudava...

Gabriela: E a senhora não chegou a perder nenhum bebe, não sentia dor?

Judite: Nada! Graças a Deus! Nós ia roça mato, roça com as foice embaixo das árvore e quando terminava de roça direito, então nós dois pegava o serrote e ele com o machado, tem que abrir um pouco pro lado que tu quer que a árvore cai né, e do outro lado com o serrote. Nós dois, mas credo!

Gabriela: E não tinha alguém pra ajudar?

Judite: tinha um peão, ele vinha as vez pra roça...mas, era assim! Tu tinha que faze, e nós plantava e dava! Vendemo soja mais tarde

Gabriela: então as mulheres trabalharam muito aqui no Guarujá né...

Judite: Ah! Mas tá loco! Acho que tem poucos que não trabalharam. Porque quando nós viemo, tu vinha e era só mato! O que que tu fazia? E era tudo manual, sem máquina, naquele tempo não existia, depois sim, quando começo trator compremo, do Volkweis.Ma foi sofrido, meu deus!<sup>150</sup>

<sup>150</sup> Judite. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 18/07/2022.

O relato de Judite é bastante representativo sobre as situações e condições que muitas mulheres vivenciaram sobretudo nos primeiros anos da colonização de Guarujá do Sul. Sendo a grande maioria dos colonos e colonas migrados das antigas colônias as quais estavam passando por um processo de empobrecimento por conta do declínio da produção agrícola e pelo inverso crescimento populacional<sup>151</sup>, estes vinham para a nova terra em condições muito modestas. Com poucos recursos, poucas chances de contratar ajudantes e na maioria das vezes, com filhos muito pequenos para também trabalhar, restava aos jovens casais de colonos migrados a função de desenvolver, pelos próprios braços, o sonho de ter a própria lavoura e ter uma boa casa para morar. Nesse sentido, a grande maioria das mulheres que vivenciaram a colonização em idade adulta passaram pela experiência de trabalhar na derrubada e no roçado do mato tal como os homens, tendo em vista que, para muitas, não havia outra opção. Sendo assim, para a realização da colonização, sobretudo entre os migrados que tinham o intuito de colonizar por meio do trabalho na terra, havia a demanda da execução dos trabalhos braçais e pesados desde o início. Para plantar a roça, portanto, antes era necessário derrubar o pinheiro, arrastar o pinheiro, limpar os restos, preparar o solo, plantar e então, esperar. Em todo esse processo, as mulheres que já eram colonas seguiram dando continuidade ao trabalho que desde criança já conheciam.

Como apontaram algumas depoentes entrevistadas, geralmente o trabalho na roça tinha início aos sete ou oito anos de idade. Os filhos, independente do gênero, acompanhavam o pai e a mãe, e aprendiam a utilizar as ferramentas, como enxada, foice, picareta, arado, e, conforme a idade ia avançando, o peso do trabalho também ia aumentando. Dependendo da demanda e da necessidade das famílias, algumas vezes as meninas eram tolhidas de frequentar a escola, mas, caso seguissem os estudos, a divisão da rotina era organizada de modo que, primeiro fossem resolvidas as questões na roça e depois se encaminhassem para a escola.

Recordando sobre suas experiências, Celoni comentou que trabalhou desde muito cedo e que na idade de oito anos já possuía a própria enxada para acompanhar os pais na lavoura. Migrada aos cinco anos de idade no ano de 1956, Celoni comentou a situação de ter se deparado com um local tomado pela riqueza de árvores, sendo necessário, então, todo o trabalho de desmatamento e limpeza da área, tarefa essa que o

---

WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil (Trad. Die Grundlagen der uropäischen Kolonisation in Südbrasil ien. In: PFEIFER; KOHLHEPP, 1984, p. 33-76). **Revista Brasileira de Geografia**, 11 (2), p. 159-222, 1949<sup>151</sup>

pai, a mãe e os tios se encarregaram. Questionada sobre suas atividades na colonização, Celoni recordou de algumas situações.

Gabriela: A senhora trabalhou a vida inteira no pesado então?

Celoni; Sim, sim, a vida inteira, e pesado! E quando nós era casado já, e antes...Daí tinha o meu irmão que era o mais velho e o pai, daí a gente, só que o que era o mais pesado que a gente tinha que ajudar era puxar o serrote. Daí eu já tinha aí uns 14, 15 anos, nós ia junto sempre. Eu e meu irmão tinha que serra lenha, até cortava os pinheiro que a serraria deixava, aquelas copa o pai fazia tabuinha pra cobrir galpão. Ele e meu tio faziam as tabuinha, e nós serrava as tora como que tinha que ser o comprimento das tabuinha e eles lascavam.<sup>152</sup>

Prestado em julho de 2022, o depoimento de Celoni ilustra a realidade de muitas moças que viveram as experiências dos primeiros anos da colonização. Por meio de suas lembranças, entendeu-se que naquele contexto a questão do gênero era relevada pela necessidade e pela alta demanda de trabalho. Sendo assim, meninos e meninas igualmente participavam em atividades consideradas pesadas, embora fossem mais leves do que as realizadas pelos homens em idade adulta. Como se viu, as moças, de modo generalizado, se encarregavam das atividades domésticas, o que não se aplicava aos rapazes, pois a casa era entendida como um âmbito naturalizado como exclusivamente feminino. Entretanto, elas também acessavam o “espaço masculino” como a lavoura e o mato, sendo encarregadas de tarefas como roçar, preparar a terra, lascar lenha, puxar os bois, puxar as máquinas “no muque”. Todas elas, conforme observado, aprendiam os ofícios da roça e do lar desde muito cedo, algo que foi intensificado na ocasião da colonização de Guarujá do Sul. Se em algum momento anterior havia distinções de funções, na ocupação de Guarujá tais barreiras, ao menos para as moças e as mulheres, foram ao chão, sendo os seus braços “frágeis” e “femininos” uma necessária força de trabalho. Na imagem que segue abaixo, um registro da vida cotidiana de famílias de migrantes em Guarujá do Sul onde se observa a presença de homens, mulheres e algumas crianças. Todos envolvidos no corte e no arraste de árvores e na abertura de roças, processos esses que não dispensaram a mão de obra feminina e infantil.

---

<sup>152</sup> Celoni. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 18/07/2022.



Imagem 15 – MULHERES E HOMENS ACOMPANHADOS DE CRIANÇAS EXIBEM JUNTAS DE BOI E TORAS EXTRAÍDAS EM GUARUJÁ DO SUL. INÍCIO DA DÉCADA DE 1960.



Fonte: Acervo particular da família Grimm

Na tentativa de compreender melhor o universo das colonas e quais seriam suas atribuições naqueles primeiros anos da colonização de Guarujá do Sul, pedi à depoente Amália que expusesse sua experiência e compreensão do assunto, ao que esclareceu:

Amália: O trabalho da colona é fazer tudo que te vem à mão. Era planta, limpa, colhe, ajuda em tudo, faz horta. Nós vendia pros Caramori, que tinha o armazém aqui no Guarujá, pra uns no Pessegueiro e pro Albino Caramori. Eu mais ajudava a prepara a terra e limpa, eu não lavrava. Pra prepara tinha que passa o arado, e passa a enxada, tira pedra se era demais e amontoa e tira os inço, e prepara tudo no muque né. Hoje já tem trator, tem tudo isso, tem grade. O arado naquele tempo era puxado a boi. Nos últimos anos que nós trabalhamos na roça era bem ruim porque nós não tinha boi manso, os boi eram muito chucro, e eles eram bem preguiçoso, só queriam ir embora da carroça e eles dispararam e eu quis segurar eles e não consegui, me jogaram nas pedra. Tinha que ainda amansa os boi pra poder trabalha...

Eu ainda que não ajudei a derruba as madeira grossa assim que nem a mãe! A mãe ajudava a puxa o serrote pra derruba as árvore, pra faz a roça! A mãe fez isso, as vizinha também fizeram, grávida e tudo, com uns barrigão iam lá puxa o serrote. Tu acha que foi fácil? Pena que a gente esquece bastante, eu penso em nem lembra pra não... não ter aquelas imagem sofrida, ruim né, mas a gente viveu... Mas a mãe puxou serrote, a mãe trabalho muito, coitada...Todas as mulheres que iam lá pra nossa linha que a gente conheceu trabalhavam assim. Todas as italiana. A Clara, a Judite..E bastante! Eram

umas guerreira! Aquelas sim eram umas guerreira não hoje que vão lá na frente dum microfone e falam e fazem e fazem nada!<sup>153</sup>

Coletar depoimentos de mulheres que viveram elas mesmas a experiência da colonização nos primeiros anos de Guarujá tem se tornado a cada ano uma opção mais difícil e menos viável. As poucas mulheres que colonizaram o município e que ainda vivem, no alto dos seus 80 e 90 anos, guardam em suas memórias algumas recordações que constantemente são atravessadas por outras lembranças de diferentes tempos de suas vidas, as quais julgam mais interessantes e mais agradáveis de serem lembradas. Os netos e os bisnetos, a casa nova dos filhos, as conquistas atuais, entrecruzaram as entrevistas em diversos momentos, da mesma maneira que as lágrimas e as emoções também exigiram que pausas fossem feitas. Certamente, entrar no tema do trabalho mobilizou uma série de lembranças dolorosas para as entrevistadas, as quais de modo geral se limitaram a poucas palavras para descrever suas experiências enquanto colonas de um lugar descrito por todas como de mata denso, de difícil acesso, de poucos recursos e muito trabalho por ser feito. Muitas se limitaram a frases curtas ou a poucas palavras. Outras, já juntaram cenas daquele período e foram para outro tempo, o que dificultou o acesso àquele passado que não aparece em fotografias, em livros, em documentos, em cartas, e em nenhum outro tipo de registro. É um passado, como muitas disseram, que é melhor nem lembrar para não ficar triste. Com todo respeito e cuidado, as pausas foram acolhidas, assim como as lágrimas, os sorrisos e as falas quando diziam “não quero falar”, “não quero lembrar”.

### 3.3 OS HÁBITOS E AS ESTRATÉGIAS ALIMENTARES

Dentre os assuntos abordados durante a realização das entrevistas junto às mulheres que viveram o período da colonização em Guarujá do Sul, os temas referentes aos hábitos e as práticas alimentares surgiram entremeando lembranças diversas, sendo um ponto de recordação nem sempre solicitado diretamente às depoentes, mas algo muitas vezes espontâneo que vinha à memória como questões que marcaram suas lembranças por inúmeras razões.

Nas recordações de mulheres mais idosas e que viveram os primeiros e mais difíceis anos desse processo de colonização de Guarujá, ficou registrada a dificuldade

---

<sup>153</sup> Amália. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

para conseguir os alimentos mais básicos. Isso porque, além de ainda não haver plantações e criações dos mais diferentes tipos de animais que poderiam prover algum tipo de alimento, também haviam alguns impasses logísticos. Nesse sentido, por se tratar de uma área isolada e de difícil acesso por conta da qualidade das estradas, com muita dificuldade os colonos e as colonas conseguiam adquirir produtos alimentícios e variedades, os quais eram comprados de lugares como São Miguel do Oeste, Dionísio Cerqueira e também, no outro lado da fronteira, na Argentina.

De acordo com a depoente Leda, que recordou ser por anos a responsável por plantar e cultivar verduras, frutas, e criar animais como galinhas e vacas, cabia a ela o preparo das refeições as quais eram servidas para muitos funcionários e caminheiros os quais faziam o carregamento e o transporte das madeiras exploradas. Em suas recordações, aqueles teriam sido anos muito sofridos tendo em vista a dificuldade de conseguir os alimentos, por conta do trabalho que era o de prover para tantos homens sendo que havia pouco para oferecer. Em entrevista, a depoente lembrou desses momentos como segue abaixo

Leda: A dona Ema fazia as comida pros home, e quando eu cheguei ela já me largou tudo, e ela já tava morando tempo ela tinha as coisa assim pra, tinha horta, tinha as coisa assim pra comer, eu não tinha nada! Entramo numa casa assim, e boa sorte...Não tinha salada, verdura, não tinha nada. Aí eu tive que me fazer. Fazia queijo. Comecei a planta, na roça mandioca, batata, abóbora, as miudeza assim, ervilha...

Não era fácil a vida, gente se eu me lembro! Era de chora também. Porque sabe se tivesse perto tudo pra compra mas a gente tinha que vir aqui pra pegar as coisa, e não tinham nem geladeira, é compra as coisa... e comprava um pedaço de carne meio grande, tinha que frita tudo e depois ir cortando os pedaço e ir colocando numa panela, num negócio né, com banha pra conserva! Não era fácil! Sim, porque não dá pra deixar cru muitos dias, né. Quando matava um porco cozinhava toda a carne e botava dentro dessas lata. Na lata com banha... Deus me livre! Hoje reclamam e têm de tudo...<sup>154</sup>

Os problemas encarados por Leda foram provavelmente compartilhados com as demais mulheres que chegaram nos primeiros anos, quando se estabeleceram em áreas bastante isoladas e também, entre aquelas que eram mais empobrecidas. A grande questão, como foi percebido, era a falta de uma roça já produzindo alimentos que poderiam ser consumidos, sendo necessário, portanto, contar durante um período de tempo com a ajuda da vizinhança, a qual contribuía com os alimentos que possuíam em suas plantações e criações. Além desse impasse, como demonstrou Leda, também havia a questão de conseguir ir até os poucos comércios que existiam e fazer as compras

<sup>154</sup> Leda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 26/12/2020.

necessárias. Ao comentar sobre esse período, a depoente Alda, que foi questionada sobre os hábitos alimentares da época, lembrou que pouco havia de opções de alimentos e de produtos logo quando se instalaram em Taquaruçu e que, uma das estratégias empregadas, era a de ir até a Argentina para fazer a compra dos itens básicos para o dia a dia, como comentou no trecho que segue abaixo.

Gabriela: O que vocês costumam comer quando chegaram em Guarujá?

Alda: A gente comprava tudo, no começo. Porque não tinha! O pessoal ia na Argentina, quando podia, compra farinha de trigo. A farinha era muito boa! A farinha da Argentina, nossa! Era, pai do céu... Todo o comércio era por lá. E queijo, a gente comprava queijo bom, bom, e era barato na época, hoje o queijo é uma fortuna lá. E na época então era queijo, farinha de milho não porque eles não produziam, comprava óleo, eles tinham os galão de óleo, um litro, dois, bem grande. Sabão em pó...<sup>155</sup>

Indo no mesmo sentido das recordações de Alda, a depoente Ines também lembrou do tempo em que era comum os moradores de Guarujá irem até a fronteira para poderem adquirir os diversos produtos que necessitavam entre alimentos, itens de higiene, carnes, cereais e óleos. Ao que tudo indica, as trocas e as transações entre os dois lados da fronteira eram bastante corriqueiras.

Gabriela: No começo de Guarujá havia muitas relações entre os moradores daqui com os argentinos, relações de comércio...?

Ines: Sim. Os agricultores do município de Guarujá tinham um bom relacionamento com os argentinos. Compravam em Bernardo de Irigoyen fardos de farinha, sabão, sabonete... Ia uma turma até Dionísio Cerqueira, atravessavam a pé e traziam um fardo de farinha cada pessoa, era o permitido pela Argentina. Às vezes as pessoas eram da mesma família, cada um trazia um fardo. Um fardo de 10 quilos. Eles iam daí com o ônibus Faixa Azul ou alguém que tinha carro se prontificava. Sabão e sabonete também era permitido 10 barras cada um, até perfume eles compravam, azeite de oliva... E daí, os carros da época que iam pra lá era rural, decave, jipe, corcel, caminhão reboque...<sup>156</sup>

Até o estabelecimento de casas de comércio em Guarujá com uma maior variedade de produtos e da auto suficiência dos colonos e colonas na produção dos seus alimentos através de suas criações – como bem lembraram as depoentes –, era costume atravessar a fronteira a fim de comprá-los em grande quantidade. Tal lembrança foi compartilhada também pelos homens, os quais foram questionados em algumas oportunidades informais, sendo eles os principais responsáveis por essas viagens até a Argentina, localizada a 20 quilômetros de distância de Guarujá. Na imagem abaixo, o

<sup>155</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

<sup>156</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 10/08/2021.

caminhão de Nathaniel Grimm, um dos tantos utilizados para a realização de mudanças de colonos, transporte de cargas e produtos, o qual as colonas lembram e mencionam como “Reboque”.

Imagem 16 – CAMINHÃO TIPO “REBOQUE”, QUE LEVAVA E TRAZIA PRODUTOS PARA GUARUJÁ DO SUL. DÉCADA DE 1950.



Acervo particular da família Grimm.

Embora o período inicial da colonização, sobretudo no momento da chegada das famílias, tenha sido desafiador por conta da questão de obter alimentos com facilidade nas quantidades e nas variedades desejadas, tal problema, no entanto, não demorou muito a ser superado. À medida que as terras adquiridas pelos colonos e colonas foram sendo trabalhadas e eram abertas as roças para o cultivo, variedades de alimentos começaram a ser produzidos, assim como as criações de animais passaram a fornecer e a suprir a quantidade de alimento, entre leite, carnes e ovos, necessários para alimentação do grande número de famílias que se instalavam e se formavam em Guarujá. Além do desenvolvimento da agricultura e da pecuária de subsistência, praticados e mantidos sobretudo por meio do trabalho feminino e infantil, as colonas e os colonos teriam tido uma grata surpresa ao chegar em Santa Catarina, onde puderam conhecer outros tipos de alimentos sendo o pinhão um deles, o qual nas lembranças de dona Joelma “Tinha aos montes. Me! O que eu tinha de pinhão!”<sup>157</sup>

<sup>157</sup> Joelma. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 05/03/2020.

Nas recordações de algumas depoentes, o pinhão, fruto dos pinheiros, era até então desconhecido por alguns migrantes vindos do Rio Grande do Sul. No entanto, pela sua quantidade abundante e facilidade de coleta, logo teria se tornado um dos alimentos preferidos por muitos deles, sendo preparado tanto cozido quanto na chapa dos rústicos fogões. Ao recordar o período em que havia chegado em Guarujá e a paisagem encontrada pelos migrados e migradas, a depoente Erna mencionou o pinhão demonstrando ser uma novidade, tal qual a árvore que dava seus frutos, como mostra a passagem que segue.

Gabriela: Dona Erna, eu queria saber como que foi, vocês gostaram de vir morar em Guarujá? Como era, a paisagem... a senhora consegue lembrar?

Erna: Meu Deus! Até hoje! Era muito lindo! Muito lindo, lindo. Ali onde nós viemos mora, ali já era tudo pinho, pinho grande! As fruta caíram na, na estrada, quando nós viemos pra cá isso era uma novidade! Nós não conheciamos o pinhão, não conheciamos porque no Rio Grande não tinha! Não tinha mato, era só assim uma coisa, inço, e isso era muito lindo, muito lindo!<sup>158</sup>

O intuito da questão era entender mais a respeito da percepção que a depoente possuía sobre a mudança para Guarujá e quais seriam suas primeiras lembranças. Ao relembrar a beleza da paisagem que era composta sobretudo por grandes árvores de pinheiro, a depoente trouxe à tona a questão da novidade do pinhão, algo relembrado também pela depoente Zenaide. Nas lembranças de Zenaide, que foi questionada a respeito da mesma pergunta feita a Erna, o pinhão teria sido uma boa surpresa da nova terra, além da paisagem, e ela compartilhou a noção de beleza exposta por Erna.

Gabriela: Eu queria saber mais como foram aqueles primeiros anos de vocês:  
Zenaide: Me... depois que passou aquelas tristezas, começou os pinhão, a gente ia achar pinhão...e, no primeiro ano não, mas no segundo! Nós faziam erva também! Era muito bonito lá aquela época, minha nossa, em vista do que é hoje.<sup>159</sup>

Ainda durante a entrevista, enquanto a depoente recordava de alguns momentos de dificuldade quando segundo a mesma a “pobreza estava pegando”<sup>160</sup>, ela lembrou que uma das estratégias no caso de haver pouca comida em casa, era ir até a base dos pinheiros para coletar pinhões.

<sup>158</sup> Erna. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 18/07/2022.

<sup>159</sup> Zenaide. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 23/02/2022.

<sup>160</sup> Zenaide. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 23/02/2022.



Zenaide: Às vezes não sobrava nada, trabalhava, trabalhava e nós, a pobreza pegando, tinha nem o que come quase. Nós ia dá jeito, ia lá na roça cata moranga, abóbora, o que tinha, pinhão! Nessa época, nossa senhora! Uma vez eu devia ter uns doze, eu fui cata pinhão no mato com uma menina, coitada ela não achou um pinhão, eu cheguei lá e “nhac, nhac, nhac, nhac...” comi tudo”, acho que até meio quilo ou mais num segundo e ela nada, coitada...

Além do pinhão, que no período de florada era facilmente encontrado por toda a área de Guarujá do Sul, havia outros tipos de alimentos que passaram a fazer parte dos hábitos alimentares dos migrados, entre frutas, verduras e tipos de carnes. Segundo a depoente Ines, além de uma variedade de frutas diferentes das que existiam no Rio Grande, também havia abundância de caça, entre mamíferos e aves. Tais lembranças foram trazidas à entrevista quando questionada sobre suas impressões a respeito dos primeiros anos vivendo em Guarujá, como é possível observar a seguir.

Gabriela: Ines, você lembra de como eram as coisas aqui quando vocês chegaram?

Ines: Sim! Uma taquarera.... fechada... Tinha tigre, ali pra cima onde a gente morava, onde ainda tem um mato, ali passava o tigre e a gente escutava o uivo do tigre, encontrava com veado, porco solto, criado com guabiroba. Frutas! Fruta, fruta, fruta! Ovária, sete capote, não sei que tipo de fruta, meu Deus! E quando meu tios saíram daqui e foram morar na Possatto, daí lá também eles tavam criando porco solto e tudo...<sup>161</sup>

Em suas lembranças a respeito dos anos iniciais em Guarujá, ficou registrado como algo marcante as frutas nativas que existiam como “sete capote”, “guabiroba” e “uvaia”, as quais, provavelmente, foram apresentadas aos migrantes pelos antigos moradores brasileiros de Guarujá. Além dessas frutas, a existência de animais soltos, como porcos, veados e onças, as quais a depoente chama de “tigre” em seu depoimento quando lembra dos seus urros, também marcaram suas lembranças e registram não apenas as impressões a respeito do local, mas também, a construção ou, a transformação de hábitos alimentares que passaram a incorporar essa variedade de alimentos que não eram anteriormente encontrados no Rio Grande do Sul.

Ainda que muitas frutas, legumes e tipos de carnes de animais nativos da região onde se formou Guarujá tenham sido incorporados à cultura alimentar das colonas e colonos migrados do Rio Grande, a base alimentar continuou sendo constituída por alimentos já há muito familiarizados. Nesse sentido, arroz, feijão, batata doce, abóbora,

---

<sup>161</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2020.



batatinha, trigo, alface, chuchu, tomate, ervilha, milho, foram alguns dos muitos tipos de culturas que passaram a ser produzidos nas roças abertas pelos colonos e colonas que migravam para Guarujá.

Dentro desse processo de abertura de roças com o objetivo de suprir as demandas alimentares das famílias, as mulheres assumiram e desempenharam um relevante papel, sendo elas, portanto, as principais responsáveis pelo cultivo e cuidado das hortas que forneciam verduras, legumes e frutas dos mais variados tipos. Além delas, as crianças também colaboravam para a produção de víveres para o consumo próprio. Além de terem como uma de suas responsabilidades a horta da família, as mulheres também manuseavam outros produtos que se transformariam em alimentos. Carneavam porcos e galinhas, faziam queijo, nata, bolos, bolachas, pães e geleias de frutas, compotas e conservas, o que contribuía para uma variedade dentro da dieta alimentar de todos os membros da família. Segundo lembranças da depoente Alda, a alimentação tinha que ser reforçada, isso porque o trabalho desempenhado na roça e nas serrarias eram extremamente pesados e exigiam que os alimentos fossem bastante calóricos. Além dos alimentos já mencionados, segundo a depoente Marcia, era muito comum o consumo de alimentos como “polenta, batata doce e salame”<sup>162</sup>, que eram muito apreciados e requeridos por quase todos os moradores de Guarujá por conta da “sustância” que proporcionavam.

Recordando os hábitos alimentares da época em que veio morar em Guarujá do Sul no começo da década de 1960, a depoente Rita, que veio com a família do município de Guaporé aos 15 anos de idade, comentou que em Guarujá não se passava fome. Embora a suposta disponibilidade, alguns alimentos eram mais e outros menos consumidos, isso porque um dos impasses com que todas e todos os moradores lidavam era a dificuldade de armazenar os alimentos por conta da falta de energia elétrica, sendo inexistente formas de refrigeração de qualquer tipo. Sendo assim, carnes como de gado, um animal de grande porte, com pouca frequência era consumido pelos migrados, sendo dessa maneira mais habitual o consumo de animais menores, como galinhas, mas sobretudo, porcos. O porco, como será mencionado outras vezes, era um tipo de animal largamente criado entre praticamente todos os moradores de Guarujá, isso porque além da fácil reprodução, os porcos também eram fáceis de alimentar e criar, podendo ser criados de forma cercada ou solta.

---

<sup>162</sup> Marcia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 01/03/2022

Gabriela: E vocês tinham bastante fruta, tinham verduras, o que...?

Rita: Tinha! Verdura sim, verdura tinha bastante porque a gente plantava, né. E frutas, alguns pés porque tinha algumas pessoas morando, então alguns pés tinha. O pai logo plantou. Logo ele plantou parreiral né, pra fazer uva né, porque o pai era da região de Bento Gonçalves de parreirais né, então a gente plantava e colhia de tudo da roça! Consequia se sustentar. Nunca passamos fome. Mas eu digo, pra nós faltava carne porque o pai carneava o porco e como nós não tinha geladeira, era uma época que era assim não tinha luz, então também não tinha geladeira né. E então eles faziam a banha aí depois quando tiravam o torresmo da banha né, e tiravam um tanto de banha e deixavam um tanto no tacho cortavam em pedaços a carne de porco e fritavam ela na quela banha do tacho. Depois botava numas lata e botavam assim, a carne bem arrumadinho dentro das lata e enchia de banha. Então elas se conservavam muito tempo. E depois tirava, quando precisava, tu tirava e botava no forninho e esquentava, daí derretia a banha e ficava muito boa! Bem boa. Depois eles temperavam, botavam alho, cebola, coisa assim.

Gabriela: Então era mais carne de porco que se comia?

Rita: Mais carne de porco, galinha bastante... então geralmente nós comia assim. Lá no Rio Grande não era tanto porque tinha açougue encostadinho de casa lá, então a gente comprava mais carne de gado, sabe? Carne de vaca, aqui dizem de boi (risos). Então aqui como era longe de vir comprar no açougue, então a gente comia geralmente, domingo, frango, segunda, carne de porco, terça frango. Intercalava. E daí sexta-feira então eu vinha vender queijo e manteiga, que nós fazia bastante, então eu ia vender, e com isso a gente comprava café, comprava maisena, bolacha maria, que todo mundo gostava, balas, e royal, que mais? Então na sexta e no sábado a gente comia carne de gado. Porque a gente não tinha geladeira né, então chegava sexta em casa, de meio dia e de noite comia carne de gado, e a mãe já temperava pra sábado de meio dia ainda dava pra comer né. E queijo, muito. Nós tinha sempre muita galinha...

Gabriela: então era mais pela conservação que se comia mais carne de porco?

Rita: O pai não tinha o costume de mata boi, porque não tinha lugar pra guarda, é... não tem como guarda, não tinha essa cultura. Depois mais então quando veio a luz, então sim, o pessoal guardava na geladeira. Mas nós que morava mais fora demorou pra chegar! Quando eu saí da casa da mãe, ainda não tinha luz, era em 74, ainda não tinha luz e depois era caro pra conseguir.<sup>163</sup>

Questionada sobre os hábitos alimentares da família no início da colonização quando se instalaram próximo a Linha Faro, a depoente Rita, que era colona e filha de colonos agricultores, afirmou que havia variedade de alimentos entre verduras e frutas, tendo em vista o trabalho feito de plantar mudas e pés de frutas que pudessem fornecer variedades nos espaços ocupados pelos migrados e migradas. É relevante pontuar que outras depoentes se queixaram sobre a escassez de frutas nos primeiros anos da colonização, tal como fez a depoente Zenaide, que lembrou que muitas das opções que existiam em abundância no Rio Grande não existiam até serem plantadas em Guarujá, algo que a entristeceu muito.

<sup>163</sup> Rita. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 12/06/2023.

Para além da questão das frutas e verduras que aos poucos foram sendo introduzidas pelos colonos e colonas por meio do trabalho realizado em suas hortas e roças, a depoente Rita também comentou sobre a questão da carne de porco e as estratégias utilizadas pelos migrados e migradas para a preservação da carne obtida por meio do abate desse animal. Descrevendo e relembrando de como eram feitos esses armazenamentos, a depoente justificou que isso era necessário tendo em vista a falta de energia elétrica que veio somente a ser instalada em Guarujá na metade da década de 1970. Sendo assim, dentro das possibilidades existentes, muitos colonos e colonas lançavam mão da utilização das latas de banha como formas de preservar a carne por mais tempo, sendo dessa maneira também justificada a preferência pelo animal, por ser menor e mais fácil de armazenar.

Consumir carne de gado, ao que tudo indica, era algo pouco recorrente entre os colonos e colonas, tendo em vista que por se tratar de um animal de grande porte, além de demandar maior ração para criação, também necessitava ser consumido de forma breve, levando em conta a dificuldade de armazenamento logo após o abate. Sendo assim, como bem lembrou a depoente Rita, muitos colonos e colonas acabavam por consumir a carne de galinha, animal que muitas recordaram terem trazido junto nas mudanças, ou de porco, que também dava origem ao salame, muito consumido entre os migrados, e o torresmo, igualmente apreciado.

Embora o relato de Rita diga respeito à sua própria família, é possível inferir, com base nos demais relatos coletados, que muito possivelmente tais hábitos alimentares e tais estratégias de preparo e conservação dos alimentos tenham se estendido às demais famílias ocupantes de Guarujá. Em praticamente todos os casos coletados as depoentes relataram situações muito semelhantes, onde destacam o largo consumo de queijos, leite, manteiga, banha, salame, polenta, nata, carne de porco e de galinha, além de frutas plantadas por eles mesmos, assim como verduras e outros tipos de legumes.

Afora as semelhanças nos métodos de conservação e da base alimentar, havia, entretanto, algumas novidades que eram estranhadas, apresentadas e incorporadas pelas colonas e colonos os quais se deparavam, em alguns casos, pela primeira vez com sujeitos de uma outra etnia que não a sua. Nesse sentido, o encontro de migrantes descendentes de alemães com italianos e com os antigos moradores brasileiros que já ocupavam aquela área resultou em reelaborações de receitas e inclusão de novos costumes alimentares. As depoentes Rita e Ines comentaram um pouco sobre isso,

relembrando o estranhamento, mas também a boa aceitação que muitas das novidades tiveram.

Gabriela: Além das muitas mudanças em relação à vida no Rio Grande, a alimentação de vocês também mudou?

Rita: Mudou! Mudou bastante! Ih tem coisa que a gente aprendeu a comer aqui. Maionese, por exemplo, a gente não comia maionese lá no Rio Grande, não conhecia maionese, a gente fazia salada de batatinha. Cozinhava batatinha, cortava ela em fatia, aí cortava vários ovos, botava por cima e daí botava sal e vinagre, um pouco de óleo assim. Eu aprendi a fazer maionese depois que eu casei, na casa da mãe a gente nunca comeu. Arroz, a minha mãe não cozinhava arroz que nem se cozinha agora. Ela botava um tanto de água ferve, depois que fervia botava o arroz, que nem se cozinha macarrão. Daí ela escorria aquele arroz, e daí ou ela fazia um molho com carne ou salame, ou se não, era difícil a gente ficar sem salame, daí ela fazia um molho com colorau, uma banha assim. Nós não comia arroz branco puro assim como se como hoje. Feijão, nós não comia assim, nós comia sopa de feijão. Cozinhava, esmagava, botou no escorredor pra tirar a casca e fazia sopa. Outra coisa que eu aprendi a comer aqui, cuca! E bolacha por exemplo, a mãe dizia biscoito, lá se chamava biscoito, e não faziam redondo, pintadinho que nem faziam aqui e tal. Cortavam assim e assim, um losango e a gente comia assim, e a gente não tinha aquela tradição de Natal e Páscoa fazer bolacha e aquelas coisa tudo sabe.<sup>164</sup>

A depoente Ines também de descendência italiana lembrou de algumas novidades de costumes e a incorporação dessas novas ideias no cotidiano e celebrações como mostra o trecho abaixo.

Gabriela: Vocês perceberam muita diferença entre os alemães e os italianos nos costumes, no jeito de falar, nas comidas, jeito de viver...?

Ines: Muita, muita eu acho que não. Eles tinham o costume de no fim do ano, nós lá no Rio Grande quando nós morava lá, nós ia pedir o primeiro do ano, bom princípio do ano novo, as criança, de madrugada. Saíam e os familiares dava bala, bolacha, tudo né. E daí quando nós chegemo aqui também começemo de fazer assim. E daí eles aqui não tinham esse costume, esse era um costume dos italiano né. Outro é dos ovos de Páscoa. Lá nós não sabia dessas coisas. Quando chegamo aqui, começamo a pratica o mesmo que eles né. Ovos de Páscoa. Pinheirinho também não se fazia né, e eles faziam. Começamos também a fazer pinheirinho...

Gabriela: Que engraçado. E todo mundo aceitava o que chegava de novidade? Por que você acha que isso aconteceu?

Ines: Sim! Aham! Porque eram poucos né, aí todo mundo queria fazer amizade. O que foi distanciado um pouco foi com os mestiços né, porque eles às vezes olhavam meio carrancudo, meio assim, com desconfiança dos branco. Lá na Possatto onde meus tios foram morar, naquela época tinha bastante mestiço, mas diz que eles olharam pro meu tio com uma certa desconfiança, até que eles criavam crédito na pessoa, demorava né. Mas pra esses lados aqui não tinham esse problema, tinham poucos.<sup>165</sup>

<sup>164</sup> Rita. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 12/06/2023

<sup>165</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2020.

É interessante perceber nos relatos das depoentes que a percepção é de que não havia grandes diferenças, no entanto, existia de fato costumes e algumas variações nas formas de agir, comer, preparar, celebrar as quais foram compartilhadas, incorporadas, reelaboradas, e até mesmo, bem aceitas, e que construíram, nesse emaranhado, uma nova cultura muito particular da região do extremo oeste. Curioso também observar na fala da depoente Ines o distanciamento em relação aos elementos não brancos da ocupação, os quais são percebidos pela depoente como inicialmente desconfiados em estabelecer trocas com os migrados e migradas, algo que, ainda segundo a própria depoente, teria mudado lentamente com a aproximação e a criação de laços de confiança.

Imagem 17 – CRIAÇÃO DE PORCOS EM GUARUJÁ DO SUL.



Fonte: Acervo particular da família Grimm

Como lembrado pela depoente Alda, “todo mundo tinha a sua horta” e todos também possuíam algumas galinhas, uma “vaquinha de leite” e criavam porcos para consumo próprio ou para venda.

Com a vinda das muitas famílias do Rio Grande do Sul para a região de Guarujá do Sul, era comum que ao migrarem trouxessem junto com a mudança, que muitas vezes era pouca, alguns animais que poderiam contribuir nos primeiros momentos para o fornecimento de alimentos básicos, como galinhas para o abastecimento de carne e

ovos, e algumas vacas e terneiros para o leite, queijo e manteiga, além de juntas de bois que não tinham a função de alimentar, mas de fazer a tração necessária para o carregamento das árvores. Ao chegarem em Guarujá, muitas dessas famílias buscavam outras fontes de alimento. Plantavam suas mudas e árvores frutíferas, faziam suas hortas e adquiriam alguns porcos para criação. Nesse sentido, com a facilidade de alimentar e criar porcos, os quais, como já foi dito, era criados de duas formas, desenvolveu-se em Guarujá um segundo setor econômico que tinha como base a criação familiar, onde muitas vezes quem eram os encarregados de cuidar eram as mulheres, as crianças e os jovens, tal como é visto na imagem acima exposta onde as meninas da família acompanhadas da mãe observam a criação de porcos. Nas lembranças de muitas das depoentes, era comum que cada família tivesse em sua propriedade uma quantidade significativa de porcos, os quais, além de serem criados para o próprio consumo familiar, também eram produtos comercializados nos armazéns que distribuíam os porcos criados em Guarujá para as várias regiões do Brasil. Ou seja, além da intensa exploração da madeira, a criação de porcos também movimentou de forma significativa a economia local nesses primeiros anos, assunto esse bastante presente nos depoimentos das entrevistas, e também, ricamente registrado por meio de fotografias, como é possível ver abaixo.

Imagem 18 – GRANDE PORCA COM SEUS LEITÕES



Fonte: Acervo particular da família Volkweis.



Imagem 19 – PORCOS MOMENTOS ANTES DE SEREM CARREGADOS PARA TRANSPORTE.



Fonte Acervo particular da família Lermen.

Imagem 20 – PORCO DE 300 QUILOS REGISTRADO NO ARMAZÉM DANZER.



Fonte: Acervo particular da família Danzer.



Conforme é possível observar nas imagens, os porcos registrados impressionam pelo tamanho e pelo peso que atingiam e fazem parte da memória preservada por diferentes famílias que ocuparam Guarujá.

Dentre as mulheres entrevistadas que mencionaram o assunto, a depoente Maidi abordou o tema ao recordar a experiência vivenciada por ela enquanto membro de uma família que se instalou em Guarujá e desenvolveu uma das mais lembradas e mencionadas casas de comércio, o Armazém Danzer. Nascida em Guarujá no início da colonização, a depoente relembrou de como o comércio da família, onde começou a trabalhar desde criança, foi um importante local de abastecimento de alimentos e suprimentos para toda a comunidade Guarujaense. Situado próximo a importantes serrarias, como a Faro e a Serraria de Beno Blau, o armazém recebia itens produzidos pelos agricultores e criadores e fazia a venda de outros produtos, como açúcar, farinha, sal entre uma variedade de artefatos. Dentre esses muitos produtos consumidos e comercializados, estava o porco. Em entrevista a depoente explicou um pouco como funcionava a dinâmica do comércio naquele período e como o porco estava inserido nesse meio, como segue abaixo.

Gabriela: Eu queria saber um pouco, falam que faltava muita coisa aqui no Guarujá e eu queria saber como que vocês faziam ou onde compravam esses produtos.

Maidi: Tá. O pai então ele fez uma parceria com os Casagrande de Guaraciaba que também tinham um comércio bem forte. E daí o pai fez parceria com eles, na verdade eles procuraram o pai né, e daí o pai comprava os produtos dos agricultores daqui, porcos, nossa, daí do lado aqui da casa do meu pai tinha um chiqueirão grande, grande, grande! Eles reuniam todos os porcos ali. O pai comprava dos agricultor daí esses Casagrande vinham de Guaraciaba com as camioneta e iam no interior, o pai tinha controle de tudo, de quem comprava, e daí eles puxavam tudo pro chiqueirão ali do meu pai, da casa. Nós brincava em cima dos porco assim, de pega-pega, sabe? Eram uns porcos grande, enormes! Não eram assim como os de hoje, os de hoje são assim mais controlado. E eram aqueles porco preto comum, então eles eram grande, grande, enormes! Eles eram quase assim da altura do chiqueiro! Eu lembro assim muito bem que nós brincava de pega-pega em cima dos porco! Criança, né. Daí depois quando o chiqueiro tava cheio, que dava carga completa, daí vinha um dos caminhões grandes desses Casagrande de Guaraciaba, vinha carregava todos e levava. Eles vendiam pra São Paulo, pra Ponta Grossa, mais São Paulo que eu lembro. Falavam muito São Paulo, São Paulo.<sup>166</sup>

Ao lembrar as formas de comércio realizadas em Guarujá, a depoente abordou a questão dos porcos produzidos pelos colonos guarujaenses, os quais ficaram marcados

<sup>166</sup> Maidi. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 20/07/2022.

em sua memória pela quantidade existente e pelo tamanho dos animais. Além de relembrar das tramas comerciais em que sua família teria importante ação, também lembrou das brincadeiras feitas em meio aos porcos, que, ao que parece, conforme depoimentos e até mesmo fotografias encontradas nas casas das depoentes, era bastante comum ocorrer. Os porcos, segundo Maidi, eram dóceis e, supostamente, não apresentavam perigo. Ainda recordando sobre a criação desses animais, a depoente deu mais detalhes frisando a relevância desse comércio para Guarujá.

Gabriela: Então produziam muito porco aqui?

Maidi: Muito porco! Era muito porco! Todos, todos produziam! Mas assim, não era como hoje que é aquela chiquerada toda mas assim, eles tinham assim, cada pouco eles tinha dez, quinze porco pronto pra entregar. Eles tinham as porca criadeira, mas não tinham assim cem leitão, porque hoje é diferente o modo de criar né. Hoje eles distribuem os leitão e as pessoas engordam e são, como se diz? Esqueci. Mas antigamente era assim eles mesmo engordavam e, era aquela chiquerada eles diziam.

Gabriela: Mas era fácil criar porco? Por que não gado, cabrito, por que porco?

Maidi: Por que tinha venda, tinha saída, tinha procura, tipo de São Paulo. Meu sogro também tinha comércio, vendia porco. E daí eles também, a procura era muito porco. Muita procura. Carne suína, banha, na época, não existia azeite! Era tudo banha né e por isso que era aqueles porco grande porque já era pra banha e carne. E a procura era muito grande, assim como entrava eles já levavam e já tava tudo vendido. E gado não. Que eu me lembro da época era o seu Beno Blau, que tinha as invernada e só. Hoje sim tem bastante. E outro produtor grande era o Dal Magro, que eu lembro era esses aí na época. Quem tinha também, o Dal Magro tinha lá na São Domingos, um chiqueirão muito grande de porcos, porco branco, a raça, hoje é comum na região mas na época não existia esses porco branco. E eu lembro que domingo à tarde a gente ia até lá a pé, estrada de chão, só pra olha quando as porca ganhavam os porquinho. O que cuidava avisava a gente e nós ia só pra olha os porquinho. Mas também aquele chiqueirão não tinha fim, era enorme!<sup>167</sup>

Envolvida desde a infância no comércio da família, e, portanto, expectadora por muitos anos das dinâmicas comerciais realizadas em Guarujá, a depoente Maidi foi enfática sobre a relevância da criação e da venda de porcos para a comunidade guarujaense, ressaltando que havia muito interesse na carne e na banha sobretudo em locais como São Paulo. Ainda conforme suas lembranças, destacou que poucos eram os produtores de carne bovina, mencionando apenas dois grandes empresários, sendo um deles o próprio agente colonizador de Guarujá, seu Olímpio dal Magro. Tal colonizador, de acordo com Maidi, mantinha nas várias colônias ocupadas por ele diferentes ramos de exploração dos recursos naturais, entre serrarias, moinhos, soques de erva-mate, chiqueirões e invernadas. Para ela, que conviveu e conheceu todos esses produtores,

<sup>167</sup> Maidi. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 20/07/2022.

desde os pequenos até os mais influentes, tudo era muito interessante e bonito, e deu mais detalhes sobre o comércio da família fazendo referência aos hábitos de consumo dos moradores, que tinham como referência o armazém. Segundo Maidi “o Guarujá todo descia lá pra comprar”, afinal, aquele era o mais importante e completo comércio da comunidade, tendo sido inaugurado no ano de 1958 com a finalidade de abastecer e suprir as necessidades das vilas de trabalhadores que se formavam ao redor das serrarias.

Gabriela: Então vocês vendiam para todo o pessoal que trabalhava perto das serrarias?

Maidi: Tudo, então ali na Linha Caravagio, que antigamente eles diziam Faro, tinha uma serraria muito grande. Então tinha todos, lá era uma vila de funcionários da serraria, daí todo sábado vinham os arrastadores, os que trabalhavam no mato, os que derrubavam a madeira pra beneficiar, todo sábado então o comércio do pai fervia, porque eles vinham todos pegar a comida pra semana, era um comércio bem forte.

Gabriela: E tinha bodega junto, “bolicho”, algo assim?

Maidi: Não, não, era comércio. O pai vendia cachaça, vinho, essas coisas mas pegavam as garrafa e levavam.

Gabriela: Mas só de curiosidade, a família de vocês era de colonos ou já eram comerciantes (antes de virem para Guarujá)?

Maidi: O pai era colono. Ele era agricultor, mas daí como surgiu, precisavam de pessoas, e como não tinha comércio na época, o primeiro comércio mais forte que tinha era do pai. É, o Guarujá todo descia lá pra comprar, porque não tinha tecido em metro, tudo, era só lá! Eu tenho fotos de dentro da loja, eu, minha família toda!<sup>168</sup>

Ao relembrar de um passado que no momento da entrevista pareceu tomar cores vibrantes pela riqueza de detalhes e lembranças trazidas ao presente, a depoente Maidi, que parecia estar vendo nitidamente todas as cenas no armazém da família, correu buscar uma caixinha de sapatos onde estavam guardadas algumas fotografias que poderiam ilustrar melhor suas falas. As imagens que seguem abaixo, portanto, mostram a estrutura do armazém da família, que era composto por três partes. O comércio, propriamente, a casa da família e o espaço onde guardavam os produtos secos. Na parte externa deste terceiro setor ficavam os porcos e outros animais, os quais eram trazidos pelos produtores para serem carregados pelos caminhões que os transportavam para diversas regiões do país.

---

<sup>168</sup> Maidi. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 20/07/2022.

Imagem 21 – ARMAZÉM DANZER. CASA DE COMÉRCIO EM GUARUJÁ DO SUL NA LINHA FARO.



Fonte: Acervo particular da família Danzer.

Abaixo, algumas fotografias que mostram o interior dessa casa de comércio onde por muitos anos a depoente Maidi trabalhou junto com a família. Conforme suas recordações, a mãe era uma mulher extremamente “caprichosa” e “organizada”, algo que segundo Maidi, era possível perceber nas fotografias tendo em vista a organização dos tecidos expostos na loja, e também, na própria imagem do casal e dos filhos, todos muito arrumados para a ocasião dos registros fotográficos.

Imagem 22 – A FAMÍLIA DANZER NO INTERIOR DA CASA DE COMÉRCIO. INÍCIO DA DÉCADA DE 1960.



Fonte: Acervo particular da família Danzer.

Com as fotografias em mãos e com uma memória invejável, a depoente forneceu mais informações a respeito dos produtos que eram produzidos e vendidos pelos colonos e colonas com o intermédio da casa de comércio de sua família.

Maidi: Meu pai comprava também produtos, feijão, ahm, em sacas né, até pinhão vinha na época, cargas de pinhão! E era tudo depositado, porque tu viu que era uma casa enorme, duas casas na verdade emendada uma na outra, uma era a loja, no meio nós morava, e na outra ponta era o armazém, e daí ali era feito o depósito do feijão, e dos produtos que os agricultores...daí vinha as camioneta pequena, reuniam, pegavam dos colonos e traziam ali, e daí quando tinha carga vinha um caminhão maior e levava! Desde manteiga, eu lembro, que na época não existia geladeira ainda né. Aí os colono mandavam as manteiga dentro de água, bacia assim de louça com água. Daí meu pai tinha uma bacia enorme assim, daí pesava, pra acertar com o agricultor, daí colocado tudo dentro daquela água aquelas bolas de manteiga. Daí vinha uma senhora, essa senhora era do Pessegueiro, no interior ali do Pessegueiro, aí ela vinha e pegava toda essa manteiga e levava pra Argentina! Daí a gente vendia na Argentina essa manteiga! Então era assim, meu pai comprava tudo que o agricultor produzia, ele era receptor, tipo, depois vinha alguém e lavava. E ele comprava de viajantes que passavam... E, lá a gente vendia açúcar, sal, erva, coco ralado, isso tudo vinha em sacas, solto.

Gabriela: E carne, vocês vendiam ou não tinha como?

Maidi: Não, carne não tinha como armazenar. Não, naquela época quando carneava porco fritava carne e guardava dentro da banha porque não tinha como guardar, nas latas. A maioria fazia assim porque não existia geladeira, não tinha como conservar diferente né.<sup>169</sup>

<sup>169</sup> Maidi. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 20/07/2022.

Também demonstrando as relações comerciais que existiam entre Guarujá e o país vizinho, a Argentina, o depoimento de Maidi que versa sobre feijões, pinhão e manteiga, ilustra bem as muitas estratégias utilizadas pelos colonos e colonas não apenas para fazerem seus produtos serem consumidos, mas também, as estratégias utilizadas diante da falta de energia elétrica. Por muito tempo, a falta de eletricidade impediu, entre uma série de outras utilidades, a refrigeração adequada de alimentos que eram produzidos e manufaturados pelos colonos e colonas, o que contribuiu, em partes, para o consumo e produção de determinados alimentos em detrimento de outros. Conforme relatos, entre eles, os de Maidi, de Ines, de Rita e Nilva, que relembrou a respeito da falta de luz, de água quente, de televisão, geladeira, entre outras facilidades, a energia elétrica teria sido instalada apenas na metade da década de 1970, ou seja, vinte anos depois do período mais intenso de migrações para Guarujá, sendo este um produto cheio de interferências e para muitos, caro. Embora fosse essa a realidade para muitos e muitas, definitivamente a chegada da energia elétrica trouxe uma série de benefícios para as muitas moradoras de Guarujá que até então, lançavam mão de várias estratégias a fim de preservar suas produções agrícolas, seus alimentos, suas bebidas, enfim.

### **3.4 VIDA EM COMUNIDADE E AS RELAÇÕES DE AJUDA**

O senso comunitário foi uma lembrança presente e muito marcante na vida das mulheres entrevistadas, algo compartilhado também pelos homens que de maneira informal, também foram enfáticos sobre essa experiência vivida no período da colonização. Tal espírito de comunidade, conforme relatado, era experimentado em diferentes ocasiões e situações, partindo desde as relações de trabalho aos momentos de lazer, em momentos de religiosidade, sentidos também na maternidade das mulheres e, como visto, na infância das crianças, sendo essas relações e trocas muitas vezes uma extensão dos laços formados entre os adultos.

Dessas vivências compartilhadas muitas são as lembranças do trabalho, mas também, muitos momentos de ajuda são lembrados tendo em vista as dificuldades e necessidades que quase de maneira geral, todos chegaram a vivenciar por algum tempo, alguns sentindo mais e outros menos. No contexto da colonização onde muitas coisas faltavam e ainda estavam por serem feitas, se algum vizinho tinha algum tipo de problema, prontamente, membros da comunidade se solidarizavam e contribuíam com o

que podiam para auxiliar nas adversidades sabendo que mais tarde, caso algo ocorresse, também seriam socorridos.

Foi dessa maneira que muitas depoentes descreveram o início de suas experiências em Guarujá, um local que por conta do difícil acesso e da pouca população, impeliu muitas vezes os seus moradores e moradoras a agirem por conta e recursos próprios. Além destes fatores, também ficou evidente a importância das redes de relações formadas ainda antes da migração, que em muitos casos, tornavam-se até mesmo mais relevantes na ocasião da colonização. Sendo assim, amigos, conhecidos, parentes e vizinhos que já se conheciam anteriormente no Rio Grande do Sul, ao migraram para Guarujá, selavam um acordo não formalizado, mas moral, de ajuda mútua. Tais acordos eram essencialmente verbais, transmitidos de forma oral em redes informais de sociabilidades. Conforme observado em depoimentos, ao aceitar a proposta de migrar, aceitava-se ajudar e ser ajudado, num gesto de confiança mútua que se revelava nas relações de trabalho, nas dificuldades, no apadrinhamento dos filhos, e também, nos momentos de alegria, onde celebravam-se aniversários, festas e outras reuniões sociais.

Ao recordar sua chegada em Guarujá do Sul em 1955, Thereza lembrou da ajuda que recebeu das vizinhas que a esperavam com alimentos e mantimentos, o que tornou a experiência de migrar e colonizar menos difícil de ser vivida.

Thereza: Nós já tinha conhecido lá e quando nós chegamo tinha cesta de batata doce, (risos). Daí eu sei que nós chegamo que nem hoje, amanhã eles já mandavam batata doce, tudo quanto é coisa pra nós come, pra não falta comida. Eu não sabia nem faze chimarrão, não tomava, e aí os vizinhos vinham quere toma chimarrão e eu, nada, nem cuia nem bomba. Eu corria no outro vizinho empresta. Muitos lá eu já conhecia.<sup>170</sup>

Nas lembranças das depoentes, a vida em comunidade era muito ativa, algo visto como positivo e sentido com muita nostalgia. Nas lembranças daquelas que eram crianças ou já mulheres adultas no período analisado, “todo mundo se ajudava” ou “eram todos amigos”, como lembrou Ines, que mantém relações de forte amizade com amigas que conheceu ainda na infância. Segundo a depoente, as amigas viviam juntas, pois as famílias frequentavam assiduamente as casas.

Ines: Naquela época tinha pouca gente né, se davam com todo mundo, nós vivia junto. Ih! Nós fomos os primeiros aqui, e tudo se ajudava, tudo se

---

<sup>170</sup> Rita. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 12/06/2023.



ajudava! Quando o meu pai ficou doente, os vizinhos, tudo vinha ajuda nos serviços da lavoura. Quando uma mulher ganhava nenê, nove dias elas se cuidavam, e daí as outras traziam galinha, faziam o brodo, e traziam roupinha. Quando vinham visita daí elas já traziam galinha, e traziam roupinha pra criança, era assim! Se ajudam e meu, tudo unido, tudo unido! No começo... Se conheciam todo mundo porque era pouca gente né, daí em Guarujá, aqui tudo, até São Miguel o pai tinha amizade, porque vinha um pessoal aqui de São Miguel. (...) <sup>171</sup>

O depoimento de Ines, assim como de outras depoentes, ressaltam o aspecto da união entre os membros da comunidade que se formava num contexto marcado pela precariedade e também pelo pequeno número de habitantes. Nesse cenário, como evidenciou Ines, as estratégias de sobrevivência eram organizadas e postas em prática de maneira coletiva com a ajuda dos vizinhos, amigos e parentes que se solidarizavam com as dificuldades enfrentadas por outros membros do grupo. No caso das mulheres, essas práticas de ajuda eram marcadas principalmente na conjuntura do nascimento dos filhos. Pela fragilidade da ocasião, sobretudo por conta da inexistência de serviço médico e outros cuidados de saúde, as mulheres da comunidade se uniam para ajudar as mulheres puérperas servindo-as com alimentos considerados nutritivos, levando caldos, sopas, canjas, e também presenteando com roupinhas o bebê recém-nascido.

Recordando dos laços de união que emaranhavam os moradores de Guarujá no período da colonização, a depoente Melinda comentou sobre a solidariedade que existia naquele contexto. Em sua visão, na qual o passado foi posto em comparação com o momento presente, a depoente alegou sentir falta da união entre vizinhos e amigos, comentando que atualmente as relações teriam ficado mais distanciadas por razões que ela não compreende. Somado a esse distanciamento, a depoente também comentou sobre a falta de atitude e de iniciativas para o bem coletivo, algo que em sua visão, acontecia espontaneamente e frequentemente no tempo em que migrou para Guarujá. Os sentimentos de união e de cooperação, tão presentes na colonização, já não eram mais sentidos e menos ainda vistos pela depoente. Na perspectiva de Melinda, “antigamente” as pessoas se ajudavam mais, algo que no momento atual, ela sente falta tanto nas relações entre a comunidade, como nas ações para com o bem público, sendo que no passado praticamente tudo era viabilizado através de ações de particulares, como foi o caso da primeira escola e da primeira igreja, e mais tarde, do primeiro prédio da prefeitura. Em sua perspectiva, o sentimento de responsabilidade e zelo era

---

<sup>171</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2020.

compartilhado por todos, homens, mulheres e também pelas crianças, algo que acredita não haver mais. Segundo Melinda:

Melinda: Naquela época né, o pessoal fazia se tu mandava. Hoje...Antigamente era tudo muito mais unido. Todo mundo pegava junto e trabalhava, hoje já tá muito diferente...olha fica dois três agarrado no lado da patrôla, eles não descem e não ajuntam, coisa que na nossa época, era o cesto que tinha junto, as folhas, eles varriam e jogava dentro, agora...ninguém vai lá pega uma coisa, uma pá e ajunta.<sup>172</sup>

Referindo-se a gestos pequenos como a limpeza das vias, Melinda expõe que todos contribuíam de alguma forma para o bem coletivo. No mesmo sentido, Darci lembrou das ações dos seus familiares junto à comunidade, sendo uma prática comum o envolvimento dos membros em ações religiosas.

Melinda: A vida comunitária era muito boa, todo mundo se dava muito bem. Todo mundo colaborava para a construção da igreja, eu sei que meu pai era sempre líder na parte religiosa né, minha mãe eu acho que fez mais que 40 anos, ela fez as hóstias. Nós tínhamos muita amizade com os padres...<sup>173</sup>

Expressando percepção semelhante à de Melinda e de outras depoentes, Darci ao recordar sobre elementos da vida cotidiana no período da colonização ressaltou o aspecto das “ajudas mútuas”, das quais também alegou sentir falta, colocando que o envolvimento de toda a comunidade nas mais diversas necessidades e ocasiões era algo muito comum. No tocante ao aspecto religioso, essas mobilizações eram bastante expressivas, havendo um grande envolvimento da população entre crianças e adultos. Segundo Amália que também comentou sobre o assunto “o povo tinha que se uni pra reza, se não era difícil”. Tal participação reforçava os laços entre os moradores, os quais se punham em uma relação de cooperação, criando um expressivo vínculo e senso de união. Por outro lado, essa participação dos membros da comunidade na construção e formação dos mais diversos elementos da colonização não fortaleciam apenas os laços entre seus membros, mas o laço com a própria terra colonizada, que cada vez mais se tornava uma extensão da cultura e da sociedade que a ocupava.

Nas lembranças de Marlene, guarujaense, filha de colonos instalados na Linha Taquaruçu, essas ajudas se expressavam no cotidiano de diversas maneiras, no entanto,

<sup>172</sup> Melinda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 30/03/2021.

<sup>173</sup> Darci. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 20/07/2022

essa memória se tornou mais colorida quando lembrou da partilha da carne de porco, uma prática corriqueira na colonização. Ao recordar do passado, Marlene comentou

Marlene: Aqui antigamente todo mundo se dava bem sim. Aqui antigamente era muito de um ajudar o outro. Os vizinhos daí quando matavam um porco era de se troca né, um levava um pedaço, daí quando o outro matava daí já levava de volta. Tipo, não era devolver, se trocavam né.<sup>174</sup>

Conforme relatou Marlene, não se tratava de uma troca, mas de um ajuda mútua. Um compartilhamento que, em uma ação, já cumpria duas funções, a de retornar o favor ou o agrado ao vizinho, sendo a divisão do alimento um gesto bondoso, e a segunda a de não desperdiçar a carne obtida através do abate do animal, levando em conta que não havia energia elétrica no período, tema esse já tratado anteriormente. Sobre essa prática de compartilhar o alimento oriundo do abate de um animal doméstico, a depoente Maidi recordou relatando que isso favorecia mutuamente amigos e vizinhos os quais poderiam desfrutar dessa maneira de um alimento, a carne, sempre fresca.

Maidi: Leite assim a gente cedia pros vizinhos, nós era, porque assim, todo mundo tinha sua vaquinha, mas daí quem tinha só uma, e que ela tava prenha, que daí ela não dava leite, daí a gente emprestava leite, porque antigamente era assim, quando nós carneava um porquinho, nós levava um pedaço pra cada vizinho. Então quando eles carneavam eles também traziam, então a gente sempre tinha carne fresca. Né, porque não existia geladeira, freezer, nada na época.<sup>175</sup>

Além de revelar um pouco sobre aspectos desse passado onde a prática da ajuda e do compartilhamento eram frequentes e mesmo necessários, haja vista a dificuldade de acesso à alimentos em quantidade e frescos na época, o relato de Maidi também expos uma pouco das condições e das estratégias dos colonos e colonas para contornar as adversidades que vivenciavam. As tecnologias da luz, da geladeira, do freezer, que como já mencionado, foram somente anos mais tarde implementados em Guarujá, facilitou em grande medida a preservação dos alimentos e também contribuiu para o aumento da produção e dos rendimentos dos agricultores e agricultoras que poderiam armazenar o excedente produzido. A chegada da luz e da tecnologia da geladeira no comércio da família foi algo lembrado por Maidi.

<sup>174</sup> Marlene. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 01/03/2021.

<sup>175</sup> Maidi. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul 20/07/2022.

Maidi: A primeira geladeira que veio quando abriram a loja, mas daí eu já era grandinha, veio um refrigerador, ele tinha seis portas, oito portas! Quatro em cima quatro embaixo, pra bebida. Daí a manteiga que eu lembro que o pai também guardava, só que não congelada nada, era resfriador.

Naquela época quando carneava porco a gente fritava a carne e guardava dentro da banha, porque não tinha como guardar. Guardava nas latas, eu lembro disso. A maioria fazia né porque não tinha geladeira, não tinha como conservar diferente né.<sup>176</sup>

A prática de armazenar o alimento na banha era algo comum entre os colonos e colonas, sendo comum também, no caso das carnes, fritar ou salgar, deixar secar no sol, criando assim o conhecido “charque”. Embora houvesse estratégias para driblar a falta de tecnologia na época, priorizava-se o compartilhamento, levando em conta a possibilidade de consumir o alimento ainda fresco, evitando o desperdício, mas também colaborando com amigos, amigas, vizinhos e vizinhas, que fora do tempo de trabalho, aproveitavam as noites de lua clara ou finais de semana para se encontrarem em jantares ou churrascos, muitas vezes acompanhados por violeiros e gaiteiros.

Relembrando situações vividas no período da colonização, Amália também recordou das práticas de compartilhamento onde resgatou elementos do cotidiano, como o empréstimo de alimentos entre vizinhas.

Amália: Tu tinha que pedir, se tu não tinha uma farinha em casa ou era longe pra ir no mercado, daí se tu precisava de açúcar, sal ou alguma coisa, ia na vizinha vê se ela tinha, daí ela alcançava daí, pra gente. Tinha que pedir. Daí quando carneava um porco, daí os vizinho mais próximo tudo ganhava um pedaço. Cada um que carneava daí na outra vez dava um pedaço pros vizinho. Não carneava boi, vaca, essas coisa. Daí quando tinha pedia no açougue. Carneia frango cada um carneava o seu, mas daí só se alguém precisava e alguém tinha mais. Se tu queria um daí tu comprova também. Mas o gado não era carneado porque era grande né. Daí eu não sei porque eles não se importavam de carnear um gado né e reparti com todo mundo. A gente era criança também e não se ligava muito, mas eu nunca vi carnear um boi. O Lotta, o Lotta que era uma família de brasileiros, que moravam bem perto do rio Taquaruçu, eles carnearam um boi uma vez, daí eles fizeram um charque, daí eles estenderam todo a carne na cerca de arame, queria que tu visse que quadro! (risos)<sup>177</sup>

Ao lado do trabalho e das dificuldades, as lembranças mais notórias a respeito do tempo da colonização foram as relações de amizade e o espírito comunitário, que segundo a percepção das depoentes podia ser sentido entre todos da comunidade. Para demonstrar tal comunhão e solidariedade, foram recordadas, portanto, as práticas de compartilhamento de alimentos, havendo a menção à divisão da carne de porco mais de

<sup>176</sup> Maidi. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 20/07/2022.

<sup>177</sup> Amália. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

uma vez. Essas colaborações, no entanto, não se limitavam à questão da alimentação, embora fosse esse um problema muito grande para muitas colonas e colonos que lidavam com a falta de abastecimento de comida. Outras situações também ensejavam a cooperação e ajuda mútua, como na organização das rezas na ausência de padres, no cuidado pós parto das mulheres grávidas, na construção de casas, na educação das crianças, na ocasião de problemas climáticos que destruíam as casas e plantações, ou até mesmo em situações graves, como quando alguma casa ou galpão pegava fogo, o que ensejava o recrutamento de muitas pessoas para recuperar os bens perdidos.

### **3.5 UMA COMUNIDADE RELIGIOSA: ENTRE CATÓLICAS E LUTERANAS**

A colonização da atual região do extremo oeste catarinense ao longo de sua realização por colonos e colonas migrados do Rio Grande do Sul contou com diversos agentes envolvidos, entre comerciantes, gerentes, diretores e políticos, os quais elaboravam regras e critérios com o intuito de direcionar o tipo de colonização que esperavam concretizar naquela área. Embora nos primeiros anos tais critérios fossem mais precisos e excludentes, havendo, portanto, separação de áreas levando em conta etnias e religião, uma demanda que partia tanto pelo lado dos gerentes quanto dos próprios colonos, tais critérios e formatos, no entanto, foram sendo renegociados à medida que as colonizações avançavam e demonstravam ser um negócio lucrativo para os agentes envolvidos.

Nesse sentido, a colonização da região onde se encontra Guarujá do Sul fazia parte dos empreendimentos do negociante Olímpio dal Magro, já mencionado neste estudo, que como observado na obra da pesquisadora Leda Spenassatto não estava necessariamente focado em observar regras que separavam colonos italianos de colonos alemães, bem como não se atentava para diferenças entre católicos e luteranos. Na percepção de Spenassatto, Dal Magro fazia as vendas de acordo com as preferências dos próprios colonos. Em entrevista com a pesquisadora Spenassatto no ano de 2002, o antigo agente colonizador comentou sobre suas formas de vender e pensar a colonização.

Dal Magro: Eles tinham feito um plano. Por exemplo, de alemão numa região, italiano noutra região e, por exemplo, de brasileiros e polacos se viessem, noutra região. O mesmo se estendia à religião. Religião católica era aqui no Caxias, alemão evangélico era no Veado e os italianos, por exemplo, era Canela Gaúcha. Eu quando vim aqui misturei tudo. E a direção me

chamou a atenção – como você vai fazer isso daí. Por que vocês fizeram distinção? – Não porque o evangélico tem um lá é mais fácil de fazer uma igreja todos juntos. Digo não, o negócio é o seguinte. Deus é um só, então temos que misturar. A direção quer mandar, quer dirigir não é justo. Nós temos que vender aonde eles querem. E eu não fui indicar, compra aqui, compra lá. Compram aonde querem, se não eu não posso administrar nada. Então foi feito assim: se cada um queria ir à evangélica, ia, se queria ir na católica, ia. Se queria ir nos italianos na Canela, ia. Eu deixei a vontade, e assim, foi estourando e cresceu o negócio.<sup>178</sup>

Argumentando que o que estava em jogo eram as vontades dos próprios compradores, os quais, segundo Dal Magro, não recebiam indicações de onde comprar e investir, sendo isso algo positivo ou uma verdadeira cilada, o que se percebe ao final do depoimento de Dal Magro é que também havia o interesse do próprio agente colonizador de vender o mais rápido possível. Ao permitir as escolhas “deixando à vontade” e dizendo que “misturei tudo”, Dal Magro conseguiu que rapidamente as terras desconhecidas fossem ocupadas e dinamizadas, tornando-se esse um negócio que como ele mesmo declarou “estourou” e cresceu muito. Ou seja, não era apenas questão de misturar e diminuir os critérios, mas sim, de fazer o negócio da colonização dar certo.

Muito embora alguns critérios ainda prevalecessem, sendo priorizados colonos brancos, do Sul, de uma mesma etnia, entre agricultores e trabalhadores em geral,<sup>179</sup> e, apoiado em uma forte rede de relações sociais que contribuíam para a divulgação das terras em Santa Catarina, as colonizações realizadas por toda a área administrada por Olímpio dal Magro seriam caracterizadas, no entanto, pelo seu elemento de mistura, não apenas de etnias, mas também de religiões.

Fechando os olhos para essas distinções que uma vez balizaram o processo de ocupação de terras, Olímpio junto com seus representantes deram início à colonização de Guarujá do Sul<sup>180</sup> trazendo diversas famílias descendentes tanto de italianos quanto de alemães, os quais ainda se subdividiam entre praticantes do catolicismo e do luteranismo. Tal formato de ocupação pelo menos em Guarujá, aparentemente, não foi problemático, e também, não gerou conflitos significativos, sendo defendido pelas depoentes questionadas sobre o assunto de que todos mantinham o respeito e que muitos

<sup>178</sup> *Apud.* SPENASSATTO, Ledi. A importância da imigração em São Miguel do Oeste para o desenvolvimento regional. São Miguel do Oeste: Gráfica e Editora Ryus Ltda, 2008. P.68

<sup>179</sup> VICENZI, Renilda. Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense. CADERNOS DO CEOM, v. 19, p. 301-318, 2003.

<sup>180</sup> Olímpio dal Magro foi responsável também por colonizar São Miguel do Oeste, Guaraciaba e São José do Cedro nos mesmos modelos que Guarujá, havendo a miscigenação entre descendentes de italianos, alemães e brasileiros, que na ocasião também eram chamados pelos colonos de “caboclos”.

na verdade nem se importavam com tais questões. Segundo as lembranças da depoente Ines, “nunca teve nenhum conflito, não, nada, nada, nada. Tudo sempre junto. Se entendiam, se visitavam, faziam festa, festa de igreja e festa de... ê!”.<sup>181</sup> Nesse mesmo sentido, foi defendida a preponderância de uma convivência pacífica entre as e os membros da comunidade tal como apontou a depoente Alda que foi questionada sobre a possível existência de conflitos. Descendente de italianos e praticante do catolicismo, Alda, durante nossa conversa, fez os seguintes comentários, como se vê adiante.

Gabriela Ali onde você morava, eram mais católicos?

Alda: Ah sim! Não tinha outra religião. Ah, só tinha os evangélicos, mas era bem pouquinho, pouquinho...

Gabriela: E vocês se davam bem, os católicos com evangélicos?

Alda: Sim! Ninguém se importava! Ninguém ficava criticando um a religião do outro. Só se eles que não gostavam da nossa, mas nós não. Mas no Pessegueiro não tinha outra igreja, de evangélico era só no Guarujá. Já tinha a igreja quando nós fomos lá, em 56.

Gabriela: O pessoal se dava bem por lá? Não tinham conflitos, brigas, algumas diferenças...?

Alda: Não, não! Era muito difícil de dá uma encrenca, ixi! Que eu saiba... Assim, uma briguinha de bêbado uma vez ou outra acontecia, mas isso não era sério (risos)

Gabriela: Eu pergunto porque em situações de colonização é sempre possível de acontecer...

Alda: (risos) Capaz! Sério mesmo, não tinha. O pessoal nem arma tinha. Quer dizer, o meu pai tinha revolver, mas nunca nem usou (risos)<sup>182</sup>

Segundo as lembranças da depoente entrevistada as questões relacionadas às diferenças religiosas pouco importavam, no entanto, se tais problemas houvessem, ao menos eles não partiam dos católicos em relação as protestantes. Embora se tratassem de religiões com significativas diferenças dogmáticas, as quais interpretavam e compreendiam de formas distintas a bíblia, o papel da igreja, a presença de santos, os sacramentos, as noções de céu e inferno, o papel dos padres entre outros tantos aspectos, a depoente Katia, que era adepta da religião luterana, também não percebia preconceitos ou conflitos com praticantes de outras religiões. Suas considerações, portanto, foram ao encontro das que foram tecidas por Alda, como se vê abaixo.

Gabriela: Você lembra se haviam conflitos entre os grupos, se tinha problema entre os protestantes e os católicos?

Katia: Sabe que assim que conflitos entre religião nunca houve aqui. Cada religião cuidava da sua né, tinha talvez conflitos familiares, que os pais não queriam que namorasse um rapaz católico ou uma moça católica, mas não que a gente tivesse percebido, ou que tivesse uma briga. Sempre era como é

<sup>181</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2020.

<sup>182</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.



agora assim. As festas eram comunitárias, todo mundo participava, ninguém se manifestava a favor ou contra, né..<sup>183</sup>.

Na percepção de Katia, que veio a se converter ao catolicismo na ocasião do casamento com um rapaz católico, não havia em Guarujá naquele período nem no momento atual nenhum tipo de desavença entre os praticantes das distintas religiões. Considerando ao longo de sua fala que no final das contas todos se respeitavam porque entendiam que “Deus era um só”<sup>184</sup>, o que a depoente recordou é que o que poderia haver, caso houvesse algum tipo de problema, eram situações familiares, onde alguns membros mais antigos mantinham-se resistentes aos namoros e casamentos das gerações mais novas com indivíduos católicos. Isso porque, segundo Katia, os mais antigos prezavam pela continuidade das tradições e desejavam que tanto seus hábitos cotidianos quanto suas práticas religiosas fossem mantidas entre a família, sendo priorizados, portanto, os casamentos com membros da mesma comunidade luterana. Dando continuidade ao assunto, a depoente comentou sobre a relação de sua família com o luteranismo e relembrou alguns sobrenomes de famílias bastante conhecidas no município que seriam então participantes desta comunidade

Katia: Algumas coisas eu ainda me lembro de quando a gente veio morar pro Guarujá, então tinha umas quantas famílias aqui que já eram evangélicos luteranos, inclusive nós, que viemos de São Miguel do Oeste. <sup>185</sup>Nós éramos todos luteranos, então a família Stiegemeier todos eles eram evangélicos luteranos, inclusive eu fui da igreja luterana até os 19 anos quando eu casei com meu marido. E aí, eu fui pra Igreja Católica porque minha mãe assim pediu, que a gente escolhesse uma religião só, e eu escolhi de acompanhar o meu esposo então.

E na Igreja Católica por muitos anos eu fui coordenadora, puxei a frente, e o meu sonho sempre era ser católica, desde que eu era criança que eu ia na aula o professor Balduino Heck, dava umas aulas tão bonitas, falava sobre os anjos e sobre o Lúifer, e eu sonhava de ser católica, foi um sonho meu. E foi realizado, fui muitos anos muito praticante da Igreja Católica, hoje já frequento pouco a igreja mas continuo e minha família toda já é católica e que assim seja.

Naquela época algumas famílias eram da religião evangélica luterana. Eram a família Rohenkohl, a família dos Schmidt que é o pai do Egon, os Kappes, Danzer, Fucks, Maurer, Luds, Klesner, Sprantel, Blau, que é o Beno Blau e mais o outro irmão dele, os Klein, a família Arendt, tanto os de Guarujá como da Linha Maidana, a família Dettenbond, a família Schuantz e família Müller.<sup>186</sup>

<sup>183</sup> Katia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

<sup>184</sup> Katia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

<sup>185</sup> Antes de fixarem moradia em Guarujá, a família Stiegemeier residiu em São Miguel do Oeste onde também atuaram no ramo extrativista. Katia nasceu em São Miguel e aos cinco anos mudou-se com a família para Guarujá.

<sup>186</sup> Katia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

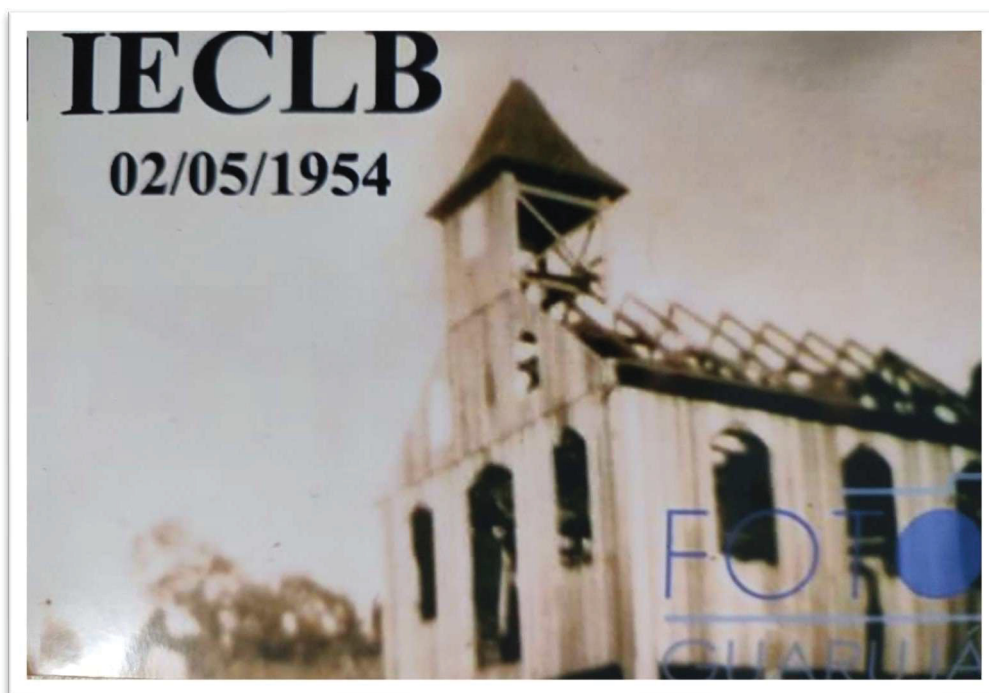
Buscando recordar sobre situações e eventos do passado que diziam respeito ao aspecto religioso na constituição do município, a depoente explicou que além de sua família, que na ocasião era bastante numerosa e era muito influente pois, lidava com o gerenciamento da Serraria Faro na atual linha Caravaggio<sup>187</sup>, outras muitas famílias igualmente conhecidas da comunidade também faziam parte do círculo de praticantes do luteranismo. Para além de esclarecer um pouco sobre a presença de alemães luteranos na colonização de Guarujá, é curioso em seu relato o fato de desejar tonar-se católica, sendo justificado por ela que isso ocorreu por conta do peso da influência do professor Balduino Heck. Tal professor era praticante do catolicismo e, além de ser um dos primeiros professores de Guarujá, e em algumas ocasiões o único, também foi responsável pela reza de terços e outras atividades ligadas a religiosidade da comunidade instalada na sede da colônia. Possivelmente, muito embora nada tenha para comprovar tal questão, não só Katia tenha sido tocada pela influência do professor, considerado muito querido e atuante na comunidade.

Envolvida desde cedo com as questões religiosas por conta das tradições familiares, a depoente Katia recordou que a religião de fato era extremamente presente na vida de todos os membros e membras da comunidade, independentemente se fossem católicos ou luteranos. Segundo Katia, todas as famílias, fossem na intimidade do lar ou junto com a comunidade mantinham costumes como o de rezar, de fazer encontros para orações e de ir à igreja, sendo essas algumas das práticas do cotidiano trazidas juntos com os colonos e colonas na ocasião da migração do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. Nesse sentido, entre suas lembranças dos primeiros anos vivendo em Guarujá a depoente recordou da igreja que frequentavam, sendo ela pequena e feita de madeira extraída da própria região. Ao que tudo indica, tanto por meio dos relatos de Katia quanto por registro realizado por meio de fotografia, a primeira igreja luterana em Guarujá teria sido construída no ano de 1954, conforme marcação feita na fotografia de autoria de Miro Gallert que segue abaixo e registra a obra da comunidade luterana que hoje não existe mais.

---

<sup>187</sup> Antes de ser nomeada Linha Caravaggio a linha levava o mesmo nome da firma Faro.

Imagem 23 – REGISTRO DA PRIMEIRA IGREJA LUTERANA DE GUARUJÁ DO SUL EM 1954.



Fonte: Acervo Foto Guarujá.

Conforme sigla e data inscrita na imagem do acervo da Foto Guarujá trata-se do registro da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil em Guarujá do Sul, que na ocasião, estava em vias de ser finalizada. Pelas lembranças de Katia e de outras depoentes que relataram terem frequentado tal igreja, entre elas Maidi e Erna, tratava-se de uma igreja muito “bonitinha” e muito visitada pelos fiéis, como descreveu e recordou Katia

Katia: A primeira igreja construída foi aquela Assembleia de Deus construída lá em cima do morro, mas hoje não é mais aquela igreja, era uma igreja de madeira, muito bonitinha, e as festas se realizavam, faziam festas ali onde mais ou menos é a residência do seu Narciso, tinha um matinho e ali corria um córrego que hoje ainda tem e as festas eram ali. As cervejas eram geladas na água, não tinha gelo naquela época, colocavam acho que umas barra de gelo, tinha uma “poçazinha” e colocavam as cervejas ali, mas era mais ou menos quente que a gente tomava. E ali na Linha Faro então, os Stiegemeier trabalhavam ali todos eram evangélicos. Aquela Fix, Naldo Fix também. E tem mais famílias que agora não me recordo, o sobrenome né.<sup>188</sup>

A igreja descrita por Katia também foi lembrada pela depoente Alda, que recordou que na ocasião de sua chegada em 1956 em Guarujá, tanto a igreja quanto a

<sup>188</sup> Katia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

comunidade de alemães luteranos já eram conhecidas e bem organizadas junto à comunidade guarujaense, muito embora em suas lembranças os luteranos representassem uma pequena parcela dos membros da colônia, como já mencionada anteriormente. Por outro lado, segundo Alda, os católicos eram a maioria por todo o Guarujá, sendo suas manifestações religiosas muito presentes no cotidiano das colonas e colonos ainda que lidassem com alguns impasses, como a falta de um padre.

Ainda que as tradições e costumes religiosos tivessem sido trazidos juntos com as colonas e colonos que migraram para Guarujá, os quais já na ocasião das primeiras instalações trataram de erguer espaços destinados à suas práticas religiosas, uma das lembranças compartilhadas pelas depoentes católicas era em relação à falta de um padre. Tal impasse, segundo as depoentes, era resolvido com a visitação mensal de padres vindos de Dionísio Cerqueira, os quais além de visitar as igrejas católicas instaladas em Guarujá, seguiam visitações por toda a região que também sofria com a mesma falta, como recordou Alda em trecho que segue.

Gabriela: O padre era de onde, de fora?

Alda: Sim ele morava em Dionísio. Ele cuidava de todas as dioceses, de toda a região ali de Idamar, a Gaúcha, esses lugar que eu nem sei bem os nome, até no Cedro eu acho que ele ia, é, pode ser que ia porque a gente nem ficava sabendo. Porque a gente não tinha rádio, a gente não tinha nada de comunicação, nada, nada!

Gabriela: E cartas?

Alda: Carta era bem pouquinho, era só o necessário mesmo. Muito pouco.

Gabriela: E o pessoal frequentava a Igreja? Toda a comunidade participava? Como que era?

Alda: Sim, nossa! Todo mundo participava! Todo mundo deixava os seus afazeres de casa ou de roça e coisa e ia na missa! Porque era uma vez só por mês! Aí se não fosse naquele mês, aí só no outro...

Gabriela: E tinha alguma coisa após a missa? Tinha alguma festa junto? Algum piquenique depois?

Alda: Nada, nada, nada! Por exemplo hoje era a missa, ele já falava o dia que ia ser a próxima, falava a hora, daí todo mundo “masomenos” chegava na hora da missa e ia, cabo a missa e ia embora. Não tinha nada, nada! Não tinha nada de festa essas coisas<sup>189</sup>.

Conforme as recordações da depoente, as missas ocorriam apenas uma vez por mês, sendo essa uma ocasião que mobilizava praticamente todas as famílias católicas das diferentes comunidades em Guarujá, isso porque, segundo Alda, eram muito poucas as ocasiões em que as comunidades tinham a oportunidade de receber um padre. Sendo assim, era algo considerado imperdível. Agendadas com um mês de antecedência como um combinado entre o padre e a comunidade religiosa, as missas, segundo Alda, além

<sup>189</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

de consideradas imperdíveis, eram também uma das poucas coisas que aconteciam de diferente ou, que movimentavam a rotina dos colonos e colonas, os quais, como pontuou a depoente, largavam todos os afazeres para comparecer à missa. Tendo isso em vista, os acontecimentos que envolviam as atividades religiosas tinham a capacidade de atrair muitos participantes, os quais iam agrupados com amigos e familiares para participar das mais diversas celebrações, entre elas as rezas de terços, inaugurações de novas igrejas, missões e outros tipos de encontro os quais reforçavam os ensinamentos católicos, mas também a união entre comunidade envolvida. Como comentaram algumas depoentes, entre elas Maidi, Katia e Erna, era costume todos os moradores de Guarujá se reunirem, mesmo se fosse algum tipo de celebração que não fosse da igreja frequentada. Nesse sentido, a inauguração do sino da igreja católica ilustra bem esse fato, como mostra a imagem abaixo. Nela, a comunidade guarujaense, entre católicos e até mesmo alguns protestantes se reúnem para a inauguração do sino instalado junto à igreja localizada na sede de Guarujá no ano de 1957, ocasião que muitas depoentes lembraram, sobretudo as mais novas, pela agitação causada na época.

Presente no dia da instalação do sino e também na fotografia, a depoente Katia que na ocasião era criança e estava acompanhada da mãe e das tias, com muita nostalgia recordou do quão bonita era a igreja e de como eram bonitos os encontros religiosos da comunidade, fossem eles católicos ou luteranos.

Imagem 24 – INAUGURAÇÃO DO SINO DA IGREJA CATÓLICA EM 1957.

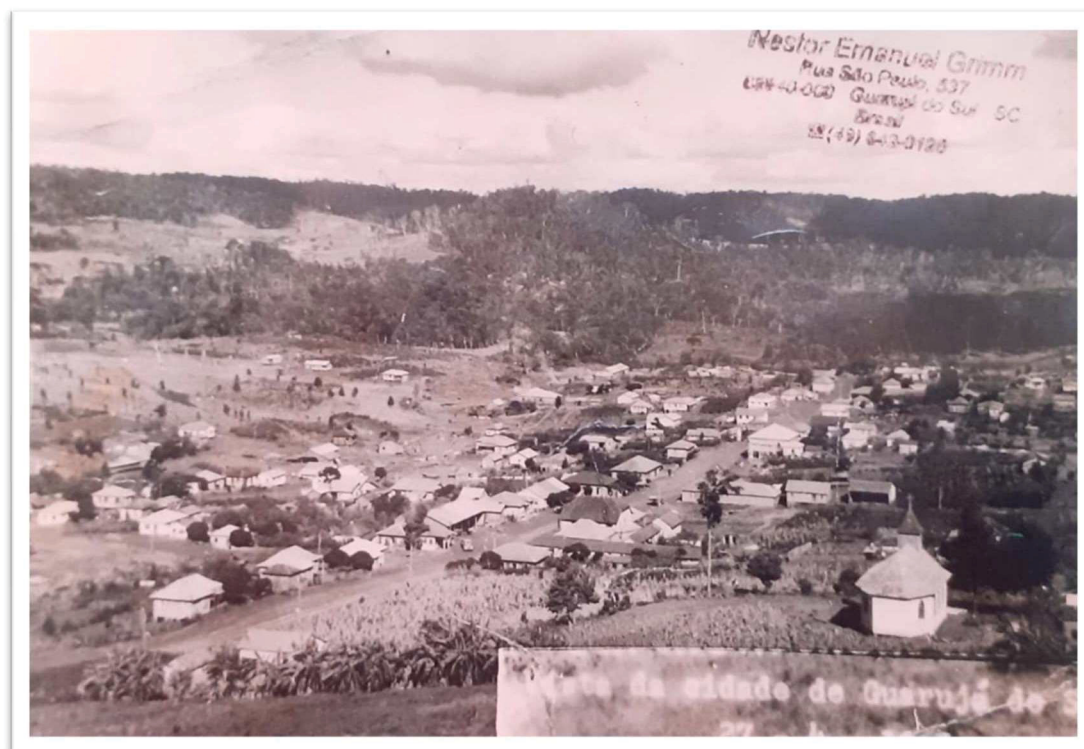


Fonte: Acervo particular da família Grimm.

É interessante observar que a fotografia acima exposta além de registrar o primeiro badalar do sino de Guarujá assistido pela comunidade curiosa com a novidade também registra as duas igrejas, a católica e a luterana, instaladas nos morros de Guarujá. Não foi pesquisada a intenção do fotógrafo, no entanto, chama a atenção o enquadramento da imagem que capta a comunidade, o sino, e as duas igrejas da sede do município. Outra interessante imagem é a que segue abaixo realizada no ano de 1963 pelo mesmo fotógrafo, Miro Gallert, onde é registrada a igreja católica que se tornou um importante espaço de fé e de encontro dos moradores e moradores de Guarujá. Além da igreja, construída num ponto alto da sede comunitária, também se vê toda a extensão e a paisagem de Guarujá. Sua avenida principal, suas poucas ruas e poucas casas, hotéis, oficinas mecânicas e casas de comércio.



Imagem 25 – VISTA PARA ATUAL AVENIDA JOÃO PESSOA. DÉCADA DE 1960



Fonte: Acervo particular da família Grimm

De acordo com a depoente Alda, que foi questionada sobre os tipos de pregações e discursos que eram realizados nas missas e nas passagens dos padres por Guarujá, “a missa era bem tranquila, bem legal”, sendo declarado que eram pouco invasivas e muito mais leves do que as realizadas onde morava anteriormente. Se postas em comparação com o que era dito no tempo em que vivia no Rio Grande, onde os padres eram rígidos e até mesmo em algumas circunstâncias grosseiros, as missas realizadas em Guarujá que eram muito “legais” supostamente não exerciam mais tanto poder e influência na vida e na intimidade dos fiéis.

Essa questão foi levantada a fim de perceber as manutenções e as transformações ocorridas na ocasião das migrações, onde pretendi compreender o papel e a influência da igreja na vida dessa comunidade. Ao que a depoente comentou

Gabriela: Vocês tinham o costume de confessar durante essa passagem dos padres?

Alda: A gente sempre se confessava cada vez que o padre vinha, todo mundo se confessava.

Gabriela: E era confessado o que, por exemplo?

Alda: Ah, se mentiu, se deixou de fazer as obrigações, se deixou de rezar, é...



Gabriela: e você acha que que essa era uma forma de controlar a intimidade das pessoas, dos casais, famílias...?

Alda: Pois é, esses padres eles não tinham muito, eles não davam opinião, eles não se metiam na vida das famílias.

Gabriela: Não se metiam?!

Alda: Não, eles não davam ideia. No início era diferente, no Rio Grande, era outro jeito, os padre tinham outro jeito, se vestiam diferente. Lá no Rio Grande os padre se vestiam de São Francisco, assim, tu sabe como é a roupa de São Francisco, que tem um negócio nas costas? Marrom. E os nossos padre que tinham em Dionísio a roupa deles não tinha aqueles capuz e era de cor preta, era bem simples, era diferente. Era outra congregação!

Gabriela: Mas esses padres em Guarujá não davam muita instrução na vida das pessoas, das famílias?

Alda: Não eles não eram de se meter, só se a pessoa pedia uma coisa. Mas eles fala espontaneamente alguma coisa, tem que fazer isso aquilo, não, ninguém falava nada, nenhum deles.

Gabriela: Você acha que muita coisa mudou, ou muitos costumes de perderam, o que você acha?

Alda: é eu acho que sim porque lá no Rio Grande lá eles meio que obrigavam as famílias a ter muitos filho, assim, tinha que ter muitos filho! Isso eles pregavam nos sermão deles, eles eram brabo assim! Elas eram, bem assim, bem duros, ruins! Nossa, eram maus! Tinha muita gente que não gostava... Já era meio de costume os homens ser ruim também com as esposas, enérgicos, nossa, uns bicho do mato! A maioria deles... E as mulher nossa, eram umas coitada! Elas, lá no rio grande né, porque em Santa Catarina não tinha isso. Não tinha não, não, não... Nem fala. É que quem veio do Rio Grande era tudo famílias novas, o pai e a mãe que eram famílias mais antigas, e os Caramori, que já tinham uns quantos filhos, os outros que eram da mesma região eram bem juvenzinhas as famílias e daí lá no pessegueiro e nas missas e coisa não tinha essas brabeza toda e o povo eu acho que pegou outro rumo!<sup>190</sup>

Na percepção da depoente, os costumes religiosos teriam sofrido algumas alterações na ocasião da migração, sendo mais perceptíveis os aspectos referentes ao perfil e aos tipos de discursos realizados pelos padres responsáveis pelas missas nas comunidades. Se antes no Rio Grande do Sul os padres exerciam forte controle nas vilas onde pregavam e até mesmo, na intimidade das famílias, onde falavam sobre a necessidade de terem muitos filhos, em Guarujá, segundo Alda, esses discursos não apareciam da maneira como eram feitos anteriormente. Segundo lembranças de Alda, os padres no Rio Grande eram extremamente rudes, o que em sua opinião, certamente influenciava na conduta dos homens das comunidades os quais comumente destrataavam suas esposas. Nesse sentido, a ordem era bastante clara. O homem manda, a mulher cala e obedece, sendo essas mulheres definidas por Alda como “coitadas” tendo em vista o fato de que muitas sofriam os mandos e desmandos dos maridos.<sup>191</sup>

<sup>190</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

<sup>191</sup> Outras depoentes também utilizaram o termo “coitada” para definir sobretudo mulheres das gerações anteriores às suas, como suas mães e avós. Isso porque, segundo elas, elas não teriam boca para nada, muitas eram analfabetas e não exerciam nenhum tipo de poder dentro de casa.

Tal modelo de organização de papéis com forte influência da igreja católica e da voz desses padres “maus” sem dúvidas chegou em Guarujá através das famílias mais antigas e pela manutenção de alguns hábitos, costumes e formas de pensar. No entanto, como pontuou Alda, esses modos teriam sido abrandados pela chegada e a constituição de novas famílias, que em muitos aspectos, teriam deixado alguns costumes para trás, até porque, em uma situação onde poucos padres tinham acesso, o que faziam sustentar esses padrões e papéis seriam, sobretudo, os próprios membros mais velhos dessas comunidades, muitas vezes intolerantes a mudanças e enrijecidos em suas antigas práticas e crenças.

### 3.5.1 O TERÇO

Para além das missas e as importantes celebrações, as quais reuniam uma considerável quantidade de participantes e marcavam uma ruptura na rotina às vezes entediante dos colonos e colonas, ocorriam com mais frequência outros tipos de reuniões. Essas reuniões, portanto, eram menores e mais voltadas aos membros de cada comunidade formadas nas diferentes Linhas de Guarujá. Nesse sentido, como lembraram muitas depoentes entre elas Melinda, Rita, Leda, Lurdes, Ines e Alda, havia como prática recorrente a reza dos terços, sendo feitas tanto em cada família, em sua rotina particular, como em ocasiões organizadas por membros da comunidade, os quais se reuniam na casa de algum vizinho e juntos faziam as orações, como esclareceu a depoente Alda.

Alda: No domingo a gente ia no terço, no Pessegueiro.

Gabriela: E como era isso?

Alda: Era rezá. Alguém, mas era, tinha um homem lá que eu não lembro o nome dele, ele que rezava o terço sempre, ele que era responsável pra rezá o terço. Aí todo mundo rezava junto.

Gabriela: Rezavam junto ou cada um rezava uma parte?

Alda: Não. Ele rezava “pai nosso que estais no céu, santificado seja o vosso nome, venha nós ao vosso reino seja feita a vossa vontade assim na terra como no céu”. Aí a gente rezava “o pão nosso de cada dia nos daí hoje...” aí todo mundo respondia.

Gabriela: E por que vocês rezavam o terço?

Alda: era costume! Pois é, pra sei lá, era costume, todo mundo rezava. Hoje rezam ainda nas igreja, tem lugares que rezam. E de noite, geralmente, toda noite a gente rezava em casa. Toda a família. A família se reunia, pai, mãe e filho, e se ajoelhava e lá em casa era sempre a mãe que puxava o terço e a gente respondia. Depois da janta, sempre. E não era só na nossa casa! Era nos vizinho também.

Gabriela: Geralmente eram as mães que puxavam o terço então?

Alda: Lá no Jeremia era ele. Lá no Albino acho que era ele também...

Gabriela: Então essa comunidade que se formou ali pelo Pessegueiro e Taquaruçu todos muitos religiosos, envolvidos...?

Alda: Sim, sim! Não era só nós, era todo mundo! Todas as pessoa, alemão, italiano, tudo!

Gabriela: Dá pra dizer que a vida girava em torno da religião e do trabalho?

Alda: Só isso e mais nada! (risos) Não se envolvia em política, nem em futebol. O futebol surgiu depois mais adiante.<sup>192</sup>

A prática de rezar o terço apareceu em outros depoimentos demonstrando ser de fato uma atividade recorrente, entre homens, mulheres e crianças, realizada como um costume, mas também, como uma alternativa à falta de padres e de missas. Podendo ser realizada tanto no espaço da igreja como nas casas dos fiéis como uma atividade cotidiana, a prática de rezar o terço, assim como o de ler a bíblia, foi introjetada na vida das depoentes. Desse modo, muitas revelaram continuar rezando diariamente o terço, sendo esse um momento considerado prazeroso e de manutenção da fé e de suas crenças. Nesse sentido, a depoente Melinda, católica e descendente de alemães, comentou um pouco sobre o assunto durante a entrevista onde foi questionada sobre as práticas religiosas trazidas junto com a migração.

Gabriela: A tua família era católica, eram praticantes?

Melinda: Aham! Muito! Não podia falta um domingo sem ir no terço, antigamente na minha época tinha o terço, não era culto. E uma vez por mês ia na missa né.

Gabriela: E como eram os terços?

Melinda: Era o terço, o rosário! Só na Maidana, o sogro rezava o terço em domingo, e daí lá nós participava. Depois quando vim pro Guarujá, em 1971, daí já era culto, daí não era mais terço.

Gabriela: Mas como que funciona?

Melinda: Mas era da comunidade todas as famílias! Agora não sei quantas família, na Maidana eram poucas família. Lá em Rio Grande também, mas lá já sempre tinha mais famílias né. Mas era todas as famílias, era toda a comunidade. E daí lá na Maidana era numa escola, lá naquela época não tinha igreja, na minha época, daí depois fizeram. E era de manhã, cada domingo de manhã. Lá no Rio Grande a mesma coisa. Lá naquela época crismavam tudo junto, naqueles anos não era que nem hoje né. e aqui nós só tinha catequese, durante quando nós ia na aula né, eu ia de manhã na aula daí de tarde tinha uma hora de catequese com o mesmo professor. Pra primeira eucaristia né, comunhão. Porque crisma eu já tinha feito antes que a primeira comunhão, no Rio Grande, né. Pensa como era naqueles anos né.

Gabriela: Mas e tua mãe, ensinava muitas coisas em casa?

Melinda: Sim! Ih, era tudo ensinado em casa! Bíblia... meu Deus! Naqueles anos, o meu quarto livro era a Bíblia! Pensa, já te falei daquela vez. Primeiro eu tinha os outros livros, mas a ultima era a Bíblia. Hoje se eu vou na igreja começa o evangélico aquilo já me cai tudo na cabeça porque eu li tudo aquilo. Só que era diferente a bíblia, era menor, hoje já tem diferente né. Mas eu tenho a minha, só que tinha que arrumar, tudo comido. Eu posso até te mostrar já que tu veio ver meu quarto livro! (risos) Eu gostava de ler!

Gabriela: Mas e quem fazia a leitura de Bíblia com vocês? A mãe de vocês ensinava?

<sup>192</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

Melinda: Mas claro que ensinava, meu Deus, sempre! Muito religioso, sempre. Meu deus de noite a gente não podia deita sem reza. E tu sabe que naqueles anos quando a gente veio pro Pessegueiro, tinha missão. E daí quem pegava, não sei como é que era, tinha que reza cada noite o terço. Nós em casa. Toda a noite. A mãe era muito católica. Nossa, nós não podia falta um dia no terço!

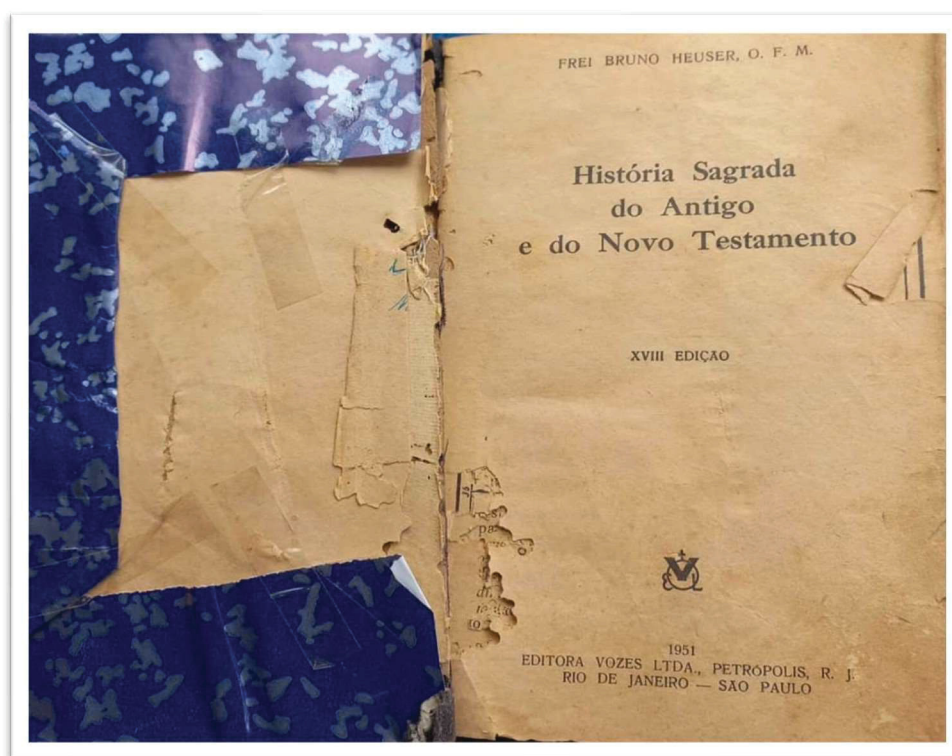
Gabriela: Era bom, a senhora gostava de participar?

Melinda: Meu Deus, como eu gostava! Era o nosso costume, eu gostava daquela época, mais do que hoje. E sabe que hoje mudou muito né. Hoje em dia as criança ficam assim, quase se retiram da igreja né. Eu gosto muito, muito! É um costume que ficou com a a gente né, a gente tem aquilo né. Eu meu Deus do céu, eu tenho aquilo em mim.<sup>193</sup>

Além de comentar um pouco sobre a prática da reza do terço, algo muito comum e presente na rotina dos migrados do Rio Grande do Sul, que, aparentemente, eram compartilhadas não só pelos descendentes de italianos, mas também pelos descendentes de alemães católicos, a depoente relembrou sobre o gosto que tinha por ler a bíblia. A leitura da bíblia, como foi percebido, era outra atividade compartilhada e frequente no cotidiano das migrantes, as quais mesmo nos dias atuais, continuam suas orações e leituras sendo um hábito que como mencionou Melinda “está dentro”. Ou seja, os costumes uma vez apreendidos e praticados diariamente, seguiram vivos em sua trajetória mesmo anos depois.

---

Imagem 26 – A BÍBLIA, O QUARTO LIVRO DE MELINDA



Fonte: Fotografia de Gabriela C. Grimm

Questionada ainda sobre os aspectos religiosos do período em que se instalou em Guarujá, no ano de 1956, Melinda recordou com saudades dos encontros seguidos das rezas dos terços.

Gabriela: Dona Melinda, vocês iam de manhã, cedinho, rezavam o terço e depois cada um ia pra sua casa ou tinha algum encontro, alguma coisa pra fazer?

Melinda: Cada um ia pra sua casa. Só nós menina estudava lá daí tinha as colega da aula né. Nós ia um domingo na casa de uma, ficava pro meio dia e de tarde nós ficava junto assim né. Não é que nem hoje que correm rua. E daí umas vez uma amiga ia lá em casa e assim era. Mas se não ia pra casa de tarde, a mãe então quando vinha visita fazia naqueles ano, o costume era fazer um café de tarde, quando ganhava visita. Mas daí as criança brincavam, olha, era tão bonito, era bem diferente. Não tinha rádio, rádio tinha bem depois, quando nós já era maior, mas outras coisa não tinha né.

E missa então, era uma vez por mês, e festa então, era uma vez pro ano só. Uma festa, só. Eu achava aquilo tudo, o marido dá risada, eu gostava de volta naquela época se fosse tudo como era naquela época né, mas hoje ele me diz tu tá loca, tu tem tudo, mas eu disse, era sofrido, mas era divertida, a vida. Pra mim era sempre olha, o que passa hoje eu esqueço tudo, mas de antigamente isso eu não esqueço porque eu gostava demais, daquele jeito! Era mais simples, mais legal, meu Deus era... Durante a semana todo mundo

na roça, e daí meio dia na aula. Era trabalha, reza e estuda, mas era pouco estuda. Mas eu gostava, naquela época não tinha outra coisa, mas gostava.<sup>194</sup>

De acordo com os relatos das depoentes, as poucas missas e os frequentes encontros para as orações dos terços não representavam para elas um momento significativo de sociabilidade, muito embora gostassem de participar e, eventualmente, alongassem tais encontros para outros tipos de reuniões, como no caso da depoente Melinda que recordou os passeios e as visitas feitas nas casas das amigas. Ainda que tais encontros fossem possíveis, eles não aparentaram ser recorrentes, sendo mais comum o retorno dos fiéis às suas próprias casas onde davam continuidade aos seus afazeres e a sua rotina doméstica, onde cada um cuidava de sua vida.

Comentando mais sobre o cotidiano e as práticas religiosas da comunidade instalada em Guarujá, a depoente Ines lembrou de outras ocasiões em que os migrados se reuniam e também comentou sobre a crença em santos e a prática bastante comum de fazer promessas.

Gabriela: Deixa eu te perguntar, a questão da igreja aqui, da religião...

Ines: era junto! Era na escolinha, 1952 começou a escolinha, daí meus tios o Izidro e o Astrolino construíram, que era coberta de tabuinha. De domingo se rezava o terço, a minha tia que rezava, ela era a primeira professora, e era a primeira rezadeira de terço, e parteira! A Iva Possatto. Daí tinha outros que surgiram, tinha os meus tios, tinha mais, os Barichello mais tarde, mais tarde tinha uma igreja né, daí a escola...

Gabriela: Mas então logo que chegaram já resolveram de construir um espaço pra rezar.

Ines: Sim! Primeiro se encontravam aqui na serraria, tinha os serradores e o primeiro morador aqui dos branco né, sabe que tinha muitos mestiços aqui, mestiços de tudo que é tipo, e eles tinham rivalidade uns com os outros, e eles não tinham religião nenhuma mas depois começaram de vir aqui na igreja e se adaptaram a religião católica né. daí então, o Panegas, primeiro morador, rezava o terço ali, nessa primeira casa. Era só terço que tinha bem no começo. Era os mistérios, os cinco mistérios, o Pai Nosso, as Ave Maria, né... E depois de um tempo foi feita aquela escolinha que era igreja ao mesmo e lá se rezava o terço então. Porque missa no começo vinha o Padre Aurélio lá de São Miguel, acho que foi ele que me passou a primeira comunhão, que batizada e crismada eu fui no Rio Grande bem nenê ainda. E daí, o padre Aurélio vinha, dormia no meio da estrada e ele botava os pelego e acendia um fogareiro porque tinha sempre bicho selvagem né, e vinha pra cá reza as missa, e daí ele ia até Santo Antonio, à cavalo, coitado. Daí depois que o padre não vinha mais, até então ele que fazia os batismo, as comunhão, aqui no Pessegueiro, daí depois que ele não vinha mais começo os padre de Dionísio.<sup>195</sup>

Gabriela: O pessoal que veio moar aqui no Guarujá então, podemos dizer que eram muito religiosos?

Ines: Ih! Na época todo mundo, quando, sabe quando morria alguém, morria, ou quando alguém ficava bem doente, talvez, quase pra morrer né, eles se

<sup>194</sup> Melinda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 30/03/2021.

<sup>195</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2020.

reuniam na igreja nove dia pra reza o terço pra aquela pessoa e faziam promessas, e meu pai foi um que tava morrendo num hospital lá em São Miguel e o pessoal aqui se reuniu em orações.

Gabriela: Muitas promessas se faziam então?

Ines: Promessas...! Muitas promessas, se faziam muito! Também se acreditava muito nas benzedera, nas, nessas coisas, acreditavam muito. Aqui, tudo católico, por aqui era tudo, tinha só duas família aqui por aqui que não era católico, mas eles participavam, nós fazia encontro, a gente tinha os livro de oração e nós debatia, se reunia, eu era de uma equipe aqui, e aquelas famílias sempre vinha participa conosco. [...]

Mas era tão bonito aqueles anos, porque as criança, todo mundo ia, os pais tudo. Toda a comunidade ia, agora não é mais assim...

Gabriela: E vocês gostavam de ir na missa, no terço?

Ines: Sim, sim, todo mundo gostava porque a gente tinha fé né, todo mundo tinha muita fé, a gente tinha... O pai não deixava de rezar o terço, por exemplo, rezava todas as noites. A gente acompanhava. A gente se ajoelhava e todo mundo rezava.<sup>196</sup>

A depoente que faz parte de uma das primeiras famílias que se instalaram em Pessegueiro recordou das ocasiões religiosas vivências por ela nos anos da fundação da comunidade, onde acompanhou missas, rezas e diversos encontros. No bojo dessas recordações, ficou bastante marcante em suas lembranças a ocasião em que seu pai estava gravemente doente e toda a comunidade se reuniu e se mobilizou para rezar e pedir por sua salvação em uma novena que Ines, em outra ocasião, descreveu como “milagrosa”. Ao final da novena, o pai que estava internado em São Miguel “para morrer”, retornou vivo e bem para a comunidade.

Ao lembrar dos primeiros anos, a depoente recordou, também, assim como as demais, sobre os terços e as muitas novenas e promessas que eram feitas não apenas pelo seu núcleo familiar, mas por todos os migrados do Rio Grande do Sul. Em suas observações, todos eram muito religiosos e praticantes. Tanto na intimidade de cada lar, onde a fé e as crenças eram mantidas por meios de orações diárias e realizadas por todos membros da família, quanto no convívio em comunidade, onde juntos rezavam os terços, participavam das missas, missões, faziam novenas e realizavam leituras de textos bíblicos.

---

<sup>196</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2020.



Imagem 27 – MISSÕES RELIGIOSAS DA IGREJA CATÓLICA. FINAL DA DÉCADA DE 1950



Fonte: Acervo Foto Guarujá.

Quando questionadas sobre os assuntos envolvendo os aspectos religiosos de suas trajetórias enquanto migrantes, todas foram muito sucintas em suas palavras. No entanto, foram enfáticas sobre a relevância da fé e da religiosidade em suas vidas, aspectos esses que aprenderam desde muito cedo quando meninas, e que carregam até hoje nos dias atuais. Dessa maneira, é possível inferir que certamente a tríade de valores carregados pelas migrantes é composta pelos seguintes elementos, família, trabalho e fé, estando todos imbricados onde um sustenta e justifica o outro. Dessa maneira, tais valores eram ensinados desde muito cedo tanto para os meninos quanto para as meninas e eram cotidianamente lembrados e mantidos por meio das várias estratégias já comentadas, como oração de terços, missas, confissões, encontros religiosos, leituras da bíblia entre outras práticas. Segundo as depoentes consultadas sobre o assunto, tais ensinamentos e valores nunca foram esquecidos e estariam cristalizados dentro delas para sempre, algo percebido nas visitas feitas às suas casas. Em todas as visitas era possível encontrar com imagens de santos, bíblias, “tercinhos”, santinhos de papel e até mesmo programas de televisão e de rádio de cunho religioso ligados no ato das entrevistas. Comum também foi a participação e o envolvimento de muitas delas em

eventos e organizações da paróquia, tornando-se algumas catequistas, ministras, organizadoras de eventos e encontros religiosos, o que demonstrou se tratar de algo que não diz respeito apenas a questão de costume, mas de gosto e convicção.

Outros elementos que também chamaram a atenção nos depoimentos coletados, além da percepção da continuidade das crenças e das práticas religiosas, foram os sentimentos de nostalgia e as comparações do passado com a situação do presente. Nesse sentido, ao comentarem sobre as lembranças vividas, como as práticas de orações e encontros religiosos, muitas depoentes relembrou com saudade desses momentos mencionando o quanto tudo era bonito, sobretudo porque a fé e atividades católicas eram compartilhadas por todos os membros da comunidade, até mesmo entre aqueles que não se declaravam da mesma religião. Ao mencionarem o próprio envolvimento com a religiosidade, mas também de todos os seus conhecidos, entre homens, mulheres, crianças e jovens, muitas depoentes traçaram um comparativo com o momento atual. De acordo com opiniões de depoentes como Melinda e Ines, por exemplo, tais expressões de fé e até mesmo de união estariam muito enfraquecidas e esvaziadas se postas em comparação com o que havia “antigamente” no tempo da colonização de Guarujá do Sul, onde as atividades religiosas eram presentes no cotidiano de homens e mulheres.

### **3.5.2 NÃO ERA RIGIDEZ, ERA EDUCAÇÃO**

Ao recordarem sobre os aspectos da vida em família e das práticas religiosas, algumas depoentes foram questionadas sobre suas impressões a respeito da maneira como as meninas e moças eram orientadas naquele contexto e período, tendo em vista os ensinamentos religiosos que desde muito cedo eram ensinados a elas. Conforme muitas recordaram, ir à missa e rezar o terço eram regras inquebrantáveis, no entanto, certamente, não eram as únicas formas de incutir alguns valores essenciais para as famílias coloniais migradas ou formadas em Guarujá. O cotidiano em casa e na roça, o dia a dia de trabalho, na igreja, na escola, as tarefas e funções que homens e mulheres desempenhavam, os dizeres, os ditados, os olhares, os mandos e desmandos também reforçavam e garantiam uma ordem dentro dessa sociedade de colonos e colonas migrados.

Como recordaram depoentes como Marcia, Maidi, Ines, Rita e Helena, entre as demais que de uma maneira ou outra, expressaram a mesma percepção sobre o assunto, o que havia “naquele tempo” era uma “noção de dever”. Ou seja. Cada um era

responsável por algo que iria beneficiar, supostamente, o todo, ou, a família, mesmo que nem sempre tais benefícios fossem de fato compartilhados entre todos. Assim, desde cedo as crianças e as jovens eram ensinadas sobre os seus deveres, funções, e seus papéis, as quais, ao assumirem a idade adulta, deveriam igualmente serem responsáveis por seus deveres, funções e papéis enquanto homem e mulher, pai e mãe. Segundo Alda “era assim! Todo mundo tinha que fazer um pouco”<sup>197</sup>, dando a entender que as divisões de tarefas e papéis eram necessárias para a ordem e o funcionamento da vida familiar, sendo prezados dentre deste sistema valores como respeito e obediência. Como forma de controle e aplicação desses valores, para tanto, eram sublinhados no cotidiano algumas noções que atravessavam as condutas tanto dos homens, mas sobretudo das mulheres, que eram as noções de vergonha, medo e culpa. Na percepção de algumas depoentes o que havia não era rigidez nem autoritarismo, mas sim, era uma forma de educação que era reforçada em todas as circunstâncias do cotidiano. Um controle percebido como necessário. Ao ser questionada sobre a possível rigidez e os deveres das moças e mulheres naquele período, a depoente Rita lembrou de como as coisas aconteciam em sua casa.

Gabriela: Vocês recebiam uma educação muito rígida?

Rita: Não... Rígida num certo ponto, como é que eu vou te dizer? Não existia não obedecer, os guri era mais... nós temos seis anos de diferença, somos em três. Então assim, eu, o pai e a mãe eram muito bons pra mim, eu apanhei, que eu me lembro, eu apanhei uma vez da mãe porque eu mereci, eu desobedeci, e apanhei duas vezes do pai, também porque eu desobedeci. Mas se não, eu nunca desobedecia, eles ensinaram que a gente não devia desobedecer. Só que o meu irmão, depois de mim, esse era capeta, meu Deus como era danado, esse apanhou várias vezes!

Gabriela: Eu achei que você ia dizer que o menino não apanhava, que não era punido...

Rita: Era punido! E o pai e a mãe ensinaram muito pra nós assim, respeitar os outros, não rouba, não calunia os outros, o que era da gente era da gente o que era dos outros era dos outros, respeitar as pessoas... Isso o pai e a mãe sempre, sempre, sempre. O pai dizia assim, se um homem for pra cadeia porque matou alguém em legítima defesa, não é tão feio quanto um homem que foi pra cadeia porque roubou. Ele tinha assim uma aversão ao roubo... O pai e a mãe eu vou te dizer assim uma coisa que pode até parecer engraçada. Eles deviam ter as encrenca deles, é claro, todo casal tem, não existe casal sem. Mas eu nunca vi o meu pai e a minha mãe discutindo, nunca, nunca, nunca. O meu pai não bebida, fumava...mas ele não bebida, não batia, nunca, nunca, ele tratava muito bem a minha mãe. E o pai era assim, às vezes ele ia na roça, e a mãe ficava em casa pra fazer o serviço em casa, ele ia antes na roça, e daí ele dizia assim “véia, eu vou indo, depois se tu quer vim, daí tu traz uma merenda véia, hoje tu podia fica em casa, daí se tu quer, tu podia fazer alguma coisa...”. Sempre ele dizia “se tu quer”. E depois pra mim,

<sup>197</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

quando eu já era maiorzinha, ele também dizia “se tu quer”, eu sabia que aquele “se tu quer” era uma ordem, né. Mas ele tratava assim.<sup>198</sup>

Na percepção da depoente Rita que vivenciou a colonização de Guarujá durante a juventude, a educação dos jovens, mas também as relações que ocorriam na intimidade das famílias passavam de certa forma por um tipo de rigidez. No entanto, ao recordar sobre as vezes em que teria apanhado por ter desobedecido as ordens, a depoente concordou que teria merecido, afinal, a ordem era clara, e assim, as consequências que também eram bem claras eram admitidas como algo aceitável. A culpa e a vergonha eram internalizadas. No mesmo sentido, quando questionada sobre a intimidade das famílias no período da colonização e os valores que estavam em jogo naquele contexto, a depoente Ines falou sobre as noções de respeito e de obediência, concordando de certa forma com a depoente Rita de que as punições eram legítimas, tendo em vista a clareza das regras colocadas. Acima de qualquer coisa todos deveriam obedecer ao pai.

Gabriela: Na tua família quem que ensinava mais sobre os aspectos religiosos, era o pai ou a mãe?

Ines: Mais era o pai porque a mãe era analfabeta. Ela foi na escola, mas ela desaprendeu porque ela não praticou né, daí o pai tinha mais autoridade. Não que fosse um autoritário, né. Mas ele era a pessoa mais instruída né.

Gabriela: Mas Ines, como você descreveria o tipo de educação que vocês tiveram?

Ines: Eu acho que foi muito boa porque a gente assim, o que o pai mandava faz a gente fazia né. Não desobedecia, sempre obedecia o pai, sempre fizemo tudo que ele mando. E na escola, e assim, nós tivemos bastante lazer, fazia as brincadeira, ia na escola, daí depois do meio dia nós ia junto com o pai na roça faz o serviço, puxava as abóbora, e as coisas pra casa, e as comida pros porco... Não foi uma educação autoritária, rígida... Eu até apanhei uma vez porque eu fiz umas coisas erradas né, apanhei, meu mano também, mas, daí nós ficemo bem né, uhum.<sup>199</sup>

Assim como a depoente Rita, Ines foi enfática sobre a obediência e o respeito que todos os membros tinham para com a figura do homem que também era pai. Embora muitas vezes não usassem de força ou de violência para imporem limites e estabelecerem seus papéis enquanto líderes dentro do núcleo familiar, era bastante claro o posto que o homem ocupava. Ele que dava as ordens, ele que decidia, ele que comandava e dava a palavra final, mesmo que tais palavras soassem serenas, sem serem gritadas ou impostas. Para tanto, ficou evidente por meio dos muitos relatos, assim

<sup>198</sup> Rita. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 12/06/2023

<sup>199</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2020.

como o da depoente Ines, que muito contribuía para a ocupação desse papel, entre tantos fatores, o fato de que muitas mulheres não possuíam instrução e assim, julgavam-se incapazes ou inaptas a ter voz de comando no mesmo nível que seus maridos, sendo elas, portanto, igualmente devedoras de obediência e respeito diante desses homens. No entanto, dentro da hierarquia familiar, as mães ainda estavam acima dos filhos e esses deviam igualmente manter uma postura de obediência e respeito diante delas. O depoimento de Rita trata um pouco sobre esse assunto.

Rita: Ah, minha mãe tinha muitos dizeres assim, porque minha mãe era uma mulher que não sabia ler, nunca leu, nunca escreveu nem o nome dela, e eu não sei também porque eu depois quando era mais velha, nunca ensinei a minha mãe escrever o nome ao menos né..., mas eu nunca... porque a gente tinha que cuidar também com a gente tinha que tratar, porque uma vez, tinha que chamar a mãe e o pai de senhor e senhora. E uma vez eu chamei a mãe de “tu” e eu já tinha uns 18 anos, e eu não apanhei, mas que eu fiquei com muito medo de apanhar eu fiquei... Aí ela disse assim “eu não vou te surra porque eu tenho vergonha de te dá um tapa com a idade que tu tem. Mas tu merecia um tapa, bem dado! E a partir de hoje, foi a primeira e a última vez que tu me chama de tu” ... Meu Deus, se eu tivesse apanhado teria doído menos...<sup>200</sup>

Muito embora algumas mulheres que eram mães estivessem abaixo do que os seus maridos no que tange ao poder e ao papel de comando e ordem em casa, dentro da hierarquia familiar elas ainda que analfabetas, ainda que pouco instruídas entre outros fatores, estavam acima dos seus filhos e filhas os quais deviam plena obediência e respeito. A vergonha, mencionada pela depoente Rita, era um importante agente dentro desse sistema familiar. Caso alguém faltasse com seus deveres, ordens ou mesmo faltasse com respeito, nenhuma surra seria tão impactante quanto o sentimento de vergonha. Não era preciso dizer muitas palavras. A vergonha fazia o seu papel, ela educava e norteava as ações de todos.

Para a depoente Maidi, sem dúvidas, a forma como foram educadas e a forma como as famílias colocavam seus valores e seus papéis “naquele tempo” além de funcionar bem foi uma importante e necessária base para a construção de sua vida que ela caracteriza como “feliz”.

Gabriela: Eu queria entender um pouco mais sobre a vida das meninas, das moças, vocês brincavam ou só trabalhavam, o tempo todo?

Maidi: Não, não.. A gente trabalhava bastante, a gente tinha as nossas responsabilidades, cada uma tinha serviço, tipo, desde a cozinha, a minha mãe sempre era muito organizada. Então assim, uma semana uma fazia o almoço, se virava com a cozinha, fazia pão, o que tinha que fazer. Daí a outra já

<sup>200</sup> Rita. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 12/06/2023

cuidava mais da limpeza, e da roupa. Então assim, eu quando tinha 12 anos eu assumi tudo já sozinha, já assumi porque teve uma época que a minha mãe era bem doente e daí nós sempre precisa de ter alguém pra ajudar, mas eu lembro que depois dos doze anos eu fazia pão, lavava as roupas, fazia tudo! Nossa, a gente aprendia de tudo, desde pequena sempre junto fazendo e ajudando, a tinha que fazer! Era assim! Hoje em dia é diferente, é bem diferente! Nós trabalhava muito mas nós tinha uma vida assim, eu sempre digo, eu vivi uma vida muito feliz porque eu tive uma infância e tive pais excelentes né, que nos deram educação, nos ensinaram o caminho do bem, da religião. Meus pais eram bem religiosos, meu pai e minha mãe evangélicos, daquela igreja lá perto do hospital. Daí sempre tinha o dia de ir pra igreja, tinha que ir pra igreja...<sup>201</sup>

Embora depoentes como Maidi, Ines e Rita percebam os valores religiosos e morais como elementos positivos enquanto constituintes de suas trajetórias de vida, outras depoentes, no entanto, com olhos do presente, fazem outro tipo de leitura, onde percebem formas de abuso de poder. É claro que para tanto devem ser consideradas as experiências de vida de cada depoente, não sendo estas homogêneas nem mesmo lineares. Ainda que existam de fato diferentes percepções, é notório o impacto dos elementos religiosos na constituição dos valores e da moral das mulheres entrevistadas, mesmo que elas não sintam, não percebam ou falem.

---

<sup>201</sup> Maidi. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 20/07/2022

#### 4. DA INFÂNCIA À VIDA ADULTA: AS MUITAS LEMBRANÇAS DE MENINAS, MOÇAS E MULHERES

##### 4.1. A INFÂNCIA NA COLÔNIA: LEMBRANÇAS DAS BRINCADEIRAS E DO LAZER NO MEIO DO MATO

Recordar o passado vivido em meio ao contexto de colonização em Guarujá do Sul significou, para muitas entrevistadas, relembrar de tempos difíceis, um tempo cheio de desafios e privações, onde a necessidade de trabalhar muitas vezes se sobrepunha a quaisquer outra atividade. Embora sejam essas as imagens que vêm à lembrança de muitas mulheres, sobretudo para aquelas que vivenciaram a colonização enquanto adultas, para outras, que experimentaram a colonização enquanto crianças e moças, no entanto, essas imagens de dificuldades se mesclam às recordações de uma infância e juventude consideradas simples e muito alegres, sendo descritas por algumas depoentes como “muito divertida”.

Por mais que trabalhar, ou, ajudar os pais na roça ou em casa fosse um dever irrevogável, aos finais de semana, no entanto, geralmente aos domingos, pois o sábado era o dia de fazer uma grande faxina em casa, havia uma pausa para as brincadeiras e encontros entre amigos.

Foi em meio à uma paisagem de natureza abundante, com muitos árvores, mato, entre as serragens das serrarias, próximo aos rios, sangas, e nos poteiros e roças, que muitas mulheres, na ocasião, meninas e moças, relataram terem passado seus primeiros anos em Guarujá do Sul. Embora as lembranças sobre as brincadeiras e o lazer sejam mais obscuras e menos recorrentes, elas fizeram, mesmo às vezes que de modo muito breve, parte dos relatos das mulheres entrevistadas, pois mesmo “em meio a tantas atividades desenvolvidas, havia um espaço para a ocorrência de diversões e formas de descontrair.”<sup>202</sup>.

Segundo Moretto, que analisou o lazer em meio às colonizações no oeste de Santa Catarina “as famílias estabelecidas nas terras catarinenses elaboraram estratégias de trabalho, de lugar para instalar a moradia, espaço para criar animais, para plantar e

---

<sup>202</sup> MORETTO, Samira. O futebol de domingo e as práticas de lazer de União do Oeste e Irati. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v.22, n.37, 2021.



ainda encontraram meios de se divertirem, considerando o espaço natural em que estavam inseridos.”<sup>203</sup>

Tendo em vista o “espaço natural” e também os meios materiais, os quais eram poucos e limitados, brincadeiras como corridas, subir em árvores, em meio ao barro, nos rios, fizeram parte da infância e do início da juventude das meninas que viveram o início e o desenvolvimento da colonização em Guarujá. Como muitas lembraram, além de não haver energia elétrica, também não existiam muitos brinquedos ou outros objetos que pudessem participar do lazer e dos momentos ociosos das crianças. Fazia-se os próprios brinquedos, muitas vezes com materiais reutilizados, utilizava-se também recursos naturais, como pedaços de pau, flores, folhas, pedras, alimentos, e também, muitas brincadeiras e diversões eram realizadas entre as próprias crianças, que segundo as depoentes, eram em grande número naquele período, as quais se juntavam e brincavam até tarde da noite.

Para a depoente Celoni que relatou ter começado a trabalhar na roça aos sete anos de idade, aquele tempo de infância, embora cheio de tarefas, foi considerado como muito bom, “era muito divertido. A gente era feliz e não sabia. Brincava nos domingo quando vinham as visita, os primo vinham. Nos domingo nós brincava no potrero. Arrancava quase tudo as flor da mãe pra enfeita os pinheirinho...”<sup>204</sup>

Essa prática de brincar em grande número de crianças, sobretudo aos domingos, considerado como um dia de descanso, foi relatado também pela depoente Maidi. Da mesma maneira que Celoni, Maidi participava das tarefas domésticas e do trabalho junto aos pais, que eram comerciantes. Segundo a depoente, de fato, os trabalhos eram muitos, mas isso não impedia que as crianças brincassem, o que havia, no entanto, era organização e combinados que eram obedecidos por todos na casa. Primeiro, todos os deveres eram feitos, assim como as tarefas escolares. Deixava-se tudo organizado e pronto, e somente após a execução “com capricho” das atividades das quais eram responsáveis, é que as crianças podiam ir brincar, sendo os dias livres geralmente nos sábados à tarde após a faxina, ou nos domingos. Relembrando com alegria de sua infância em Guarujá do Sul, Maidi relatou.

Maidi: Então assim, de tarde, terminava o serviço, no sábado de tarde geralmente, terminava o serviço tu podia brincar até a hora de tirar o leite. Mas tinha que deixar tudo pronto. Não podia deixar nada sem fazer. Então a

---

<sup>203</sup> Idem. P.189

<sup>204</sup> Celoni. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

gente apurava, apurava e daí brincava. Daí a gente se reunia assim em muita criança, porque os que moravam na serraria lá todos tinham criança pequena na época, e todos eles eram assim, em famílias mais numerosa né. Sempre cinco, seis filhos, ou mais até. E daí a gente se reunia todo mundo pra gente brinca. A gente fazia casinha, cavoucava e brincava e brincava, e daí quando nós via era noite e corria pra casa. O sol sempre tinha que tá ainda... que daí tinha que tirar o leite né.<sup>205</sup>

O livre brincar, como descrito por Maidi, era possível para meninos e meninas que em muitas ocasiões compartilhavam das mesmas brincadeiras, no entanto, para poder ter acesso a esses momentos era colocado às crianças o cumprimento das tarefas domésticas, que no caso da depoente, se relacionava à limpeza da casa, ao preparo da comida e o tirar o leite das vacas, um serviço que deve ser realizado impreterivelmente e diariamente.

A depoente Helena também abordou a questão do cumprimento de deveres e tarefas como uma condição para que pudesse brincar, e da mesma maneira que Maidi, Helena considerou que tais ordens eram necessárias para a educação dos filhos, sendo está uma medida pedagógica que além de instruir as crianças a terem responsabilidades também beneficiava todo o núcleo familiar da qual as crianças eram sujeitos participantes. Para a depoente Amália, a educação das crianças era rígida, porém, “não era com violência, era o normal, da família”.

Amália: O que um grande fazia, chamava o pequeno pra ir junto, ajudar ou acompanhar, era beleza. Não era uma coisa forçada porque a criança só via aquilo ali, não via outras coisas diferentes. Não tinha rádio, não tinha celular, não tinha telefone, não tinha nada dessas coisas. A criança não tinha nem uma outra ocupação a não ser faze o pouco tema que recebia da escola pra fazer em casa, a tarefa, e depois em casa eles faziam, se ocupavam ajudando os pais fazendo as coisas. Era tratar porco, tratar vaca, tira leite e ajuda a fechar os bezeros, essas coisas, sabe? <sup>206</sup>

Sem maiores distrações, as crianças recebiam tarefas consideradas viáveis à cada idade, como as atividades mencionadas pela depoente. Fora as atividades domésticas, restava ainda às crianças o cumprimento dos deveres escolares. Quando todos estivessem completos, sobretudo as responsabilidades em casa e na roça, junto aos animais de criação, as crianças, portanto, eram liberadas para brincar.

Como recordou Helena “a gente tinha sim as obrigações com os pais, com a família da gente, com nossos pais, mas depois disso, realmente, era brincar!”. Dando

<sup>205</sup> Maidi. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 20/07/2022.

<sup>206</sup> Amália. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

mais detalhes sobre o tempo livre das crianças e sobre as brincadeiras da época, Helena teceu comparações com o momento atual considerando que no seu tempo de infância as crianças brincavam mais e viviam mais experiências fora do que dentro de casa.

Helena: A gente se encontrava bastante para brincar com mais pessoas nos finais de semana, né. Durante a semana, como já te falei, depois de feitos os serviços caseiros, a gente sempre aproveitava para brincar. Fazíamos bastante piquenique também sim, com algumas famílias né. Inclusive tenho até uma foto de um piquenique que nós fizemos. Nossa como era gostoso aquela época! As brincadeiras, tudo era diferente de hoje. Hoje em dia as crianças estão muito dentro de casa, né, no celular, não vão lá fora pra apreciar a natureza, não sabem nem que tem estrelas a noite, eu vejo pelos meus netos.<sup>207</sup>

A despeito de seu depoimento que traz uma comparação com a infância do tempo presente, é interessante observar o caráter coletivo das brincadeiras, mas também a sua relação com a própria natureza do ambiente. Conforme visto nas demais entrevistas, os lugares comuns de brincadeiras eram em meio ao mato, nas roças e poteiros, próximo às serrarias, onde muitos pais costumavam trabalhar, nos rios e em sangas. Nesse sentido, percebeu-se que quanto mais próximas à natureza eram as brincadeiras, mais divertidas e memoráveis eram as lembranças as quais ressaltaram o aspecto da liberdade e da felicidade naqueles momentos onde a simplicidade também estava presente. Ainda conforme as memórias de Helena

Helena: Nós realmente tivemos uma infância maravilhosa. De brincar, realmente, de brincar de roda, pular corda, fazer os brinquedos. A gente gostava muito de fazer carrinhos e andar morro abaixo né, sair correndo com eles né. Era muito bom. O que falta hoje em dia, nas escolas também, são essas brincadeiras de roda, as crianças não sabem, ninguém mais brinca em casa né. Mas assim a nossa infância foi realmente maravilhosa. A gente gostava muito também de brincar à noite. Quando a lua era cheia né, apreciar a lua, era claro. A gente amava ir lá fora brincar, se reunia com os amigos, era brincadeira mesmo!

[...]

A gente inventava várias brincadeiras. Fazia casamento de brincadeira, pegava as folhas seca, fazia assim ao redor de casa, redonda assim, depois repartia os quartos, fazia as comidinha com fruta... nossa como era muito bom mesmo!<sup>208</sup>

Colocando mais uma vez em comparação as brincadeiras de sua infância com o que acredita acontecer no tempo presente, Helena ressaltou os aspectos da simplicidade dessas atividades e também da imaginação que permeava o brincar das crianças. Como

<sup>207</sup> Helena. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 09/02/2023.

<sup>208</sup> Helena. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 09/02/2023.

os brinquedos eram caros e muitas vezes difíceis de se obter, as crianças muitas vezes criavam seus brinquedos bem como imaginavam situações e replicavam nas brincadeiras, sendo assim, eram comuns brincadeiras como “casinha”, “polícia e ladrão”, “comidinha” e outras que simulavam a vida banal.

Para além do caráter simplório, bastante envolvido com a natureza e a imaginação, é notável também o caráter coletivo da infância e das brincadeiras nesse contexto da colonização de Guarujá, onde comumente as crianças, entre meninos e meninas, se juntavam em grande número para brincar. Nos diversos relatos sobre a infância, ficou evidente que na perspectiva das depoentes não havia diferenciação entre meninos e meninas pois segundo as mesmas, todos brincavam juntos por serem conhecidos e muito próximos, demonstrando que as relações das crianças eram uma extensão das relações dos adultos, e, portanto, da formação da comunidade. Segundo Helena “meninos e meninas brincavam juntos porque naquela época não tinha maldade. Nossa, como era gostoso correr no potreiro, depois de uma chuva, atrás dos quero-quero, principalmente com as crianças dos vizinhos né”.

Imagem 28 – GRUPOS DE CRIANÇAS LIGADAS POR PARENTESCO. DÉCADA DE 1960.



Fonte: Acervo particular família Grimm.

Do mesmo modo que Helena, a depoente Alda demonstrou a preponderância do caráter coletivo nas brincadeiras onde meninos e meninas se envolviam, sobretudo em brincadeiras ao ar livre como corridas, subidas em árvores, esconde-esconde, pega-pega, montagem de brinquedos artesanais e também na água. Segundo a percepção de Alda, não havia naquele tempo distinção de gênero nas brincadeiras, segundo ela “a gente brincava junto, não tinha maldade com isso (...) nós brincava com os piá, eles brincava tudo com nós”. Ida comentou algo muito parecido “nós brincava junto! Brincava...Não tinha problema, ali, tinha respeito! Ai se não tivesse, né!”

É curioso observar que tanto nas falas de Helena quanto de Alda e Ida se repete a ideia de que “naquele tempo não tinha maldade”, dando a entender que não havia problemas em brincarem juntos pela falta de malícia tanto entre as crianças, mas sobretudo no tempo passado, sempre colocado em comparação com o tempo atual. Desse modo, é possível observar a atribuição de uma certa ingenuidade, e às vezes, uma simplicidade à mentalidade das crianças e dos adultos do período. Segundo Ines que migrou aos cinco anos e cresceu em Guarujá no período da colonização, “naquele tempo a gente era tudo bobinho, inocente, inocente!”<sup>209</sup>

A despeito de não perceberem malícia, maldades e más intenções nas relações de brincadeira entre crianças de diferentes gêneros, o que também não foi percebido pelas depoentes foi qualquer tipo de diferenciação entre as possibilidades de brincar entre meninos e meninas, sendo enfáticas que todos participavam das brincadeiras, inclusive, nas brincadeiras mais desafiadoras e que exigiam esforço físico. Naquele contexto considerava-se que quanto mais amigos envolvidos, melhor ficava a diversão, maior ficava a bagunça e também a festa, pois afinal, todos eram conhecidos, fossem por laços de parentesco, como primos, irmãos, ou por vizinhança. É bastante possível também inferir que por conta dessas relações de confiança, parceria e amizade existentes no período da colonização, as brincadeiras ao ar livre, desassistidas, e às vezes até tarde da noite, como lembrado pelas depoentes, eram possíveis e permitidas para as muitas crianças que viviam em Guarujá. Na memória de Ida, haviam muitas crianças “antigamente”, conforme a entrevistada “tinha muita criança, muita, muita, muita! Muita criança, nossa! Tinha família que tinha oito, nove, dez, brincavam tudo junto!”<sup>210</sup>

<sup>209</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2020.

<sup>210</sup> Ida. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 13/02/2023.

Recordando sobre sua infância em Guarujá, a depoente Alda manifestou nostalgia e suas impressões, lembrando que na época faziam comemorações como a de São João na Linha Taquaruçu

Alda: Nós brincava no mato! Subia em árvore, nós se divertia muito! Com os filhos dos outros morador que tinha lá, era só isso. Nós brincava muito, era divertido. Daí quando era São João, a gente fazia lá um fogo bem grande lá no pátio, quase lá no meio da estrada (risos) e depois ficava cantando e gritando, fazendo fiasco lá. Era muito bom!<sup>211</sup>

Alda era filha de migrantes que atuaram tanto nas atividades relacionadas a extração de madeira quanto na agricultura, dessa maneira, suas lembranças de infância se relacionam muito com esses ambientes, permeados por natureza exuberante, mas também por brincadeiras juntos aos filhos de outros trabalhadores de serrarias. Geralmente, as famílias que se instalavam próximo às serrarias eram compostas por muitas crianças, tal qual a família da própria depoente e de outras aqui mencionadas, sendo bastante comum o encontro dessas várias crianças nos arredores das serrarias, entre as serragens e nos rios próximos à essas estruturas. Filha de Germano Link, empresário do ramo extrativista responsável pela instalação de firmas tanto em São José do Cedro quanto em Guarujá no início da década de 1950, Darci recordou momentos de sua infância, relatando a experiência de brincar com crianças da comunidade formada ao redor das serrarias, num depoimento muito semelhante ao de Alda. Segundo Darci

As crianças brincavam bastante, porque era seguro né. Porque também não tinha espaço de grama, de chão, era tudo ou lavoura ou mato. A gente até brincava nos domingo na serraria. A vida comunitária era muito boa! Tudo mundo se dava bem. Todo mundo colaborava para a construção.<sup>212</sup>

<sup>211</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

<sup>212</sup> Darci. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 20/07/2022.



Imagem 29 – SERRARIA DA FAMÍLIA ZIMMER, FINAL DA DÉCADA DE 1950. AOS FINAIS DE SEMANA, AS CRIANÇAS BRINCAVAM EM SUAS MEDIAÇÕES.



Fonte: Acervo particular de Darci L. Zimmer.



Imagem 30 – CRIANÇAS BRINCANDO NAS MEDIAÇÕES DE SERRARIA.



Fonte: Acervo particular da família Ritter.

Semelhante lembrança também é compartilhada por Katia, que migrou para Guarujá do Sul aos cinco anos de idade em 1955. Na ocasião, o avô paterno e todos os homens da família passaram a trabalhar e gerenciar a Serraria Faro, localizada na Linha de mesmo nome. Enquanto a avó, a mãe e as tias se dedicavam em funções diversas, como cabelereiras, chapeleiras, prestando também assistência na firma e gerenciando a grande e bela casa, uma das primeiras construídas em Guarujá do Sul considerada pela comunidade como de alto nível<sup>213</sup>, as crianças da família brincavam juntas, com vizinhos e amigos. Segundo Katia, a infância vivida em meio ao mato e serraria teria sido muito divertida.

Katia: Nossa era bonito. Daí tinha as serrarias, daí tinha nos domingos ia lá, descia lá, ia a pé, brincava lá, ia passear nos tio e brincava lá na serraria no meio da pilha de trigo... Nossa era lindo, era tudo mato! Era tudo muito bonito.

---

<sup>213</sup> A maioria das casas construídas em Guarujá do Sul nos primeiros anos da colonização eram muito simples e feitas com madeiras extraídas da própria colônia. A casa da família Stiegemeier, nesse sentido, chamava a atenção por suas dimensões, sua beleza e pela qualidade do beneficiamento da madeira utilizada na construção.

A gente se criou tudo junto. Nossa, a gente brincava de casinha, e aquelas casinhas e fazia comidinha, tinha assim os resto, que cortavam as plancha de madeira, e daí vinham pra casa da gente, que a gente fazia lenha, e nessa casa que a gente veio mora tinha um porão bem alto e no porão ali a gente brincava.<sup>214</sup>

Imagem 31 – CASA DA FAMÍLIA STIEGEMEIER, MIGRANTES CHEGADOS EM 1955.



Fonte: Acervo particular da família Stiegemeier

A depoente Maidi também comentou sobre as brincadeiras próximas às serrarias tendo em vista que o armazém de sua família ficava localizado na comunidade formada pelos trabalhadores das firmas. Em sua percepção, não eram apenas as brincadeiras que eram muito divertidas, mas todo o contexto vivido em comunidade. Segundo Maidi e demais depoentes, havia na ocasião da colonização e formação do município um senso de coletividade muito grande. Tal comunhão, expressa nas mais diversas relações e funções, era compartilhada entre as crianças que participavam de maneira ativa e efetiva na vida comunitária, fato que se comprova por meio dos relatos e das fotografias da época. Maidi comentou sobre esses momentos.

Maidi: A nossa diversão era muito legal porque a vizinhança participava, sabe? Se um tava de aniversário, daí a gente se reunia na casa daquela pessoa e daí, era carneado porco ou gado, frango ou alguma coisa era feito, daí eles

<sup>214</sup> Katia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

faziam uma janta ou um almoço, se era no domingo, era almoço no domingo, mas geralmente era de noite a festa. Às vezes nem fazia nada, só se juntava a vizinhança e daí tinha os que tocavam gaita e violão, meu deus, nós dançava! Era divertido, divertido! Nós tinha assim uma vida muito feliz, meu deus. Eu tenho muita saudades porque hoje, a gente convive assim com as pessoas, com a comunidade, mas não é, aquilo era assim um amor de irmãos. A gente era tudo uma família só. Sabe, era assim maravilhoso, hoje assim já não existe mais isso. Era muito bom. E lá como tinha serraria, tinha lá a serragem que vinha lá do potrero do rio, a gente brincava.<sup>215</sup>

Imagem 32 – CRIANÇAS PARTICIPAM DE UM CHURRASCO JUNTO AOS ADULTOS.



Fonte: Acervo particular da família Grimm.

<sup>215</sup> Maidi. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 20/07/2022.

Imagem 33 – MULHERES E CRIANÇAS ANTES DE EMBARCAREM EM CAMINHÃO PARA COLHEITA RECREATIVA DE JABOTICAS, NA LINHA MAIDANA.



Acervo particular da família Stiegemeier.

As lembranças a respeito da infância vivida em Guarujá do Sul no período da colonização são atravessadas por muitos elementos, como memórias a respeito das brincadeiras, lembranças dos amigos e amigas, da vida em comunidade, lembranças da paisagem e da exuberância natural, das tarefas domésticas, das atividades escolares, memórias sobre o trabalho, sobre os medos e os castigos. Mesmo que sejam muitos os desdobramentos e variadas as percepções sobre essa infância, podendo mesmo serem contraditórias, prevalece nessas memórias um sentimento nostálgico, permeado pela alegria de ter vivido em um tempo que além de não voltar mais, se posto em comparação com o tempo presente, é percebido como bom, feliz e muito divertido. Embora tenham sido enfáticas a respeito das muitas privações que vivenciaram, sobre as dificuldades que tiveram, na percepção das depoentes, a infância vivida por elas, mesmo num contexto desafiador, foi lembrada como sendo muito bonita. Em seus depoimentos, fica claro o estreito envolvimento com a paisagem e também com toda a comunidade que aos poucos ia tomando forma em Guarujá. Nesse sentido, há um destaque muito significativo nessas lembranças as quais reforçam, quase que de maneira geral, a importância da convivência em comunidade para a construção das melhores memórias,

sendo lembradas brincadeiras e experiências compartilhadas não apenas entre as crianças, mas entre os adultos também.

#### **4.2 O LAZER DAS MOÇAS E MULHERES**

Se o sentimento de comunidade era percebido em tempos problemáticos, muitas vezes mobilizados por necessidades ou até mesmo dificuldades das mais variadas espécies, esse mesmo sentimento também poderia ser encontrado nos momentos de lazer, de descanso e confraternização. No entanto, vale ressaltar que esses momentos não emergiram espontaneamente nas lembranças das depoentes, sendo necessário perguntar em algumas ocasiões, até mais de uma vez, sobre quais os tipos de diversão e lazer eram possíveis no período da colonização de Guarujá. O que busquei compreender era o que faziam as mulheres no tempo livre, ou, o que faziam quando não estavam trabalhando?

Ficou bastante evidente que as memórias do trabalho e das dificuldades vivenciadas se sobressaíram em relação às demais lembranças do período observado. O lazer e o ócio, no entanto, apareceram de modo distinto entre as depoentes levando em conta a idade das entrevistadas. Para as mais novas, entre 65 a 76 anos de idade, o lazer estava associado muitas vezes com a infância, com os momentos vividos junto à comunidade, havendo nos depoimentos uma quantidade maior de cenas de lazer e uma riqueza de detalhes igualmente superior se colocados em comparação com as lembranças das mulheres mais velhas. Para as mulheres mais novas, opções como matinês, bailes e festas foram apresentadas como possíveis formas de divertimento, tendo em vista que tais depoentes vivenciaram enquanto adultas apenas a fase mais consolidada da colonização, algo que ocorreu por volta da metade da década de 1960.

Por outro lado, as depoentes mais velhas, aquelas que viveram os anos iniciais da colonização na fase adulta, o lazer, no entanto foi lembrado de uma forma mais diluída e borrada, entre as frestas dos depoimentos, em frases muitas vezes curtas. Para essas mulheres de mais idade, entre os 80 e 90 anos de idade, as menções sobre o lazer, sobre o tempo livre e o tempo de diversão foram quase inexistentes quando inqueridas sobre as suas lembranças do período. Questionadas pontualmente sobre essa questão, algumas comentaram que sim, esses momentos aconteciam eventualmente, sendo descritos como mais comuns eventos simples, como piqueniques ou encontro com as



vizinhas, onde se reuniam junto aos filhos e tomavam chimarrão com pipoca. Bailes, festas, grandes encontros, no entanto, não foram lembrados por elas com a justificativa de que naquele tempo só se trabalhava e mais nada, como recordou Amália ao ser questionada sobre o que faziam no possível tempo livre, que rindo, respondeu, “querida, nosso tempo livre era pouco”.<sup>216</sup>

Embora algumas mulheres tenham alegado a inexistência de momentos de lazer, ou, tenham recordado apenas situações envolvendo trabalho e serviços, o que culminou com o não registro de lembranças marcantes sobre momentos lúdicos, outras, no entanto, com “certo custo”, comentaram sobre as recordações dos momentos de lazer e de ócio. Nessas memórias ficaram registrados os encontros com as amigas, os piqueniques e passeios que faziam na chácara dos vizinhos, os campeonatos de futebol que assistiam nas diferentes linhas rurais, as “carreiradas” de cavalos, o “bolãozinho” e também, o “Clube de Damas”, uma sociedade formada por mulheres nos anos iniciais de Guarujá, onde as membras se encontravam para passar o tempo, dançar e jogar diferentes jogos de azar e de disputa.

Imagem 34 – MULHERES SE REÚNEM EM PIQUENIQUE



Fonte: Acervo particular da família Danzer.

---

<sup>216</sup> Amália. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

Das memórias mais comuns narradas pelas depoentes, estão os simples encontros entre amigas, esses, geralmente aconteciam nas tardes de sábado ou de domingo, sempre após a execução completa de todas as tarefas na roça e em casa. Nesses encontros à tarde, muitas vezes levavam-se os filhos junto, os quais brincavam nos arredores das casas enquanto as mães conversavam e tomavam chimarrão, uma prática muito comum entre as migrantes do Rio Grande do Sul. Além desses encontros entre amigas, vizinhas e parentes, também aconteciam, esporadicamente, alguns piqueniques. Nesses eventos geralmente toda a família participava, havendo o consumo de alimentos, como o churrasco, e de bebidas, como “gasosas” para as crianças e “trago” para os adultos, sendo comum e recorrente o consumo de bebidas alcoólicas como cerveja, cachaça e vinho. Como parte do entretenimento, também havia a presença de músicos que animavam os encontros.

Imagem 35 – PIQUENIQUE OFERECIDO POR ANTONIO BAVARESCO AOS FUNCIONÁRIOS NAS MEDIAÇÕES DA SERRARIA DA FAMÍLIA.



Fonte: Acervo particular da família Weber.



Quando questionadas a respeito dos piqueniques, curiosamente as depoentes entrevistadas não deram maiores detalhes sobre esses encontros, não havendo, portanto, uma continuidade sobre o assunto, dando a atender que tais ocasiões não teriam tanta relevância ou não teriam sido percebidos pelas mesmas como algo divertido, realmente interessante e menos ainda, como algo que elas gostassem de fazer ou participar. Segundo Ida “piquenique saia, saia...festas não, tinha uns bailes...”<sup>217</sup>. Já a depoente Amália relembrou sem muitos detalhes “A gente até fazia piquenique, mas eram só em data de sete de setembro, ahm, dia de criança não existia ainda, naquele tempo. E eu lembro dos piquenique só nessas data”<sup>218</sup>

Imagem 36 – MULHERES SE REÚNEM JUNTO A FILHOS E COMPANHEIROS PARA PASSAR O TEMPO E TOMAR CHIMARRÃO.



Fonte: Acervo particular da família Grimm.

Entre as depoentes que relataram experiências de lazer, Rita, que veio em 1965 com os pais de Guaporé, no Rio Grande do Sul para morar na colônia e para trabalhar na roça, lembrou de alguns momentos de lazer vividos em sua juventude, comentando que naquele período “a gente se divertia com pequenas coisas, como um “matinezinho”,

<sup>217</sup>Ida. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 13/02/2023.

<sup>218</sup> Amália. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

com música, e os bailes, no tempo de escola fazia piqueniques”. Dando continuidade ao seu depoimento, Rita lembrou

Rita: Foi assim, muito bom, uma juventude boa, excelente, eu tenho muitas boas lembranças, a gente tinha os amigos bons, que eram amigos de verdade! A vida inteira a gente era amigo, saía junto, então, nunca ninguém pensou em desrespeitar o outro, e assim por diante.

Quando a gente era jovem, na nossa juventude aqui no Guarujá, não tinha muito o que fazer, mas a gente às vezes se reunia no domingo de tarde, subia e descia a avenida, sentava na frente do bar da dona Helga Hoffmann, a gente ficava conversando, e assim passava o tempo. As vezes ficava, de vez em quando, alguma festa na gruta (...) Dançamos e brincamos, mas tudo muito, não tinha como hoje de se beija e se abraça, se amassa, e assim por diante, era amizade e amizade mesmo! Às vezes a gente ia nos futebol, às vezes na gaúcha, quando tinha matinê, pegava carona com alguém, e ia-se nas danças.<sup>219</sup>

Em seu relato, Rita colocou algumas situações manifestadas por outras entrevistadas as quais argumentaram que boa parte da falta de atividades lúdicas ou de lazer ocorriam pela inexistência de espaços destinados a isso, especialmente em se tratando do divertimento feminino. Tendo em vista a falta de espaços de lazer destinados a esse grupo, é possível compreender, em parte, a recorrência dos passeios banais e das visitas entre as amigas como sendo uma das poucas atividades possíveis para as mulheres. Embora fosse esse o cenário, bastante limitado, Rita demonstrou que a despeito da simplicidade e das poucas possibilidades, as jovens e as mulheres encontravam formas e maneiras de passarem o tempo com alguma diversão.

Entre as formas lembradas pelas depoentes, além dos passeios e visitas, também foram mencionados como fontes de divertimento e de lazer os jogos de futebol e as “carreiradas” de cavalos, eventos que aconteciam sempre aos finais de semana, nas linhas rurais, e que agitavam as comunidades com muita festa e algazarra, envolvendo crianças, homens e mulheres.

Embora fosse um evento aglutinador, de encontros e de muita “folia”, os apostadores e os corredores eram sempre homens, os quais disputavam com seus cavalos qual animal era o mais veloz e qual peão era o mais habilidoso. Uma dessas canchas de corrida teria sido instalada na Linha Taquaruçu pela família Coronetti, uma das primeiras famílias a se instalar naquela região. Envolvidos com a extração de madeira que era enviada para cidades maiores, como Concórdia, a família de origem italiana também se envolveu com outras atividades, como agricultura e criação de

---

<sup>219</sup> Rita. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 12/06/2023.

cavalos. O pai da família de migrados, Leovaldo Coronetti, portanto, teria criado a estrutura voltada para o lazer tendo em vista o interesse e o gosto particulares, o que parece ter sido bem aceito pela comunidade que com frequência participava e se envolvia nesses eventos. Além dos encontros que pessoas de diferentes comunidades, faziam-se também churrascos e piqueniques entre as famílias mais próximas, ligadas por parentesco, vizinhança e afinidades, como a ocasião da imagem abaixo, que ilustra bem a dinâmica de sociabilidade e lazer dos colonos e colonas no início da década de 1960. Na fotografia abaixo, em primeiro plano estão alguns homens, entre músicos e carreiristas, em cima da mesa, a depoente Marlene, e ao fundo, as mulheres se reúnem para também aparecerem na fotografia.

Imagem 37 – FESTIVIDADE NA CANCHA DE “CARREIRADA”.



Fonte: Acervo particular da família Coronetti.

Segundo Marlene, que era criança na ocasião, a cancha tinha início no que era considerado como o início geográfico de Guarujá e tinha como ponto de chegada a estrutura organizada na propriedade da família, como lembrou a depoente.

Marlene: Nos anos 60 ele (o pai) fez a cancha (de carreira). Aqui tinha a cancha, quem deve ter foto deve ser aquele Baito Montagner lá da Maria Preta, ele deve ter foto aqui das corrida de carreira porque ele corria. Aqui

tinha corrida e aqui era o final. Era cancha de carreira e ia até lá no fundo. Ganhava aposta! Tinha o que eles diziam penca de três, né, tinha penca, era de três cavalo. Daí tinha jogo né, eles faziam jogo quando tinha “apostagem” e tudo, dinheiro né. Meu isso dava gente, gente! Aqui era cheio de, como é que eles diziam? Como é que eles diziam... cocheira. Faziam as cocheira, as casa deles e os cavalo e daí o dono também ficava junto dos cavalo. Eles diziam cocheira. Ali na Carmelita tinha duas ou três, aqui pra traz também tinha. Na inauguração eles venderam 106 caixas de cerveja.<sup>220</sup>

Outras depoentes como Amália e Alda, migrantes instaladas na Linha Taquaruçu também recordaram da cancha de carreira, as quais comentaram impressões muito semelhante às de Marlene, havendo um significativo destaque nessas lembranças o aspecto festivo e aglutinador desses eventos. Do mesmo modo, a depoente Zenaide trouxe como uma lembrança de lazer a cancha de carreira da família Caramori, igualmente localizada na Linha Taquaruçu. Segundo Zenaide, foi numa dessas carreiras de final de semana que ela teria conhecido o seu marido.

Zenaide: Ah, ele tava numa carrerada. Lá nos Caramori, no Taquaruçu. Tinha duas. Foi lá nos Caramori. Juntava tanta gente, juntava! Meu Jesus! Era de Dionísio, do Cedro, do Guarujá... Ah, eles botavam dois cavalo correr, um ia ganha né? E uma vez, um, fizeram uma xuxa lá, a égua era muito ligeira né, daí eles seguraram a égua, quase deu morte. A égua corria muito. Seguraram ela, daí a coisa fico feia. E tinha bandido lá, é meu Jesus! Tinha um tal de, como é que era? Diz que ele ficou três dias morto lá, ou escondido. Diz que deram três tiro e ele ficou morto lá, e não morreu...<sup>221</sup>

Para Zenaide, assim como para outras mulheres entrevistadas, recordar sobre os momentos de lazer ou de diversão não foi uma ação tão simples. Conforme a depoente, logo nos anos iniciais da colonização não existiam formas de diversão, sendo algo que surgiria apenas anos mais tarde quando clubes, cinema e salões de bailes e festas seriam construídos. Até a instalação desses lugares, restavam às mulheres poucas formas de entretenimento, e quando ocorriam, geralmente estavam atrelados à eventos ou encontros organizados por e para os homens, como a “carreirada” e os jogos de futebol, também lembrados e frequentados pelas depoentes.

<sup>220</sup> Marlene. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 01/03/2021.

<sup>221</sup> Zenaide. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 23/02/2022.

Imagem 38 – MULHERES NA CANCHA DE CARREIRADA DA FAMÍLIA CORONETTI, LINHA TAQUARUÇU.



Fonte: Acervo particular da família Coronetti.

Segundo Ida, Zenaide, Eva e Helena, as partidas de jogos de futebol eram uma outra alternativa de lazer possível às mulheres, embora não participassem enquanto jogadoras, mas sim como espectadoras e torcedoras. Da mesma maneira que as “carreiradas”, as partidas de jogos de futebol entre os times das diferentes linhas ocorriam geralmente aos finais de semana. Tais jogos, como lembraram as depoentes, eram eventos que costumavam atrair grande público, mobilizando às vezes toda uma comunidade que se deslocava por meio de jipes e de caminhões para outras linhas dos times adversários. Na memória de Ida, os jogos eram muito divertidos pois reuniam muitas pessoas como se fosse uma grande festa. Segundo a depoente “quando a gente era um pouco mais grande, a gente saía de caminhão pra ir nos jogo de futebol nas outras comunidades, sabe? Em cima de um caminhão aberto! Em cima da carroceira, em cima da carroceira era assim! (cheio)”<sup>222</sup>

A depoente Helena também recordou sobre esses jogos

Helena: A gente gostava muito de visitar os vizinhos à noite pra conversar, pra colocar as conversas em dia, como se diz, né? Aos domingos à tarde a gente também se encontrava no campo de futebol no Pessegueiro, né? Tinha

<sup>222</sup> Ida. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 13/02/2023.



disputa de partida de futebol e a gente ficava lá conversando com os amigos.  
223

Fazendo menção aos jogos de futebol como uma forma de lazer e de motivo para os encontros entre amigas e amigos, Eva relembrou desses eventos como sendo uma das poucas atrações viáveis no contexto do início de Guarujá. Para Eva “infelizmente, no meu ponto de vista, era pouco. Pois bailes, festas, eram duas ou três vezes por ano, no máximo, o que eram mais frequentes eram os jogos de futebol”. A depoente prosseguiu argumentando que

Eva: O que me vem na memória sobre divertimento e lazer eu destaco mais o seguinte, né, os jogos de futebol masculino. Esse esporte era praticado em quase todas as comunidades. Era motivo de concentração de pessoas de todas as idades, cada um torcendo pelo seu time.<sup>224</sup>

As formas de lazer lembradas pelas depoentes ou se ligam com o espaço doméstico, como os encontros com as amigas, uma visitando a outra em casa, ou estão relacionadas ao lazer masculino, como os jogos de futebol e as “carreiradas”, atividades as quais as mulheres vivenciavam apenas enquanto espectadoras. Em menor medida, mas também mencionados, os bailes, os piqueniques e as festas também ocorriam, no entanto, só se tornariam frequentes e expressivos anos mais tarde à colonização, por volta da década de 1970 com a construção dos clubes e dos salões de festas.

Refletindo e rememorando sobre as possibilidades de lazer e sobre as limitações de entretenimento, sobretudo no que diz respeito ao divertimento e ao tempo livre das mulheres, Eva comentou sobre suas impressões a respeito do assunto trazendo aspectos mais recentes, como a questão do clube guarujaenses, construído no ano de 1969.

Eva: O clube de Guarujá do Sul, era um espaço quase que exclusivamente masculino. Por quê que eu falo isso, porque ali se juntava os homens pra jogos de carta, baralho, né? Era jogo tipo cassino, né? Porque eles jogavam por dinheiro, e às vezes não era nem pouco. E às vezes começava meio dia e passava à noite. Isso era todos os finais de semana, era sábado e domingo. Então os jovens, as crianças e as mulheres, elas não tinham muito o que fazer, ou tinham pouco né. Os jovens costumavam se reunir para conversar, comer pipoca e tomar alguma bebida, e contar piada. As mulheres ficavam em casa ou então visitavam as amigas ou comadres, pra tomar um chimarrão, comer uma bolacha, ou cuca caseira, conversar assuntos triviais. E assim todos sabiam de tudo! Quase todos se conheciam! (risos) Se acontecia um episódio, positivo ou negativo com alguém, isso rendia assunto até o próximo acontecimento! Por isso eu creio que predominava o machismo. Vale lembra

<sup>223</sup> Helena. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 09/02/2023.

<sup>224</sup> Eva. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 30/01/2023.

que a comunidade de Bela Vista tinha o clube de bolãozinho, então as mulheres participavam mais<sup>225</sup>

O relato de Eva, mais bem colocado e articulado do que os depoimentos de algumas mulheres mais velhas, expõe situações compartilhadas pelas demais entrevistadas as quais comunicaram haver diferenças entre os gêneros no tocante aos momentos de lazer. Se por um lado as mulheres tinham poucas opções em decorrência de toda a estrutura que, como dito, era bastante precária no período de colonização, por outro, os homens pareciam desfrutar de mais tempo e possibilidades de divertimento. Enquanto as mulheres visitavam as amigas para comer cuca, bolachas, tomar chimarrão, e eventualmente, participavam de piqueniques e festas, os homens, no entanto, desfrutavam de experiências como pesca, caçadas, festas com muita bebida alcoólica, jogos de carta, bocha, e outras atividades longe de casa e sem hora para acabar. Nesse sentido, como relatado pelas depoentes, era comum os maridos ou os pais saírem de casa no final de semana e retornarem apenas no final do domingo.

Como observado nas notas escritas no ano de 2000 por Nestor Emanuel Grimm a respeito da história de Guarujá, o ex-prefeito registrou a presença de casas de comércio, “bolichos” e bodegas em todas as linhas colonizadas. Os ditos “bolichos” eram locais de comércio, onde vendiam-se produtos secos e molhados, podendo haver ou não espaços recreativos, com cancha de bocha, mesa de sinuca, além de mesas para jogos de cartas. Alguns desses “bolichos” também funcionavam oferecendo outros serviços, sendo ao mesmo tempo comércio, bar, restaurante e local recreativo. Já as bodegas, um pouco menores, ofereciam alguns produtos, no entanto, serviam especialmente como espaço de lazer e de consumo de bebidas alcoólicas, os “traguinhos” voltados sobretudo aos homens, os quais costumavam frequentar tais espaços após a realização do serviço e nos finais de semana. Esses lugares dificilmente eram opções para as mulheres, havendo o risco de serem mal vistas e mal faladas caso frequentassem desacompanhadas de algum membro masculino da família. Para além do falatório, as chances de serem assediadas também era muito grande, conforme esclareceu a depoente Alda.

Entre os “bolichos” e as bodegas que faziam o papel de espaço de lazer e entretenimento registrados pelo ex-prefeito, estão alguns empreendimentos que seguem abaixo:

---

<sup>225</sup> Eva. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 30/01/2023.



O primeiro comércio de Guarujá foi de Nicolau A. Lermen, com comércio em geral, bar, hotel, rodoviária, restaurante e até correio. 1954. [...] Jacob Claudino Scherer com hotel, bar, restaurante, salão de baile e bolão. [...] José Nicolau Lermen: salão de bailes, bolão e bar, agora Clube Guarujaense.

Em “Linha Baixo Arara” o comércio de Arthur Schieferdecker sucedido por Valdomir Becker e Chico Fontana, pararam. Em “Baixo Arara”, Amélio Pago com comércio. Havia também cancha de bochas e bolão, salão de festas e baile, agora é ginásio comunitário.

Em “Bela Vista”, tinha a Primeira Sociedade de Damas “Flor da serra” com salão de festas e cancha de bochas, campo de futebol e funciona agora no ginásio comunitário. Na gruta Roberto Jahn com bar e cancha de bochas. Em “Linha Faro” por iniciativa dos Stiegemeier havia uma sociedade de futebol “Esporte clube Internacional”, Terminou. Em “Maidana”, Alfredo Amann, professor, com barzinho no porão da escola onde amigos jogavam cartas e tomavam ‘traguinhos’.<sup>226</sup>

Nos registros dos “bolichos” e bodegas que haviam em Guarujá, há outros que não foram mencionados neste texto, sendo destacados apenas aqueles que possuíam alguma relação com o lazer, com espaços como cancha de bocha e salão de festas. Dentre eles, está o “Clube de Damas”, que seria fundado durante a década de 1960 como uma forma de associar o lazer e o tempo livre das mulheres ao lazer e tempo livre dos homens.

Segundo Ida, teriam sido sua mãe e outras mulheres como Alma Taube, Elma Rohenkohl e Ilma Müller as responsáveis por fundar a sociedade, como explica no depoimento abaixo.

Ida: Foi a mãe, a Alma Taube, foi a Elma Rohenkohl, foi a Ilma Müller que fundaram essa sociedade, que tocaram. Enquanto o pai e a mãe tavam vivo e se importavam, o clube sempre tava andando, melhorando, e quando a mãe morreu, o pai também já não foi mais...<sup>227</sup>

A depoente descreveu as atividades que ocorriam no clube

Ida: Tinha baile de damas, tinha escolha da rainha, das princesa, daí tinham os clube de fora né, essas data, e também quando tinha baile de dama de outras comunidade daí iam também de ônibus né. contratavam um ônibus e quem queria ir junto ia, ia junto nesses baile né. Jogavam bolãozinho. Tem uma mesa lá que empurram, derrubam os pinos né, bolãozinho chamavam aquilo. Daí tinham prêmios, pagava pra jogar, né, como se diz? Daí quem fazia mais ponto escolhia primeiro prêmio, segundo, terceiro... Ia bastante gente porque também não tinha outra coisa pra fazer, entendeu? Nem televisão tinha na época! Porque luz demorou muito! Pra chegar luz, né. eu já tinha 23, 24 anos quando veio luz lá no pai.<sup>228</sup>

<sup>226</sup> GRIMM, Nestor E. Guarujá do Sul, 2000.

<sup>227</sup> Ida. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 13/02/2023

<sup>228</sup> Ida. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 13/02/2023

Pelas descrições da depoente, o clube foi fundado por iniciativa das mulheres da comunidade tendo em vista a falta de lazer disponível ao grupo em uma época que não existiam outros passatempos que fossem permitidos ou acessíveis a esse público. Reuniões em grupos, portanto, eram uma forma de dinamizar a vida em comunidade, mas também a vida particular das mulheres. Dessa maneira, ao fundarem um clube voltado para o lazer feminino, as mulheres deixavam um pouco o espaço doméstico e assim como os homens, desfrutavam de atividades junto a sociedade, dançavam, faziam brincadeiras, jogos de cartas, de azar, e sobretudo, jogavam o mencionado “bolãozinho”, um jogo de competição muito apreciado pelas mulheres.

Com pouquíssimos registros sobre esses clubes de damas, entre eles, registros orais, fotográficos, documentais e até mesmo arquitetônicos, tendo em vista que os clubes foram demolidos, poucas evidências foram coletadas para esse estudo. No entanto, sabe-se que eles eram bem frequentados e que existiam dois clubes de damas em Guarujá, sendo um localizado na Linha Bela Vista e outro em Pessegueiro, ambos fundados na década de 1960. Não foram encontradas informações a respeito de quem frequentava e como que eram feitos os convites, se havia distinção de quem poderia ou não participar. Aparentemente, as mulheres que costumavam participar eram amigas, parentes e vizinhas, havendo uma grande relação entre elas de confiança e amizade. Não se sabe, entretanto, se haviam distinções sociais, raciais e econômicas para se ter acesso ao grupo.

Na imagem que segue as mulheres membras do Clube de Damas “Rainha da Serra” de Pessegueiro posam em frente ao Clube. No centro da imagem estão a rainha e as princesas rodeadas pelas demais integrantes do clube, entre presidente, vice e tesoureira.

---

Imagem 39 – INTEGRANTES DO CLUBE DE DAMAS DE PESSEGUEIRO.



Fonte: Acervo particular da família Rohenkohl.

Segundo as depoentes Ida e Eva, enquanto os homens jogavam bocha e tomavam seus “tragos”, as mulheres passavam o tempo jogando “bolãozinho” e tomando cerveja, muitas vezes acompanhadas dos filhos, os quais eram considerados responsabilidade das mães. Embora fosse esse o pensamento corrente da época, não era incomum que meninos frequentassem os bares e as canchas de bochas junto aos pais, sendo igualmente incomum o consumo de bebidas alcoólicas e cigarros por menores de idade.

Na imagem a baixo, do início da década de 1950, está um dos primeiros estabelecidos construídos em Guarujá do Sul, o Hotel do Scherer, o qual possuía diferentes funções, entre elas hotel, restaurante, salão de baile e teatro, escolinha e rodoviária. Na ocasião retratada, percebe-se a significativa presença de crianças as quais dividem o protagonismo da imagem junto com os homens que chegam a se pendurar nas janelas para poder aparecer no registro. Por outro lado, percebe-se a presença de apenas uma mulher que na cena carrega no colo um bebê.

Imagem 40 – HOTEL E SALÃO DE BAILE SCHERER, LOCALIZADO NA ATUAL AVENIDA JOÃO PESSOA, CENTRO.



Fonte: Acervo particular da família Grimm

Se para as mulheres até o final da década de 1960 havia poucas formas de lazer ou poucos lugares dos quais poderiam desfrutar enquanto espaço de entretenimento, para os homens, no entanto, a falta de qualquer tipo de estrutura ou condições não os impedia de vivenciar momentos de lazer ou de divertimento. A própria paisagem de Guarujá do Sul na ocasião da colonização favorecia algumas atividades de lazer sendo recorrentes as práticas de pesca e de caça, experiências as quais as mulheres não participavam. Nas lembranças de Dealmo, um dos primeiros moradores de Guarujá em Pessegueiro, a vida naquele tempo não era fácil, no entanto, não havia lugar melhor no mundo. Ao recordar das coisas boas vividas, Dealmo comentou sobre a prática da caça, que normalmente ocorria aos finais de semana e mobilizava vários homens em grupo

Dealmo: Aqui era coisa boa, não tinha lugar melhor, tinha caça, comia pinhão, ih! Cacei, muito, muito! Caçava veado, anta, mas meu Deus do céu, era puro mato aqui! Arara, São Vendelino, peixe, e pescava uma montoeira de peixe, não peixe grande, mas peixe pequeno. Nós era gurizinho, tinha eu, meu irmão e meu tio, nós pegava aqueles saco de sal de pano, e nós ia nas sanga pra dá uns arrasto e daí sai com uns dez, doze. Fartura aquilo lá!<sup>229</sup>

<sup>229</sup> Dealmo. Entrevistada concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 05/03/2020.

Dando mais detalhes sobre suas experiências, Dealmo argumentou que trabalhavam muito, no entanto, haviam os momentos de descontração, o que tornava a vida também muito boa e divertida. Aos risos e com um tanto de emoção, o depoente recordou das experiências dos rapazes.

Dealmo: Era divertido, meu deus do céu, se era! Primeiro tempo nós ia caça e pesca, depois veio oito, dez rapaz, outro lado lá, no meu tio, tinha lá um campinho de futebol, e depois no Guarujá, nós tinha o time de futebol lá junto com o Guarujá. Nós fumo pra Capanema joga futebol em cima dum reboque! Era inverno! Fumo num sábado, joguemo futebol no Planalto e domingo em Capanema, fomo pra Cruz Alta, Ibiruba, Alfredo (Inaudível). Baile de noite e no domingo, futebol. As vez pegava uns homem, os véio, e ficava à noite na estrada, voltava no outro dia, mas, vinha tudo embora, tudo fazia festa!<sup>230</sup>

Assim como muitos rapazes que migraram para Guarujá na década de 1950, Dealmo trabalhou em roças e serrarias e vivenciou, desde muito cedo, experiências junto aos homens mais velhos. A diferenciação entre meninos, rapazes e homens adultos, parecia em alguns momentos quase não existir, algo que acontecia também com as meninas. Enquanto as meninas e moças passavam boa parte do tempo junto às mães, tias e avós, ocupadas com tarefas domésticas e trabalhos na roça, os meninos, por seu turno, vivenciavam experiências que os inseriam no mundo masculino, incluídos nestas dinâmicas momentos de trabalho e de lazer. A caça e a pesca, operações realizadas ao ar livre e muitas vezes distante do ambiente doméstico, eram algumas dessas atividades onde os meninos e rapazes eram incitados a participar como parte da formação masculina.

Também recordando experiências vividas no passado em Guarujá do Sul, Nolar Volkweis, pioneiro que trabalhou por anos em pesadas e difíceis funções, como carregador de caminhão e arrastador de toras, comentou sobre a caça e as espécies encontradas na região.

Nolar: A gente caçava muito naquela época, tinha tropa de porco, uma época deu um incêndio no Paraná, muito grande, na divisa do Paraná, e daí tinha porco do mato e de lá vieram pra Santa Catarina e os colono vinham do interior me chama ligeiro que sabiam que eu tinha sempre munição. Daí eles vinham compra munição e coisa pra mata porco extraviado lá, assustado do fogo. Tinha tudo que era bicho que se espanto de lá, outros, tinha passarinho, eles se defenderam mais né, que avoavam. Mas porco, bicho de chão assim, tatu, coisa assim. Veado também tinha, ih! O que foi caçado de veado nesses ano, paca... onça, tinha! É, caçavam! Ali tem caçador meu, na Linha Gaúcha,

<sup>230</sup> Dealmo. Entrevistada concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 05/03/2020.

perto do Guarujá, eles pegavam cavalo e iam lá dez, quinze quilômetros pra dentro do mato, caça com os cachorros.<sup>231</sup>

Ao recordar de um episódio específico onde houve um incêndio que fez com que vários animais fugissem em direção à Santa Catarina, Seu Nolar recordou também das várias espécies que existiam na região de Guarujá do Sul, sendo recorrente a presença de veados, tatus, pacas, porcos do mato, macacos e onças, animais praticamente extintos hoje em dia. Pelos depoimentos, percebeu-se que a caça, além de servir como forma de obter uma variedade maior de carnes para o consumo humano, servia também para entreter os homens que viam como uma diversão o abate de animais que naquele tempo eram muitos e variados, sendo essa prática igualmente um momento de iniciação dos jovens e de reunião masculina.

Enquanto os homens recordaram com mais detalhes as experiências de lazer, o que abrangia desde momentos familiares, como visitas aos amigos e churrascos, a vivências mais expansivas, como finais de semanas inteiros em bares e caçadas, as mulheres, no entanto, se mostraram muito mais sucintas em suas recordações. Para a depoente Alda, as diversões se limitavam à infância, onde meninas podiam brincar livremente, contudo, ao passar para a fase de moça ou de adulta, as possibilidades de diversão e de lazer se reduziam muitas vezes ao espaço doméstico. Segundo Alda as mulheres “se reuniam nos finais de semana, na casa de uma, na casa de outra, e só”<sup>232</sup>, já Amália foi ainda mais sucinta “olha, eu não lembro de grande coisa. A gente cuidava do trabalho da gente e o que mais que podia era ir no terço.”<sup>233</sup>

Sobre esses acontecimentos, algumas depoentes não conseguiram expressar com clareza a percepção que tinham em relação a essas diferenciações de experiências entre rapazes e moças que ocorriam na comunidade, mas, sobretudo, no seio familiar. Para as mulheres mais velhas, essas vivências eram naturalizadas, como sendo coisa de homem e coisa de mulher. No entanto, para algumas depoentes, como Eva e Amália, era evidente que havia distinções no tratamento, e, principalmente nas possibilidades e oportunidades oferecidas aos meninos e rapazes. Embora tenham concordado de forma unânime a respeito da liberdade na infância compartilhada entre amigos e amigas, essa

<sup>231</sup> Nolar. Entrevistada concedida a Gabriela C. Grimm. São Miguel do Oeste. 21/07/2022

<sup>232</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021

<sup>233</sup> Amália. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.



dinâmica, no entanto, se tornava estreita no espaço privado do lar e da família à medida que as crianças se tornavam em jovens adultos. Segundo Eva,

Eva: O homem, muitas vezes, que tinha filho, né, eles seguravam a filha como se fosse assim, um bibelô, né? E o filho homem? Não. Esse valia tudo. Então, desde jovem, assim havia uma discriminação, entre, quer dizer, na própria família a menina era, não podia nada e, o filho homem pode tudo né. O homem pode fazer tudo, a ele é dado o direito de fazer o que ele bem entender e tá, né, e pra mulher não. E isso assim, era muito acentuado lá<sup>234</sup>.

Compartilhando da mesma perspectiva, a depoente Amália comentou

Amália: Muitos pais eram mais chegados nos pia né, os menino, como é que eu vou dizer, muitos pais exaltavam mais os guri! Nossa, era, o homem, a continuação! E as menina eram mais deixada de lado. Em família, né. Mas assim na comunidade era tudo mais ou menos igual, não tinha diferença.<sup>235</sup>

Enquanto que na vida em comunidade havia uma suposta harmonia e um dito envolvimento quase que geral dos seus membros e membras, na vida privada da família colonial, no entanto, as hierarquias e as distinções se faziam presentes em diferentes estâncias. Embora fosse essa a aparente realidade daquele período, poucas mulheres conseguiram traduzir a sensação e a perspectiva que tinham em relação ao tempo em que viveram enquanto colonas. Para muitas, a falta de espaços de lazer voltados ao público feminino era algo percebido como normal, tendo em vista que não cabia às mulheres transitar em espaços muito distantes de suas casas. A postura e a conduta esperada de uma mulher era que cuidasse da prole, da casa e do serviço, e que de preferência, não perturbasse o marido, ou, impedisse o filho homem mais velho de vivenciar experiências “de homem”. Às mulheres, no possível tempo livre, o reinado do lar, as delicadezas das costuras, o cuidado e o amor incondicional aos filhos, a feitura dos pães e cucas.

Pertencia aos homens o direito de ir longe, de sair sem avisar e voltar quando quisesse. Era normal acompanhar o pai ou o marido em eventos coletivos da comunidade, e era normal que quando desacompanhadas frequentassem apenas a casa das amigas, cunhadas, vizinhas e sogras, sendo normal, portanto, viver com poucas opções tendo em vista o papel dado e esperado da mulher naquele contexto e estrutura social.

<sup>234</sup> Eva. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 30/01/2023.

<sup>235</sup> Amália. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.



### 4.3 A ESCOLA E A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS

Nos primeiros anos da colonização de Guarujá do Sul, muitas das famílias que migravam chegavam na colônia com filhos e filhas ainda pequenos, em idades que variavam de recém-nascidos a jovens contando com 13 a 14 anos de idade. Para muitas dessas crianças, as responsabilidades e as tarefas junto a família já eram determinadas assim que chegavam na colônia, algo pouco novo na rotina, tendo em vista que na maioria das vezes, as crianças já trabalhavam no Rio Grande do Sul onde começavam geralmente a partir dos sete anos de idade.

Como o trabalho era a grande força motivadora dos deslocamentos familiares, sobretudo as atividades braçais, realizadas nas roças, nas serrarias e nos pequenos comércios e armazéns, não era incomum às famílias priorizar o trabalho em detrimento de outras atividades, como o lazer e a educação. Desse modo, educação formal dos meninos e meninas nos primeiros anos de Guarujá do Sul, embora fosse uma preocupação de muitos pais e mães, perto da relevância e centralidade do trabalho, não era, como se percebeu, algo visto como crucial para a formação dos filhos e filhas. A educação das crianças e dos jovens, no contexto da colonização ainda na década de 1950, era pautada por outras necessidades, como a de aprender um ofício que fosse beneficiar toda a estrutura familiar, passando por ensinamentos práticos, do cotidiano, e que pudessem dar continuidade ao modo de subsistência já posto em prática há tantos anos pelas famílias dos colonos. Priorizava-se, como foi mostrado pelas depoentes, o desenvolvimento de outras habilidades, sendo que a escola, no máximo, servia para ensinar “a se defender”, como dito por uma depoente. Ou seja, a escola daria os ensinamentos básicos, tal como ler, escrever e fazer contas, o necessário e o suficiente para que pudessem ao menos saber ler e assinar um documento, ler a Bíblia ou escrever uma carta. Para as meninas, costumeiramente, esperava-se que fossem boas donas de casa. Enquanto aos meninos, esperava-se que fossem fortes e resilientes para poderem trabalhar na roça, nas construções e no comércio. Com essas expectativas, os ensinamentos regulares de uma escola contribuía de maneira limitada para a formação de futuros homens e mulheres que deveriam possuir competências práticas voltadas sobretudo para o mundo do trabalho. As habilidades e os ensinamentos priorizados neste contexto, portanto, eram sobretudo apreendidos no dia-a-dia, no cotidiano regular junto a família, onde desde muito cedo as crianças eram iniciadas nos mais diferentes serviços e funções.

Embora fosse esse, de modo geral, o cenário apresentado pelas depoentes e pelas tantas pessoas que, de modo informal, relataram sobre “como era antigamente”, o que se constatou é que a educação formal recebeu diferentes pesos na vida de cada mulher. Das mulheres entrevistadas, algumas delas contaram ter recebido incentivo para os estudos, sendo que algumas dessas acabaram por sair de Guarujá para dar continuidade em outras escolas, retornando mais tarde para atuarem como professoras. Esses são os casos como os de Ines, de Eva, de Helena, de Darci, de Katia, e outras. Por outro lado, também houve depoentes que relataram uma série de empecilhos os quais culminaram no abandono escolar precoce ou na incompletude escolar, como no caso de Marcia, de Alda, de Celoni, Erna e tantas outras mulheres. Os motivos, segundo elas, iam desde falta de oportunidades, problemas de saúde, até dificuldades logísticas para ter acesso a escola. As variações levavam em conta alguns fatores, como ocupação dos pais, nível econômico da família, nível de escolaridade dos pais, número de irmãos, saúde dos membros da família e outros elementos subjetivos que escapam de uma fácil explicação. Além destes fatores, questões como a mecanização do trabalho no campo e o regime político da década de 1960 também influenciaram nessas diferenças de experiências as quais mostraram-se nas entrevistas heterogêneas, contrastantes e até mesmo contraditórias.

Imagem 41 – PROFESSOR OLAVO BILAC COM TURMA DA ESCOLINHA DA LINHA TAQUARUÇU. PRATICAMENTE TODAS AS CRIANÇAS ESTÃO DESCALÇAS.



Fonte: Acervo particular da família Coronetti.

#### 4.3.1 AS PRIMEIRAS ESCOLAS

Conforme as entrevistas e levantamento de dados feito junto a Secretária de Educação em Guarujá do Sul, as primeiras escolinhas que surgiram em Guarujá teriam sido formadas de modo bastante improvisado a partir de ações e doações dos moradores das comunidades, sendo sediadas em estruturas muito simples e precárias. Tanto na sede quanto nas várias linhas rurais, as iniciativas partiam dos próprios moradores, onde algum desses fornecia um espaço, geralmente amplo, um armazém ou um barraco, e lá, um professor ou professora de pouca formação lecionava para as crianças, entre meninos e meninas de várias idades em um período do dia, o que chamavam de séries “multisseriadas”. Segundo o depoimento de Ines, a primeira escolinha teria sido formada onde também era o espaço da igreja da recém iniciada comunidade. Segundo a depoente, a primeira professora encarregada de educar as crianças e os jovens migrados do Rio Grande do Sul teria sido a sua tia, Iva Possatto, no ano de 1953. Em seus relatos, Ines comentou com orgulho sobre a participação de toda a sua família para a fundação

do núcleo colonial, tendo as mulheres, como sua tia e sua mãe, sido responsáveis por espaços como a educação e a religiosidade do grupo. Ao recordar sobre o período, Ines comentou

Ines: A primeira escola foi ali ó onde tá a Igreja. (aponta para um local próximo a sua casa, em Pessegueiro). De tábua bruta, costanera, coberta de tabuinha, e que nós íamos na aula né. Minha tia foi a primeira professora, Iva Possato, primeira professora do estado. Depois foi a Dona Dulce Kuhn. Eram as minhas professoras.<sup>236</sup>

As informações de Ines também foram expressas em seu “Álbum Histórico”, elaborado em 1985 com a finalidade de registrar alguns elementos da história do município que foi primeiramente ocupado onde hoje fica Pessegueiro. Conforme consta no álbum no tópico “Setor educacional”

A educação e instrução escolar, datada de 1º de Maio de 1953, escola construída pelos primeiros moradores, situada, onde atualmente localiza-se a Igreja com denominação “Escola Isolada Estadual. A senhora Iva Possatto foi a primeira professora. Iniciando suas atividades em 1º de Maio de 1953 até 04 de Março de 1954. A segunda professora foi Dona Dulce Schmitz Kuhn. Iniciou suas atividades em 04 de Maio de 1954. Se aposentou depois de 30 anos de serviços prestados em prol da Educação. Com a vinda de mais um professor, senhor Albino Hermes os alunos são desdobrados para dois turnos. A professora Dulce lecionou para as primeiras e segundas séries e o professor Albino para as terceiras e quartas séries.<sup>237</sup>

A preocupação com o ensino das crianças, ao que parece, teria chegado junto com os primeiros colonos, haja vista a data mencionada por Ines, que coloca que a primeira escolinha teria sido criada ainda em 1953, período em que se iniciava a colonização em Pessegueiro. Embora não complemente com mais informações a respeito de como aconteciam as aulas e como eram as turmas, em seu depoimento, fica claro o caráter provisório e improvisado do ensino infantil. A estrutura simples, de “tabuinha”, era compartilhada com a igreja, e a primeira professora era uma migrante sem formação, mas que se dispôs a atuar como educadora, sendo substituída no ano seguinte, em 1954, por Dulce Kuhn, uma moça solteira que também pouco estudo tinha, porém, se encarregou de ensinar as primeiras letras e números às crianças migradas.

Como comentado pelas depoentes entrevistadas, as primeiras escolas em Guarujá teriam sido viabilizadas inicialmente, portanto, por meio de iniciativas

<sup>236</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2020.

<sup>237</sup> POSSATTO, Ines. **Histórico da localidade de “Pessegueiro”**. Estado de Santa Catarina, Guarujá do Sul. 1985.

particulares de moradores com mais recursos financeiros, os quais cediam espaço em seus barracões para que seus próprios filhos, junto às crianças dos demais moradores, recebessem aulas de professoras também custeadas com recursos particulares. Nas lembranças das depoentes, as turmas eram pequenas e mistas. Ou seja, crianças das mais variadas idades frequentavam a mesma turma, entre meninos e meninas. O conteúdo era bastante simples e limitado, mas o suficiente para as necessidades daquele contexto onde se esperava que as crianças ao menos pudessem aprender a ler e escrever. Além do desenvolvimento da escrita, conteúdos como História, Geografia, também eram lecionados por professores e professoras lembrados como “pouco instruídos”.

Migrante aos 13 anos de idade para a Linha Taquaruçu, Alda recordou em entrevista sobre sua experiência escolar em Guarujá, ocorrida há quase 70 anos

Alda: Nós estudemo no Pessegueiro. A gente tinha caderno, livro, só que era só isso. Muita criança nem usava calçado pra ir na escola, porque não tinha! Tinha um caderno pra faze matemática, e um pra História, Geografia, tudo junto, só que era tudo muito... A professora sabia poco mais que nós! Ela não tinha formação. Professora, eu tive uma que era a Lurdes Hart, ela era jovem também e não tinha muita experiência. Tinha muita coisa... a gente escrevia errado e ela nem corrigia e não cobrava da gente. Naquela época a gente que comprava as coisas, a prefeitura nem tinha, era ainda lá em Dionísio e eles não davam nada pra gente. Ninguém ganhava nada de graça. A escola era boa até, o prédio né, era novo, era bom, e a gente tinha aqueles pouquinho material e deu. Eu tive uma outra professora, não me lembro o nome. A Dulce, eu gostava dela, ela era bem querida. Só que, elas não cobravam da gente, assim que tinha que faze certo, escreve certo. Era muito simples, nossa, misericórdia! Mas também, faz 64 anos, não, mais eu acho que nós viemo de mudança. Eu tinha 12 e ia faze 13. Eu lembro que a gente chego de mudança e já foi pra aula, já tinha aula. Foi em fevereiro.

Gabriela: Eu tenho uma dúvida. Vocês eram colonos né, agricultores, vocês conseguiram frequentar a escola?

Alda: nós ajudava assim, mas nós não deixava de ir na aula porque tinha que ir na roça.

Gabriela: então era considerado importante estudar pra vocês?

Alda: ah sim! O pai sempre falava que era pra estuda. Nós não caprichemo mais só porque não obedecemo ele porque ele sempre queria que nós estudasse mais, só que a gente não tinha, não tinha ninguém que explicasse nada. Depois quando a minha irmã a Idalina, aquela que faleceu, ia na aula no Taquaruçu, eu já não ia mais, eu já tinha 16 anos, aí veio uma professora que era formada, e ela, nossa, daí mudou muito, muito, muito. A minha irmã aprendeu coisas que depois ela ensino pra nós (risos).<sup>238</sup>

Como os demais depoimentos colhidos entre mulheres que hoje estão na casa dos 80 anos e vieram ainda na juventude para Guarujá, as falas da entrevistada apontam baixa escolaridade e baixa formação, tanto dos alunos e alunas quanto das professoras encarregadas nos primeiros anos da colonização de Guarujá. Se por um lado havia o

<sup>238</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

incentivo da família, que no caso da depoente, não colocava empecilhos para o acesso à escola, outras questões, no entanto, se colocavam como obstáculos para a educação das crianças migradas. Percebeu-se com isso que, aliada à simplicidade das estruturas e dos materiais nesses primeiros anos da ocupação em Guarujá, a falta de uma equipe, de diretrizes e de professores qualificados, acabavam por contribuir para esse cenário que apenas a partir da década de 1960 veio a ser modificado.

Imagem 42 – CRIANÇAS JUNTO À PROFESSORA LURDES HART, LINHA PESSEGUEIRO.



Fonte: acervo particular da família Tortora.

Diante da precariedade do ensino e das condições estruturais das escolinhas, no ano de 1958, quando Guarujá ainda não havia conquistado sua emancipação política de Dionísio Cerqueira, alguns moradores pleitearam junto ao poder público a construção de uma escola para as crianças, levando em conta que, mesmo com as demandas do



trabalho familiar, fossem nas roças ou nos outros setores de serviços, o ensino se fazia necessário para a aquisição de noções básicas de educação. Para tanto, era necessário o auxílio para a construção de uma escola e a contratação de professores regularmente formados, os quais poderiam elevar o nível de educação da comunidade.

Conforme registros feitos pelo primeiro prefeito do município e um desses integrantes que reclamaram junto ao poder público a construção de uma escola no até então distrito, Nestor Emanuel comentou.

A partir de 1952/1953, com a chegada de colonos e operários para as serrarias, apresentou-se o problema de “escola”. Foi quando o Sr. Aloísio Albino Birck, egresso dos Irmãos Maristas, procurou o primeiro comerciante, Senhor Wili Tim, o qual cedeu seu armazém localizado na esquina das ruas João Pessoa com a Maranhão (atualmente corretora de Straub) para sediar a 1º sala de aula. A mesma sala também seria a capela para celebração de cultos e missas de costume dos migrantes gaúchos na época.

Esta casa, ou armazém, foi vendida a Waldemar Krewer, continuando a ser ocupada até 1956, passando a partir, a capela para sede própria e a escola para a casa do professor Aloísio Birck, localizada na esquina da rua Leo José Rippel.

Em 1958, o governador Heriberto Hülse autorizou a construção de uma nova escola na quadra própria reservada pelos loteadores (atual núcleo municipal). A construção era de madeira e foi inaugurada em fins de 1959 com quatro salas de aula e mais anexos para secretaria, sala dos professores, banheiros, etc. Antes do início da construção, foi necessário arrancar doze pinheiros imensos e terra aplinar. A nova escola também sediou o Colégio Comercial CNEC de 1971 até o seu fim em (rasura ilegível).<sup>239</sup>

Por meio deste pequeno registro sobre a educação no município, o autor das notas demonstrou a preocupação que havia desde o início em prover aos filhos e filhas dos recém chegados ocupantes uma educação formal, mesmo que muito simples e às vezes improvisada. Através de ações dos moradores, como do comerciante Wili Tim e do professor Aloísio Birck, de formação Marista, a escolinha arranjada que também servia como espaço para cultos religiosos, serviu até o fim da década de 1950, quando foi substituída por uma nova sede, construída no terreno cedido pelo agente colonizador, seu Alcides Volkweis, e com recursos públicos.

A nova sede da escola, com melhor estrutura e já contando com maior número de professores, possibilitou aos filhos e filhas dos migrantes dar início ou continuidade aos estudos. Nesta sede, as crianças ingressavam a partir dos sete ou oito anos de idade, no primeiro ano, e seguiam até a quarta-série. Para aquelas e aqueles que gostariam de dar continuidade aos estudos, precisariam, no entanto, fazer o deslocamento para outras

---

<sup>239</sup> GRIMM, Nestor E. Guarujá do Sul, 2000.



localidades, como São José do Cedro ou São Miguel do Oeste, onde poderiam completar a formação no que era chamado “ginásio”.

Imagem 43 – CONSTRUÇÃO DA ESCOLA NA DÉCADA DE 1950



Fonte: Acervo Secretária de Educação de Guarujá do Sul.

Entre os professores e professoras lembrados pelas depoentes estão alguns nomes como os de Luis Grimm, Ines Caramori, Alfredo Amann, Olavo Bilac, Nelci Werner, Senhorinha Pit Paz, Lurdes Hart entre tantos outros. Além desses, muitas depoentes mencionaram os primeiros professores do município, Aloísio Birck, e a esposa, Alma Birck, Balduino Heck e a esposa Norma Heck. Curiosamente, esses casais de professores atuaram juntos nas salas de aula.

Conforme relatado pelas entrevistadas, nos primeiros anos em Guarujá do Sul, seu Aloísio era o professor encarregado de ministrar as aulas, no entanto, com a demanda das turmas e pelo fato de, por alguns anos a escola ter sido sediada na casa do próprio professor, sua esposa, Dona Alma, teria passado a lecionar também, embora não fosse formada. Possuindo apenas noções básicas de educação, aprendidas sobretudo por meio da relação com o marido e com a prática do dia-a-dia, Dona Alma passou a assumir as turmas ao lado de Aloísio, desempenhando também funções administrativas

e de organização na escolinha. Do mesmo modo, o também lembrado e mencionado, professor Balduino Heck, costumava lecionar acompanhado de sua esposa, dona Norma. Assim como Alma, Norma não possuía formação de professora, mas pelo fato de saber ler e escrever, e, por já estar envolvida com a escola por conta da ocupação do marido, passou a lecionar para as várias crianças guarujaenses nos primeiros anos da colonização. Recordando sobre a atuação da mãe, a professora Alma Birck, a guarujaense Dulce Maria Scalmo, comentou sobre suas lembranças de infância onde esclareceu sobre a dinâmica do casal de professores

Dulce: A mãe contava pra gente, quando a gente era pequeno, que o pai veio pra trabalhar de professor no Guarujá e ela era dona de casa, né. A mãe estudou em colégio de freira só até a quinta-série né, porque naquela época onde eles moravam lá em Santo Cristo (RS), lá pra baixo de Santa Rosa, não tinha mais que isso. Então, o meu pai foi estudar em Porto Alegre, daí ele fez todo o colégio, todo, e a mãe não. Mas a mãe sabia tudo, né, sabia lê, escreve. Aí as pessoas da comunidade pediram pra mãe ajuda o pai lá na escola pra fazer a merenda, pra fazer a limpeza. Aí a mãe foi ajudar ele, mas ela não recebia nada pra ajudar ele, ela fazia isso pra ajudar. Como tinha muitas crianças, ela começou a ajudar o pai a alfabetizar as crianças, e ela começou a gostar e as crianças gostavam dela, então ela alfabetizou muitas crianças... Ela ajudava o pai ali como professora. E também alfabetizou muitos adultos, as pessoas iam lá em casa, quando eu já era maiorzinha, e eu lembro que chamavam ela de primeira profe, e essas coisas assim que a gente lembra né. Mas ela sempre ajudou ali o meu pai, alguns anos alfabetizando. Por isso chamavam ela de professora, mas ela nunca recebeu por isso, nenhum pagamento, nada, ela fazia por ela mesma....

O meu pai ficava muito sobrecarregado porque só tinha o meu pai como professor. Aí ele rezava os cultos na igreja, né. Fazia também tudo relacionado à igreja, foi tudo (risos) foi professor, foi ministro, depois que vieram outras pessoas pra serem profes. Mas no início ali, por muitos anos, foi só meu pai que trabalhou como professor mesmo né, e a mãe ajudando ele. Depois então, quando eu nasci, a mãe parou de dar aula, sei lá que que aconteceu, acho que não dava mais, porque nasci eu.<sup>240</sup>

O depoimento de Dulce, que nasceu em Guarujá do Sul em 1956, podendo a família Birck, portanto, ser vista como uma das pioneiras na colonização do município, esclarece um pouco sobre a situação inicial da montagem da educação na comunidade e sobre o papel de Alma nesse contexto. Por meio do seu relato, é possível perceber que havia uma demanda pelo ensino já nos primeiros anos de ocupação de Guarujá e que as formas de lidar naquele período se davam através de esforços coletivos, voluntários e particulares, ou seja, sem o auxílio do governo ou de empresas que promoviam aquela colonização. Necessário também observar o caráter de “ajuda” atribuído ao trabalho desempenhado por Alma, e possivelmente ao de Norma também, embora não tenhamos

---

<sup>240</sup> Dulce. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm, Curitiba. 09/02/2023.

dados sobre isso. O que podemos perceber é que mesmo ocupando três funções, como merendeira, faxineira e professora, todas relevantes e necessárias para o andamento da escolinha, o seu trabalho não era reconhecido como sendo um trabalho, mas como um auxílio, uma ajuda, ou até mesmo um “quebra galho”. Sendo apenas uma “ajuda”, Alma nunca foi reconhecida financeiramente pela sua contribuição na educação de muitas crianças em Guarujá, as quais hoje enquanto adultas, lembram carinhosamente da primeira professora que tiveram. Para Nilce da Penha Migueles Panzutti, essa questão do não reconhecimento social e financeiro do trabalho feminino, conforme sua hipótese, teria a ver com a ideia de que os espaços públicos seriam – e continuariam sendo – compreendidos como domínio masculino<sup>241</sup>. Nessa perspectiva, portanto, o trabalho feminino não passaria de uma ajuda, não havendo a necessidade de pagamento por um serviço prestado.

Imagem 44 – REGISTRO DOS PROFESSORES, PROFESSORAS E DAS TURMAS DA ESCOLA ELSA MANCELOS DE MOURA



Fonte: Acervo pessoal da família Grimm

---

<sup>241</sup> PANZUTTI, Nilce P.M. Mulher rural: eminência oculta. **Cadernos Ceru**. UNICAMP. Série 2, número 8, 1997.

Na imagem acima, os casais de professores posam junto com a turma de alunos e alunas na recentemente inaugurada escola de Guarujá do Sul, no ano de 1960, ou seja, no seu primeiro ano de funcionamento. A fotografia tinha como intenção naquele contexto o de registrar a escola que naquele período representava um marco na educação e no desenvolvimento do até então distrito. Além de retratar uma conquista para a população, a fotografia também captou uma rara ocasião onde aparecem os primeiros professores e professoras de Guarujá. É relevante também observar nesta imagem a composição da turma da escola, que é formada por meninos e meninas claramente de diferentes idades. Além de estarem todos uniformizados, chama a atenção o fato de alguns estarem descalços, uma realidade que por meio das entrevistas percebeu-se ser muito comum ainda na década de 1960 em Guarujá do Sul. Em outras fotografias da época as quais registram o cotidiano escolar essa cena se repete, onde alunos e alunas possam diante da câmera estando a maioria descalços. Conforme Eva, migrante e professora em Guarujá, isso era algo normal, fosse pela falta de calçados ou pelo costume rural “as crianças viviam de pés descalços”. Segundo a depoente

Eva: Lá na escola isolada, municipal, era comum as crianças ficarem descalças. Isso aí se tu for fazer um estudo antropológico lá no interior, no mundo rural, vamos dizer assim, era comum as crianças andarem de pés descalços. Quando eu fui profe já não era tão comum, alguns ainda vinham, mas na época do meu pai por exemplo, realmente não tinha calçado<sup>242</sup>.

Conforme as lembranças da época em que eram crianças ou jovens moças em Guarujá do Sul, muitas mulheres relataram uma série de dificuldades para conseguirem ter acesso à educação. À questão dos calçados, como visto nas imagens, aliava-se a questão da falta de boas roupas para ir à escola, e a esta, somava-se a falta de material, sendo estes muitas vezes compartilhados entre vários irmãos de uma mesma família. Embora a falta de recursos materiais fosse sentida como algo desagradável e às vezes até mesmo humilhante, como relatado por uma depoente, o que realmente atrapalhava e causava muitas vezes o atraso na educação e mesmo o seu abandono, era a falta de saúde. Fosse da própria criança, de algum irmão, ou até mesmo da mãe, que como se viu, as mulheres mães naquele contexto adoeciam com muita frequência por conta das seguidas gestações, a falta de saúde imperava na decisão de ir ou não ir à escola. No caso de a mãe estar doente, geralmente as meninas mais velhas acabavam por assumir sua função por tempo indeterminado, o que culminava com a necessidade de estarem

---

<sup>242</sup> Eva. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 30/01/2023.



mais presentes no âmbito doméstico onde eram responsabilizadas pelo cuidado do lar, dos irmãos menores, no preparo da comida e da roça familiar. No caso dos irmãos, o mesmo acontecia, afinal, era um braço a menos no trabalho e na produção familiar, o que rendia o dobro de serviço para os irmãos maiores, sobretudo, para as meninas. E por fim, no caso de a própria menina estar doente ou não ser tão saudável, também se considerava a não ida à escola pois muitas vezes as mães sentiram pena ou até mesmo medo que por conta da fragilidade da saúde, ao irem à escola, poderiam atrasar o processo de cura ou até agravar o quadro.

Além da questão da saúde, um outro fator também surgiu durante as entrevistas como um empecilho a ser contornado pelas meninas e jovens no contexto da colonização. Diante da precariedade generalizada nos primeiros anos, um dos grandes problemas apontados foi a questão das estradas e das longas distâncias entre um estabelecimento ao outro. Sendo assim, para muitas crianças o acesso à escola era penoso, podendo até mesmo ser perigoso, sobretudo para as crianças que viviam em locais mais afastados, montanhosos, próximo de rios e córregos. Nesse sentido, a depoente Celoni recordou sobre as condições adversas passadas por ela e por seus demais irmãos.

Celoni: Uma vez as coisas eram bem diferente do que é hoje. Eu comecei de ir na aula eu tinha 8 ano. Porque era difícil pra nós ir na aula muito novo, porque ali nem ponte tinha, ali no rio das flor, tinha que faze ali embaixo onde é o Danzer, ali tinha ponte. E ali no Coronetti tinha uma pinguela, ela era cumprida! Daí nós passava ali pra ir na aula. (...) <sup>243</sup>

Também questionada sobre as condições do ensino e se havia algum tipo de incentivo por parte dos seus familiares para que frequentasse a escola, Celoni além de recordar sobre seus primeiros professores, sendo eles Aloísio Birck e Albino Heck, comentou também ter estudado até a quarta-série, quando lembrou dos esforços do pai para ensiná-los ainda em casa.

Celoni: o meu primeiro professor foi o seu Heck, depois foi o Aloisio Birck... eu fui um ano lá em cima onde mora a Iria Taube, do outro lado, numa casa velha, ali eu fui meio ano na aula. Daí depois nessa escola onde tem hoje, ali ainda tem duas sala onde eu estudei. Era tudo novo.  
(...) Eu comecei de ir na aula eu sabia os número até cem! O ABC eu já sabia. O pai fez umas tábua assim, bem lisinha, e daí ele cada dia nós tinha que lava elas e daí ele fazia as linha e fazia nós aprende a escreve.  
Gabriela: então eles estimulavam vocês a aprender?

<sup>243</sup> Celoni. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

Celoni: Sim, sim! Porque ali era difícil pra manda nós novo... eu tinha oito, o meu irmão já tinha quase 10 ano quando começemo de ir na aula. Escola tinha mas era difícil de chega por causa daquele rio, o rio das flor.<sup>244</sup>

Enquanto Celoni recebia o incentivo para estudar, embora as dificuldades para o acesso à escola e as limitações do cotidiano que eram sobretudo permeadas pelas necessidades do trabalho na roça, outras mulheres relataram não terem recebido qualquer incentivo ou ajuda da família, destacando mais uma vez a centralidade do trabalho, mas, principalmente, a mentalidade da época. Conforme observado, para muitas famílias de origem mais humildade e envolvidas com serviços no ambiente rural, ou seja, na roça, estudar era algo que não apresentava perspectivas por não serem aplicáveis no dia a dia do trabalhador e trabalhadora rural. Em outras situações, como no caso da depoente Marcia, o trabalho se impunha sobre os estudos por dificuldades financeiras, sendo que os filhos e filhas mais velhas, muitas vezes, eram impelidos a abandonar os estudos para ajudarem no sustento familiar.

Relembrando a infância vivida em Guarujá do Sul onde a família veio por conta do serviço do pai, que era construtor e foguista na Serraria Faro no início da década de 1960, Marcia relatou ter passado por muitas dificuldades, boa parte delas por conta das condições financeiras da família e outra parte por conta da relação abusivo do pai com as bebidas alcoólicas. Conforme relatado pela depoente, a mãe não possuía estudo e “vivía parindo”, enquanto o pai, como muitos homens da época<sup>245</sup>, tinha o costume de frequentar bares, o que levava ao gasto de todo o pouco dinheiro que recebia dos trabalhos realizados na serraria. Sendo a irmã mais velha de nove filhos, que segundo Marcia “nasciam um atrás do outro”, restava a ela assumir funções para ajudar a mãe e os irmãos menores. Sendo essa sua condição, Marcia lembrou de ter feito diversos serviços como lavadeira e faxineira ainda na infância, a qual descreveu como “muito sofrida”. Questionada se havia recebido algum tipo de instrução formal, Marcia relatou sua trajetória entremeando trechos de trabalho, lembranças da escola e da família, demonstrando uma realidade bastante comum para muitas meninas e moças da época as quais assim como Marcia, assumiam desde muito cedo compromissos e responsabilidades visando o coletivo familiar. Conforme recordou Marcia

<sup>244</sup> Celoni. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

<sup>245</sup> Em algumas entrevistas feitas foi relatado o consumo abusivo de bebidas alcoólicas por parte de muitos homens. Mulheres e homens entrevistados recordam dos pais muitas vezes bêbados, os quais por conta da bebida costumavam desperdiçar as economias da família.

Marcia: A gente fez estudo, quando a gente veio pra cá, naquele colégio velho, ali eu estudei, quando nós viemos de São Miguel, fiz até a quarta série. Daí eu fiz a tal de admissão, é tipo uma prova pra hoje entra no segundo grau. Daí tá, tudo bem, mas daí eu fui para no cedro... e daí eu tava cheia assim, tudo aquelas crianças assim, eu sofri... Eu tinha que ir porque eu tinha que ajudar, ajuda um pouquinho eles também né. E aprende na vida porque era muita gente que tinha em casa, eles davam graças a Deus que aí despachava né, porque aí é menos um pra comer. Gente do céu, eu lembro, meu deus, nossa senhora, mas eu queria estudar, mas queria estudar no Guarujá. E foi e foi e eu vim pra cá, e daí eu comecei de estudar, fui até a sétima série. Eu voltei com 17 anos. No período que fui doméstica eu só fui doméstica, eles queriam que eu estudasse lá, mas como é que eu ia estudar lá e trabalhar, toma conta de uma casa com cinco filhos, seis, de uma vez? Seis filhos eles tinham! O menor tinha oito meses quando eu fui para lá. Meu deus olha, não é fácil. Olha eu passei...Fazê o que.<sup>246</sup>

Como relatado por Marcia, as condições para que pudesse frequentar a escola não eram as mais favoráveis, tendo em vista que a necessidade de ajudar a família de origem, que segundo a depoente, era muito pobre, a impeliavam ao trabalho fora de casa. Uma vez trabalhando como empregada doméstica que assumia atividades que iam desde a limpeza da casa, preparo dos alimentos e cuidados com os filhos dos patrões, ou seja, envolvida com tarefas diárias e contínuas, os estudos foram deixados de lado, sendo retomados somente anos mais tarde quando havia largado a rotina de doméstica.

Outras mulheres entrevistadas, do mesmo modo que Marcia, ressaltaram a questão do não privilegiamento dos estudos e da escola em suas infâncias e juventudes por conta do excesso de trabalho, os quais assumiam muitas vezes na tentativa de auxiliar financeiramente a família de origem. Normalmente, as filhas mais velhas assumiam o papel de cuidadoras dos irmãos mais novos, desempenhavam tarefas domésticas e não raro, ainda assumiam trabalhos fora do âmbito doméstico, como babás, empregadas, vendedoras, costureiras, lavadeiras, agricultoras, etc. Como recordou Marcia, essa tomada de responsabilidades embora fosse muito pesada, era necessária e vista como um dever moral junto aos pais. Sendo a necessidade familiar maior que as necessidades e as ambições individuais, não foi incomum os relatos de depoentes que disseram terem deixado a escola para contribuir com os trabalhos e as demandas familiares, sendo que no íntimo, desejassem terem dado continuidade aos estudos, como comentado por depoentes como Dona Thereza, Dona Leda, Dona Melinda, mulheres que se queixaram na ocasião das entrevistas por terem recebido pouca educação.

---

<sup>246</sup> Marcia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 01/03/2022



Conforme relatou Melinda, o estudo durou muito pouco em sua vida, sendo precocemente solapado pelo trabalho na roça, função que assumiu até anos depois de estar casada. Entrevistada na varanda de sua casa em Guarujá do Sul, Melinda recordou sobre seus anos de juventude quando veio morar na Linha Maidana, onde veio assumir funções na roça.

Gabriela: A senhora chegou a estudar aqui no Guarujá ou já não estudava mais, ou veio já para trabalhar junto...?

Melinda: Não, não! Só trabalha. Com 13 anos eu vim pra cá, meu, eu parei acho com o estudo, com 8 ou 9 anos... Bom, nós ia meio dia na aula, e o outro meio dia era trabalha né.

Gabriela: e por que que não continuou o estudo?

Melinda: Mas aqui já era tudo diferente. Aqui então só... (dá a entender que havia muita a ser feito)

Gabriela: Os pais não incentivavam?

Melinda: Não...a-a, não... Isso já muitas vezes eu disse pro Soni, e se a gente tivesse oportunidade que nem hoje eles tem né. E pra te contar a pior, sabe qual era o meu último livro, que eu tinha? A bíblia! Aquela bem antiga! Eu a tenho guardada mas não dá pra olhar que ela já tá, mas eu não quero pinchá fora né.

Gabriela: Mas a senhora aprendeu a ler e escrever?

Melinda: escrever sim. Mas eu assim, confundo às vezes o “t”, “p”, eu troco né.

Gabriela: Por causa da língua? Falavam em alemão em casa?

Melinda: sim, mas naqueles anos valia tudo isso, e como é que pode. Né. O que eu escrevia, aprendia, eu escrevo hoje. E como é que pode, muda às vezes isso?<sup>247</sup>

Ao ser questionada sobre a educação que recebeu, Melinda, em tom de consternação, refletiu sobre as possibilidades dadas às jovens na época em que também era uma, fazendo comparações com as chances que hoje são viáveis às crianças e aos adolescentes. Além de refletir sobre seu pouco estudo, em tom de indignação, comentou sobre o fato de o único livro que leu ao longo de sua vida ter sido uma antiga Bíblia, a qual guarda como recordação.

Mais conformada, mas não menos pesarosa sobre eventos ocorridos no passado, Erna, de 80 anos, também refletiu sobre as chances que eram dadas aos jovens, sobretudo às meninas, considerando que muitas vezes as necessidades coletivas da família se sobrepunham aos interesses e objetivos particulares dos indivíduos. Fosse por motivos de saúde, por falta de recursos financeiros ou de necessidades familiares, abandonar a escola ou, interromper precocemente os estudos, demonstrou ser ainda no tempo presente algo muito doloroso e pesaroso para as mulheres que vivenciaram os primeiros anos da colonização de Guarujá do Sul. Entrevistada em sua casa e

<sup>247</sup> Melinda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 30/03/2021.

questionada sobre sua trajetória enquanto uma das primeiras migrantes em Guarujá, tendo chego em 1953 junto com família de colonos agricultores de Sarandi, Dona Erna relatou

Erna: Eu não tenho estudo, eu sou uma analfabeta, eu fiz o primeiro ano aqui com as criancinhas, e depois nós chegemo ali tinha três, quatro casa, eu me criei ali, eu tinha 11 anos quando nós viemo.

Gabriela: No Rio Grande do sul vocês eram colonos?

Erna: Sim, era colono ali também. Continuaram colono até morre. Todo mundo era colono, eu também! Desde que eu casei com o Miro, ele era fotografo e carpinteiro, e eu já trabalhava na roça, muito, desde criança quando tinha 7 anos, já trabalhemo na roça. Meu deus, carpi na roça, que não tinha veneno, era tudo carpi. E ali nós chegemo sem foice, sem arado, era tudo na enxada. Tudo manual. Até que eu casei eu trabalhei assim. De moça eu tinha umas casas onde eu fui limpa e lava roupa. Isso era muito difícil. Olha eu já trabalhei na minha vida. Muito eu trabalhei.

Gabriela: Isso era comum para todas as moças?

Erna: todo mundo, todo mundo! Empregada, porque tinha poucos empregos, quem tinha hotel, ou tinha loja, daí eles tratavam as moças pra trabalha de empregada. Todo mundo era assim, e eu daí trabalhei pra última foi pra Vovó Seibt. Lá eu trabalhava....

Nós mudamo eu tinha 11 anos. Daí ali duas irmã minha começaram de ir na aula e o pai disse pra nós, pra mim e pra minha irmã que é mais velha que eu, “vocês tem que ficar em casa porque vocês tem que ir na roça”, porque a mãe tava grávida, e “e daí vocês tem que ir na roça se não nós vamo morre de fome”. Daí onde ganhemo um pedacinho pra planta um feijão, um milho, lá plantemo. (...) O pai disse “vocês têm que ficar em casa” pra trabalha na roça. Daí, nem escola tinha, tinha casa daí, quando a tua vó veio (fala sobre a minha família), daí já tinha umas quantas casa, tinha bastante gente, e construção e coisa, mas naquele tempo tinha uma casa assim, uma moradia onde tinha aula. Era o Birck, e o Heck, os únicos professor, e tinha a Alma e a Norma<sup>248</sup>.

As experiências de Erna são muito parecidas com as narradas por outras mulheres que chegaram no início da juventude em Guarujá do Sul. Segundo as depoentes, as condições precárias e difíceis encontradas pelos colonos e colonas nos primeiros anos da colonização impeliram os filhos e filhas mais velhos a se envolverem diretamente com as funções laborais sob o risco de passarem fome ou viverem na miséria. Como percebido, essa condição ocorreu sobretudo entre as famílias mais humildes e numerosas, onde muitas vezes, as mães não tinham condições de assumir as diversas tarefas por estarem grávidas, com filhos recém nascidos, ou, com problemas de saúde. Esses fatores agregados, acabaram por contribuir para que meninas e moças deixassem os estudos para assumirem múltiplas funções, levando ao precoce abandono escolar.

<sup>248</sup> Erna. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 18/07/2022

#### 4.3.2 DE ESTUDANTES A PROFESSORAS

Embora o pouco estudo e o abandono escolar fosse parte da realidade de muitas meninas que vivenciaram a colonização de Guarujá do Sul, uma vivência diversa também foi encontrada entre os relatos das entrevistadas, sobretudo entre as depoentes mais novas, as quais eram crianças pequenas ou recém nascidas no contexto do início da colonização.

Tais vivências, que como se percebeu, demonstraram haver diferenças não apenas nas mentalidades dos migrados e migradas, mas diferenças nas possibilidades econômicas e também tecnológicas que foram possíveis com o passar de poucos anos da colonização. Embora apenas uma depoente tenha mencionado o fator tecnológico no mundo rural, mencionando a aquisição de máquinas pela família, ficou claro, por conta das idades das entrevistadas, que variam entre 65 a 95 anos, que além da redução do número de filhos nas famílias, a inserção de maquinário e ferramentas na década de 1960 contribuiu expressivamente para o aumento das crianças nas escolas. Enquanto no início da colonização em 1950 as ferramentas eram quase inexistentes ou muito precárias, o que levava ao recrutamento de muitos braços para o serviço em serrarias e nas roças, na metade da década de 1960 já se viam máquinas e tecnologias que auxiliavam e aceleravam o trabalho nas lavouras e nas firmas. Com a substituição dos braços pelas máquinas, houve, portanto, uma redução na carga de trabalho das crianças e jovens, o que possibilitou que muitos pudessem, portanto, frequentar regularmente a escola e se dedicarem com maior zelo aos estudos.

Conforme as entrevistas, o levantamento dos registros e das fotografias, é possível inferir que na década de 1960 houve um significativo desenvolvimento em vários setores de Guarujá do Sul, que de uma pequena colônia rapidamente se destacou para distrito e em 1961, conquistou a emancipação política, tornando-se município, embora continuasse pequeno e com feições rurais. Por meio de iniciativas privadas e agora com auxílio e incentivos públicos, várias escolas isoladas foram sendo fundadas nas diversas linhas rurais, atendendo cada vez mais um número maior de crianças e jovens, os quais continuavam suas rotinas de trabalho, porém, agora com acesso à educação. Segundo os depoimentos prestados, nas décadas de 1960 e principalmente de 1970, houve um grande e significativo avanço no setor educacional de Guarujá do Sul, isso tudo por conta do regime político brasileiro da época, e da administração

municipal, a qual levantava a bandeira da educação como uma das principais causas do jovem município.

Imagem 45 – PROFESSOR ALFREDO AMANN JUNTO AOS ALUNOS E ALUNAS DA LINHA MAIDANA CELEBRANDO O DIA DAS CRIANÇAS COM PIQUENIQUE.



Fonte: Acervo particular da família Amann.

Das mulheres entrevistadas que declararam terem recebido estudo, ficou bastante claro o envolvimento familiar e o peso do incentivo dos pais para que pudessem, embora não sem dificuldades, frequentar a escola e dar continuidade aos estudos que em Guarujá do Sul ficou limitado em algumas escolas à quarta-série até a década de 1970.

Migrante aos 13 anos de idade junto com a família de colonos vindos de Palmeiras das Missões no início da década de 1960, Eva, hoje professora aposentada e contando com 66 anos de idade, relembrou do período em que foi aluna em Guarujá

Eva: Eu morei em Guarujá a partir dos meus 14, 13 anos. Antes eu morava em São José do Cedro, mas eu nasci no Rio Grande do Sul, aí meus pais mudaram pra Santa Catarina eu era ainda criança, lá por volta dos meus cinco anos. Aí fiquei em São José do Cedro até a idade dos 12 anos, quando meu pai migrou pra Guarujá do Sul, no interior de Guarujá. Aí nesse meio tempo, como era distante, era longe de escola, aí eu fui morar com uma tia pra poder estudar. Então nesse ponto eu me afastei, estudando em Porto Alegre, morando na casa de uma tia, e voltei pra Guarujá do Sul eu já estava na oitava série, quando eu comecei a estudar na Escola Básica Elsa de Mancelos

de Moura, a qual eu tenho grande carinho, lembrança dos mestres que me incentivaram. (...)

Naquela época, a escola era assim, eu considero uma escola modelo porque era assim, a gente tinha uma rotina assim, bem rígida, nós tínhamos educação cívica, educação moral e cívica, tínhamos as horas cívicas, apresentávamos vários trabalhos. Éramos incentivados a participar através do grêmio, tínhamos incentivos pra liderança, pra ocupar cargos assim, no grêmio, era assim, uma escola que nos deu uma base muito boa, além do conhecimento. Tinha também um incentivo ao teatro, tinha sempre uma professora pra esse tipo de ação, então era muito interessante. Então fiz ali o ensino fundamental. O ensino médio eu fiz em Guarujá, eu cursei a escola técnica de contabilidade no Colégio Cenecista Marechal da Costa e Silva. Depois eu fui saber que esse colégio foi um dos mais bem conceituados do estado. Ao mesmo tempo, eu cursava o magistério numa cidade vizinha no Paraná, em Barracão.<sup>249</sup>

Questionada a respeito de sua trajetória onde houve a possibilidade de estudar, ao contrário de muitas meninas e moças vindas de famílias de agricultores, Eva reconheceu a diferença de perspectiva de sua família e o enfrentamento de preconceitos os quais eram muito fortes em sua infância. Em seu depoimento, ela mencionou a questão das perspectivas possíveis para as meninas, sendo o casamento considerado o destino final para muitas delas.

Eva: Eu tive uma mãe que sempre incentivou a gente a estudar, porque nós éramos a grande maioria de meninas né, ela só teve dois filhos homens e oito meninas, aí a minha mãe ela queria que a gente estudasse, mas eles eram agricultores, e aí a forma que eles tinham né, da gente estudar, era deixar as filhas saírem pra irem ficar mais próximo de uma escola. A minha mãe achou melhor eu ficar com uma tia, apesar de ser longe, porto alegre não é nada perto de Guarujá, e então resolvi ir pra lá. Assim como as minhas irmãs, a gente foi pra estudar e pra trabalha na casa de família, a gente ficava em casa de famílias pra estudar. Eu fui a mais longe. Acredito que a minha mãe tinha uma mentalidade diferente um pouquinho das outras, apesar dela ter pouco estudo (...) ela não estudou muito porque ela teve que assumir os irmãos porque a mãe dela ficou doente nova, daí não pode estudar, mas ela incentivou muito a gente. E nessa época, a minha mãe foi muito criticada pelas vizinhas, pelas mulheres, pelos vizinhos, porque onde já se viu uma mãe deixar sua filha estudar? Pra eles, na mentalidade da época, pras mulheres, isso era o fim do mundo, as meninas iam se perde. Era o termo que elas usavam né. Então as meninas na época lá do interior, elas eram educadas pro casamento né? Elas tinham que fazer de primeira a quarta né, era o suficiente, daí arruma um marido pra casa. Essa era infelizmente a mentalidade.<sup>250</sup>

A trajetória de Eva, oriunda de uma família de colonos agricultores instalados na Linha Taquaruçu, se assemelha com a história de outras moças que pela mentalidade, e sobretudo pelas condições financeiras e estruturais da família, puderam frequentar a

<sup>249</sup> Eva. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 13/02/2023.

<sup>250</sup> Idem

escola básica e mais tarde, puderam investir em outras instituições de ensino onde formaram-se como professoras. É bastante significativo, em seu relato, a questão das limitações ainda existentes para muitas meninas e moças as quais eram impedidas ou desmotivadas a levar adiante os estudos ou uma profissão por conta dos objetivos e perspectivas da época. Casar e ter filhos, do mesmo modo que suas mães e avós, para muitas, ainda era a opção mais viável sob o risco de ficarem mal faladas e vistas como “perdidas” pela comunidade de vizinhos e vizinhas. Embora os esforços da administração local para prover aos filhos e filhas dos migrantes uma base de estudos, a continuidade deles em outras localidades poderia significar também desvio e descontinuidade, algo não bem visto para muitos colonos e colonas mais conservadores e tradicionais.

Assim como Eva, Ines também teve a oportunidade de estudar, embora fosse filha de agricultores e construtores humildes. Em suas recordações, Ines lembrou da inexistência de energia elétrica, da dificuldade dos deslocamentos e da dupla jornada para poder conquistar o título de professora

Ines: Não tinha luz elétrica, até que eu fiz o normal em São Miguel, ainda não tinha luz elétrica lá na casa do pai. Daí tinha aquelas lamparinas de querosene, e daí nós estudava à noite. Eu afinal tinha que leciona já. Lecionava no Barro Preto e vinha aqui (Pessegueiro). Primeiro comecei em Princesa e depois ia lá no normal em São Miguel né, lá nas irmãs. E depois, eu primeiro comecei na Princesa, e depois consegui remoção pra cá, ali no Barro Preto. E daí eu consegui aqui. Eu dava aula de manhã e de tarde estudava em São Miguel. E não tinha asfalto né. Nós tinha lotação. Tinha o cara lá de Princesa que levava nós, era o Ivo lá de Princesa. Ia daqui de Guarujá o Edemar Heck, ia eu, a Erna (Grimm), Virgílio Bremm, tudo naquela época, daí nós ia estudar lá... Em 1967 eu me formei ali em Cedro, no Ginásio. No Cedro eu fiz o ginásio, o primário eu fiz aqui, aqui na frente, era a escola. Em São Miguel eu fui fazer o segundo grau, o normal, onde eu me preparei pra professora. Aqui eu fiz o primário, até a quarta-série, com a professora Dulce e o Albino Hermes, e a tia Iva. Com a tia Iva eu não aprendi nada, daí eu passei com a Dulce, e com a Dulce eu aprendi. Daí eu fui no colégio das irmãs em Chapecó, e de lá eu fui pra São Paulo. Daí eu voltei, não quis mais, lá era pra ser irmã. Eu era bem novinha quando saí de casa, minha mãe ficou chorando. Eu tinha 14, 15 eu acho. Fui de Chapecó, pra São Paulo e depois voltei pra São Miguel e comecei no quinto ano, era um quinto ano forte! (no cedro já efetivava como professora!) Eu estudava e lecionava!<sup>251</sup>

Entre as lembranças dessas mulheres, é relevante também destacar, além das condições distintas e favoráveis ao estudo, o que propiciou uma melhoria nas condições

<sup>251</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2020.



financeiras e de vida como um todo das depoentes, as suas memórias a respeito dos professores e professoras da época bem como do conteúdo abordado em sala de aula.

Diferentemente das primeiras escolinhas improvisadas em Guarujá do Sul no início da colonização na década de 1950, as escolas fundadas ao longo da instalação dos novos migrantes na década seguinte foram administradas pelo poder local tendo em vista as diretrizes curriculares postas em prática a nível nacional. Sob o regime militar, alguns conteúdos antes não discutidos passaram a fazer parte dos temas abordados em sala de aula, havendo um grande investimento nas questões relacionadas ao civismo, patriotismo, moral e religião, além de higiene, boa conduta e organização. Segundo Eva, os valores relacionados ao progresso se estendiam as professoras e aos alunos e alunas, os quais eram observados e cuidados de perto por diretores e assistentes. Nas memórias de Nilva, essa postura rígida dos professores e professoras causava em certos momentos muito medo entre as crianças, o que a marcou, afinal, Nilva lembrou do emprego de castigos físicos como parte do processo de educação

Nilva: Que eu me lembro a primeira escola no Guarujá foi ali onde era depois a casa da Doca. Eu frequentei lá no primeiro ano e crianças da redondeza também. Em minha casa éramos incentivados a estudar inclusive minha mãe fazia questão de começarmos já com algum conhecimento de números e alfabetização que ela ia nos ensinando em casa. Pra mim a escola não era longe porque a gente morava ali onde hoje é a creche. Eu e a Ursula íamos juntas e o professor era o Birck e o Heck. No ano seguinte foi inaugurado o colégio novo que era o antigo Cnec pertinho de casa. Quanto às meninas não tinha muita distinção com os meninos, só que o recreio era menina pra um lado e meninas pra outro e as aulas de artes era separados bem como palestras de educação para cuidados de higiene que eram ministradas pela então diretora Inês Caramori.

Eu lembro que havia muita discriminação pelos professores entre filhos de pobres e os mais abastados. Eu sofri muito com isso pois sentia na pele a diferença de tratamento pois minha família era pobre. Nessa nova escola as turmas foram separadas pois na escola velha por falta de espaço era multi-seriada. Os professores eram muitíssimo severos, eu morria de medo, aprendi mais em casa com minha mãe que na escola, e de tanto medo do professor eu fazia xixi na roupa. Meu pai me dava presentes pra eu ir pra escola pois eu chorava muito e todo dia inventava uma doença pra não ir. Eu nunca sofri castigos, mas vi muitos colegas apanhar.<sup>252</sup>

A questão da disciplina em sala de aula e na conduta dos alunos, alunas e professoras foi algo mencionado também por Helena, outra jovem que migrou de Palmeira das Missões para Guarujá do Sul com a família de colonos agricultores e que como Eva, teve a possibilidade de frequentar a escola e dar continuidade aos estudos em

---

<sup>252</sup> Nilva. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

outras instituições de ensino fora de Guarujá. Questionada sobre sua trajetória e suas lembranças em Guarujá, Helena recordou

Helena: Estudei do primeiro ao quarto ano em Pessegueiro. Fiz o primeiro grau em Guarujá e o segundo grau, o magistério, em São José do Cedro. Comecei a dar aula no ano de 1963, na Linha Maidana, séries multisseriadas, no lugar do então professor Nelson Cavallini. Ele que veio falar comigo pra eu ficar no lugar dele. Então fui até Guarujá pra conversar com o então prefeito, o senhor Nestor Emanuel Grimm, e ele me disse “você gosta de mostrar os dentes? Porque professor não pode mostrar os dentes”, daí me pediu pra ir até a delegacia pra pedir atestado de boa conduta e levar até ele. Nossa! Quase morri de vergonha pra ir até a delegacia, mas enfim, comecei a trabalhar, colocando em prática o que tinha aprendido no magistério. Não foi fácil. Mas tenho certeza que os alunos eram mais responsáveis e educados nessa época, com vontade mesmo de aprender.<sup>253</sup>

Embora as lembranças da rigidez e autoritarismo tenham aparecido nas entrevistas, como as lembranças de Nilva, que inclusive mencionou discriminação, e de Helena, que recordou sobre o “atestado de boa conduta” requerido pelo então prefeito de Guarujá, as memórias das moças, hoje mulheres, também trazem elementos positivos sobre esse período. Se por um lado o autoritarismo e as exigências de boa conduta provocaram às vezes medo e constrangimento, por outro, a postura adotada nas escolas também foi visto como necessário e impactante na educação das crianças e jovens de Guarujá. Segundo depoentes e informantes informais os quais recordaram dos eventos do início da década de 1960, “naquele tempo”, os professores eram respeitados e os alunos eram mais envolvidos e comprometidos com o ensino.

---

<sup>253</sup> Helena. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 09/02/2023.

Imagem 46 – AS IRMÃS ENI E ELCI PICCININI NA ESCOLA MUNICIPAL DA LINHA BELA VISTA.



Fonte: Acervo particular família Bavaresco.

Bastante articulada e com a memória mais nítida a respeito da educação em Guarujá, a depoente Eva avaliou a questão da seguinte maneira

Eva: No meu entendimento, como eu tive experiência de escolas, eu posso dizer que Guarujá foi exemplo em educação. Assim, a educação de Guarujá era primorosa, os professores muito comprometidos, os diretores também levavam muito a sério o que faziam. A escola dava pra dizer que era a menina dos olhos, era o ponto admirável de quem chegava em Guarujá. Então isso é motivo de muito orgulho pra quem é guarujaense. Porque a gente sabe que muitos egressos das escolas, assim ó, foram pessoas muito bem sucedidas naquilo que escolheram pras suas vidas. Acho que essa é a melhor avaliação de uma escola, o que aconteceu com os alunos que saíram da escola.<sup>254</sup>

---

<sup>254</sup> Eva. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 30/01/2023.

Imagem 47 – DESFILE DE 7 DE SETEMBRO NA ATUAL AVENIDA JOÃO PESSOA. ALUNOS E ALUNAS MARCHAM SEGUINDO OS COMANDOS DO PROFESSOR E DA PROFESSORA AUXILIAR.



Fonte: Arquivo da prefeitura municipal de Guarujá do Sul

Ainda relembando do período escolar, Eva complementou suas reflexões pensando nos ensinamentos cívicos da escola, que além de abordar as questões comuns e básicas de ensino, também reforçavam atitudes de patriotismo expressos muitas vezes em apresentações teatrais, horas cívicas, saudação à bandeira e desfiles no Sete de Setembro, dia da comemoração da Independência do Brasil. Em um longo depoimento Eva destacou alguns valores e condutas da época.

Eva: O que eu lembro da escola tanto como aluna e depois como professora, eram as nossas horas cívicas, tanto nas escolas isoladas quanto na sede né. As horas cívicas eram momentos de grande aprendizagem, momentos de ampliação da cultura e que hoje infelizmente a gente não vê mais isso. Não sei mais como que hoje tá, mas assim, o currículo era muito bem elaborado, os professores eram muito atuantes e muito responsáveis nessa área. Cada um cumpria muito bem com o seu dever.

Eu acredito que era uma diretriz baseada no civismo, no amor à pátria, assim, no progresso, na responsabilidade, sabe? Então a gente tinha assim essa mentalidade, era passado pra gente nas escolas, isso era forte, entendeu? A ordem, o progresso, sabe? Só pra ti ter uma ideia, uma coisa que me chamava atenção, os alunos às vezes vinham do interior com calçado tudo sujo de barro e a gente deixava os calçados na porta, tinha um lugar pra deixar os calçados. E a sala de aula era assim um brilho, os alunos se envolviam também, sabe? Nós ajudávamos a conservar o ambiente escolar, a limpeza era um primor, sabe? Todos colaboravam. Era uma diretriz assim nacional. Mas no Guarujá aquilo era pra mim assim era um exemplo. Eu fui aluna e

depois professora e a gente tinha assim esse incentivo. A gente levava muito a sério né.<sup>255</sup>

O depoimento de Eva vai ao encontro com outras narrativas que discorrem sobre a questão da educação em Guarujá do Sul. É bastante claro, em diversos relatos e mesmo em conversas informais, a relevância não apenas dos professores e professoras, mas do ensino posto em prática nas várias escolas municipais fundadas ao longo da ocupação do município. Muito elogiados e saudados, os métodos e o currículo de ensino empregados nas décadas de 1960 e 1970 foram por vezes comparados com a situação atual da educação, sendo valores como respeito, obediência e organização mencionados como parte do que era posto em pauta nessas escolas, tanto para os alunos meninos quanto para as meninas, sendo estendido também aos professores e professoras. A relevância da educação, percebida desde o início da colonização e fortalecida sobretudo no começo da década de 1960, também é demonstrada por meio da quantidade de registros fotográficos encontrados. Essas fotografias, algumas guardadas pelas entrevistadas e outras armazenadas na Secretaria de Educação de Guarujá do Sul, registram momentos cotidianos em sala de aula, os mestres, os alunos e alunas, paradas cívicas, apresentações teatrais, e outros momentos importantes da rotina escolar. Levando em conta o difícil acesso à tecnologia da fotografia naquele período, é possível pensar no quanto a educação das crianças e dos jovens interessava, se não pela comunidade, ao menos para as lideranças locais.

Multifacetada e não livre de contradições, a educação das meninas em Guarujá do Sul teve diferentes faces sendo atravessada por diferentes fatores ao longo do início e da instalação da colonização. Se algumas depoentes afirmaram mal terem recebido educação, outras, no entanto, afirmaram terem recebido o que havia de melhor. Se por um lado, algumas diziam ter recebido instrução e incentivo dos pais, outras disseram não terem recebido nenhum, sendo necessário muitas vezes o abandono para poderem ajudar a família.

Algumas questões, no entanto, são importantes serem destacadas como influenciadoras dessas diferentes situações, como as condições financeiras das famílias, o local de moradia, o número de filhos, a saúde dos membros, o nível de tecnologia empregado no campo, no caso dos agricultores, a mentalidade dos pais e mães e as perspectivas possíveis e pensadas para as meninas e moças. Outra questão que também

---

<sup>255</sup> Eva. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 30/01/2023.

não deve ser ignorada é a passagem do tempo, onde se observou que de uma década para a outra, muitas melhorias em estruturas, maquinários e utensílios domésticos foram implementados, sendo também o fator político nacional e local outro elemento de grande relevância. Nesse sentido, a conjuntura política da década da 1960 pode ser interpretada, em Guarujá do Sul, como um fator determinante não só para o desenvolvimento da educação, mas para o incentivo e apoio real ao ingresso de mais jovens e crianças nas escolas. Com a construção de escolas e a inserção de mais professoras em localidades de difícil alcance nas várias linhas rurais, a educação se tornou mais acessível e possível para muitas meninas e moças.

#### 4.4 A SEXUALIDADE

Nas décadas de 1950 e 1960, no contexto da colonização de Guarujá, o tema da sexualidade, embora inerente e condição para a maternidade, foi tratado com silêncio e desinformação. Fosse em famílias de descendência italiana ou alemã, católica ou protestante, instaladas na sede ou nas áreas rurais mais afastadas, com melhores ou poucas condições financeiras, a sexualidade era de modo generalizado um assunto tabu. Cercados de mistérios, silêncio e desinformação, as meninas, moças e jovens mulheres pouco sabiam ou pouco falavam sobre sexo, sobre menstruação e gravidez, como é possível perceber através do depoimento da entrevistada Ines que foi questionada sobre o assunto.

Gabriela: Teus pais eram abertos para conversar, discutiam sobre sexualidade...?

Ines: Não, não, não... Era escondido tudo. Minha mãe tinha, minha mãe quando tinha as menstruação ela escondia tudo, os paninho, e daí, as gravidez também, tudo escondido. Daí eles levavam a gente nos vizinho. Primeiro filho da mãe que morreu, recém-nascido, daí aquela noite a gente foi no meu tio. Aí nós não perguntamos nada pro pai, fomos lá naquele tio, e morreu o nenenzinho. E daí o meu tio e meu pai foram enterrar ele e nós nem vimos. Nós nem sabia que a mãe tava grávida. Daí quando ela teve aquele outro, que eu cuidei, eu tinha treze anos já e também não percebi...Não. Não sabia de nada! Daí esse outro irmão que hoje mora no Paraná, tava pra nasce, levaram nós no vizinho de baixo, nos Kuhn. E daí eu falei “pai por que nós vamo dormi lá?”, ah não sei o que o pai disse pra nós, sei que nós três fomos dormir lá. Aí tinha a moça lá, a menina também que nem eu, ela já sabia das coisas. Ela me disse “tua mãe vai ter um nenenzinho hoje de noite, é por isso que vocês tão aqui em casa...”

Gabriela: E aí, o que que a senhora achou?

Ines: Eu nem indaguei nada. Daí no outro dia fomos pra casa e tinha o nenenzinho, tava lá. Era normal pra nós. Nós éramos tão inocente, tão inocente! Nossa, nós era muito inocente. Nós ia lá, tinha o sapo gritando no açude, nós ia lá nos banhado, nós ia chama pra eles trazer o nenê pra mãe.



Aqueles pássaros que diziam, nós ia dize pra cegonha, traz um neném pra mãe! Ninguém explicava nada, a gente nem pedia! A mãe não explico nada! Nem de menstruação, eu fui no colégio, lá as irmãs me ensinaram. Inocente, nós era tudo uns bobinho, sempre né.<sup>256</sup>

Segundo as depoentes entrevistadas, não se ensinavam às meninas sobre a chegada e o significado da menstruação. Da mesma maneira, não se falava sobre relações sexuais, as quais ocorriam logo após a consumação do casamento, sendo algo que descobririam apenas mais tarde, muitas vezes sozinhas e na intimidade do próprio lar. Menos ainda, falavam sobre como se engravidava e como se fazia para não engravidar. Os assuntos relacionados à sexualidade eram encobertos, pouco entendiam e pouco falavam. Segundo depoentes como Ines, era vergonhoso falar sobre o assunto, pois era por algumas considerado pecado e por todas uma questão que causava muita vergonha. Ao recordar sobre o tema e algumas situações do passado a depoente abordou essas duas noções onde esclareceu quando seria pecado e quando seria uma vergonha, demonstrando que muitos dos tabus diziam sobretudo respeito àqueles que não estivessem vivendo dentro de uma relação de casamento.

Ines: Tu sabe que quando namorei o pai do meu filho, nós chegava em casa nem a mão dada! De tanta vergonha dos pais que a gente tinha. Muita vergonha. Nem mão encostada! Não podia assim, a gente se cuidava, vergonha a gente tinha né. Vergonha.

Ah daí era pecado pra eles né! Sexo era pecado, pros pais da gente, sim! Daí tem que confessar pro padre. Sim. Se a gente tinha relação sexual, pra eles, se não era casado né, era pecado! Depois de casado tudo bem, mas antes era pecado!<sup>257</sup>

De acordo com Ines, além de muita vergonha em relação aos assuntos que envolviam a questão da sexualidade, havia ainda a noção de pecado. Conforme lembrado e explicado pela depoente, o pecado estava atrelado a realização de práticas sexuais sem os envolvidos estarem devidamente casados. Ao que parece e que tudo indica, a noção de pecado, portanto, seria uma forma moral de evitar e impedir que, sobretudo moças e mulheres, realizassem atos sexuais antes de consumarem o casamento, tendo em vista que, numa época onde não haviam formas de evitar uma possível gestação, o risco de engravidar era eminente. Em tal sociedade onde engravidar sem estar casada era considerado um escândalo, as formas de evitar uma gravidez não passavam por informações, mas sim, por ameaças, medo, vergonha e a ideia de pecado.

<sup>256</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 12/06/2023.

<sup>257</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 12/06/2023.

Assim, os pais, mas, com maior recorrência as mães, reforçavam o distanciamento em relação aos homens e frequentemente, por meio de dizeres, frases e saberes antigos, incutiam as noções de vergonha e de pecado como formas de evitar uma maior aproximação que poderia resultar em atos sexuais considerados inapropriados. Tal assunto foi abordado durante a entrevista com a depoente Rita, que relembrou de alguns dizeres que a mãe frequentemente lhe dizia como forma de controle de conduta.

Gabriela: Eu queria entender, a sexualidade era tratada como o que, algo pecaminoso...

Rita: Sim! Era pecado!

Gabriela: Falar ou fazer?

Rita: Falar não, mas fazer sim. Sabe o que quê a minha mãe dizia? “Uma moça que casa, entra na igreja de vestido branco, e já teve relações com o namorado”, olha só que história, “a Nossa Senhora chora. E essas lágrimas depois vai derramar durante a vida, sofrimento”. A mãe falava isso...Nós tínhamos medo! Meu Deus, Deus me livre! Tá loco, nunca, pode nem pega na mão do rapaz era... E beijo nem pensa só, quando namorava, nós namorava mesmo. Tanto que antigamente, antigamente quando os rapaz iam namora, as moça não iam na casa do rapaz namora como vão hoje. Não iam! Os rapaz iam na casa da moça, uma vez por semana, geralmente, sábado ou domingo né, e os pais ficavam de pé. Enquanto o namorado não ia embora a mãe não ia dormir pra cuida. Desse jeito.<sup>258</sup>

O medo e a vergonha, juntos com a ideia de pecado, faziam o trabalho de evitar que assuntos como menstruação, gravidez e sexo fossem comentados ou meramente mencionados entre as jovens, as quais somente após o casamento teriam algumas camadas de vergonha e de medo descortinadas com a permissão do padre e de Deus. Antes disso, falar, ou ainda, fazer, como pontuou Rita, seria certamente uma atitude pecaminosa e passível de vergonha, saberes esses transmitidos sobretudo pelas mães, que regulavam os comportamentos através de dizeres, regras e alguns tipos de ameaças, como o choro da Nossa Senhora.

Nas considerações atuais da depoente Amália, havia muita ignorância sobre esses assuntos, os quais jamais era tratados ou esclarecidos pelos pais ou professores, sendo apenas conhecidos quando as moças ou as mulheres atingiam determinada idade adulta. Ao ser questionada sobre sexualidade, gestação e contracepção, a depoente comentou recordando sobre o silêncio que envolvia essas questões levando em conta que ela mesma demorou muito para compreender do que se tratavam.

Gabriela: Vocês falavam sobre sexualidade, sobre gestação, sobre formas de evitar...?

---

<sup>258</sup> Rita. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 12/06/2023

Amália: Eu não sei também se naquele tempo tinha como evitar. Ih! A gente nem sabia, eu tinha 15 anos e eu nem sabia o que era uma gravidez, nem sabia quando a mãe tava grávida. Eu tinha já 17 anos quando a Neura nasceu (irmã). Naquela vez eu vi a mãe grávida, mas bem no fim, no final da gravidez. A gente não percebia, não tinha, eu não tinha conhecimento. Ela não falava nada. Nada, nada, nada... Quem casasse que se aprendesse, no caso que ela disse que aprendeu assim, aprendeu quando ela casou.<sup>259</sup>

Aparentemente, instruções sobre os assuntos relacionados à sexualidade nunca chegariam até as meninas e moças, sendo questão de tempo e de experiência própria, algo que não se comentava em família muitas vezes por questões incrustadas tradicionalmente, como as ideias de vergonha e pecado, como bem expressaram algumas depoentes. Diante dessas noções negativas em relação à sexualidade, sobretudo à de natureza feminina, um grande silêncio era passado de geração em geração.

Vinda de uma família grande, sendo a irmã mais velha de nove filhos, a migrante Marcia também comentou em depoimento sobre as lembranças de sua infância e juventude onde presenciou a mãe inúmeras vezes grávida, algo que no momento atual a depoente considerou como resultado de uma educação opressora, pautada na ignorância e na subserviência feminina. Segundo Marcia “A mãe não tinha boca pra nada, coitada, nunca falava nada. (...) Ela não tinha noção das coisas. A mãe meu Deus, ela só sabia criar os filho. Na realidade era o pai, bem assim, ele dizia assim “quem canta é o galo!” Machista. É... quem canta é o galo, tudo assim”.<sup>260</sup>

Semelhante ao que a depoente Amália comentou, Marcia também recordou sobre a falta de informação diante de assuntos relacionados à sexualidade, demonstrando que questões como menstruação e gravidez eram evitadas, escondidas e nunca mencionadas, sobretudo em relação às crianças e jovens. Nesse sentido, a depoente recordou de episódios transcritos abaixo.

Marcia: Eu lembro assim, eu tinha 11 anos de idade, e minha mãe assim (grávida), ela subindo assim o moro e parou. Daí eu pensei quê que será que a mãe comeu de estragado que tá com essa barriga? Eu não sabia que ela tava grávida, eu não sabia. Olha isso! Eu tinha 11 anos de idade. Ninguém, ninguém sabia, eles escondiam tudo! A gente nem imaginava, não existia isso, ninguém falava nada, meu Deus do céu isso era pecado! A cegonha, a cegonha trazia, Deus mandava os filho! A mãe não falava de sexualidade, não, ela nunca falou. E quando nasceu a minha mana, ali na Faro, na Linha Faro, o pai chegou “meu Deus vocês têm que ir dormir lá”, lá pra baixo onde hoje tem a Linha Becker, tinha uma família lá com sete filhos, e lá foi nós, nós tava em seis pra dormir lá porque “vinha vindo um tio de Pato Branco” ... Chegamo lá de manhã cedo, no escuro, naquele quarto, a mãe com o nenê. Olha eu não sei, eles não ensinavam e eles cobriam tudo acho que com medo. Eu não lembro das gravidez da mãe, lembro que ela tinha sempre aquela

<sup>259</sup> Amália. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

<sup>260</sup> Marcia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 01/03/2022

barriga, achava que ela tinha comido uma coisa estragado...Não, como as pessoas eram coitadas! Então bem complicado. Era tudo assim, eles não ensinavam, capaz! Menstrua eu só fui descobrir quando, então assim era tudo assim, pra tu vê como que era a mente. Deus mandava os filhos! Eles ficavam quietinhos, eles não falavam<sup>261</sup>.

Ao relembrar cenas do passado, a depoente em tom de indignação comentou sobre as estratégias utilizadas pelos adultos para encobrir as gestações e o nascimento dos bebês, acontecimentos naturais da vida e da sexualidade femininas às quais passavam naquele tempo necessariamente pela experimentação do sexo, algo que como recordou a depoente, era considerado “feio” e “pecaminoso” e que deveria ser expressamente evitado de ser mencionado. Ao comentar sobre o assunto a depoente relembrou de uma conversa onde três gerações se encontraram e os termos, mesmo que ditos em alemão, causaram reações diferentes entre as envolvidas

Marcia: Eu não sei, eu não sei, não tinham noção, e a gente não podia falar nada meu Deus do céu, que nem a mãe esses tempos vieram meus netos aqui e a gente falou né, “scheide” (vagina), pênis (pronúncia em alemão inaudível), e a mãe disse que feio falar isso, não pode falar que é feio! Como é que pode uma coisa dessas? Que nem passar mão na barriga da grávida, capaz!<sup>262</sup>

Conforme lembraram as depoentes, menstruação, gravidez e sexo eram assuntos tabus. As meninas pouco ou quase nada falavam entre si sobre a questão da chegada da primeira menstruação, considerada suja e motivo de grande vergonha, algo que escondiam com todo o cuidado. Em alguns casos, eram as irmãs mais velhas que ensinavam umas às outras sobre o que se tratava e quais as formas de lidar, por exemplo, ensinando sobre a utilização dos “paninhos”, os quais deveriam ser sempre lavados escondidos, sem deixar nenhum vestígio e muito bem guardados. Tais “paninhos” serviam como forma de conter o fluxo sanguíneo e geralmente eram feitos com panos mais macios restantes de costuras. Segundo as recordações de Ines que comentou sobre o assunto lembrando o tabu que era “Meu Deus, era um sacrifício! Lavava tudo escondido!”.

Nas memórias de Amália, existia um mistério sobre esse tema, muito embora nem todos os vestígios eram devidamente encobertos, o que deixava uma pequena brecha para suposições que com o tempo se confirmaram ou não, como narrado no trecho abaixo

---

<sup>261</sup> Idem.

<sup>262</sup> Marcia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 01/03/2022

Amália: Meu Deus! Não falavam, nada, nada, nada! A minha irmã, a Ida, era mais esclarecida, mas ela não falava pra mim, porque uma vez ela me disse assim “quando tu fizer 15 anos eu vou te contar uma coisa”. Até hoje ela não me contou! Ela morreu e eu não sei de nada. E eu pra mim era isso, que a gente menstruava... Eu meio que já imaginava que era isso, porque eu tinha visto alguma coisa das minha irmã, mas ninguém comentava nada. Mas olha, é complicado né. Foi difícil essa parte mas no fim ficou tudo certo<sup>263</sup>.

Para além da menstruação, a própria gravidez era um assunto coberto de vergonha e pouca informação. Embora se esperasse das mulheres muitos filhos, a gravidez, produto das relações sexuais, era algo que meninas, moças e mulheres dificilmente conversavam a respeito. Ao comentar sobre os aspectos da sexualidade das mulheres no tempo da chegada dos migrantes em Guarujá, a depoente Judite lembrou dos esforços feitos para encobrir barrigas grávidas e quanto o assunto “gravidez” era tabu mesmo entre as mulheres adultas. Ao lembrar do tema durante a entrevista, a depoente fez um paralelo com o tempo presente refletindo sobre como as coisas teriam mudado, ao passo que ela não teria acompanhado tantas transformações.

Gabriela: Vocês falavam em casa sobre gravidez, filhos?

Judite: Ah, a gente escondia o quanto mais podia! Não é que nem agora que mostra aquela barriga. Meu Deus, a Stephanie, meu Deus do céu, eu me senti mal, ela vinha só de barriga de fora... Essa neta minha, meu Deus, e aquelas foto... A gente botava uma roupa franzida pra esconder, e quando a gente tava pra ganha nenê, a gente já sabia como né, então o pai já levava as criança na comadre ou na vizinha (...) Daí a gente combinava, a mulher ia comigo, e as criança ficava com as mais velha, elas tinham as crianças mais velhas do que as minhas. Então eles não tinham mandioca, então a gente arrancava mandioca e dava pra elas leva lá pra “enterte”, pra dize que elas iam fica lá, come e aquelas lá diziam, “tua mãe vai te nenê”. E a gente não contava!<sup>264</sup>

Ao comentar sobre o tema da sexualidade a depoente de 90 anos juntou cenas do presente com cenas do passado buscando mostrar as diferenças na forma como as mulheres lidavam com a questão do aparecimento da barriga, que, claramente, anunciava não apenas a chegada de um bebe, mas a realização de um ato sexual. Na concepção das mulheres no período, tal demonstração era desagradável e deveria ser evitada de todas as formas possíveis, sobretudo em relação às crianças, que até os últimos momentos das gestações eram distraídas e desconversadas sobre o aspecto arredondado das mulheres da comunidade. Como lembrou a depoente Marcia, tudo era

<sup>263</sup> Amália. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

<sup>264</sup> Judite. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 18/07/2022.

encoberto, evitado, não explicado. Diziam às crianças que quem mandava os bebês era Deus, e que quem os traziam eram as cegonhas. Sem ter onde buscar informações ou sem outras alternativas de explicações, o assunto por assim ficava. Nas memórias de muitas das depoentes, entre aquelas que já eram adultas e aquelas que ainda estavam na mocidade, naquele período tudo era muito ingênuo e desprovido de malícia ou até mesmo maldade<sup>265</sup>. A depoente Rita, em sua entrevista, lembrou de algumas situações onde reafirmou as falas de outras depoentes quanto as dificuldades de abordar os assuntos relacionados ao corpo feminino e também a mentalidade atravessada de muita vergonha que chegou junto com as migradas do Rio Grande do Sul para Santa Catarina.

Rita: A minha mãe nunca foi de falar assim. Até quando a minha mãe tava esperando o meu último irmão, eu tinha uns 12 anos quando ele nasceu, logo no início da gravidez da mãe eu vi que a mãe tava ficando mais gorda, mas eu não sabia... Não se falava, u-hum. Não se falava. Daí fui aprendendo assim, lendo, e com as amigas, televisão não tinha...<sup>266</sup>

Rita assim como as demais depoentes da mesma faixa etária, ou seja, filhas de mulheres que migraram durante a fase adulta e, portanto, estavam vivendo ainda um importante momento reprodutivo de suas vidas, recordam de cenas como essas, onde percebiam condições diferentes, no entanto, não possuíam pleno entendimento das coisas. As gestações das mães não eram comentadas. Ao contrário, às gestantes lhes eram reservados o silêncio e a discrição. Como recordou a depoente Katia, tudo era muito “restrito” com o suposto intuito de preservar ao máximo a inocência dos jovens que deviam sempre “se cuidar”.

Katia: Quanto ao sexo e essas coisas, era tudo muito restrito, muito pouco se explicava pras crianças, era falado muito pouco né. Era tudo mais escondido, não falavam que as mães estavam grávidas, não contavam nada pras mocinhas, então era bem difícil naquela época.

Muita coisa eu não sei, eu saí de casa eu tinha doze anos e fui estudar fora, aí essa minha juventude eu não participei, só sei que muitas moças engravidavam sem saber da verdade né. Não tinham aquele acompanhamento dos pais, os pais tinha vergonha de explicar, depois o problema tava aí e muitas vezes a família não aceitava essas gravidez, tanto assim que as moças escondiam a gravidez pra não contar pro pai e pra mãe, depois de repente as criança nasciam. Era assim né, era tudo mais restrito. Hoje não, hoje as criança pequena sabem de tudo, hoje tudo mudou, mas antigamente era tudo, isso era vergonha! Isso era feio! Não podia fala nada né, era assim mesmo, era tudo mais escondido, né. Os filhos não sabiam de nada, às vezes os filho grande não sabiam de nada, nem sabiam que a mãe tava grávida, de repente chegavam em casa tinha aquele neném pequeno e isso era assim né.

<sup>265</sup> Lembrando que tais considerações são sobre os aspectos relacionados à sexualidade.

<sup>266</sup> Rita. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 12/06/2023.



A gente tinha assim só aquele namorado e sabia que tinha que se cuidar, né, mas, era assim né mais tudo no “vamo vê”, “vamo adivinha”. Às vez um ou outro contava, as meninada se falavam as coisa mas não assim abertamente como é hoje. Nossa! Não, nunca! Pelo amor de Deus! Não era assim não, nossa, era tudo muito escondido. Nós era moça grande e brincava de casinha, não sabia que existia isso, então era assim...<sup>267</sup>

Tudo era escondido porque era vergonhoso, era feio, era mal explicado e encoberto, havendo aquelas poucas que na falta de informação pagavam o preço com uma gestação, como recordou Katia. Já outras, seguiam na inocência até a efetivação do casamento, quando descobriam, enfim, sobre a rotina sexual do casamento.

Como recordaram algumas das depoentes mais antigas, como Lurdes e Leda, “naquele tempo” eram todas muito inocentes ou “bobinhas”. Ao falarem sobre o tema da sexualidade, as depoentes lembraram sobre os namoros os quais poderiam até acontecer mais de uma vez na vida de uma moça, no entanto, havia sempre o propósito de com esse namoro alçar noivado e conquistar um compromisso de casamento. Namorava-se para casar, e no ato do namoro, muitas vezes as moças e os rapazes eram vigiados pelos pais, os quais pessoalmente cuidavam ou se não, deixavam um acompanhante observando tudo o que acontecia. Segundo as depoentes, os enamorados mal conversavam e menos ainda mantinham contato físico, algo impensável na época, na comunidade.

Ao recordar sobre a inocência das moças da época, Lurdes discutiu sobre o assunto mencionando o valor dessa pureza como algo valioso e mensurado no ato das encenações para o casamento. Questionada sobre como eram os namoros naquele contexto a depoente relembrou

Lurdes: Casei virgem e tudo. Foi tudo muito bom, naquele tempo era assim. Olha naquele tempo a gente só podia sentar perto assim, mas ninguém pegava um no outro, beijar, nada disso! Os pais eram severos. Eu casei tão boba, bem inocente! Eu sabia mais ou menos como era mas não sabia como foi mesmo. Meu Deus do céu, hoje em dia é só sexo e coisa, naquele tempo não tinha disso, uma ou outra que casava grávida, Deus ô livre isso! Que se uma guria tinha um namorado, ah, era difícil depois arrumar outro. Eles queriam gente boa os que casavam.<sup>268</sup>

Sabiam mais ou menos, eram inocentes ou muito bobas. Praticamente todas as depoentes que tocaram no assunto descreveram-se dessa forma, justificando na sequência que saber demais não era algo que se esperava delas, afinal, quem sabia

<sup>267</sup> Katia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

<sup>268</sup> Lurdes. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

demais era potencialmente mal vista e também mal falada, tendo em vista que possivelmente já havia cruzado a linha da decência que separava as moças boas para casar. Tal situação implicava não apenas em medidas para as relações entre moças e rapazes, mas entre os próprios pares. Uma moça que sabia demais ou que era vista com muitos namorados, como comentou Lurdes, não era igualmente uma boa companhia para se estar. A reputação da considerada boa moça entraria igualmente em jogo por conta de suas boas ou más companhias. No caso de um descuido como uma gravidez antes do casamento, a moça era sumariante rechaçada pela comunidade, sendo motivo de vergonha e grande constrangimento. A ingenuidade estava nesses casos diretamente relacionada com a pureza das moças, sendo a pureza um relevante valor na sociedade colonial instalada em Guarujá.

O conhecimento sobre a sexualidade, suas relações e consequências, portanto, não era algo desejável para as moças e mulheres, tendo em vista que tudo que dizia a respeito ao assunto estava atrelado, segundo as depoentes, com coisas consideradas “vergonhosas”, “proibidas” e até mesmo “pecaminosas”, sendo neste último aspecto levado em conta os valores cristãos tão presentes entre as migrantes e colonas. Dessa maneira, uma boa moça não deveria mencionar certas palavras e ter determinadas conversas sob o risco de ser indecente e imoral. Para além do moralismo, a vergonha também freava qualquer possibilidade de diálogo sobre os diversos assuntos relacionados à sexualidade. Dessa forma, a ignorância travestida de ingenuidade se fazia presente no cotidiano das mulheres, as quais não compartilhavam experiências, não abriam situações da intimidade, não expunham suas dores e receios. Enfim, vivenciavam experiências muitas vezes sozinhas, pois o silêncio também fazia parte da conduta de uma mulher séria e direita.

#### **4.4.1 O NAMORO**

Como lembraram algumas das depoentes, o ato do namoro era algo intencional. Não se namoravam muitos rapazes nem muitas vezes na vida. Namorava-se para casar. Não necessariamente essas relações passavam por um envolvimento amoroso, estando mais em cheque para ambos os lados a reputação e a conduta do pretendente sendo avaliados neste percurso o que cada um poderia oferecer para o outro. As moças buscavam por rapazes com potencial de lhes assegurarem uma vida estável e melhor

que a vida oferecida pelos pais. Nesse sentido, os rapazes deveriam ter algumas qualidades como serem trabalhadores e terem boa índole. Por outro lado, os rapazes procuravam por moças consideradas descentes, trabalhadeiras e caprichosas, ou seja, moças com potencial para serem boas mães e boas donas de casa. Naquele contexto, como expressado pelas depoentes, estavam em jogo valores e atribuições considerados necessários e relevantes para a continuação, ou, reprodução de um estilo de vida centrados na religiosidade, no trabalho e na família.

Envolvendo afetos ou não, de qualquer maneira, segundo as depoentes, os namoros “naquele tempo” não envolviam significativas demonstrações de afetividade ou trocas físicas de carinho, sendo tais proximidades mal vistas e altamente não recomendadas pelas mães das moças, as quais eram instruídas a evitarem contato com rapazes sob o risco de mancharem a pureza e a reputação. Não se beijava, não se abraçava, não se tocavam as mãos. Segundo a depoente Thereza “naquele tempo não tinha nada disso”<sup>269</sup>.

Para os pretendentes interessados em desenvolver um relacionamento, os limites eram bem claros. Normalmente, a dinâmica dos namoros envolvia muita simplicidade e limitações, prezavam-se as conversas, as caminhadas de acompanhamento, ou algum outro momento juntos, enquanto alguém os acompanhava e os vigiava, sendo impensável para uma moça estar sozinha junto a um rapaz. Nos encontros, a moça ou a mulher deveria “se dar o respeito”, evitando qualquer tipo de brincadeira ou toques, havendo, inclusive, em alguns casos, situações onde os rapazes faziam “testes”, provando da pureza e da capacidade moral da pretendente. Se caso a moça se desse ao deleite de qualquer tipo de experimentação, como ceder à um beijo ou a uma “gracinha”, o rapaz poderia julgar sua atitude compreendendo não se tratar de uma moça de respeito ou adequada para casar, ocorrendo, portanto, a dissolução do namoro e uma possível rasura na reputação da jovem. Segundo a depoente Alda, os tais “testes” ocorriam com frequência e eram levados muito a sério, tanto pelos rapazes quanto pelas moças. Ao comentar sobre os namoros “de antigamente” e as regras de conduta, a depoente esclareceu sobre o assunto relembrando de uma conversa que teve com uma antiga amiga a qual revelou ter passado por esses tais testes de seriedade e conduta

Alda: Nossa, porque era assim, os rapaz, eles até tentavam testar as moça, se elas se entregavam pra eles, eles mesmo se estivessem noivos com a casa

---

<sup>269</sup> Thereza. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. São Miguel do Oeste, 25/12/2021.

pronta pra casar, eles não casavam! Até agora, não faz muitos anos, eu tava falando com a mulher lá do gringo, ela falou assim que o marido dela falou que depois que eram casado né, que se ela tivesse se entregado pra ele, ele não tinha casado com ela! Era assim a lei. Mas por isso que tinha mais moça solteira, porque o homem não casava! Acho que só, mas só se era um milagre mesmo<sup>270</sup>.

Ao recordar sobre os envolvimento entre moças e rapazes, a depoente utilizou o termo “lei” buscando esclarecer que o ato de testar e de ser testada fazia parte dos rituais de namoro da sociedade campesina instalada em Guarujá, onde curiosamente não eram questionados os avanços e as más intenções dos rapazes, mas sim, a capacidade das moças de não se deixarem ser seduzidas. A lei, ou, a regra, era bem clara. Se a moça cedesse aos encantos e às vontades do corpo, ela claramente não era digna para desposar, sendo justificável portanto, o desmanche do relacionamento fosse namoro ou algo mais sério, como o noivado.

Embora houvessem situações onde as pretendentes eram “testadas”, também haviam relacionamentos iniciados e fundamentados em outros aspectos, como a amizade e afinidade, sendo recorrente o namoro entre jovens que já se conheciam anteriormente por conta da proximidade entre as famílias. Nesses casos, a procedência da moça e do rapaz já eram de conhecimento não apenas do pretendente, mas de toda a família, existindo, portanto, outros pontos de base para o desenvolvimento do relacionamento. Mesmo que os tais testes de pureza e conduta não fossem feitos propositalmente, as moças frequentemente tendiam a evitar situações onde poderiam ser mal vistas ou mal faladas, priorizando por encontros em público ou acompanhadas. Como lembrou a depoente Thereza, embora interessada no pretendente que veio mais tarde ser seu marido, ela evitava participar dos encontros sozinha sendo sempre acompanhada por uma amiga, parente ou colega quando aceitava os convites para ir passar um tempo junto ao namorado.

Thereza: Quando era domingo, ele ia na missa, passava daí lá em casa conversa com a gente, amigo né. Conversava e convidava, vamo toma um chop, toma uma cerveja hoje de tarde, vamo junto. Daí eu convidava uma colega e ia junto, né. Convidava uma colega sempre, nunca ia sozinha! E assim começou...<sup>271</sup>

<sup>270</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

<sup>271</sup> Thereza. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. São Miguel do Oeste, 25/12/2021.

Da mesma forma, a depoente Rita comentou sobre os cuidados que eram tomados em relação às moças as quais deveriam ter “juízo” e deveriam sempre sair acompanhadas evitando qualquer exposição ou atitudes consideradas imorais.

Rita: Eu comecei a ir nos bailes com 15, 16 anos, já, sempre junto com alguém, o pai e a mãe nunca foram comigo né. mas quando eu saía de casa o pai dizia, “juízo é! Porque nessa casa não entra mais”. Ele se referia a namorar, engravidar, porque naquela época engravida solteira era o fim do mundo.<sup>272</sup>

Aceitar convites para passeios, festas, para tomar uma bebida, e eventualmente, para ir em bailes, era algo aceitável, pois esses eventos ou encontros ocorriam normalmente em espaços públicos onde as moças chegavam e permaneciam acompanhadas, o que evitava contatos mais íntimos e afastava qualquer suspeita de possíveis desvios de conduta. Nesse cenário, o mais comum era encontrar com os pretendentes nos chamados “matinês”, bailinhos realizados durante o período da tarde aos finais de semana, onde ao final do evento, os rapazes se dispunham a acompanhar as moças em segurança até em casa, momento onde poderiam desenvolver conversas e flertes.

Nas memórias da depoente Alda, as paqueras eram muito sutis e inocentes. Se não fosse por respeito, a vergonha e o medo do sexo oposto, no caso dos jovens, continham em partes os ímpetos que poderiam levar à indiscrição. Ao relembrar desses momentos do passado, Alda descreveu a dinâmica dos namoros recordando as distâncias físicas existentes entre os rapazes e as moças, as quais nas ponderações de depoente eram muito “chucas”.

Alda: A gente paquero assim com um com outro mas namorado, namorado foi só um... porque, naquele tempo as moça não se misturavam com os rapaz, era muito difícil! Por exemplo, os rapaz tavam pra lá e as moça pra cá, aí tinha que ter muito assim, pra chegar perto um de outro. E daí às vez, as vez tinha um baileco de tarde, no domingo, chamavam de matinê, aí de repente a gente conversava com alguém, ou ia um pedaço junto com a gente... mas nada... A gente era chucra!<sup>273</sup>

Trazido junto com os migrantes do Rio Grande do Sul e muito comum no extremo oeste catarinense, o termo “chucra” utilizado pela depoente tem a ver com algo muito despreparado, cru, pouco treinado ou instruído, sendo relacionado também com

<sup>272</sup> Rita. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 12/06/2023.

<sup>273</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

os animais, geralmente cavalos, os quais quando ainda indomados recebiam a alcunha de “chucros”. Como “chucas”, a depoente quis dizer que as moças não tinham habilidades ou preparo para se relacionarem com os rapazes, sendo até mesmo arredias, fosse por vergonha, por despreparo ou mesmo por auto proteção. Ser “chucra” nesse sentido, quase se assemelha ao ser “bobinha”, embora demonstre uma crueza maior, um despreparo maior em relação ao desenvolvimento de interações não apenas com o sexo oposto, mas com pessoas de modo geral. Criadas em meio ao mato, com pouca educação e voltadas sobretudo para o trabalho, não apenas as moças eram “chucas”, mas praticamente toda a população que se instalou em Guarujá do Sul naquele período.

Fossem as moças e as mulheres “bobinhas” ou “chucas”, o importante era não ser “metida” demais, ou namoradeira demais. Antes fossem arredias e difíceis de se aproximar, desde que fossem trabalhadeiras, fortes e potencialmente caprichosas. Às moças que eram consideradas “muito dadas”, ou seja, muito dispostas e disponíveis aos namoros e paqueras, os comentários negativos e a má fama logo tomavam frente anunciando que aquela não era uma boa opção de namoro, sendo menos ainda uma boa opção para se casar. Embora houvesse situações como essas, segundo as depoentes, praticamente todas as moças e mulheres da pequena comunidade eram muito sérias e apresentavam um padrão de conduta semelhante, sendo poucas as exceções que fugiam à regra. No entanto, quando havia uma dessas exceções, as mesmas davam um prato cheio para os comentários maldosos ou para as “fofocas” que circulavam por muito tempo, as quais eram dificilmente esquecidas.

Fofocar, como lembrado pelas depoentes, era algo muito comum na comunidade. Tendo em vista o pouco número de habitantes, os quais praticamente todos se conheciam em algum nível, e, o pouco de acontecimentos que tiravam os colonos e colonas do tédio da rotina de trabalho, fofocar, ou comentar sobre a vida e os atos alheios era uma forma de entretenimento que às vezes durava por semanas. Se não fossem as cenas dramáticas ou de desgraça que geralmente acometiam os homens em situações envolvendo acidentes de trabalho, muito rotineiros à época, expressivamente as protagonistas das fofocas eram as mulheres. Abrilhantando episódios de escândalo, desde os menores aos considerados mais “cabeludos”, as mulheres passavam por julgamentos e avaliações de outras mulheres que mediam suas ações e condutas num policiamento moralizante e muitas vezes excludente. Ao recordar sobre os acontecimentos presenciados no passado, a depoente Alda relatou o episódio de quando uma moça da comunidade considerada muito bonita, mas também “muito metida”, após



se relacionar brevemente com um rapaz acabou engravidando. O acontecimento foi considerado um escândalo o qual envolveu familiares de ambos os lados, mas, quem saiu prejudicada e mal falada teria sido apenas a moça que engravidou, “coitada da moça”<sup>274</sup>, comentou Alda ao recordar do acontecimento. Outras depoentes também relembrou de situações como essa e lamentaram os julgamentos feitos em relação às moças que por descuido acabavam por engravidar precocemente e sem estarem casadas, como fez Ines ao comentar suas recordações.

Ines: Daí quando uma vez teve umas moças grávida, todo mundo falava das coitada, meu Deus do céu! Tinha umas quantas que ficaram grávida naquele tempo, meu Deus quanto falaram mal dessas coitada... Falam mal, uhum, pra sociedade era uma coisa né! Não aceitava, a sociedade não aceitava, né.<sup>275</sup>

Da mesma maneira que Ines, que lembrou dos julgamentos em relação às moças que teriam engravidado sem estarem casadas, a depoente Rita lembrou de alguns casos onde as consequências teriam sido maiores do que os julgamentos. Como esclarecido por Rita, era comum que como forma de punição pela vergonha que teriam causada na família, as moças grávidas fossem expulsas de casa. Em suas considerações, a vergonha da família era tanta que era preferível excluir esse membro do núcleo familiar. Nesses casos, muitas mudavam de cidade, recorriam a algumas parentes distantes, trabalhavam de domésticas e às vezes, deixavam seus filhos para que outras famílias tomassem conta, não raro, a família da própria patroa acolhia e adotava o filho da moça. Um destino que Rita lamentou profundamente ao recordar de alguns casos que acompanhou.

Gabriela: O que acontecia se uma jovem ficasse grávida sem estar casada?

Rita: Meu Deus! Ficava muito mal. É, diziam que ser mãe solteira era feio e não sei o que... Expulsavam de casa... a maioria eram expulsas.

Uhum... Sofriam muito, meu Deus do céu... Era uma vergonha pra família.

Bom, tem o caso da família do meu marido também. Uma moça, era professora, tava lecionando, foi namorar um cara e engravidou. E ela teve esse filho em Palma Sola, na casa da irmã dela, porque a mãe dela não aceitou. Expulsavam, a maioria, eram expulsas... Essa mulher sofreu muito pra criar esse filho, e ele é um amado, meu Deus do céu... Mas ela sofreu pra criar ele, gente do céu.

Gabriela: Mas eu não entendo por que expulsar, numa situação tão vulnerável...

Rita: Porque era uma vergonha pra família, era uma vergonha <sup>276</sup>

<sup>274</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm, Florianópolis, 10/01/2021.

<sup>275</sup> Ines. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 23/12/2021.

<sup>276</sup> Rita. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm, Guarujá do Sul, 12/06/2023.

A despeito das fofocas, dos falatórios, das expulsões e das ações das moças e mulheres que eram vigiadas e comentadas por todos e todas da comunidade, é relevante lembrar que o que atingia a um, de certa forma atingia a outro, tendo em vista as proximidades, em maior ou menor grau, existentes entre as famílias de colonos e colonas. Por haver poucas pessoas, todos se conheciam e sabiam muito sobre a vida das outras pessoas.

Em Guarujá, muitos dos namoros foram impulsionados, ou mesmo arranjados por conta dessas relações e proximidades entre amigos, parentes e vizinhos, os quais em algumas situações já se conheciam anteriormente no Rio Grande do Sul. Dessa forma, mantinham-se antigos laços os quais se estreitavam ainda mais por conta desses enlaces, havendo também, em muitos dos casos observados, uma extensão dessas relações para o âmbito do trabalho. Nesse sentido, observou-se que se priorizavam relacionamentos entre filhos de amigos mais próximos, os quais em várias situações compartilhavam de interesses econômicos além de afinidades afetivas, culturais e sociais. Nessas situações, se já não ocorriam, era comum que com a efetivação dos casamentos os rapazes passassem a assumir a direção, o gerenciamento ou outros cargos relevantes nas roças, firmas ou negócios dos sogros, ao passo que as moças também passavam a assumir cargos ou funções de relevância nos negócios da família do esposo, fossem no comércio ou no campo.

#### **4.4.2 O CASAMENTO**

Adentrar em temas mais íntimos não foi algo possível com todas as depoentes entrevistadas. Algumas se limitaram a poucas palavras, enquanto outras aproveitaram da situação para comentar sobre ideias, tecer reflexões e contar sobre acontecimentos de suas vidas as quais nunca haviam comentando com ninguém. Dentre os assuntos pouco comentados, mas que atravessaram de maneira tênue praticamente todas as entrevistas estava a questão das expectativas de vida para as mulheres. Afinal, o que era possível para elas experimentarem dentro das condições em que viviam? Com o que sonhavam ou desejavam para si? Enquanto muitas não entraram no mérito do assunto deixando apenas pairar uma resposta que se desenvolvia ao longo da entrevista, poucas refletiram e afirmaram tal como feito pela já mencionada depoente Alda. Questionada sobre como era o cotidiano das moças e mulheres naquele contexto a entrevistada revelou um pouco sobre a mentalidade da época

Alda: A gente não tinha sonho nenhum porque a gente, era assim, era vive e deu, não tinha escolha, não tinha, ninguém falava eu quero ser isso eu quero ser aquilo, eu quero fazer isso eu quero fazê aquilo, não existia isso, ninguém falava nada... só trabalha na roça... e mais nada.<sup>277</sup>

As expectativas para as mulheres, moças e meninas no contexto anterior e mesmo durante a colonização de Guarujá do Sul eram, como percebido por meio dos depoimentos, muito poucas. Não haviam grandes sonhos, planos ou projetos, afinal, muitas delas apenas conheciam a comunidade em que viviam anteriormente no Rio Grande do Sul e depois a colônia em Guarujá. Suas experiências de vida ou opções eram extremamente limitadas, sendo muitas vezes repetições de um estilo de vida já conhecido e perpetrado por gerações anteriores às suas. Nesse sentido, as únicas coisas que sabiam é que trabalhariam, e, em algum momento casariam, dando continuidade a um sistema jamais questionado e do qual sem se darem conta na ocasião, eram peças fundamentais para sua continuação e reprodução. De acordo com as pesquisadoras Marina Maluf e Maria Lúcia Mott

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser.<sup>278</sup>

Sendo assim, casamento dentro da sociedade colonial guarujaense era uma certeza na vida da mulher, um ritual de passagem não apenas para a vida adulta, mas a passagem da jovem para uma outra família da qual ela se tornaria integrante e responsável pela reprodução de valores, de trabalho e de filhos. A mulher, portanto, carregaria em seu papel o pilar da continuação de tradições tanto da família do marido quanto da sua, as quais deveriam ser as mais semelhantes possíveis. A ela também recaiam os deveres de educar, vigiar e zelar por valores morais e religiosos dentro do seu núcleo familiar, sendo as mulheres, portanto, uma importante peça para a manutenção de valores, costumes e tradições.

Como resultado dos namoros, os casamentos realizados em Guarujá do Sul no tempo da colonização tinham como principal objetivo, portanto, a continuação de um sistema tradicional familiar e econômico pautado sobretudo na exploração da terra,

<sup>277</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

<sup>278</sup> MALUF, Marina. MOTT, Maria L. *Recônditos do mundo feminino*. In: *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do rádio*. Companhia das letras, São Paulo, 1998. P.374

fosse nas roças, nas serrarias e nos pequenos comércios adjacentes. Sendo assim, prezavam-se por relacionamentos com conhecidos mais próximos, muitas vezes parceiros econômicos ou de trabalho, levando em conta também dois significativos fatores, descendência étnica e religião. Observando as relações e os casamentos entre colonos e colonas, a pesquisadora Arlene Renk teceu algumas observações que aqui também foram percebidas. De acordo com Renk

Dentre os requisitos para os/as nubentes, insere-se o conhecimento mútuo das famílias; deve-se saber “de que gente são”, para não se incorrer a erros. Aqui entra em jogo outra exigência, a da honra familiar. Os namoros contavam com a vigilância familiar e da comunidade. Sem dúvida, outrora este controle era mais severo, o que não quer dizer que hoje esteja plenamente relaxado.<sup>279</sup>

Conforme os relatos das depoentes, essas questões há muitos anos não configuram mais como elementos significativos, mas nos anos iniciais da colonização e por um bom tempo, foram fatores decisivos para o estabelecimento de relacionamentos como namoro e casamento. Como recordaram algumas das mulheres entrevistadas, italiano só casava com italiano, e alemão só com alemão, sendo ainda mais difícil naquele período o envolvimento com outras etnias, como a cabocla, que também em grande parte contribuiu para a formação étnica, cultural e social de Guarujá do Sul. Muito embora houvessem essas diferenças que para alguns e algumas eram determinantes e irredutíveis, para outras e outros as questões étnicas, culturais e mesmo religiosas eram em alguma medida superadas pelas proximidades que o cotidiano impelia. À medida que todos se conheciam e de alguma maneira se envolviam em situações em comum, como missas, festas, bailes, trabalho e outras atividades do dia-a-dia, as barreiras dos preconceitos e das diferenças eram substituídas por novos laços de afeto, interesses, afinidades e até mesmo dificuldades, o que é claro, nem sempre apagavam todos os possíveis conflitos e desconfianças, mas já traziam novos tons para as relações entre os diferentes grupos étnicos envolvidos na colonização de Guarujá

Embora houvesse, para muitos e muitas essas possibilidades, de modo geral eram priorizados os relacionamentos entre indivíduos do próprio grupo étnico-religioso, até porque, a questão da língua utilizada pelos colonos e colonas era algo ainda problemático no contexto da colonização, elemento constatado sobretudo em entrevistas com as depoentes mais velhas, como Melinda, Judite, Marcela e Erna, que iniciou nossa

---

<sup>279</sup> RENK, Arlene. Mulheres camponesas: experiências de geração. In: História das mulheres em Santa Catarina. Argos e Letras contemporâneas: Chapecó, 2001. P. 222.

conversa já se desculpendo por supostamente falar errado tendo em vista que aprendera a falar Português quando já era adulta como revelou em nossa conversa.

Erna: Eu não sou assim, eu não sei fala as palavras certa porque eu até que o Alceu nasceu, eu sabia só fala alemão. Aham, e daí a Dona Aldérica ela me ajudava, quando eu queria dizer alguma coisa, que ela era minha vizinha. E daí eu comecei a fala mais porque eu tenho um genro, marido da Marli, é brasileiro, o Alceu tá com a Maria, é brasileira, e daí a Moa também, italiana, e daí tu te aprova. Mas a minha neta, ela sempre me fala se eu falo alguma coisa errado, por isso até eu não gostaria de fala muito, porque eu falo assim, tão errado...<sup>280</sup>

Algumas das mulheres entrevistadas para este estudo confessaram apenas saber falar alemão ou italiano quando chegaram para ocupar Guarujá, o que para elas, tanto para as de descendência alemã quanto para italiana, foi algo bastante trabalhoso e, em algumas ocasiões, motivo até mesmo de vergonha e constrangimento. Nesse sentido, houve a revelação de maior constrangimento por parte das mulheres que falavam alemão, tendo em vista que por conta do sotaque, das diferenças dos gêneros das palavras e do “r”, acabavam por sofrer muito preconceito da parte dos brasileiros e dos descendentes de italianos, o que motivava as chacotas e muitas piadas das quais até hoje as entrevistadas se queixam. Para além dos constrangimentos, a questão da linguagem era um empecilho para a comunicação a qual se acrescentavam às diferenças culturais e mesmo práticas do dia-a-dia. Como recordou a depoente Alda<sup>281</sup>, descendente de italianos, embora já falassem português quando se mudaram para Guarujá, desconheciam outras culturas e outras línguas, como a alemã, sendo registrado como algo “muito engraçado” e “diferente” conhecer um alemão e escutar a língua alemã, muito utilizada em Guarujá, pela primeira vez. Esses fatores em conjunto, mesmo que não determinantes, colaboravam para que indivíduos de um mesmo grupo acabassem por se relacionar e se envolver com pessoas de círculos sociais mais “chegados”, ocorrendo, nesses casos, o fortalecimento de hábitos e tradições familiares que em muito se assemelhavam. A depoente Rita ao relembrar de “antigamente” comentou sobre as diferenças de costumes os quais se expressavam não apenas na linguagem, mas também em detalhes do cotidiano, como exemplo, citou a forma de preparar a cama com um ou dois lençóis e também a importância do enxoval para as distintas étnicas que povoaram Guarujá.

<sup>280</sup> Erna. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 18/07/2022

<sup>281</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

Gabriela: E sobre essa questão de não casar com alguém de outra etnia, como é que funcionava isso, como que era?

Rita: Eram os pais que não queriam, sabe? Não aceitavam muito, eu sou italiano vim um alemão na minha casa, sabe? Não casavam. Por exemplo minha filha casar com alguém de origem alemã. Hoje não se liga mais pra isso, só tem existe um pouco de preconceito, de racismo, né, com os negros, mas de alemão e italiano hoje já nem se sabe direito.

Gabriela: Mas e qual que era o problema? Eram muito diferentes os costumes?

Rita: Não sei, não sei de explicar... Eram costumes diferentes sim, bastante diferente. Na comida, na linguagem, na língua, e na própria forma de expressar, muito assim também, costumes de casa, coisa assim... No dia a dia. Por exemplo, a maioria dos alemães, não tem dois lençóis na cama, só o de baixo, nós não, nós usamos dois lençóis. Um lençol e um sobre lençol. E assim, muitas coisas... Outra coisa que os italianos tinham mais costume era que quando uma moça casava ela tinha que ter o enxoval. As italianas, e feitas pela gente mesmo! E os alemão já não tinham isso. Então quando iam casa iam compra, comprava o que podia, o que tinha na época. A gente não, eu tinha doze anos já fazia crochê e tinha que guardar pra enxoval! Tinha que guardar pra enxoval..<sup>282</sup>

Embora houvesse as diferenças de cunho étnico as quais se refletiam nos modos, na fala, nos jeitos de fazer, de trabalhar e sobretudo, de racionalizar, as quais em muitos casos poderiam ser (e foram) amenizadas, misturadas, renegociadas, ou questionadas, uma outra questão foi levantada pela depoente Erna, que foi a questão religiosa. Ainda que poucas das mulheres entrevistadas tenham trazido o assunto, a depoente, que chegou em Guarujá do Sul junto com a família de alemães evangélicos luteranos, trouxe para o presente a lembrança da dificuldade de encontrar um parceiro tendo em vista os receios e as proibições vindas da mãe. Segundo Erna, a mãe era absolutamente contra o envolvimento da filha com rapazes de outras religiões. Ao ser questionada sobre como havia conhecido o marido, a depoente trouxe à tona o cenário dos possíveis pretendentes em Guarujá e a questão da religião, o que para ela foi um empecilho.

Erna: Ele tava sempre no hotel, comia e dormia lá, tinha uns quantos, um monte! Tinham muitos rapazes, que trabalhavam ali. E daí, eu já tinha 20 anos, me achei velha, e não tinha...E a mãe era contra os católico que meu Deus! Eu era dessa religião, hoje sou católico. Ela não queria e daí ela brigava a noite inteira. E Não tinha rapazes! Não, não... Antes eu não tive namorado. Dançava um baile, outro baile, já não tinha mais. E naquela época não tinha tantos bailes, não era que nem agora, era uma vez por quase três meses, quatro meses, tinha miséria ali e não tinha baile.<sup>283</sup>

<sup>282</sup> Rita. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 12/06/2023.

<sup>283</sup> Erna. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 18/07/2022.

Das mulheres entrevistadas cinco delas eram da religião luterana. No entanto, sabe-se que a comunidade luterana em Guarujá do Sul é bastante expressiva fazendo parte da constituição social, cultural e religiosa de Guarujá do Sul, havendo, no início da colonização, uma divisão religiosa perceptível entre alemães e italianos católicos, por um lado, e alemães luteranos, de outro. Segundo o ex-prefeito de Guarujá do Sul, Nestor Emanuel Grimm, esses grupos de católicos e luteranos não compartilhavam dos mesmos espaços de pregação e também não enterravam seus mortos no mesmo cemitério, isso porque, as práticas e as crenças possuíam muitos pontos divergentes.<sup>284</sup> No entanto, tais diferenças que também se percebiam no que tangia às ideias a respeito de natalidade, não foram motivos de conflitos e menos ainda impediam que no convívio diário, no cotidiano, os dessemelhantes religiosos pudessem desfrutar de uma convivência pacífica e harmoniosa. Para a depoente Katia, também de família praticante do luteranismo, mas que veio a converter-se ao catolicismo após o casamento, as questões religiosas não eram tão expressivas no cotidiano da comunidade guarujaense, sendo muito mais um conflito interno das famílias. Segundo Katia, os embates ocorriam sobretudo por conta dos familiares, sendo mencionadas as mães e as avós, ou seja, mulheres de gerações anteriores e mais conservadoras as quais não admitiam ou não gostavam do envolvimento com os católicos. Tais conflitos familiares, segundo a depoente, teriam sim desfeito e impossibilitado muitas histórias de namoro e de casamento em Guarujá, o que não foi o caso dela e da depoente Erna, acima mencionada, as quais venceram os conflitos e se casaram com rapazes praticantes do catolicismo. Questionada se as diferenças religiosas teriam interferido na escolha dos parceiros e se isso também se aplicava em relação à comunidade, Katia esclareceu o seguinte.

Katia: Quanto aos namoros, muitos, muitas realizações de namoro foram desfeitas porque a religião católica e a evangélica eram duas religiões bem distintas e muitos não se dobravam... A gente sabe de casamentos, de grandes amores que não se realizaram por causa disso. Inclusive o meu, a minha família, a minha vovó não foi no meu casamento porque eu virei católica. Mas dali uns oito dias eu já era o xodó dela, ela igual veio na minha casa, e me perdoou e tava tudo bom depois...<sup>285</sup>

<sup>284</sup> Depoentes mais novas, como Ines e Katia, expressaram outra percepção, alegando em seus depoimentos, como visto, uma série de “misturas” e ações coletivas as quais englobavam praticantes de ambas as religiões.

<sup>285</sup> Katia Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.



Ainda conforme a depoente que revelou ser um sonho converter-se ao catolicismo, a religião poderia sim ser algo problemático dentro do âmbito familiar, mas no âmbito do público e do comunitário poucas diferenças eram percebidas tendo em vista que todos se entendiam e se respeitavam, conforme respondeu ao ser questionada sobre as diferenças e possíveis desentendimentos

Katia: Sabe que assim que conflitos entre religião nunca houve aqui. Cada religião cuidava da sua né, tinha talvez conflitos familiares, que os pais não queriam que namorasse um rapaz católico ou uma moça católica, mas não que a gente tivesse percebido, ou que tivesse uma briga. Sempre era como é agora assim. As festas eram comunitárias, todo mundo participava, ninguém se manifestava a favor ou contra, né <sup>286</sup>

Conforme os depoimentos das várias mulheres entrevistadas, o que se percebeu é que de fato haviam questões que atravessam as escolhas de parceiros e parceiras, como questões religiosas, étnicas, culturais e sociais, as quais em maior ou menor medida, impactavam nas decisões dos jovens. Muito embora houvessem tais elementos que para muitas eram significativos sobretudo por conta da carga familiar, do peso das tradições e costumes carregados por gerações, o que se percebeu também é que a fase da colonização, em partes, significou uma pequena ruptura com tais costumes e percepções. Ainda que as gerações mais antigas, como as dos pais de muitas migrantes ainda levassem a ferro e fogo algumas concepções, muitas delas, por conta das distâncias, falta de vigilância, de padres, escolas, ou outras formas de poder e condução social, acabavam por se tornar flexíveis ou redutíveis. Na opinião da depoente Alda, de fato muitos costumes ainda eram praticados e levados na “ponta da faca” por muitos migrantes chegados em Guarujá, no entanto, muita coisa teria sido amenizada ou relevada, como a questão da quantidade de filhos, o casamento entre grupos étnicos diferentes, o poder social e familiar do pai, o poder da igreja e dos padres. Ainda conforme a depoente, Guarujá teria sido colonizada por muitas famílias jovens, novas, o que teria influenciado, portanto, em sua percepção, para um leve afrouxamento em relação a costumes e normas que no Rio Grande do Sul eram levados seriamente à risca.

Nesse sentido, é possível pensar nas renegociações sociais que falava a historiadora Eunice Nodari<sup>287</sup>, que percebeu que na ocasião das colonizações muitos

---

<sup>286</sup> Idem.

<sup>287</sup> NODARI, Eunice. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Editora da UFSC. Florianópolis, 2011

elementos das tradições, dos costumes, das maneiras, das línguas e mentalidades trazidas por migrantes teriam sido postas em jogo diante de um contexto onde diferentes grupos étnicos e sociais teriam convivido entre situações de harmonia e conflitos. Ao migrar, muitas tradições, costumes, hábitos e ideias de fato eram carregados pelos colonos e colonas sendo muitos desses elementos perceptíveis até hoje, no entanto, as renegociações, as adaptações e flexibilizações foram não apenas necessárias, mas cruciais para a sobrevivência e permanência desses colonos e colonas nas novas terras.

#### 4.4.3 A PROCURA DE UMA ESPOSA

A despeito das possíveis diferenças de etnia, de linguagem e costumes, o que estava em questão de fato no contexto da colonização eram as antigas tradições e necessidades dos colonos e colonas, fossem eles e elas descendentes de italianos quanto de alemães, os quais compartilhavam de valores em comum como trabalho, família e religiosidade. Sendo assim, as tradições de ambas as etnias por sua ligação religiosa, isso no caso dos católicos, compreendiam o casamento como a continuação de um formato familiar, que no caso dos colonos e colonas, também se vinculava ao trabalho realizado na terra. A família, portanto, produzida e reproduzida a partir do casamento era uma forma de manutenção de um estilo econômico, social e cultural desses migrados. Nesse sentido, as necessidades que surgiam para os homens ocorriam na direção de encontrar e se relacionar com uma companheira para auxiliá-los nas mais diversas tarefas domésticas e serviços, fossem na roça, no comércio ou qualquer outra coisa que precisassem. Ou seja, buscavam por alguém que os fosse ajudar. Enquanto para as mulheres, o casamento desde a infância era algo anunciado como um dos seus poucos destinos possíveis. De acordo com as análises de Renk, essas questões faziam parte de um “negócio de família”.

O casamento como “negócio de família” (Bourdieu, 1962 e 1980) contava com a aptidão física dos noivos, a “vontade de trabalhar”, “de ter cabeça”. Contava ainda com a reputação familiar, sua honra e sua honestidade. A reputação familiar e o capital transmitido consistiam na socialização e na aptidão para o trabalho, traduzidos na “vontade de trabalhar e saber usar a cabeça”, sendo estes os atributos mais relevantes que a posse de bens.<sup>288</sup>

---

<sup>288</sup> RENK, Arlene. Mulheres camponesas: experiências de geração. In: História das mulheres em Santa Catarina. Argos e Letras contemporâneas: Chapecó, 2001. P. 225.

Sendo “a vontade de trabalhar” uma qualidade e um alto valor dentro da sociedade migrada, as moças e as meninas, ainda pequenas, eram ensinadas a fazer tudo, pois delas que viria a ajuda, havendo entre suas tantas funções também as tarefas de apoiar seus maridos, respeitá-los, segui-los e cuidá-los, assim como ter e cuidar dos muitos filhos que deveriam ter. A mulher que não casava, nas raras exceções que aconteciam, ou não casava por conta das demandas que haviam na própria família de origem, como nos casos de falecimento da mãe que deixava para traz muitos filhos pequenos, ou se não, para cuidar dos pais e dos mais velhos. O ideal era que independentemente de qualquer coisa, a moça ou a mulher arranjasse um marido, tendo em vista que ficar na casa dos pais, salvo nas exceções mencionadas, era considerado como um fardo indesejável. Como recordou a depoente Rita, muitas vezes essas cobranças partiam das próprias mulheres da comunidade, sobretudo as avós e as mães, as quais preparavam suas filhas desde muito novas para a ocasião do casamento. Segundo suas recordações, as meninas eram preparadas para saberem fazer tudo no que dizia respeito a ser uma boa esposa e boa mãe, havendo um julgamento muito grande entre as próprias mulheres diante daquelas que pouco sabiam fazer alguma coisa.

Rita: Eu lembro que em dias de chuva então, que a gente não ia na roça né, e daí a mãe cortava... e nossa! nós costurávamos todas as roupas. Só as calças de domingo do pai que não. E, mas as outras roupas tudo nós que costurava, a mãe cortava e ela me ensinou a costurar e eu costurava.

Gabriela: As italianas, então, parece que eram educadas pro casamento, pra serem donas de casa...

Rita: Sim! Sim. Costurar, remenda, borda... eu sei que eu tinha doze anos, e eu gostava de brincar, tinha um pátio bonito na frente de casa e tinha bastante piaçada assim, e minha vó foi passear lá, a mãe do pai, e daí a vó disse assim, acho que no segundo dia que ela tava lá, ela falou assim, onde é que se viu essa menina grande desse tamanho, tá correndo aí com as piaçadas!? Aprende a fazê crochê! E daí, a vó me ensinou naquele tempo a fazê crochê fazendo um joguinho de paneleiro. Aí que eu aprendi a fazer crochê. A gente aprendia então com a vó, com a mãe, a mãe fazia muita coisa assim.

Gabriela: E tinha muita essa cobrança então de vocês saberem fazer as coisas?

Rita: Sim, sim! É, porque daí tu casava, tu precisava, costurar, tu precisava remendar, sabe o que é remendar? Precisava remendar, precisava fazer as coisas! Precisava fazer comida, fazer a limpeza, e ajudar na roça, tira leite, tratar os porco, as galinha, tudo! E nós era ensinada desde pequena! Porque se não diziam “ah, aquela moça não sabe fazer nada!”. E daí as mães que criticavam! As mulheres falavam entre si, falavam mal de quem não sabia<sup>289</sup>

Ensinadas desde a infância e cobradas ao longo da juventude, o casamento era destino iminente. Era necessário, portanto, estar preparada e pronta, sabendo costurar,

<sup>289</sup> Rita. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 12/06/2023.

bordar, sabendo fazer comida, sabendo lavar e cuidar da casa, além dos animais e da roça. Casar era destino.

Comentando sobre o tema e recordando de como havia conhecido e então casado com seu esposo, a depoente Erna narrou sua trajetória e destacou o que estava em jogo “naquele tempo”, demonstrando as necessidades que surgiam de ambos os lados. Nas recordações de Erna, embora houvessem afetos e afinidades na construção do namoro e na proposta do casamento, a questão da idade a preocupava, se considerando à época “velha”, e, portanto, diante de uma corrida contra o tempo para arranjar um marido. Ao se envolver com um antigo conhecido da família, reencontrado na ocasião de um baile, a ideia do casamento pareceu ser interessante para ambos os lados tendo em vista que o pretendente precisava de alguém para o auxiliar em seus negócios. Ela, por sua vez, se interessava pela ideia do casamento, e também pela possibilidade de ajudá-lo em seu estúdio de fotografias.

Erna: E daí aquela vez o Miro veio me buscar (para ir ao baile) e me disse tu não quer casar comigo? Eu disse eu vou dança contigo, mas tem que casá comigo (risos). Ele era um rapaz (inaudível), e bem, pensa, carpinteiro, sempre no comércio, e nós umas piriquita que não tinham nem roupa (risos). Nós sempre, se conhecemo! [...] eu tava namorando só quatro mês, daí ele pediu pro pai se ele podia, se nós podia casá porque ele não podia mais fica suzinho, ele tinha foto na mesma casa, tinha a delegacia, e daí todo mundo mexia nas foto dele... E daí acharam uma foto na rua, que entraram, porque a porta tava aberta. Mas era uma casa assim, de moradia, o quarto escuro, e daí abriram as caixa de papel e estragaram.

Gabriela: Aí ele queria uma companheira pra trabalhar? (risos)

Erna: Sim! Sim!

Gabriela: E a senhora estava gostando, estava interessada?

Erna: Sim, sim..Gostei muito dele! Nós tinha uma vida boa no começo, meu Deus.... Eu sempre trabalhando fora e trabalhado na roça, e não podia se compra nada, depois eu podia...

Gabriela: então depois que vocês casaram ficou legal?

Erna: Sim, foi muito legal...<sup>290</sup>

O depoimento de Erna é bastante representativo porque ele mostra a realidade que outras mulheres entrevistadas, e até mesmo, outros depoentes informais comentaram em relação aos casamentos realizados nos primeiros anos de Guarujá do Sul, os quais tinham como interesse, ou, eram arranjados tendo em vista a ajuda que a mulher poderia fornecer ao homem em seu negócio ou na roça. De acordo com Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, os casamentos do começo do século XX eram balizados, portanto, por funções e papéis que cada membro deveria interpretar e prover na vigência

---

<sup>290</sup> Erna. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 12/06/2023.

do matrimônio. Segundo as pesquisadoras “a cada representante da sociedade matrimonial conferiu-se um atributo essencial. Assim, se o marido cabia prover a manutenção da família, à mulher restava a identidade social como esposa e mãe. A ele, a identidade pública, a ela, a doméstica”<sup>291</sup>.

Em entrevista, o ex-prefeito Nestor Emanuel<sup>292</sup> também comentou que a escolha pela esposa, a qual conheceu em 1956 em Guarujá do Sul onde a mesma trabalhava como empregada doméstica na casa de conhecidos, se deu pelas suas qualidades enquanto boa cuidadora de crianças, boa faxineira e boa cozinheira.

Embora se afeiçoasse pela moça à época, a qual descreveu como bonita e caprichosa, não estavam em pauta necessariamente os afetos, ainda que esses existissem, mas sim, suas capacidades e habilidades para gerenciar um lar e uma família. Em contrapartida, o depoente confessou que a procura por uma companheira apenas ocorreu quando o mesmo estava seguro em relação a ter boas condições financeiras para oferecer à possível futura esposa e filhos, mesmo que essas "boas condições" fossem a princípio muito modestas.

Tendo em vista as revelações de Erna e de Nestor é possível perceber que no contexto observado o que se esperava das mulheres, ou, o que era buscado, não eram necessariamente uma companheira no sentido romântico, mas antes uma companheira que pudesse ajudar. Que tomasse conta da casa, da família, dos negócios, da roça, e em muitos casos, do próprio marido, sendo ela responsável por suas roupas, por sua higiene, rotina, e demais cuidados. Ou seja, buscava-se alguém que ao mesmo tempo gerenciasse e executasse todas as tarefas da vida cotidiana familiar. Segundo Erna ao lembrar do dia a dia de trabalhos das mulheres em casa “era assim, todo mundo fazia assim, todas as mulheres...”

#### 4.4.4 ACEITANDO A PROPOSTA

Ainda que o futuro fosse bem claro para as moças e mulheres que estavam prestes a se casar, o casamento, destino comum e esperado para todas à época, era algo que deviam em algum momento aceitar. Fosse por amor, afeição, necessidade ou outros

---

<sup>291</sup> MALUF, Marina. MOTT, Maria L. Recônditos do mundo feminino. In: **História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do rádio**. Companhia das letras, São Paulo, 1998. P.382

<sup>292</sup> Nestor. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 23/12/2021.

interesses, por volta dos vinte anos de idade as moças deveriam começar a procurar por algum companheiro. Neste tempo deveriam, entretanto, já possuir um enxoval preparado, algo que começavam a elaborar ainda na mocidade quando aprendiam a costurar e a fazer bordados, tal como a depoente Rita comentou. Costuravam roupas de cama, paninhos, toalhas de mesa, de cozinha, juntavam algum pouco dinheiro para outras necessidades e compunham, gradualmente, entre outras peças de cozinha e de casa, o modesto enxoval que levariam para a futura casa onde habitariam junto com seus futuros maridos e filhos. O enxoval, além de ser algo criado e composto pela própria moça, também era algo dado, em alguns casos, pelos pais da moça. Em poucos casos observou-se a cessão de terras ou de colônias, algo que era comum para os filhos homens. Segundo as depoentes, essa era a lógica da época, muito embora as meninas e moças também trabalhassem nas roças, essas dificilmente recebiam algum pedaço de chão quando casavam, pois, com a efetivação do casamento, a filha prontamente faria parte da família do marido e seguindo a lógica, a mesma passaria a trabalhar para a família do mesmo.

Ao comentar sobre a decisão de migrar, que no caso da depoente Judite, foi uma decisão tomada entre o pai, os irmãos e seu esposo, Judite esclareceu que em Guarujá seriam enfim donos das próprias terras. Questionada se ela havia também ganhado um pedaço de colônia, assim como seus irmãos que também havia migrado, a depoente exclamou “não!”, e explicou como que as coisas funcionavam “naquele tempo”.

Judite: Nós viemo porque compremo.

Gabriela: Vocês mesmo que compraram, não ganharam do teu pai?

Judite: Nunca! Agora, as mulher não. Ganhavam um enxoval, ganhavam uma vaca, dos pais né, a mulher. Os home então o pai comprava meia colônia.

Gabriela: Por que as mulheres não ganhavam terra?

Judite: é que nós ganhava o enxoval.

Gabriela: Mas vocês também eram colonas...

Judite: Mas querida, é que naquele tempo, os bisô faziam assim né, que o rapaz precisava leva a mulher e ele tinha que ter onde levar, e tu tinha que casa com aquele que tinha o lugar.

Gabriela: E o que a senhora ganhou de enxoval?

Judite: Nossa, ganhei bastante, ainda tenho! Roupas, que eu ganhei do pai e da mãe, a máquina de costura, que eu aprendi a costura... Nossa, a gente não podia se queixa...<sup>293</sup>

Sendo essa a divisão dos “presentes” dados pelos pais, os homens geralmente recebiam algum pedaço de terra ou animais, como vacas de leite, cavalo, ou outro animal produtor, e as mulheres, por seu turno, ganhavam tecidos, máquinas de costura,

<sup>293</sup> Judite. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 18/07/2022.

panelas, algum móvel ou ainda mesmo algum animal também produtor, como vaca, cabras e galinhas. Das mulheres entrevistadas, algumas recordaram que elas mesmas com a ajuda das mães teriam costurado o vestido para a ocasião, como a depoente Leda.

O casamento era, como observado, um momento relevante na vida da mulher e muito possivelmente na vida do homem, assim como era um momento de celebração e de mudanças para todas as famílias envolvidas e também para a comunidade. Muito embora envolvesse vários interesses e necessidades já comentados, o casamento não era apenas a confirmação e o aceite dessas negociações, era também a realização de um importante sacramento religioso e a constituição de uma nova família que integraria a comunidade guarujaense. Ao lado do batismo e da primeira comunhão, outros importantes sacramentos cristãos, o casamento foi um dos momentos mais registrados e uma das cenas mais encontradas nas fotografias das depoentes entrevistadas, o que me levou a considerar a relevância desse acontecimento na vida dos colonos e colonas. Enquanto algumas possuíam algumas recordações de outros momentos da vida, outras, no entanto, possuíam apenas alguma fotografia da juventude e com certeza tinham ao menos uma fotografia do dia do casamento.

Como revelado pelas depoentes, no entanto, as fotografias que registravam o casamento nem sempre eram feitas exatamente no dia da celebração do matrimônio, que ocorria em duas etapas, sendo uma o casamento civil, registrado em cartório, e a outra o casamento religioso, celebrado na presença de um padre. Segundo as mulheres entrevistadas e que realizaram a celebração do casamento em Guarujá, havia naquele contexto de colonização uma série de dificuldades que também eram expressas no que tangia à realização dos casamentos. Primeiro, no tocante a fotografia, as depoentes recordaram que “tirar foto” era algo muito difícil naquele tempo, sobretudo por se tratar de uma tecnologia considerada cara e que dependia de um longo processo que às vezes ainda poderia dar errado. Nos primeiros anos em Guarujá, poucos moradores tinham acesso a esse registro sendo, portanto, incomum a utilização da fotografia especialmente entre as famílias mais modestas e agrupadas nas áreas rurais. Ainda que fosse um recurso inviável para o dia a dia de muitas famílias, muitos esforços eram feitos quando se tratava de registrar ocasiões como a primeira comunhão e casamento. Segundo o ex-prefeito Nestor Emanuel<sup>294</sup>, poucos moradores possuíam na ocasião uma câmera fotográfica, sendo contratados, eventualmente, serviços de fotógrafos de outras cidades,

---

<sup>294</sup> Nestor, entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 23/12/2021.



os quais vez ou outra passavam por Guarujá fazendo retratos e registros. Com a chegada dos migrantes do Rio Grande do Sul, Miro Gallert, fotógrafo e carpinteiro, e de Luiz Grimm, professor, os registros fotográficos passaram a ser mais comuns, sendo de autoria deles e da depoente Erna, boa parte dos registros realizados nos primeiros anos de Guarujá do Sul, tais como os que seguem abaixo.

Imagem 48 – CASAMENTO REALIZADO NA LINHA BELA VISTA.



Fonte: Acervo particular da família Grimm

Imagem 49 – CASAMENTO REALIZADO NA LINHA MAIDANA.



Fonte: Acervo particular da família Amann.

Imagem 50 – CASAMENTO REALIZADO NA IGREJA CATÓLICA DA SEDE DE GUARUJÁ DO SUL.



Fonte: Acervo particular da família Grimm.

Imagem 51 – CASAMENTO REALIZADO NA IGREJA CATÓLICA NA SEDE DE GUARUJÁ DO SUL.



Fonte: Acervo particular da família Gallert.

Sempre muito tímidas, sérias ou com expressões que poderiam ser interpretadas até mesmo como tristes, as noivas e também os noivos dificilmente eram registrados sorrindo. Como recordaram as depoentes Erna e Melinda, a ocasião do casamento era um momento de nervosismo e por isso ficavam envergonhadas e nervosas, o que na angústia de não expressar tais sensações acabavam por engessar um possível sorriso. Somados aos possíveis sentimentos de tensão, também havia a exigência do fotógrafo para que posassem sem se movimentarem. Já nas lembranças da depoente Alda, a noiva que protagoniza a imagem logo abaixo, esse era o costume da época, onde as mulheres não posavam sorrindo como explicado por ela.

Gabriela: A senhora lembra quem que fez a fotografia?

Alda: Quem tirou foi o Miro. E eu só tenho essa foto, a gente bateu poucas poses e aí a gente foi dando pras outras pessoas e só tenho essa. E por que eu tava séria, é porque a gente era assim, não tinha nada pra fica se arreganhando, porque não tinha motivo, tava muito tudo, parece meio sem graça, não sei... Pessoal era assim todo mundo! (risos)<sup>295</sup>

Imagem 52 – REGISTRO FOTOGRÁFICO DE CASAMENTO REALIZADO NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1960 EM GUARUJÁ DO SUL.



Acervo particular da família Tortora.

Sérias, cansadas, nervosas, de qualquer modo, o que as entrevistadas revelaram é que por trás da fotografia que registrava a celebração do casamento havia uma série de situações envolvendo confusão, problemas, cansaço e espera. Ao comentar sobre a fotografia do casamento dos pais, o informante Léo Carlos recordou dos comentários feitos pelo seu pai que justificavam as expressões sérias dos noivos

Léo: Naquela fotografia, segundo o seu Nestor Emanuel me contou muitas vezes, naquela hora já haviam passado quase cinco horas do horário de casar.

<sup>295</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

Todo mundo cansado, meio bêbado já. O Schoppen já tinha caído dentro da bacia de salada, o vinho tinha acabado, o padre tinha atrasado, o Kasper, tinha ido pra Dionísio Cerqueira, passaram lá por São Pedro de jeep, imagine naquele tempo tudo estrada de chão, e chegaram de volta e acharam o padre no meio do caminho. Pegaram outro padre, aquele padre principal não veio, veio outro padre pra substituir. Imagine a tranqueira e o trauma que ficou..., Mas, casaram, aguentaram o repuxo.<sup>296</sup>

Enquanto o informante trouxe essas recordações que o seu pai havia comentado “muitas vezes”, a outra filha do casal de noivos registrados pelas lentes de Miro Gallert deu uma outra versão da história corrigindo a anterior. Segundo Salete, “na verdade essa foto foi tirada no outro dia. Tiveram que se vestir tudo de novo porque no dia anterior o fotógrafo não veio porque tinha chovido, caído árvore na estrada e não sei o que, e aí eles tiraram foto só no outro dia...”<sup>297</sup>

Verdade ou não, jamais saberemos exatamente o que ocorreu, no entanto, ficou evidente que por trás dos registros fotográficos haviam uma série de empecilhos e dificuldades os quais eram trabalhosamente contornados, resultando, em algumas ocasiões, em expressões que hoje poderíamos julgar de diferentes maneiras, como cansadas, tristes ou até mesmo desanimadas.

Para além das questões dos registros em fotografias os quais envolviam muitos problemas e confusões, como foi narrado pelas depoentes, haviam ainda duas questões problemáticas em Guarujá as quais as entrevistadas recordaram, que era a falta de um padre e a falta de um cartório. Diante desse cenário de inexistência de um cartório próprio na recém criada comunidade, os primeiros casamentos realizados em Guarujá não puderam ser registrados, portanto, naquela localidade. Dessa maneira, portanto, os casamentos eram registrados em municípios vizinhos, sobretudo em Dionísio Cerqueira, município do qual Guarujá fazia parte e onde já existia a estrutura de cartório. Sendo assim, além dos matrimônios, todos os tipos de documentações dos quais os migrantes de Guarujá do Sul poderiam necessitar eram requeridos e realizados em Dionísio, entre certidões de nascimento, óbito, documentos de compra, venda entre outros. Apenas no ano de 1958 foram implantados na colônia de Guarujá os cartórios de registros na sede colonial e na Linha Pessegueiro, os quais foram assumidos pelos escrivães de paz Nestor Emanuel Grimm e Normélio José Arnoldo, respectivamente.

Ainda que a questão do registro fosse algo problemático, esse inconveniente foi menos lembrado do que o problema que era a ausência de um padre para a realização

<sup>296</sup> Léo Carlos. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm, Curitiba, 19/04/2023

<sup>297</sup> Salete. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Curitiba. 19/04/2023



das cerimônias. Até a década de 1980, a comunidade guarujaense não contava com ministros nem padres próprios. Para as celebrações dos casamentos, portanto, havia a necessidade de organizar a data com a possibilidade da presença de algum padre que viria de uma outra diocese, sendo mais habitual o comparecimento de padres vindos de municípios como Dionísio Cerqueira e São Miguel do Oeste. Conforme recordações de depoentes, as condições precárias das estradas e o clima oestino, sempre marcado por muita chuva e serração, além de rigorosos invernos, contribuíam para toda a sorte de infortúnios. Os padres poderiam atolar com os jipes no caminho, poderiam cruzar com estradas fechadas por conta de buracos, excesso de água ou árvores quebradas, além de atrasos e até mesmo ausência na data acertada. De qualquer maneira, os casamentos acabavam por acontecer, entre desencontros e calmarias.

Muito embora esses fossem alguns dos problemas enfrentados pelas depoentes e por muitas mulheres que vivenciaram a experiência de colonizar Guarujá do Sul, a partir da realização do matrimônio, novos desafios eram postos a elas. Se antes, enquanto filhas, eram ensinadas a obedecer e instruídas a realizar diversas tarefas, como esposas deveriam assumir definitivamente todas as funções do lar e da roça, sendo acrescentada, ainda, a tarefa de tornarem-se mães. Nas lembranças das depoentes consultadas, o gerenciamento de tantas funções e responsabilidades tornavam-se ainda mais complicadas com o nascimento dos filhos, os quais conforme comentários de depoentes como Leda e Marcela “vinham um atrás do outro”. Sem a possibilidade de métodos contraceptivos e com a demanda crescente de trabalho em casa e na lavoura, as mulheres que colonizaram Guarujá passaram por situações que muitas disseram que prefeririam “nem lembrar”, tal como foi dito por Leda, e que “daria um livro”, como comentou Zenaide.

#### **4.4.5 A MATERNIDADE NA COLÔNIA**

O cotidiano da mulher colona em Guarujá do Sul foi marcado por uma série de dificuldades, limitações e privações as quais aumentavam diante da chegada dos filhos. Naquele tempo tudo era difícil, inclusive, ou, sobretudo, a maternidade. No entanto, não só de lembranças tristes elas lembraram e comentaram. Se por um lado era penoso e havia as dificuldades inerentes ao contexto e época, por outro, a felicidade e a



simplicidade, da qual muito falaram, também atravessaram essas experiências que hoje existem enquanto memórias que marcam suas trajetórias de vida.

Na ocasião da migração do Rio Grande do Sul para as colônias em Guarujá, muitas das mulheres que chegavam estavam vivenciando um período da vida marcado por casamentos recém efetuados ou famílias recém formadas. As recém casadas, normalmente, vinham na companhia do marido e logo nos primeiros anos instalados na colônia davam início à formação da família, sendo bem visto e bem esperado uma grande quantidade de filhos. Já aquelas que migravam junto ao esposo e filhos nascidos ainda no Rio Grande, normalmente vinham acompanhadas de uma pequena prole, com crianças de colo a jovens de 12 anos. Em muitas circunstâncias, essas mulheres que já eram mães faziam a travessia do Rio Uruguai carregando mais um filho na barriga, havendo a continuidade e crescimento da família em solo catarinense, fato que culminou na grande quantidade de crianças logo nos primeiros anos da colonização.

As situações acima colocadas foram observadas nos depoimentos coletados onde percebeu-se que a opção por migrar estava relacionada à um determinado momento do ciclo de vida daqueles colonos e colonas. Segundo Truzzi, esse seria um importante fator para a decisão de migrar tendo em vista questões como tempo de vida para usufruir os benefícios da ação migratória, e também uma equação definida pela dinâmica familiar, como esclarecido pelo autor.

Em muitas ocasiões, a família como um todo emigra quando a relação entre bocas para alimentar e braços para trabalhar é favorável, isto é, quando os filhos estão adentrando a adolescência. Tal estratégia foi muito comum entre os imigrantes que chegaram ao Brasil, seja como colonos na lavoura cafeeira paulista, seja como colonizadores rurais nos estados do Sul do país e do Espírito Santo.

Em outras ocasiões, emigra-se ainda jovem, quando os entusiasmos (e provavelmente também as ilusões) são maiores e, sobretudo, quando se avalia que os potenciais benefícios advindos da emigração poderão ainda ser usufruídos, justamente porque se estima ter muitos anos de vida pela frente. Em outras, ainda, emigra-se porque o sistema de herança praticado na origem não comporta a permanência de todos os herdeiros na propriedade rural familiar, predispondo indivíduos a considerar seriamente a alternativa da emigração.<sup>298</sup>

Sem ser uma regra, as questões apontadas por Truzzi foram observadas no que tange à experiência migratória ocorrida em Guarujá, havendo a preponderância de migrantes em idade reprodutiva, algo constatado através dos depoimentos coletados que

---

<sup>298</sup> TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 20, n. 1. P.204

mostraram que a maioria das migrantes contavam com idades inferiores há quarenta anos de idade.

Com recursos próprios, apoiados financeiramente pelos pais ou com a ajuda de terceiros, esses migrantes chegavam com a intenção de dar início a um projeto de vida, tendo em vista a reprodução do estilo já posto em curso no Rio Grande do Sul e a abertura de novas oportunidades para os futuros filhos. Esse projeto ambicioso que fez com que muitos deixassem para traz a vida que tinham para apostar na construção de um novo lar, no entanto, teve um alto preço para as mulheres que anteriormente à colonização já acumulavam demandas na rotina doméstica e familiar. Em terras guarujaenses, tão reclusas e de difícil acesso, gestar e criar os filhos ao mesmo tempo em que abriam roças, derrubavam árvores, cuidavam dos animais e alimentavam seus homens, se tornou uma tarefa árdua que muitas mulheres tiveram que enfrentar, sobretudo aquelas que vivenciaram a colonização em seus primeiros anos. Um desses casos foi o da depoente Marcela, uma das primeiras moradoras de Guarujá do Sul que no ano de 1954, aos 27 anos, migrou junto ao esposo, João, para se instalarem na Linha Gaúcha.

Embora com dificuldades na fala, na audição e problemas de saúde por conta da idade, Marcela, aos 95 anos, recordou sua experiência enquanto colona trazendo a questão da maternidade vivida por ela em solo guarujaense onde foi mãe de nove filhos. Em seu depoimento, as lembranças do trabalho foram atravessadas pelas memórias do nascimento e a criação dos filhos.

Marcela: Eu trabalhei muito. Meu deus do céu! Se arrumava de noite pra de manhã ir na roça. Levava as criança, uma no colo, um de arraste e outro na barriga. Eu já disse umas quantas vezes, hoje em dia, quando tem dois, “ah essas cria, ah não dá pra leva” e não sei o que. Eu sempre tinha um no braço, um na barriga e outro na mão, pra ir na roça. Três! Todo dia! Era difícil sim. O marido ajudava, só que ele tinha de ir na frente mais ligeiro se não também na roça nada era feito. Aqui de baixo até lá era mato, e era lenha e lenha, lenha. Eu e aquela do Teves, a Noili Teves, ela me ajudou um ano inteiro na roça. Coitada daquela mulher, trabalho também. E eu não tive empregada... nenhum dia, u-hum.<sup>299</sup>

As lembranças de Marcela trazem para o presente um pouco da cena cotidiana de muitas mulheres que migraram junto aos maridos para Guarujá e logo tiveram que assumir o pesado trabalho de abrir roças em meio ao mato que cobria toda a paisagem. Ao mesmo tempo em que assumiam seus deveres enquanto esposas, as quais deveriam

---

<sup>299</sup> Marcela. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm, Guarujá do Sul,

cuidar da casa, do marido e gerar filhos, aliás, muitos filhos, era designado a elas também como parte da ocupação enquanto companheiras o trabalho de “ajudar” os maridos na abertura de roçados, plantio de alimentos e cuidado dos animais. Essa “ajuda” acontecia diariamente independente das demais demandas que aconteciam paralelamente ao trabalho na roça. Na condição da colonização, período marcado pelo acentuamento da precariedade da vida em decorrência da falta de alimentos e de materiais básicos, essas diversas tarefas tomavam proporções até então desconhecidas por muitas mulheres, havendo a necessidade, portanto, da criação de estratégias para que pudessem dar conta de tudo.

Se por um acaso não houvesse nenhum tipo de ajuda para lidar com os filhos, que conforme a depoente Marcela, “chegavam um atrás do outro”, restava às mães colonas levá-los junto onde eram acomodados em estruturas toscas como cestos, “balaies”, “chiqueirinhos” e panos no chão. Essa lembrança também foi compartilhada pelos filhos das mulheres que viviam nessa rotina, como Eder, filho de Dona Leda. Enquanto a depoente recordava das diversas tarefas das quais era encarregada e executava sozinha por conta da falta de ajuda, o filho mais velho que acompanhava a entrevista comentou sobre suas lembranças

Leda: Eu me plantava de tudo. Até uma moradora dizia “a Leda quase se mata trabalhando, enquanto as outra tão lá tomando chimarrão, mate doce, se reuniam lá, eram entre umas quantas. Eu lavando roupa, trabalhando, cozinhando, tirando leite, plantando...Fazia o queijo, fazia a horta, tinha que fazer tudo. Levava ele num cesto, puxava ainda o Dilso, ia junto, pra ficar entretendo, ele era mais velho. (risos) coitado! Deus ô livre, eu passei as minhas.

Eder: Minha vó morava no cedro, nem morava ali a vó. Daí a mãe começou a plantar na roça lá batata, e mandioca, essas coisa. Eu lembro que eu era pequenininho, eu ia junto, ela me levava junto na roça.<sup>300</sup>

Para aquelas que não possuíam ajuda de sogras, de outras moças e mulheres, como o caso das depoentes Leda e Marcela, a estratégia de levar junto os filhos era o mais habitual, de modo que as crianças ao mesmo tempo em que ficavam perto da mãe, aprendiam pela convivência o ofício na lavoura. Embora essa fosse uma das estratégias mais utilizadas pelas colonas, o trabalho realizado não “rendia” tanto quanto era necessário, de modo que com o aumento do número de filhos muitas acabavam por pegar a ajuda de uma outra criança maior para auxiliar nesses períodos. Essas crianças se não fossem as mais velhas da própria família geralmente eram as filhas de vizinhas

---

<sup>300</sup> Leda e Eder. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul,

ou amigos próximos. Essa tática empregada pelas mães reduzia parte do peso das tarefas que deveriam cumprir, contudo, competia a elas o gerenciamento dessa ajuda externa, o que pouco reduzia a sobrecarga mental da mulher que era mãe. Como lembrou Leda, que ao todo teve sete filhos, todos nascidos na Linha Taquaruçu, a ajuda externa ainda era pouco pois se tratava de uma criança cuidando de outra, gerando sentimento de culpa e de dó de ambas as crianças.

Leda: Eu trabalhava, fazia tudo em casa, depois quando tinha dois, três filhos peguei uma menina pra cuidar deles né, ela ficasse junto, era meio grandinha já. Antes disso nada não tinha. A guriuzinha era só pra ficar com as criança, mas ela não me ajudava a fazer nada. Ela era novinha! Daí o Clemente também foi prefeito eu tinha eles tudo meio pequeno tinha a tal da Valdeneri que ficou lá um tempo. Era uma moça, que ela vinha na aula e meio dia ajudava.<sup>301</sup>

Essa ajuda que muitas vezes vinha de meninas de outras famílias de colonos era uma alternativa bastante comum em Guarujá, sendo essa uma lembrança igualmente compartilhada pelas mulheres que atuaram enquanto cuidadoras e que ao contrário do que diziam as mulheres mais velhas, consideravam o trabalho doméstico bastante desgastante em função das tarefas realizadas. Se no caso de haver a possibilidade de ter ajuda de outras mulheres adultas, geralmente quem se encarregava desse serviço eram as mães dos maridos. As sogras, muitas vezes, foram mencionadas como importante elemento de ajuda na vida dos jovens casais tanto anteriormente no Rio Grande do Sul, mas sobretudo depois, no início da experiência de colonização em Guarujá.

Além da casa da sogra servir em algumas situações como a primeira moradia do casal até que a casa própria fosse construída, as sogras também participavam auxiliando nos partos e pós partos das noras, oferecendo ainda, posteriormente, ajuda e assistência quando mais tarde a jovem mãe retornasse ao serviço na lavoura. Embora houvesse casos de desentendidos entre sogras, noras e cunhadas, como visto no depoimento de Clara, que segundo a mesma, uma das motivações para a mudança teria sido a vontade de morar longe da família do esposo por conta de rixas com a sogra, houve também situações como de Judite, que recordou com carinho da sogra e de uma brincadeira que a mesma fazia com o nome das netas, Edite e Elides.

Dona Judite de 90 anos migrou junto com o esposo para Guarujá do Sul no início da década de 1960 onde vieram se instalar na Linha Taquaruçu “no meio do mato”. Tanto a família de origem quanto a família do esposo eram descendentes de

<sup>301</sup> Leda. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul,

italianos os quais atuaram desde a chegada no Brasil como colonos. Ao tomar conhecimento das terras em Guarujá, a família do esposo mobilizou boa parte dos seus membros e recursos financeiros e investiram em colônias de terra onde Judite passou a trabalhar imediatamente à sua chegada. Na ocasião, Judite já era mãe de duas crianças e estava grávida da terceira, o que em nada a impediu que continuasse trabalhando. Ao ser questionada sobre as atividades da família, Judite recordou sua experiência enquanto colona

Judite: É, tudo colono, os rapaz, o Aloisio e o Estefano. Eles se dividiam, ó essa semana tu vai sair com a “trilhadeira” e o outro, eu e a cunhada ia, a sogra cuidava as nossa nenê. Eu penso hoje, nós deixava duas criança, porque quando eu casei a cunhada tinha a Edite, tinha dois meses, depois quando era um ano que eu tava casada eu tive a Elides. Então a sogra dizia a Edite e a Odete (risos). A sogra cuidava das duas, nós ia, meu deus!<sup>302</sup>

Ao recordar do cotidiano da colonização de Guarujá, Judite lembrou de sua experiência de trabalho junto ao marido e outros membros da família, como a cunhada, que também executava tarefas consideradas pesadas mesmo na época, como derrubar árvores para a limpeza das roças. Questionada ainda se havia trabalho estando grávida, Dona Judite expressou indignação e comentou sobre a questão lembrando que não apenas trabalhou como fez mudança de móveis pesados.

Judite: Meu Deus, até aqui eu tava grávida e derrubei mato com aquele serrote que não tinha motosserra! Derubemo mato. Quando nós compremo era só mato. E tinha um velho, que ia lá e pedia emprestada a carroça dos boi pra leva lenha, porque mato é mato, tu sabe que árvore tinha à reveria. O que a gente não queimava, ele vinha lá se ajuntava e nós emprestava essa carroça e os boi. E daí nós se fizemo uma casa nova, nós morava num galpão, antes de eu ter nenê, faltava dois mês, oito mês eu tava. Quando a casa tava pronta, faze mudança, tinha que levar guarda roupa e coisa, e eu ajudando! E aquele velho, alemão é assim, eles respeitam a mulher mais do que o gringo, então ele vinha e dizia assim “tu tá loco, essa mulher não pode!”, aí ele ajudava nós lá.

Não cheguei a perder nenhum neném, graças a Deus. Nós ia roçá mato, com a foice embaixo das árvores e quando terminava de roça direito, então nós dois pegava o serrote e ele com o machado, tem que abrir um pouco pro lado que tu quer que a árvore cai. E do outro lado com o serrote, mas credo! Mas fazê o que? Era assim. E nós plantava e dava!<sup>303</sup>

Da forma como Judite concluiu sua explicação, outras mulheres trouxeram o mesmo argumento “era assim”. Aparentemente, não apenas Judite trabalhou estando grávida como muitas mulheres que ao chegar em Guarujá precisaram deixar de lado os

<sup>302</sup> Judite. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 18/07/2022.

<sup>303</sup> Judite. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 18/07/2022.

cuidados com a gestação e os filhos e se colocaram na posição de “ajudantes” dos maridos. Embora essa não tenha sido uma regra, observou-se por meio dos depoimentos das mulheres mais novas deste estudo que isso acontecia com frequência, tendo em vista as recordações das próprias mães, hoje falecidas, em situações de trabalho ao mesmo tempo em que gestavam e pariam filhos. Nas memórias de Alda, a sua mãe, que chegou em Guarujá estando grávida do sexto filho, nunca deixou de trabalhar em todas as suas onze gestações, parando apenas no dia do parto se as condições estivessem favoráveis.

Alda: Meu Deus! A mãe trabalhou muito, muito, muito. Derrubá mato, assim pega foice e roçá aqueles matão, com enxada. Ela fazia, todas as mulheres! E depois com o serrote serra as mais grossa, porque não dava pra corta com foice. Isso é, era normal, pra todas as mulheres, fizeram isso. E quando tavam grávidas, trabalhavam até o final. Se podia, né. Agora se sentia muito mal daí já, né...<sup>304</sup>

Na percepção da depoente instalada na zona rural na Linha Taquaruçu, onde muitos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul vieram ocupar, fazia parte da rotina feminina os trabalhos pesados mesmo quando essas pudessem estar grávidas. Ao comentar sobre o assunto, Alda ainda esclareceu que ter muitos filhos era algo igualmente comum e recorrente na comunidade onde viveu em Guarujá e lembrou das vizinhas.

Alda: A mãe teve onze filhos, a mulher do Caramori também teve onze filhos, só que um morreu depois que ela tinha dois meses eu acho. A Miola teve só cinco eu acho, não, teve seis. A Lúcia não lembro quantos, quando eu fui embora de Guarujá ela já tinha uns quantos, depois teve mais<sup>305</sup>

A gestação compulsória, sobretudo entre as migrantes de descendência italiana, segundo a depoente, ainda que com menos força do que como ocorria no Rio Grande do Sul, foi algo presente em Guarujá do Sul até meados da década de 1970. Segundo Alda, em Guarujá o poder dos padres e da igreja teriam sido menores e com menos influência tendo em vista que se tratava de um novo lugar povoado sobretudo por pessoas mais jovens. No entanto, os migrantes mais antigos carregavam ainda algumas noções, costumes e discursos os quais acreditavam e enfatizavam a necessidade de gerar filhos e evitar qualquer tipo de contracepção. Esse tipo de discurso, presente e muito difundido

<sup>304</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Florianópolis, 10/01/2021

<sup>305</sup> Idem.

entre os praticantes da religião católica, tinha como base de argumento a necessidade de povoar a terra e também gerar o maior número de braços que pudessem nela trabalhar e desenvolver, como lembrado pela depoente que recordou que “todas tinham muitos filhos. Até imagina, nos anos 70, eu acho, os padre queriam que as mulher tivessem uns quantos filhos. Mas era uma forma de povoa a região e ter mão de obra”.<sup>306</sup>

Independentemente das condições econômicas, familiares, sociais ou mesmo físicas, era incumbência da mulher, que também era esposa, ter o maior número de filhos possíveis sob a ameaça de que caso não os tivesse ou os evitasse, estaria cometendo um pecado diante dos homens e de Deus. Mal vista na comunidade e retaliada no âmbito religioso, a mulher sofria penas pela ausência de prole, como recordou a depoente Amália ao comentar sobre o assunto.

Amália: “Ah sim! Eles incentivavam, e a mulher que não tivesse filho, ainda bem antes do nosso tempo ainda, as mulher não ganhavam a comunhão se elas não tivessem. Tu acredita nisso que eles faziam com as mulher? Castigavam as mulher que não podiam ter filho, nossa!”<sup>307</sup>

Tal ameaça era levada a sério pelas praticantes católicas que embora não desejassem “viverem grávidas”, vivenciavam as múltiplas gestações mesmo em situações insalubres, precárias e sem qualquer tipo de ajuda. Desejar ou não, não eram opções.

Ao discutir sobre a questão dos filhos dentro do catolicismo praticado pelos migrantes em Guarujá, a depoente Amália recordou que de fato havia a imposição da religião para que as mulheres tivessem muitos filhos, sendo essa uma tradição antiga percebida com maior intensidade em gerações anteriores a sua, como da mãe e da avó, as quais tiveram 11 e 16 filhos. Embora essa tenha sido uma realidade sobretudo de gerações anteriores à da depoente, em Guarujá ela continuou existindo por pelo menos mais uma geração sendo tal fato bastante expressivo no meio rural, onde muitas famílias se mantinham isoladas e com dificuldades de acesso a recursos contraceptivos e informação.

Também discutindo sobre a maternidade compulsória e questionada sobre os métodos utilizados pela igreja para difundir as ideias natalistas bem como as estratégias de vigia das fiéis, a depoente Alda rememorou colocando que tais ideias eram tradicionalmente passadas de geração em geração. Segundo Alda, “todas tinham muitos

<sup>306</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 10/01/2021

<sup>307</sup> Amália. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 19/07/2022



filhos, as mães, as avós”<sup>308</sup>. De avós para mães e filhas, os ensinamentos e normas eram repassados e replicados de maneira que fossem naturalizados, como “coisa de mulher” até porque, não haviam outros modelos a serem seguidos nem mesmo outras possibilidades. Na percepção da depoente, como já visto anteriormente, a igreja, que uma vez foi tão rígida e influente na intimidade dos casais, em Guarujá do Sul no período da colonização teria perdido um pouco de força, restando, portanto, o poder dos costumes e tradições orais, mantidos sobretudo pelas mulheres de gerações mais antigas. Como já observado também em tópicos anteriores, a força das normas e dos costumes, assim como dos saberes e dizeres, estavam muito atrelados à oralidade, tendo em vista que muitas mulheres eram analfabetas. Elas, portanto, transmitiam às suas netas e filhas valores que eram expressados no dia a dia, na vigilância do comportamento das moças, nas cobranças em relação à postura, ao capricho, a obediência e aos modos. Muito mais do que apenas um mando e desmando da igreja, havia uma cobrança entre as próprias mulheres que desejavam a reprodução de seus saberes, costumes e estilo de vida.

Nas recordações da depoente Erna, ela teria sentido na pele o peso dessa cobrança em relação à maternidade vinda do próprio marido, que teria tecido comparações entre ela e mulheres da família. Conforme lembrou a depoente, na época, todas as mulheres costumavam ter muitos filhos sendo absolutamente comum a existência de famílias numerosas, sendo assim, tanto ela quanto o marido esperavam reproduzir tal formato familiar, o que não ocorreu por conta de uma série de complicações. Em um trecho da entrevista onde foi questionada sobre seus filhos a depoente comentou.

Erna: Eu teria quatro filhos. Eu perdi um, quatro mês de gravidez, e não parou de sangrar, e um dia me deu hemorragia, e daí eles me levaram pro Cedro, pra fazer cirurgia... e depois logo eu engravidei com a Marli. Então a primeira gravidez, aconteceu o aborto... Eu toquei um cacto, acho que era um mês e meio que tinha parado, e daí começou, e daí foi. O Miro naquele tempo ele fez aquele moinho grande, que tinha lá embaixo, e daí, a gente tinha pouca relação, e daí, ele sempre dizia “a minha mãe engravidou ela nunca se queixou”, e daí ele pensou que eu tinha ciúme dele, se eu não falava ou visse alguma coisa...<sup>309</sup>

Durante a conversa a depoente explicou que havia uma cobrança e uma grande expectativa do marido para que ela gerasse seus filhos tal como faziam outras mulheres,

<sup>308</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021

<sup>309</sup> Erna. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul,

sendo atribuída a ela a dificuldade de concepção. Para além de se justificar com a questão da idade, pois achava que já estava muito velha, a depoente também acreditava que pelo fato de não ter se cuidado suficientemente, tendo tocado em um cacto espinhoso, poderia ter prejudicado a gestação que foi interrompida com uma forte hemorragia.

O que se percebe por meio desse relato e também por outras falas é que a cobrança existia sempre aliada a uma comparação, que no caso da depoente, era tecida pelo marido em relação a sua própria mãe, ou à sogra da depoente, à qual teve mais de dez filhos ao longo de sua vida, sendo esse um número bastante comum entre as primeiras migrantes chegadas em Guarujá do Sul. Outras cobranças também surgiam de outros lugares, não sendo exclusividade a cobrança do marido em relação à esposa. Sogra cobravam de noras, amigas e vizinhas cobravam de outras mulheres, mas sobretudo, as próprias mulheres cobravam de si mesmas a realização da maternidade, isso porque, tal realização tinha o potencial de as validar enquanto mulheres, esposas e como membros de uma comunidade que se sustentava com a ideia de família, trabalho e Deus como seus principais valores. Como recordou a depoente Katia, as mulheres comentavam entre si a respeito da quantidade de filhos e filhas que suas conhecidas tinham. Julgavam-se entre si e teciam comparações.

Katia: Eu acho que assim, era tudo meio igual, de ter bastante filhos, só que tinha umas mulheres mais instruídas, não sei como, daí elas não tinham tantos filhos, e daí as outras que tinham bastante filhos falavam, ela é uma cheia, nem filho tem, só um e dois, que quê será que ela faz, ela quer ser mais que nós. Elas tinham assim, ciúme então das que não tinham muito filho. Falavam mal, pra falar a verdade, (Risos).<sup>310</sup>

É bastante claro no depoimento de Katia a questão das cobranças e comparações feitas entre as próprias mulheres as quais de certa maneira exigiam entre si a manutenção de tradições e costumes tal qual haviam aprendido com mulheres de gerações anteriores. Aparentemente, havia a necessidade de aprovação da comunidade e a validação das mulheres em seus papéis de mulheres e de mães, como se essas fossem formas de expressão de seus valores. Para àquelas poucas que ousassem de alguma maneira ir na contramão de tais costumes, algum falatório ou comentário negativo certamente seria destinado mesmo que, no fundo, as mesmas mulheres que comentaram de forma negativa desejassem ter as mesmas possibilidades.

---

<sup>310</sup> Katia. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul,

Embora houvesse a expectativa de toda uma comunidade, como já discutido, também havia, é claro, o desejo internalizado e naturalizado das próprias mulheres em relação a si mesmas. Numa sociedade em que o valor da mulher era medido pelo seu papel dentro do núcleo familiar, tornar-se mãe mais do que um destino era também um desejo que todas compartilhavam.

Na concepção da depoente Lurdes que ao todo teve seis filhos nascidos vivos entre nove abortos sofridos, ter muitos filhos ou ainda, ter uma grande família era algo desejado, considerado bom e muito bonito. Tendo em vista que tanto sua mãe quanto suas avós tiveram uma grande quantidade de filhos e filhas, a depoente revelou que desejava o mesmo para si, sendo seu sonho a construção de uma grande família. No imaginário da época, não apenas para Lurdes, ter uma família numerosa era sinal de saúde, abundância, de prosperidade e da concretização dos planos designados por Deus aos homens, que em Gênesis dizia aos seus filhos “crescei e multiplicai-vos”<sup>311</sup>. Muito emocionada, a depoente recordou das dificuldades que teve para concretizar tal desejo e relembrou de promessas feitas pela saúde do primogênito. Entrevistada em sua casa e questionada sobre sua experiência de maternidade durante a colonização a depoente comentou.

Lurdes: Depois de quase seis anos casada eu tive o primeiro, daí era o Jose Luiz, daí nós já morava numa casa nova, daí ele foi nascer em São Miguel, daí quase perdemos ele. Ele pegou uma infecção no imbrigo, daí eu fiz tanta promessa e tudo, pra ele não morrer, e meu marido também. Eu fiz uma promessa de comprar uma santa, Nossa Senhora de Fátima, pra levar pra igreja, daí depois que tinha nossa senhora tudo aqui, o Luiz já era bem grandinho, daí chamamos o padre e levamos o guri pra igreja, pra agradecer... (chora)

Isso foi muito, muito doído, eu hoje ainda fico triste quando falo tudo. Depois eu tive a Elaine, mas essa foi tudo fácil e bem, depois veio a Idene também, com alegria e tudo, depois veio a Valni, todos muito bem, bem vindos, depois veio a Cleunice, e por último veio o Edilson. Seis filhos, três moças e três rapazes. E o Edilson ele tá hoje meio descompensado porque ele pegou sarampo deu recaída, ele tinha oito meses...E daí ele ficou desse jeito, ele tava quantos dias no hospital pra morrer quase, e daí, ele se salvou, mas ele tá descontado da cabeça, não podia estudar, mas ele não tem nada, tem saúde tem tudo!<sup>312</sup>

<sup>311</sup> “Crescei e multiplicai-vos” Deus os abençoou, e lhes disse: ‘Sejam férteis e multipliquem-se! Enchem e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra’.” (Gênesis 1.28)

<sup>312</sup> Lurdes. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

Questionada sobre o nascimento dos filhos, a depoente voltou suas lembranças para acontecimentos anteriores, recordando sobre o tratamento que fez para poder engravidar em um médico de Dionísio Cerqueira, município vizinho.

Lurdes: O “Cido” levava os doente lá pra Dionisio ou São Miguel, daí ele levou uma criança lá pra Dionísio. Daí depois o médico disse “viu, não deixa tuas criança brinca no carro porque essa doença pega, daí ele disse “eu nem tenho filho”, “mas porque tu não tem filhos?” Daí ele contou que a mulher sempre tem aborto. Eu tive nove abortos, antes do primeiro filho. Daí ele me disse, “me traz ela pra cá que eu vou tratar. Traz ela ali que eu vou fazer exame tudo quero vê se não vai ter filhos”. E daí eu estive os nove meses quase na cama, não podia ir de carro, só a pé pra não perder de novo, e passei. Daí ganhei o Luiz lá em São Miguel e daí deu tudo isso, a infecção do “imbigo”. Meu Deus do céu! Daí eu fiz essa promessa. O que mais eu vou contar?

Ah daí eu fui operada em Itapiranga, eu também quase morri. Daí o médico disse “agora vamos fazer fim, fica só com os três”. Eu disse “não médico, eu queria ao menos uns cinco, uns cinco filho”. Daí me veio só seis (risos). Naquele tempo todos tinham, eu achava bonito e bom que tinha bastante filhos, que nem a mãe criou sete. Era cansativo, tinham muitas noites que não se dormia nada, mas eu achei tudo bom ainda, fácil. Eu tinha sempre empregada então. Eu tinha sempre duas. Elas pararam no tempo comigo. Mas sabe que eu tinha empregada, e eu só cuidava dos filho, a empregada fazia tudo, eu ajudava então no almoço, mas o resto ela fazia tudo, lavava a roupa, passava, fazia pão, fazia tudo! Eu só ajudava um pouquinho, o resto era só com as criança né. E eles tinham saúde, poucas vez que eu tinha que ir no médico, muito pouco, eu cuidava bem deles, não deixava faltar nada<sup>313</sup>.

Lurdes, assim como muitas mulheres recém casadas naquele período, ansiava por uma vida tranquila e feliz junto ao marido e filhos. Embora soubesse da missão trabalhosa que seria criá-los, nunca desejou para si não os tê-los, aceitava as incumbências femininas e a alegrava poder realizá-las dizendo ao longo de nossa conversa que achava tudo aquilo “bom”, por mais trabalhoso que tivesse sido. Tal como Lurdes, as demais depoentes entre lembranças mais tranquilas e outras nem tanto, foram claras em seus posicionamentos de que por mais difícil que fossem as condições, os filhos e suas famílias eram seus bens mais preciosos, algo que jamais abririam mão de ter.

Ao que parece tendo em vista os depoimentos coletados, a igreja, os padres e a religião ainda tinham de certa maneira um grande poder de influência e de controle em relação à moral e a conduta de seus fiéis. Aliado a esse poder que “vinha de fora”, também havia o poder dos costumes, das tradições e sobretudo das expectativas que permeavam a intimidade das famílias, onde as mulheres ocupavam um importante papel de produtoras e reprodutores desses saberes. No entanto, como apareceu em alguns

<sup>313</sup> Lurdes. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

depoimentos, havia ainda um terceiro fator crucial para que houvesse a continuidade de gestações que ocorriam uma atrás da outra. A falta de conhecimento e de dispositivos contraceptivos, segundo depoentes como Leda e Marcela, eram, no entanto, uma das possíveis principais causas para que muitas mulheres continuassem engravidando várias vezes ao longo de suas vidas reprodutivas. Ao relembrar do tempo em que casou e que começou a ter filhos, Marcela comentou sobre o assunto, assumindo que se pudesse não teria tido tantos filhos.

Marcela: Naquele meu tempo quando começava ali não tinha nada com que cuidar. Vai cuidar o que? Hoje em dia tem tudo os preparo já, tantas mulheres novas tem um, dois filhos, mas já não querem né? E quem é que protege?  
 Gabriela: E na época tinha como evitar tantos filhos?  
 Marcela: Não tinha! Pra dizer a verdade, não se via falar. A gente tava “entocado” aí, não saía pra fora... Na cidade tinha. Mas na colonha assim, ninguém nem se viu de falar em cuidar! É!  
 Gabriela: Era algo que a senhora queria ter, muitos filhos? Se pudesse...  
 Marcela: Capaz! Isso vinha um atrás do outro. Quando pensava que agora to livre, com um, já tinha o outro. (Risos). Não era fácil não. Nossa sorte era que nós tinha uma parteira que era boa. Ela era mais sabida do que o médico!<sup>314</sup>

Também questionada sobre o tema a respeito das gestações, a depoente Leda demonstrou que haviam em jogo as duas questões, tanto as cobranças religiosas em relação ao dever feminino, quanto a falta de métodos que pudessem evitar.

Gabriela: E a senhora então teve sete filhos...  
 Leda: Ah, era de dois em dois anos. (risos). Ah, mas é que, o padre nem dava a comunhão se a gente se cuidava, é... Tinha isso. Ditadura solta!  
 Gabriela: Mas e como eles sabiam se se cuidava?  
 Leda: Ah sabiam. A gente tinha que se confessa. É... Não podia se cuidar! Só que tem muitas que tiveram só duas filhas e não iam atrás dos padres.  
 Gabriela: E como que faziam para ter então de dois em dois anos...  
 Leda: Ah dava de mamar né, depois quando tinham um ano, um ano e pouco, daí desmamava, daí ficava menstruada. Enquanto mamava não vinha a menstruação. É...  
 Gabriela: Então vocês conseguiam evitar de certa forma...  
 Leda: Assim sim! Pensa... Se soubessem quanto sofre cada vez. Hoje em dia tem comprimido, tem tudo, mas nós não tinha nada naquele tempo! Daí era tudo na boa sorte! Dava de mama até um ano, um ano e pouco... De certo Deus ajudava um pouco, porque a cada dois anos um filho...<sup>315</sup>

Recordando com certo desconforto e embaraço sobre o assunto, Leda revelou que a questão da maternidade não passava apenas pela vigilância da igreja. Embora padres ainda estivessem atentos à intimidade das fiéis católicas, as quais eram punidas

<sup>314</sup> Marcela. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 27/12/2020.

<sup>315</sup> Leda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 26/12/2020.

com o não recebimento da comunhão, o que se percebe com o relato da depoente é que o que de fato contribuiu para a manutenção das gestações compulsórias entre as mulheres migradas foi sobretudo a falta de informação e de métodos contraceptivos. Ficou bastante evidente, tanto no depoimento de Leda quanto no de Marcela que não havia, ao menos para elas, um desejo genuíno de construir uma família tão numerosa, tal como era amplamente realizado ainda no começo da colonização de Guarujá. Desejavam sim ter filhos, mas se pudessem, não teriam sido tantos. Conforme refletiu a depoente Clara, irmã de Leda e que também em sua entrevista comentou sobre a questão da maternidade, “era sofrido demais”<sup>316</sup>, afinal, as mulheres sofriam muito para gestar, parir e cuidar de tantos filhos. Viviam sempre atarefadas e sobrecarregadas com a demanda incessante do dia a dia que era atravessado por roupas para lavar e costurar, casa para limpar, comida para fazer, roça para roçar entre tantas outras tarefas do cotidiano. Ao lembrar do tempo que chegou em Guarujá, Clara suspirou depois de enumerar suas tantas tarefas, “era triste esses anos...”<sup>317</sup>.

#### 4.4.6 A SAÚDE NA COLÔNIA

Ao longo do estudo fica bastante evidente as condições muitas vezes precárias, improvisadas e escassas vividas não só pelas mulheres, mas por toda a população de migrados em Guarujá do Sul. Por ser uma área de difícil acesso, com poucas vias de ligação com diferentes municípios, com estradas bastante esburacadas, lamacentas e mal planejadas, os habitantes colonizadores de Guarujá desfrutaram por um bom tempo de limitações que se estenderam nos mais diversos setores da vida cotidiana. Nesse sentido, as questões relacionadas à saúde e serviços médicos, sem dúvidas, também foram atingidas por essas faltas e limitações. Como lembrado por quase todas as depoentes, quando questionas sobre as condições da época, não havia médicos e médicas, nem enfermeiros e enfermeiras nos primeiros anos da colonização. Do mesmo modo, não havia hospitais, postos de saúde, nem qualquer outro tipo de assistência ou serviço médico. Sendo essa a condição relativa à saúde na colônia, a estratégia normalmente utilizada para contornar tais impasses era a de levar as enfermas e enfermos para outras localidades, onde poderiam receber atendimento médico.

---

<sup>316</sup> Clara. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 26/12/2020.

<sup>317</sup> Clara. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 26/12/2020.

Geralmente, os municípios para onde eram transportados os adoentados e adoentadas eram os mais próximos, como São Miguel do Oeste, há 40 quilômetros, quando as situações eram mais graves e necessitavam de mais recursos médicos, São José do Cedro, a 15 quilômetros, e Dionísio Cerqueira, a pouco menos de 20 quilômetros de distância da sede de Guarujá. Conforme recordaram depoentes como Ines, ter acesso a esses atendimentos nem sempre era tarefa fácil. As estradas esburacadas, a falta de meios de transporte e ainda, o alto custo das consultas, das internações, exames e outras necessidades, muitas vezes tornavam ainda mais problemática a situação dos moradores de Guarujá, os quais em situações graves, quase acabavam com todo o recurso financeiro que possuíam. As depoentes Ines e Katia comentaram sobre situações como essa ao relembrares de momentos vividos no passado em Guarujá. Ao ser abordada a respeito da história familiar, Katia relembrou dos vários problemas de saúde do pai por conta dos serviços realizados em serrarias em Mondaí e São Miguel do Oeste, locais ocupados pela família antes de se estabelecerem definitivamente em Guarujá, em 1955. De acordo com Katia, a mãe, que enviuvou, teria ficado sem recursos financeiros após custear as despesas médicas do pai, que faleceu antes de conseguir migrar para Guarujá.

Katia: Quando meu pai morreu, minha mãe ficou pobre, porque ela gastou muito capital.

Gabriela: Mas gastou com o que?

Katia: Com doença! Meu pai sofreu oito cirurgias, e tu sabe que naquelas épocas não tinha plano de saúde. A última coisa que a mãe gastou foi a colônia de terra dela, que na época custava três réis, uma colônia de terra, e a cirurgia do meu pai custou treze réis... E ainda ele ficou né.

Gabriela: E a cirurgia foi feita aonde?

Katia: Em São Miguel do Oeste, no hospital do Missen, até eu sou nascida no hospital do Missen. Eu, e minha outra irmã e meu irmão, que morreu com três meses de sarampo. Nós somos só três irmãs. Minha irmã mais nova nasceu seis meses depois que meu pai já era falecido...Meu pai faleceu em junho de 54 e nós fomos pra Guarujá em 55, meu vô já tinha tudo pronto pra gente, as casinhas<sup>318</sup>.

Com pesar ao lembrar do momento dramático vivido pela família com a morte do pai, a depoente revelou em que condições ficaram a mãe e suas outras irmãs ao investir praticamente todos os recursos que possuíam no tratamento do problema de saúde do pai. Como comentado por Katia, o pai faleceu muito jovem em decorrência de uma série de sequelas do alto impacto do serviço que realizava junto às serrarias. Segundo a depoente Alda, filha de arrastador de toras, “naquele tempo”, por se tratar de um serviço braçal, muito pesado, com ferramentas e equipamentos extremamente

<sup>318</sup> Katia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul. 19/07/2022.



rudimentares, era comum uma variedade de acidentes acometerem os homens tanto no mato quanto nas dependências das serrarias. De acordo com Alda, muitos homens teriam se ferido e até morrido por conta desses serviços, lembrando de situações quando “a tora passou por cima” de um rapaz, que teve seus membros esmagados. Tal cenário, ficava ainda mais grave pois afinal, “nossa, e naquele tempo não tinha médico! Tinha que ir pra Dionísio e olha lá!”<sup>319</sup>

Outra depoente que recordou de situações semelhantes foi Ines, que, da mesma maneira que Katia, trouxe à tona suas lembranças da infância onde registrou problemas envolvendo questões relativas às estruturas da saúde naquela época. Ao ser questionada sobre as razões da migração e sobre as condições financeiras da família naquele contexto, a depoente Ines lembrou de um momento delicado vivido pela família logo nos primeiros anos e revelou de que modo as questões relativas à saúde eram tratadas no período.

Ines: Eles (o pai e os tios de Ines) até que tinham condições, mas poucas condições. Aqui eles vieram assim, os três irmãos, compraram um pedaço de terra cada um e depois, eles compraram mais, se fizeram. Só que o pai ficou mal, mal, mal, tinha um negócio, tinha um bichinho, não sei se foi o bicho que mordeu ele ou o que, mas saía sangue por todo o corpo. E daí ele foi pra São Miguel do Oeste pra se cura, quase morreu, e não tinha como ir! O padre que levou ele a São Miguel e Cedro, que ele arrancou um dente e começou a sair sangue por tudo. Eu acho que era aquela taturana, e daí, os meus tios até preparando aquela casa, a nossa lá atrás, pra trazer o pai morto. Daí, o pessoal era muito unido, fizeram nove dias de novena aqui, nove dia de novena, mais a dona Catarina Della Flora do Cedro associou o pai no calendário antoniano, de Caxias do Sul. Porque de repente, eles botavam, saía sangue, depois, estancou o sangue, o pai sobreviveu. E foi um milagre né. E a vó tinha vindo do Rio Grande, tinha vendido uma terra lá e deu nove réis, ficou três réis cada filho. Naquele tempo era réis. E o pai gastou doze réis! Com o doutor Missen, em São Miguel. Daí o pai teve que pegar dinheiro dos irmãos, os três réis de cada irmão, o dele, e mais vendeu os porquinho que tinha lá no chiqueiro, pra pagar o médico...

A memória de infância de Ines sobre o problema de saúde do pai aborda a questão da dificuldade ao acesso médico, o alto custo desse tipo de serviço e também, as estratégias adjacentes diante de situações problemáticas, como a cooperação da comunidade e a crença fervorosa em promessas, novena, santos e anjos como formas de, se não resolver as questões, ao menos, contorná-las, atenuá-las. De qualquer maneira, essas eram as opções possíveis para os homens, mulheres e crianças que viviam em Guarujá naquele tempo. Se por um lado havia a opção de ir até outros municípios,

<sup>319</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021

embora essa fosse uma via custosa e nem sempre viável, a outra era contar com os saberes populares, transmitidos de forma oral, além de orações, novenas, cuidados paliativos elaborados com recursos muitas vezes improvisados e extraídos da terra. Ou seja, além de rezar e fazer promessas, tomavam-se chás, faziam-se caldos, sopas, consumiam ervas, raízes e outros “produtos” da terra como forma de remediar, tratar, prevenir e curar vários males, como será visto nos depoimentos que seguirão. Nesse sentido, os saberes populares abriam brechas para os poderes das benzedadeiras e suas práticas. De acordo com Silva, seria (...)

A benzedura é uma prática social dinâmica vinculada a grupos populares. É compreendida como uma atividade terapêutica, que possui eficácia na relação de confiança estabelecida entre benzedor e cliente, conforme apontou Claude Lévi Strauss (1996). Há intermediação do —sagrado para a obtenção da cura. Alberto Quintana (1999) defendeu que, geralmente, são feitas rezas, utilizadas ervas e outros recursos simbólicos, como carvão para queimar e tesoura para cortar os males, entre outros.<sup>320</sup>

Conforme boa parte das depoentes entrevistadas, naquele tempo não havia benzedadeiras nem curandeiros os quais costumassem recorrer em situações de problema. Muitas das entrevistadas não conseguiram lembrar ou citar, embora, conforme depoimentos informais, havia de fato algumas mulheres, e até mesmo um homem, conhecidos pelo serviço de benzer ou curar problemas de saúde diversos. Questionada se havia benzedadeiras no período e se elas ajudavam no tratamento de problemas de saúde, a depoente Alda foi bastante breve, dizendo “É, tinha umas benzedadeiras lá, mas a gente não era muito de benze”<sup>321</sup>, encerrando o assunto sem dar maiores detalhes.

Ainda que as depoentes não recordassem ou, como Alda, não fizessem grande caso da presença ou serviços realizados por essas benzedadeiras e curandeiras, Adilson, filho da depoente Marcela, recordou durante a entrevista da mãe de duas mulheres conhecidas nos primórdios da colonização por serem benzedadeiras, ou, por serem mulheres que sabiam o que fazer em casos de problemas diversos de saúde. Uma delas seria a “Véia Candéia”, cabocla antiga da região, membro de uma família que segundo as mais antigas, já ocupavam Guarujá há muitos anos. Tal mulher, já muito idosa quando os colonos e colonas chegaram, segundo Adilson e Marcela, vivia sozinha em meio a densa mata nas proximidades da Linha Taquaruçu, onde supostamente haveria

<sup>320</sup> SILVA, Eduarda. **Partejar e narrar**: O ofício de parteira ao sul do Rio Grande do Sul (1960-1990). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pelotas, pelotas, 2017. P.62.

<sup>321</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

um cemitério da família de caboclos Candéia. Ao relembrar de cenas do passado quando interrogada sobre “como era antigamente”, Marcela comentou sobre tal mulher e revelou algumas práticas e estratégias utilizadas pelas colonas nos primeiros anos da colonização.

Marcela: Tinha uma véia ali atrás, chamavam de Candéia. A véia era dos Conceição de Lara. [...] Mas era véia gozada. Daí o Vilson tinha “cobrero”, ele era pequeno, não tinha, não tinha onde eu fazia uma coisa, ele tinha “cobrero” nas costas. Não tinha ninguém por aí! Só essas véia, brasileira mesmo. Daí a véia Candéia benze. Benze. Sim, mas pra onde é que eu vou? Por aqui. Tem ainda o cemitério véio lá embaixo. Tem que ir até lá embaixo, ainda enxerga o cemitério do outro lado. Daí tu passa, não tem meio, tem que passar no rio. Vamo vê se dá. Fomo até lá. Daí eu fiquei com medo, né, experimentei com uma vara na frente, não era fundo. Passemos. Daí chegamos, e daí a véia benzeu pra ele. Óia, foi uma vez só e tava bom! Como essas véia tem força.

Gabriela: E daí começou a amizade?

Dilson: Daí ela foi umas quantas vez lá... Ela ajudava a benze, a turma, uns quantos.

Marcela: Sim, eu ia. Não tinha outra. <sup>322</sup>

Dona Marcela foi uma das depoentes mais antigas a ser entrevistada, além de ser uma das primeiras migrantes a chegar em Guarujá do Sul. Por conta desses fatores, é possível que tenha tido mais contato com esse tipo de atendimento, tal como as demais mulheres de sua geração, as quais, possivelmente, diante de nenhuma ajuda médica, ou, por dificuldades financeiras, recorriam às mulheres benzedadeiras e curandeiras que existiam naquele local. Como afirmado por Marcela, aquela era a única ajuda, dotada de grande poder e força de cura, algo impressionante, conforme a depoente. Além da “Véia Candéia”, que curava dores, cobreiros, quebrantes, mínguas e outros tipos de enfermidades, o informante Dilson mencionou a benzedeira “Noninha Flores”. Brasileira, nascida em 1900, benzedeira e sem uma das mãos, Noninha Flores não foi mencionada por nenhuma das entrevistadas para esse estudo. Porém, por meio de fontes extraoficiais, como os debates realizados no grupo “Memórias de Guarujá do Sul” da rede social “Facebook”<sup>323</sup>, a benzedeira foi lembrada por muitos membros os quais relataram tratamentos e diversos contatos com a benzedeira, que tinha como uma característica marcante a falta de uma das mãos e a utilização de tesouras como forma de realizar as benzeduras. Possivelmente, tal benzedeira atuou anos seguintes à colonização, tornando-se popular apenas mais tarde, por volta das décadas de 1970 e

<sup>322</sup> Marcela e Dilson. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul.

<sup>323</sup> Ver mais em: [Facebook](#).

1980. No entanto, essas são apenas suposições, não tendo sido acessadas fontes e registros o suficiente para afirmações consistentes.

Diante de tais observações, o que é possível refletir é que de fato existiam as conhecidas “véias”, mulheres já muito idosas, que viviam de forma isolada, geralmente descendentes de brasileiros da região, que possuíam conhecimento a respeito de curas e formas de tratamento para alguns tipos de problemas sentidos pelos migrantes. Essas mulheres, “véias” e “noninhas”, portadoras de “força” e “poder” de cura, eram procuradas sobretudo por pais e mães, tal como Marcela, as quais diante de tantos problemas que acometiam as crianças e bebês naquele tempo, não possuíam em Guarujá outras formas de resolver suas questões a não ser através desses métodos e estratégias, as quais ainda eram “resolvidas” por meio de orações, novenas e promessas.

Dessa forma, é possível perceber que muitas das estratégias utilizadas naquele contexto passavam longe de qualquer tipo de auxílio médico, exceto em situações onde o risco de agravamento dos problemas fosse grande. Nesses casos, como observado, moviam-se todos os recursos familiares em busca de atendimento, que além de custoso, muitas vezes se tornava uma difícil missão. Do contrário, as formas paliativas, os saberes populares, as formas de remediar e muitas vezes, prevenir males, eram os mais habitualmente empregados, fosse pelo baixo custo, pela dificuldade de acessar outros meios, ou ainda, pela facilidade de aplicá-los no contexto do cotidiano vivido pelos colonos e colonas.

#### **4.4.7 A SAÚDE FEMININA NO TEMPO DAS PARTEIRAS**

De modo geral, o acesso a médicos e tratamentos era dificultado para todos os ocupantes de Guarujá, e também, não eram poucos os problemas enfrentados por toda a população no tocante à saúde. Por um lado, os homens constantemente estavam expostos a situações de risco, fosse pelo estilo de vida à época, extremamente brutalizado, fosse pelos muitos serviços executados, tanto no mato quanto nas serrarias. Por outro, as crianças também estavam suscetíveis à muitas intempéries, tal como cibreiros, febres, tosses, e problemas virais, tal como sarampo, muito comum ao período<sup>324</sup>. Já as mulheres, igualmente suscetíveis a problemas relacionados ao estilo de

---

<sup>324</sup> As depoentes Lurdes e Katia, como visto em depoimentos já discutidos, abordam a questão do sarampo.

vida daquele contexto, viam suas questões concernentes à saúde sendo incrementadas com necessidades e distúrbios relativos ao sexo feminino. As seguidas gestações, os múltiplos partos, o constante processo de amamentação aliados à uma rotina de trabalhos pesados, faziam com que algumas mulheres adoecessem com frequência ou sofressem de males, como dores pelo corpo, dores de cabeça, fraqueza e emagrecimento. As depoentes mais novas, aquelas que viveram o período da colonização enquanto ainda eram crianças ou moças, lembraram bem de circunstâncias onde viram suas mães seguidamente passando por processos, ou “épocas” de adoecimento. Maidi foi uma delas que comentou sobre o assunto ao relembrar que desde muito nova, por conta dos problemas de saúde da mãe, assumia funções e serviços tanto em casa quanto no comércio da família para ajudar.

Maidi: Eu quando tinha 12 anos eu já assumi tudo sozinha, eu assumia, porque teve uma época assim que minha mãe era bem doente, eu ainda era pequena, e daí nós sempre precisava de ter uma pessoa pra ajudar. A gente teve uma ajudante, mas só na época que minha mãe era doente.<sup>325</sup>

As “épocas” de adoecimento muitas vezes estavam associadas aos fenômenos que diziam respeito ao pós parto, isso porque, não existia naquele período em Guarujá, segundo as depoentes, um cuidado, tal como o pré-natal, tampouco uma consciência voltada a um maior resguardo das mulheres após o nascimento dos filhos. Assim que completassem os 40 dias, tradicionalmente dedicados aos cuidados com a mãe e o recém-nascido, voltavam às mulheres gradualmente às suas muitas funções. De acordo com Leda, ainda que pudesse haver algum tipo de ajuda, “não era nada fácil”<sup>326</sup> conciliar tantas tarefas com filhos recém nascidos e pequenos, o que facilmente contribuía para a ocorrência das “recaídas”, em termos de saúde.

Ao relembrar o passado vivido em Guarujá do Sul onde veio formar sua família composta por nove filhos, todos nascidos em solo catarinense, a depoente Marcela comentou sobre “a sorte” das mulheres naquele cenário. Refletindo sobre a falta de médicos, a falta de estruturas básicas e a dureza dos primeiros anos vividos em Guarujá enquanto ainda era uma pequena colônia, Marcela lembrou do trabalho realizado pelas parteiras. As parteiras, ao menos em Guarujá, eram mulheres também migradas, mães de muitos filhos, ou seja, entendiam sobre parto por meio de experiência própria, que

<sup>325</sup> Maidi. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 20/07/2022

<sup>326</sup> Leda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 26/12/2020

atendiam às necessidades e auxiliavam por meio de pagamento as mulheres que estavam gestantes em suas próprias casas durante o ato do nascimento de bebês. Segundo Silva

O ofício de parteira demanda conhecimentos sobre o corpo da parturiente, da criança e das plantas medicinais (BARROSO, 2001). Nicolás Arata (2013, p. 151) apontou que os saberes de ofício são aprendidos na prática, no trabalho do corpo, são —saberes incorporados.<sup>327</sup>

Imersas em uma paisagem de isolamento, as mulheres em Guarujá, segundo Marcela, contavam apenas com a ajuda das parteiras que, de acordo com suas lembranças, não deviam ser muitas. Segundo Ines, a primeira parteira em Guarujá teria sido sua tia, Iva Possatto, que nos primeiros anos da colonização, quando chegou em 1952, também teria assumido funções como professora, “puxadora” do terço e madrinha das várias crianças que nasciam na Linha Pessegueiro. Como explicado por Ines, a tia não possuía significativas aptidões nas áreas ocupadas, porém, na falta de pessoal mais qualificado, ela mesma acabava assumindo essas atividades tendo em vista sua experiência prática nessas tarefas. Como forma de agradecimento, as famílias acabavam por nomeá-la como madrinha dos recém-nascidos em Guarujá, sobretudo em Pessegueiro, local onde se iniciou Guarujá.

Além de Iva, outras mulheres teriam atuado como parteiras nas diversas linhas da colônia, entre elas, Rosa Hermes e Clementina Kauffmann, as quais auxiliaram muitos nascimentos que teriam ocorrido nos primeiros anos de existência de Guarujá quando ainda não havia hospital e profissionais da área médica. De acordo com Ines, essas mulheres não deviam possuir nenhum tipo de formação ou qualquer instrução na área de saúde. Ao que tudo indica, a própria experiência com partos e a prática cotidiana teriam formados os seus saberes. Nesse sentido, conforme recordações das depoentes, era tudo muito improvisado, com poucos recursos e ferramentas para melhor auxiliar os nascimentos os quais ocorriam sempre na casa das parturientes. Questionada sobre como eram os atendimentos das parteiras, a depoente Alda explicou de modo muito breve que “não existia ritual nenhum”. As parteiras eram chamadas, e, com tesouras, álcool e alguns panos, ficavam ao lado das parturientes durante todo o trabalho de parto, que, ao final, deveria ser devidamente pago pela família atendida.<sup>328</sup> O serviço, portanto, era o de acompanhar, auxiliar, guiar e facilitar os nascimentos, tudo isso

<sup>327</sup> SILVA, Eduarda. **Partejar e narrar**: O ofício de parteira ao sul do Rio Grande do Sul (1960-1990). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pelotas, pelotas, 2017. P.57

<sup>328</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021

através de saberes obtidos com experiência e prática cotidianas, e no caso das parteiras em Guarujá, nada mais. Nesse sentido, em seus estudos, Maia comentou um pouco sobre as práticas das parteiras, esclarecendo o seguinte

Por um longo período, partejar foi uma tradição exclusiva de mulheres, exercida somente pelas curandeiras, parteiras ou comadres, que eram familiarizadas com as manobras externas para facilitar o parto, conheciam a gravidez e o puerpério por experiência própria e eram encarregadas de confortar a parturiente com alimentos, bebidas e palavras agradáveis.<sup>329</sup>

No caso de Guarujá, o trabalho desenvolvido pelas poucas parteiras era algo necessário para a comunidade feminina no tempo da colonização. Embora nenhuma das depoentes tenha relatado situações como oferecimento “de alimentos, bebidas e palavras agradáveis” como parte dos procedimentos realizados pelas parteiras, de modo geral, todas assumiram a importância desse tipo de ajuda enquanto não havia outra forma de assistência. Relembrando “daquele tempo”, a depoente Marcela comentou sobre ajuda que teve nos nascimentos dos seus filhos, todos nascidos em casa com a intervenção da parteira Paulina Becker.

Marcela: Ah, era só ela que tinha, de parteira... acho que tinha só três, três parteira. Eu tive nove filhos, e nenhum com médico. Era só com a Paulina, eu era tão acostumada com a Paulina, quando que ela entrava dentro parecia que vinha, que ela vinha me ajuda. Aliviava... E daí ela vinha, e já conversava, e já ajudava, e ela dava um toque, vê se tava bem, tudo bem, e daí a gente já animava.<sup>330</sup>

Sem entrar em muitos detalhes a respeito de como haviam sido os nascimentos e de como eram os partos naquele período, a depoente recordou do trabalho da parteira Paulina, muito conhecida por todas as depoentes entrevistadas. Nas recordações de Marcela, sua ajuda era fundamental, trazia alívio e ânimo para os partos, os quais teriam ocorrido normalmente, embora não sem dores, como comentou ao ser questionada sobre como eram esses partos domiciliares naquele contexto. De acordo com Marcela, portanto

Marcela: A gente tinha conforme tava a criança pra nascê, né. Eu do Wilson, o mais velho, eu sofri, sofri muito, e aquela vez também não tinha médico, no começo não tinha, depois tinha. Eu já era meio velha, porque quanto mais

<sup>329</sup> MAIA, Luna M. “Com o poder de Deus nas mãos”: concepções das parteiras acerca da vivência do parto numa perspectiva da espiritualidade. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

<sup>330</sup> Marcela. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm.



novo, mais fácil fica. Eu tinha 28 ano quando eu casei, pra vocês vê, tive nove filho ainda.

A parteira, segundo os e as informantes entrevistadas, teria sido uma grande ajuda para a “mulherada”<sup>331</sup> em Guarujá nos primeiros anos da colonização. Mãe de seis filhos, migrante e descendente de alemães, a parteira que ficou conhecida na comunidade como “pescadeira de vidas” realizava atendimentos por toda a extensão guarujaense. Ao auxiliar diversos nascimentos, não raro, tornava-se um ente querido para muitas famílias e, conseqüentemente, madrinha de muitas crianças recém-nascidas. De acordo com as lembranças de Artur, esposo da depoente Joelma, o qual atuou por muitos anos como taxista e motorista, nos primeiros anos da colonização o trabalho da parteira era muito solicitado tendo em vista a quantidade de bebês que nasciam no período.

Artur: (...) E eu tinha taxi, 64...63 eu tinha um Jeep. Eu era o puxador da parteira. No interior era parteira né. Cinco, seis quilometro de interior, se chovia ou não, tinha que ir lá.

Gabriela: Qual parteira o senhor levava?

Artur: Nós dizia que era a velha Becker! Eu, chamava, eu fazia corrida pra todo mundo, não tinha hora né, na madrugada, de noite, de manhã, de tarde, e era de vez em quando tinha que esperar, espera, ou faço meia volta e depois. Umas vez encostava lá no pátio e, dormia lá depois, era umas nove, dez horas depois que tinha ido pra lá, e depois voltava era dia claro!

Gabriela: Eram muitos atendimentos?

Artur: Muito, muito, nós fazia muito atendimento! Tinha o Lermen também que fazia. Mas ela preferia mais era com a gente. Antes de 64 nós ia de Jipe, e depois era Kombi.<sup>332</sup>

De acordo com o depoente que atuou por anos como motorista da parteira, havia noites em que ocorriam mais de um nascimento, e nessas situações, era uma “correria” para responder a todos os chamados que nem sempre eram fáceis de atender, fosse pela distância, pelas condições climáticas ou por problemas nas estradas. Ao comentar sobre o nascimento de um dos seus quatro filhos, a depoente Alda relembrou que de fato, eram muitos os atendimentos realizados sobretudo pela parteira Paulina, que em uma das ocasiões, não teria chegado a tempo de lhe ajudar justamente por conta das distâncias e da dificuldade dos deslocamentos. Aos risos, Alda comentou sobre o acontecimento “A Becker quando chegou lá em casa, que eu ia ganhar o Rosimar, já tava nascido, já tava quase tomado banho! E mesmo assim levava tudo, o dinheiro, ela

<sup>331</sup> Artur. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 05/03/2020.

<sup>332</sup> Artur. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 05/03/2020.

cobrava. É por causa que ela saia de casa né...tinha valor, não era assim, de graça..”<sup>333</sup>. Conforme lembranças do depoente Dilson, a parteira tinha muito serviço nos primeiros anos de Guarujá e atendida nas mais diversas e adversas situações. Suas impressões foram registradas no grupo de debate virtual “Memórias de Guarujá do Sul”, na rede social Facebook, onde disse

[...] A pescadeira de vidas foi a parteira que me trouxe ao mundo; numa época que não tinha hospital nem médico era ela que saia com sua maleta e os apetrechos de parteira muitas vezes a noite com chuva as vezes a pé atender as mulheres através das mãos dela nasceram aqui em nossa região dezenas ou centenas de crianças.<sup>334</sup>

Outro depoente que lembrou de ocasiões como essa foi o primeiro prefeito de Guarujá do Sul, Nestor, que de maneira semelhante à de Egon, recordou ter acompanhado a parteira em diversas incursões linhas à dentro por conta dos chamados das famílias<sup>335</sup>. Assim como Egon e outros homens da comunidade que possuíam um jipe, e que, portanto, auxiliavam no transporte não só das parteiras, mas de outras pessoas que necessitavam, Nestor revelou também ter esperado diversos nascimentos. De acordo com o depoente, às vezes passavam-se horas desde a chegada na casa das famílias, dormia no pátio, e depois de muita espera, finalmente escutava o choro do bebê recém-nascido<sup>336</sup>. Após a realização do parto, a parteira era conduzida de volta à sua casa ou para a casa de outra família, deixando a parturiente e bebê por conta dos cuidados do marido, da sogra ou da mãe.

Nesse sentido, é possível perceber a importância do serviço prestado pelas parteiras naqueles primeiros tempos, e também, observar o tipo de assistência existente para as mulheres que migraram para Guarujá, as quais mesmo em condições adversas e sem nenhum tipo de estrutura continuavam a ter muitos filhos seguidamente. Dessa forma, como lembrado pela depoente Leda, era tudo na “boa sorte”, isso porque, se os partos não fossem fáceis ou tranquilos, as dores e os sofrimentos suportados pelas mulheres poderiam assumir proporções bastante dramáticas, tal como aconteceu de fato na comunidade guarujaense, muito embora a depoente Alda tenha afirmado que “graças a Deus, nenhuma mulher morreu de parto em Guarujá”<sup>337</sup>.

<sup>333</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

<sup>334</sup> STALTER, Dilson. [Facebook](#)

<sup>335</sup> Nestor. Entrevistada concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

<sup>336</sup> Nestor. Entrevistada concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

<sup>337</sup> Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021.

Nas lembranças de algumas depoentes entrevistadas, os partos ocorridos em casa teriam sido muito tranquilos, ainda que não sem dor, tal como lembraram mulheres como Leda, Judite, Alda, Clara, Zenaide, todas atendidas pela parteira Paulina. Na percepção da depoente Leda, que declarou ter ocorrido tudo bem no nascimento dos seus sete filhos, todos em Guarujá, Deus era quem ajudava as mulheres nas horas mais desafiadoras.

Gabriela: E teus partos foram tranquilos ou a senhora teve dificuldades?

Leda: Ah sim, era tudo normal, eu tive tudo em casa. Nenhum tive que vim pro hospital. Não tive problema, de nenhum! De certo Deus ajudava também porque (risos), a gente, a cada dois anos vinha um filho...

Gabriela: E o teu esposo chegava a acompanhar?

Leda: Ah ele ajudava às vezes. Daí vinha uma das vizinhas, que vinha lá e a parteira. E daí, se precisava ele ajudava lá também! Muito pouco. Mas ele ia no outro dia, buscava a vovó, porque ficava dois, três dias na cama né, porque, do jeito que a gente tava lá né (risos), daí a vovó vinha, a mãe do Clemente, ficava uns dias lá. A minha sogra era bem querida, ela gostava de mim que tá loco. Ela me adorava...<sup>338</sup>

Segundo as depoentes, os partos naturais, muito dolorosos quando no nascimento do primeiro bebê, tornavam-se mais fáceis e rápidos à medida que nasciam os filhos seguintes. De acordo com a depoente Zenaide, que ao todo teve sete filhos, parte deles nascidos em Guarujá e com a intervenção de parteira, “tudo foi tranquilo, eu tinha facilidade pra ter neném”. Segundo a depoente, os nascimentos ocorridos em casa teriam sido além de fáceis até mesmo rápidos e que, em sua opinião, o trabalho realizado pela parteira era “muito bom”, pois ela “era gente boa”<sup>339</sup>. Tal percepção foi compartilhada por outras depoentes, como Leda, Alda e Judite, as quais foram questionadas sobre suas recordações a respeito dos nascimentos dos seus filhos. A depoente Judite que já era mãe de quatro crianças quando se mudou para Guarujá, narrou um pouco com aconteciam os partos e relatou algumas lembranças de suas experiências mesclando acontecimentos ocorridos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, como segue abaixo.

Gabriela: Então vocês deixavam as crianças com uma comadre... e daí ficava só a senhora com a parteira?

Judite: Não, vinha a mulher da vizinha pra cá. A gente matava uma galinha pra fazer o caldo! Então tu tinha sempre aquelas galinha gorda, fechada! Então, pra não mostrar pras criança, ou matava a hora que a gente se sentia

<sup>338</sup> Leda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 26/12/2020.

<sup>339</sup> Zenaide. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 23/02/2022

ruim, mas quando a gente se sentia ruim, a gente começava a lavar, e deixa tudo pronto!

Gabriela: E o marido ficava junto na hora de ter o neném?

Judite: Às vezes sim. Ele tinha, porque tu tem que ter gente que te ajuda, porque tu tem que te agarra, né, tem que... não, ali, espera que nasce. Então a primeira, a parteira se assustou. Porque ela achava que a neném ia nasce logo. E passou a dor e a neném não nascia. Ela falou pra sogra, melhor ir buscar um médico. Ou vamo leva ela pra lá. Mas nós morava num lugar que dizia “rio quinto”, mas é porque tu passa cinco vez no rio! Era triste de chega lá, e era tempo de enchente, chuva, era só jipe que ia passa. Então o que que aconteceu. O cunhado, então quando precisou pra mulher dele, outro ia buscar a parteira pra ela. E quando acontecia pra mim, o cunhado ia busca a parteira. Um ajudava o outro. E meu Deus do céu... Mas graças a Deus, e força e força até que nasceu. Ela era pequenininha, parecia uma boneca! Nossa, foi um sofrimento, depois a gente esquece sabe. E elas te davam comprimido. Bom, do segundo, aquela mesma parteira, ela disse o primeiro foi difícil vou te dar um comprimido. Ela veio lá era umas duas da manhã, com aquele comprimido. O comprimido não tinha descido o neném nasceu! E depois a força do comprimido, me deu a hemorragia...Meu eu me lembro, quando nasceu o nené, ai que alívio né! Parecia que vinha assim tudo os anjinho assim, era que a hemorragia já tava... então vamo amarra paninho no dedinho, e no outro, e vamo faze simpatia... cada uma fazia uma coisa! Daí a mãe ficou mais dias, nossa, porque eu tava fraca né. Mas assim é a vida. Depois os outros cinco, foi tudo mais fácil. Mas só que o quinto. Ela nasceu na sexta-feira santa, a mais velha. Eu acho que o sofrimento que Deus passou, eu tava passando (risos). Porque foi difícil! E depois do cinco, na sexta-feira santa o mesmo sofrimento! Nasceram tudo normal, não sei, se é que a (inaudível) que dizem né, passei...

Gabriela: E em Guarujá? Foi a Paulina que te assistiu?

Judite: Isto! Aquela Becker, dois nasceram pela mão dela. Tu conheceu?

Gabriela: Não, mas todas as mulheres com quem falei falaram dela.

Judite: Ela era uma mulher, nossa! Uma vez ele veio, pegar ela pra quando nasceu o meu filho. E ela tava numa outra casa. Então o marido dela disse, olha, tá lá no Petralli, tu vai lá que eu acho que o neném já nasceu. Ele foi lá e dali há pouco (risos), dali há pouco o neném nasceu. E ela veio com ele, ela chegou na hora, aí nasceu rápido.<sup>340</sup>

Ainda que o depoimento de Judite fale de experiências em parte ocorridas no Rio Grande do Sul quando “a cada pouco vinha um”, ou seja, suas experiências vividas logo após a realização do casamento e poucos anos antes de migrarem para Santa Catarina, suas lembranças são bastante representativas e dizem não apenas sobre suas experiências de forma isolada. De maneiras distintas, com mais ou menos informações, algumas vezes de modo fragmentado e até mesmo desconexo, outras depoentes relataram situações muito semelhantes onde foi possível perceber algumas questões convergentes. Nesse sentido, ao analisar o relato de Judite, vemos, portanto, situações como a dificuldade no nascimento do primeiro bebê, o que era algumas vezes superado no nascimento dos filhos seguintes, geralmente muito mais rápidos e fáceis. O trabalho da parteira, que normalmente era a mesma nas gestações seguintes, fator esse que

<sup>340</sup> Judite. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 18/07/2022.

contribuía para o auxílio nos nascimentos posteriores. A atuação das amigas, vizinhas, sogras, comadres e mães na assistência à parturiente, as quais formavam uma sólida e eficiente rede de apoio que era intercalada diante da necessidade de cada mulher. Vemos também as práticas de cuidado como “simpatias” e o preparo de caldos com galinhas gordas, que poderiam ajudar no estabelecimento da saúde da gestante. Além desses cuidados e envolvimento sobretudo femininos, é interessante ainda observar a presença dos homens nesses momentos. Como ficou bem claro no relato de Judite, os homens não estavam alheios aos nascimentos, pelo contrário, estavam diretamente envolvidos, fosse auxiliando a esposa na hora do parto, ou na atividade de buscar parteira e médico quando assim era necessário.

Nesse sentido, o depoimento de Judite contradiz a ideia do parto como um evento exclusivamente feminino. Ao que tudo indica, diante de outros depoimentos como de Leda e de Clara, os homens costumavam assistir e até mesmo auxiliar as mulheres nos momentos onde a força era requerida de seus corpos. Afinal, como afirmou Clara a ser questionada sobre como eram os partos “naquele tempo”, eram “difícil! Má difícil!”. Conforme Clara

Clara: Do primeiro quase morri. Gente do céu, tu nem sabe o quanto era triste, porque tinha que vir de qualquer jeito assim né. Mas eu sofri, sofri, sofri... E depois que eu tinha o neném, naquele tempo e não tava tão ruim, eu fui melhorando devagar, ela me passou cera no quarto...

Gabriela: Que? Ela passou o que? Quem passou?

Clara: Cera! A gente compra pra lustra o chão. Ela me passou no quarto, porque eu não sei quantos dias eu fiquei de cama daí porque não podia levantar! E daí sabe que me deu uma recaída com aquilo lá. Quase me fui. Eu não sabia, eu me tinha o quarto cheio de mulher, e me parecia que eu escutava lá do fundo, que não escutava o que que elas falavam. Tava entre a vida e a morte. Mas eu passei uns trecho na minha vida que eu vou te conta!

Gabriela: Eu queria entender mais como era essa coisa do parto antigamente...

Clara: Sabe que era as mulher que iam na casa, tinha umas mulher meio assim, só meio entendida porque não eram nem diplomada. Em final eu tinha minha mãe, porque minha mãe também sabia, né. Ajudava muito, mas daí comecei a ficar assim que não nascia, não nascia...

Gabriela: Mas o que tinha, tava virado?

Clara: Num tava! Num tava mas ele era muito grande, eu era pequena, e, daí foi chama outra mulher e daí, tantas custas nasceu. Mas eu comecei que nem hoje de tarde, lá pelas quatro hora, fui ter amanhã cedo às oito horas. Eu não tinha medo, porque pra mim tanto fazia, quando tu tá naquela situação lá (risos); Era triste esses ano!

Gabriela: Mas e o marido ficava junto ou não ficava?

Clarinda: Ah, ele tava junto! Até o meu sogro, daí ele me segurava.

Gabriela: O teu sogro participou?

Clara: Mas teve que ir porque não nascia e não nascia e eu tava fraca. Até ele participo. Ele me segurava, e o meu marido então me segurava aqui pra vê se se afrouxava mais fácil. Mas não era fácil... Eu só agradei muito a Deus que

ele nasceu, né. Só que depois passaram a cera só que não podia passa né. E imagine, a querosene, e eu fraca!

Gabriela: Então a senhora ficou bem mal...

Clara: Meu Deus! Passei mal, fiquei uns três dias que vou te dizer. Me deram até água de taquara. Até água de taquara...

Gabriela: Eu não sei o que isso significa.

Clara: As taquara assim que nasce no mato, ela tem água dentro, gomo, achavam que era remédio, porque meu Deus eles tentaram de tudo. Mas só que me davam pra mim eu nem sabia mais nada que me davam...<sup>341</sup>

As lembranças de Clara, mãe de seis filhos, nos revelam algumas questões a respeito dos partos no tempo das parteiras. Sem auxílio médico, mas com a ajuda e o envolvimento da família, entre mãe, marido, cunhada, sogro, as mulheres contavam com a experiência da parteira e a sorte no nascimento dos seus filhos. Além da sorte, lançavam mão de estratégias e saberes tradicionais, entre tentativas e acertos, valendo-se de bebidas, caldos, plantas e chás para o bom andamento e recuperação das mães e bebês. Deliravam de dor e de angústia, mas como lembrado por Clara, nunca com medo, afinal, fosse o que Deus quisesse “naquela situação”. Entregavam e confiavam, depois, agradeciam a Deus pela vida dos seus filhos.

Embora a fé tenha amparado muitas vezes as mulheres em seus momentos mais desafiadores, onde se sentiram, tal como Clara, entre a vida e a morte, ela, a fé, entretanto, não evitou que muitas mulheres passassem por situações delicadas em suas experiências. Algumas das depoentes entrevistadas lembraram de circunstâncias que, tanto na época, quanto hoje, entendem como bastante problemáticas. Em outros tempos, a falta de recursos médicos, a falta de ferramentas e técnicas adequadas, além de médicos e profissionais capacitados teriam tido um grande impacto negativo no andamento do nascimento dos seus filhos, sendo essa uma lembrança muito presente, e às vezes, dolorosa, entre as depoentes que relataram não terem tido tanta sorte assim em suas vivências com partos. Nas palavras da depoente Joelma que lembrou de como as coisas eram e funcionavam “naquela época”, “era tudo no grito”<sup>342</sup>.

Ao lembrarem sobre suas experiências e o nascimento dos seus filhos, ficou bastante evidente a queixa generalizada entre as depoentes sobre a falta de hospital e de médicos em Guarujá. Mesmo entre aquelas que relataram terem passado por situações consideradas “tranquilas” e “fáceis”, a ausência de serviços os quais consideravam necessários e aptos a atendê-las foi um objeto marcante em suas lembranças. No tocante

<sup>341</sup> Clara. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 26/12/2020.

<sup>342</sup> Joelma. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 05/03/2020.

às depoentes que relataram situações difíceis e partos complicados, envolvendo condições como bebês sentados, bebês virados, gestações gemelares, bebês considerados grandes demais, as queixas foram muito maiores, no entanto, como observado, pouco havia o que fazer. De acordo com a depoente Joelma, que procurou assistência médica na ocasião da gestação da primeira filha, já na década de 1960, embora houvesse um bom médico, os recursos e as técnicas utilizadas ainda eram muito precárias. Compartilhando suas lembranças sobre o assunto, Joelma relatou ter sido paciente na realização da primeira cirurgia de cesárea em Guarujá do Sul, algo que a depoente lembrou como um evento histórico na comunidade. Em diálogo com Artur e Joelma, o casal relatou o caso.

Artur: Não tinha médico, não tinha nada!

Gabriela: As tuas filhas nasceram em hospital ou em casa?

Joelma: Sim, meus filhos nasceram tudo em hospital. A mais velha, a minha menina nasceu aqui, já tinha hospital, já tinha médico, aquilo na verdade, a primeira cesárea no Guarujá, foi a minha... Era história na época?

Gabriela: Quem era o médico na época?

Joelma: Era o, era um casal de médicos, nem sei. Na época fazia cesárea ficava uma semana...

Gabriela: E a senhora quis fazer a cesárea?

Joelma: Não, na verdade a minha filha, a minha primeira, ela tava sentada. Então não tinha como ela nascer de parto normal de jeito nenhum. Aí eu tava em tratamento há meses com ele, cada mês ele viu, “está criança está plantada diferente” ele disse. Por que? Uma posição errada eu acho né? (risos). Tu que é casada tu entende né? Daí se virava ela desvirava de novo, quando foi pro parto normal não tinha jeito, daí tiveram que fazer cesárea. Daí aqui no Guarujá foi a primeira cesárea. Nossa! Se fosse hoje, ter um rádio aqui no Guarujá, jornal...

Gabriela: E a senhora ficou bem da cesárea?

Joelma: Ih fiquei bem sim, fiquei. Daí uma semana claro, no hospital, não tinha jeito. Que hoje não, que hoje tu faz a cesárea amanhã tu já tá voltando pra casa...

Aí, o rapaz, o guri, meu rapaz, o Ricardo, ele já nasceu de parto normal, ele já nasceu no Cedro. Daí, tinha um médico bom no Cedro, e a Regina, a mais nova, também nasceu no Cedro.

Gabriela: Mas e por que a senhora foi pro Cedro? Estava por lá? O que houve?

Joelma: Eu tava aqui, mas aqui não tinha tratamento na época. Eu tava em tratamento lá no Cedro

Artur: Foi levada pro Cedro!

Joelma: Que na época eu confiava mais no médico de lá, daí os outros dois, parto normal né, aquela só porque tava virada. Eu até hoje tenho ainda, que naquela época cortava toda a barriga né? (...)

E na minha época ainda, a cesárea ainda era anestesia geral! Apagava. Anestesia pela veia, pela boca, por tudo, eu levei 3 dias para acordar. Dose de elefante que me deram aquela vez! Não esqueço! Eu não esqueço ali aquela vez lá, que eu tava com a pequena, a nenê do lado e eles queriam que eu olhasse pra ela, mas eu não acordava. Me deram pra dar de mama, mas eu



tava dormindo. Eu não chegava a acordar, três dias de sono... Foi dose, né? Tudo a gritos na época, né, tudo feito a gritos né.<sup>343</sup>

Como visto através do relato de Joelma, ainda que houvesse algum tipo de avanço no sentido de proporcionar uma melhor assistência à saúde, os passos ainda ocorriam de forma lenta, e, em algumas situações, os métodos e as estratégias utilizadas, ou talvez, possíveis, ainda eram à base “do grito”. Ou seja, faltavam de fato melhores equipamentos, melhores técnicas, instalações, equipe, e melhores instrumentos para uma assistência que pudesse ser considerada de todo uma experiência satisfatória.

Imagem 53 – HOSPITAL BENEFICENTE GUARUJÁ DO SUL, EM 1970.



Fonte: Acervo Particular da família Grimm

De acordo com registros realizados pelo primeiro prefeito de Guarujá<sup>344</sup>, Nestor, o hospital de Guarujá do Sul teria sido construído a partir de iniciativas privadas dos membros da comunidade guarujaense, sendo tais iniciativas lideradas pelo então prefeito já mencionado, Nestor, junto com o médico Oscar Silveira. Conforme relatou o

<sup>343</sup> Joelma. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 05/03/2020.

Artur. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 05/03/2020.

<sup>344</sup> GRIMM, Nestor E. Guarujá do Sul, 2000.

<sup>344</sup> Ida. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 13/02/2023

depoente Nestor, a necessidade era percebida como algo urgente para toda a sociedade<sup>345</sup>. Conforme registros do manuscrito de sua autoria

O primeiro médico foi o Doutor Oscar Silveira, que veio em 11 de Maio de 1961, quase como um aventureiro, de Porto Alegre. Alugou o hotel de José Nicolau Lermen (Juca), trouxe um enfermeiro e contratou a senhorita Valéria Lauxen para serviços gerais. Sem convênio com entidades, atendia só particular no sistema antigo. Foi o incentivador da Sociedade Beneficente Hospital Guarujá. Tinha poucos recursos e equipamentos por isso retornou a Porto Alegre.

Terminando a construção da primeira parte do hospital, veio o jovem médico Celso Backes. Ficou pouco tempo. Em 1969, o doutor Ernani Marques, com sua esposa, também médica, assumiram o hospital que já contava com alguns equipamentos como centro cirúrgico e fez instalar o laboratório de análises clínicas e foi embora para centros maiores. Seguiu-se o doutor Timóteo Dávila Pereira, em 1970, vindo de Caxambu do Sul, Santa Catarina. Natural da Bolívia e formada na UFSM, continua firme aqui até hoje, (2000).<sup>346</sup>

O breve histórico do desenvolvimento da área da saúde no já emancipado município revela que as condições provavelmente não eram apenas problemáticas para as pacientes, mas também, possivelmente, para aqueles que se dispunham a atender a comunidade que sofria de uma variedade de faltas e pendências. Conforme os registros do manuscrito, foi apenas a partir de 1970 com a fixação do médico Timóteo que Guarujá pode declarar que tinha algum tipo de atendimento médico, no entanto, o município ainda engatinhava no sentido de possuir estruturas que pudessem de fato amparar as mais diversas necessidades. Sendo assim, de acordo com as depoentes, muitas mulheres embora fizessem uso da pouca estrutura, ainda preferiam contar com tratamentos realizados em municípios vizinhos, sendo São José do Cedro e São Miguel do Oeste os locais mais procurados. Nesse sentido, gradualmente o trabalho das parteiras passou a ser considerado obsoleto, ainda que não fosse de todo desprezado. No entanto, é certo que com o avanço da ciência, da tecnologia, das melhorias nas estradas e nos transportes, além de, uma razoável melhoria nas próprias condições de vida dos colonos que já sentiam algumas vantagens da colonização recentemente realizada, o acesso a médicos, remédios, tratamentos, passou a ser mais viável e até mesmo mais procurado pelos e pelas guarujaenses.

<sup>345</sup> Nestor. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

<sup>346</sup> GRIMM, Nestor E. Guarujá do Sul, 2000.

## 5. UM CICLO QUE SE ENCERRA

Durante as décadas de 1950 a 1980, Guarujá do Sul viveu um intenso período de dinamização econômica e social por conta da chegada de centenas de migrantes e com a instalação de várias serrarias em toda sua área. Famílias do Rio Grande do Sul e do meio oeste catarinense continuavam a chegar tendo na mira a exploração das terras e os grandes pinhais que até então pareciam não ter fim. Ao todo, foram instaladas 17 serrarias por toda a extensão de Guarujá. Por toda a parte, viam-se poteiros e roças, foram instalados moinhos, carijós, para produção de erva-mate, chiqueirões, e casas comerciais. Nesse tempo, as mulheres, como se viu, estavam presentes e atuantes em todas as áreas. Derrubavam pinhais, roçavam, plantavam, construía, criavam filhos, lecionavam, passeavam, comercializavam produtos, enfim. Viviam suas vidas ao mesmo tempo em que contribuía para a transformação da paisagem e a formação do que veio a ser Guarujá do Sul.

Com a exploração intensa dos pinhais, o ciclo da madeira encontrou o seu fim na metade da década de 1980. Sendo assim, muitas das famílias, e também, muitos indivíduos que um dia chegaram em Guarujá para aproveitar as chances que uma vez existiam, optaram por dar continuidade às migrações lançando-se para oportunidades em outras cidades e estados. Desses, vários migraram para o estado vizinho, encontrando nas terras paranaenses diferentes chances de prosperar. Outros, no entanto, ousaram ir mais adiante, dando continuidade à exploração de madeiras em estados como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

Nesse movimento, muitas serrarias que um dia existiam, foram sendo uma por uma, fechadas. Antigos moinhos, olarias, carijós e “bolichos”, os quais atendiam as demandas das comunidades formadas em torno das serrarias, também, de pouco em pouco foram fechando suas portas e encerrando suas atividades de modo que muitos nem vestígios deixaram para trás. Nesse sentido, é relevante comentar que, de acordo com Bavaresco, embora o ciclo da madeira tenha sido altamente lucrativo para aqueles que inseriam as serrarias, ou seja, os proprietários, para os demais trabalhadores, no entanto, “as condições econômicas não mostravam melhoras significativas”<sup>347</sup>, pois o sistema implementado nas colônias, somado com a falta de incentivos, impediam o acúmulo de capital dos colonizadores.

---

<sup>347</sup> BAVARESCO, Paulo R. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó, Argos, 2005. P. 119

Embora a evasão fosse uma realidade, é fato também que muitas famílias e indivíduos optaram por permanecer em Guarujá motivados por uma variedade de razões. Fosse por questões financeiras, negócios, por apegos, por gostos e vontades, aqueles que permaneceram em Guarujá sentiram as mudanças dos novos tempos que eram produzidas por meio da política e das práticas que foram implementadas a partir da década de 1970. De acordo com o pesquisador Paulo Ricardo Bavaresco,

Durante os governos militares, a “revolução verde”, como foi denominada a implantação de melhor tecnologia no campo, provocou profundas transformações na organização espacial implantada pelos colonizadores. A nova tecnologia, objetivando aumentar a produção para o crescente mercado consumidor, introduziu os agricultores nas relações capitalistas de trabalho.<sup>348</sup>

A “revolução verde”, ou seja, a modernização e a mecanização do campo iniciadas com as campanhas e incentivos políticos dos governos militares, aos poucos foram tornando obsoleta a questão da luta do colono com a natureza. A grande questão no caso do extremo oeste catarinense, onde aqui se insere Guarujá, é que, se por um lado a revolução no campo proporcionava melhorias e algumas facilidades, por outro, tal transformação inseria novos problemas e difíceis questões para aqueles e aquelas que ocupavam a região.

Buscando compreender as razões que pudessem explicar o porquê de o extremo oeste catarinense não ter enriquecido mesmo com a ocorrência de importantes ciclos econômicos, tal como o ciclo da madeira, o pesquisador Paulo Bavaresco analisou esses tempos de encontro da “tradição com a modernidade”. Em sua análise, algumas questões para o não desenvolvimento econômico efetivo da região teria a ver com as bases, ou, com as condições de muitos dos colonizadores instalados na região. Segundo o pesquisador, muito embora os migrantes possuísem conhecimentos sobre manejo com o solo, muitos deles, praticamente todos, teriam vindo em condições de pobreza, o que os tornavam “praticamente impossibilitados de acompanhar a rapidez do processo de modernização e as transformações no meio agrícola”<sup>349</sup>.

O surgimento da agroindústria que crescia na região e beneficiava alguns poucos proprietários não teria de todo contribuído para a melhoria nas condições dos trabalhadores do campo, e também, as revoluções pretendidas com o movimento verde

<sup>348</sup> BAVARESCO, Paulo R. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó, Argos, 2005. P.138

<sup>349</sup> Idem. P.140.

tampouco teriam colaborado com o enriquecimento desses colonos e colonas que ainda se valiam de métodos e estratégias antigas. Pelo contrário, de acordo com Bavaresco

A implantação de novas técnicas na produção, como sementes selecionadas, agrotóxicos, adubos químicos, máquinas para plantio e colheita acarretou a decadência da agricultura tradicional. O colono ainda estava na fase inicial de capitalização, ou seja, muitos colonos que haviam contraído dívidas na aquisição da terra não terminaram de saldá-las. Assim, investir na aquisição de insumos para a agricultura e instalações na propriedade exigia capital que o colono não possuía, obrigando-o a recorrer a empréstimos.<sup>350</sup>

Na análise do autor, a incrementação que era proposta para o campo, visando a inserção no comércio agroindustrial cada vez mais crescente, deixava poucas alternativas para os trabalhadores rurais. Ou eles entravam nessa nova forma de fazer negócio, propondo-se a criar novas dívidas, que poderiam trazer benefícios ou não, ou, viam a forma tradicional de trabalho na terra ser consumido aos poucos pelo avanço da agroindústria, ficando muitos deles à margem desse sistema. Ainda segundo as análises de Bavaresco, que objetivava compreender as razões para o pouco desenvolvimento econômico na região, as questões geográficas também seriam fatores determinantes e dificultadores desse processo além da própria forma como as terras teriam sido comercializadas no contexto da colonização. De acordo com o autor,

Frente às dificuldades enfrentadas para a produção da cultura da soja e trigo pelos agricultores estão as pequenas áreas, visto que, na demarcação das propriedades, essas não passavam de 25 hectares, caracterizando a região pela pequena propriedade e diversidade de culturas agrícolas. Outro fator de extrema importância é a geografia da região. O extremo oeste catarinense possui um relevo geográfico que impossibilita a mecanização da lavoura. Os terrenos são irregulares possuindo grandes quantidades de blocos de pedras na superfície, com raras exceções, como no município de Palma Sola. Assim, um dos elementos-chave para a modernização no campo, a mecanização, encontrou barreiras naturais no extremo oeste catarinense.<sup>351</sup>

Ainda que as análises do autor sejam no sentido de compreender por que a região do extremo oeste catarinense, onde está inserido Guarujá do Sul, não ter tido significativo desenvolvimento econômico após as dinamizações promovidas por diferentes frentes econômicas, elas em muito explicam o fenômeno ocorrido em Guarujá. Ou seja, o êxodo rural, e, até mesmo, um certo declínio no desenvolvimento do município com a evasão de moradores, potenciais negócios e empreendimentos.

<sup>350</sup> BAVARESCO, Paulo R. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó, Argos, 2005. P.139

<sup>351</sup> Idem. P.145

Segundo Bavaresco, “a partir dos anos de 1980, durante o período de modernização das propriedades, agravaram-se os problemas na agricultura. A mecanização no campo e implantação de métodos modernos de produção contribuiu para a crescente migração campo/cidade”<sup>352</sup>. Foi entre essas décadas, e, entre essas tantas transformações no cenário nacional, na política, na estrutura do campo, no desenvolvimento de tecnologias e outras inovações, que muitas das mulheres que um dia ocuparam regiões afastadas e de difícil acesso, passaram junto com seus familiares a evadir das terras e mudaram-se para “a cidade”. Deixaram para trás a rotina extenuante de abrir roça, de carpir e de derrubar mato para viver com um pouco mais de conforto e de comodidade no que hoje se tornou o centro de Guarujá.

Com a instalação de energia elétrica, com o acesso a diferentes produtos e eletrodomésticos que aos poucos foram facilitando a vida e a rotina de várias donas de casa, muitas delas viram suas vidas mudar de forma drástica. Além disso, médicos chegaram à comunidade, remédios também, assim como o acesso à informação e métodos contraceptivos. As mulheres que uma vez tinham doze, onze filhos, passaram então a ter menos, entre cinco a quatro e cada vez menos. As famílias foram diminuindo, mas ao mesmo tempo, o conforto e o acesso a transporte, a meios de comunicação, a alimentos diferentes, a possibilidades de sair passear e ver outros lugares, a poder estudar, foram gradativamente aumentando. Uma nova geração se iniciava, e a vida ia mudando. As colonas que um dia tanto sofreram, podiam agora descansar um pouco e ver seus filhos crescendo e se casando. Guarujá existia, virou município, recebeu asfaltamento, hospital, não cresceu, mas, se transformou.

Passados anos desde que iniciaram a colonização de Guarujá entre as décadas de 1950 e 1960, essas mulheres lembram muito bem daqueles tempos. Segundo Melinda, ela lembra mais de “antigamente” do que o que aconteceu há pouco anos<sup>353</sup>. Umas, como a própria Melinda, sentem saudades de quando chegaram em Guarujá em 1955 quando tudo era mato. Ines também, assim como Darci e Katia. Helena, Eva e Celoni, que eram crianças na ocasião, também concordam. Tudo era muito bonito, a vida era simples, todos se davam bem. As árvores, os grandes pinheiros eram lindos, o pinhão era gostoso. “A gente era feliz e nem sabia”<sup>354</sup>. Se pudesse viver novamente exatamente como era antigamente, Melinda viveria. Mesmo que fosse difícil, mesmo com todas as

---

<sup>352</sup> BAVARESCO, Paulo R. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó, Argos, 2005. P.181.

<sup>353</sup> Melinda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 30/03/2021

<sup>354</sup> Celoni. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022

privações e com todas as limitações que existiam. Para Melinda, a forma de viver e de se relacionar eram muito diferentes, “era melhor do que é hoje”.<sup>355</sup>

Para outras mulheres, que também passaram pela experiência da colonização de Guarujá, no entanto, aqueles foram tempos que de modo algum gostariam de reviver. Para Leda e Lurdes, depoentes mais antigas, tudo teria sido extremamente penoso de tal forma que não entendem até hoje como conseguiram sobreviver. As marcas na pele, as dores no corpo e algumas dores no coração as fazem sentir vontade de nunca mais voltar para aquela situação. Concordam, era bonito mesmo, mas hoje é muito melhor. Marcia, ainda que mais nova, concordaria com elas. Aqueles tempos eram difíceis e as mulheres, “coitadas”, sofriam, eram oprimidas e silenciadas. Nilva e Ida também pensaram assim, hoje olhando para trás, da mesma forma como Amália, Alda e Zenaide, que confessou que tudo que teria vivido naquele tempo, todo o sofrimento e dificuldades “dariam um livro”. No entanto, da mesma forma que ela, muitas preferiram nem lembrar, e assim tentaram fazer, muito embora o silêncio e o emudecimento também dissessem coisas. Sofreram muito, não era preciso dizer.

---

<sup>355</sup> Melinda Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 30/03/2021



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre erros e acertos, entre análises mais demoradas e outras que não atingiram a profundidade necessária para destrinchar determinados assuntos, o que se objetivou com esse estudo ao longo de alguns anos foi ouvir, conhecer, compreender e saber mais sobre as memórias de um passado que não está tão distante de nós. Um passado que ao mesmo tempo diz respeito sobre colonização de um pequeno município do extremo oeste catarinense, também fala sobre a vida cotidiana de meninas, moças e mulheres que participaram desse processo.

A escolha pela abordagem de uma história das mulheres suscitou discussões nem sempre fáceis de tratar. Ao passo que possibilitou olhar para situações, condições, lugares e personagens anteriormente obscurecidos, exigiu também que as luzes projetadas fossem direcionadas com cautela, com precisão e muito cuidado, o que possivelmente nem sempre ocorreu. Pesquisar e analisar são tarefas passíveis de erros e sei bem que muito ainda tenho a aprender. Durante todo o percurso da pesquisa me questioneei se as perguntas estavam adequadas, se o direcionamento estava correto, se as questões que coloquei de fato possibilitariam esse conhecimento e compreensão que propus como objetivos.

Foram memórias difíceis de abordar, muitas vezes doloridas, discussões densas que revelaram feridas que não estavam bem cicatrizadas. Estavam apenas ali, protegidas com finas casquinhas sobrepostas pelo tempo. Retomar algumas cenas do passado exigiu cuidado, atenção e respeito. As dores, as mágoas, o sofrimento foram muito reais, os olhos entregavam, assim como algumas lágrimas e sorrisos. Com respeito e empatia, acolhi os silêncios e as pausas

Analisar tais recordações, foi um processo a parte do qual em muitas ocasiões me senti despreparada para tal. A abordagem de uma história de mulheres coloca tensões desafiadoras. Como revelar as nuances? Como demonstrar os conflitos e paradoxos existentes dentro de uma sociedade onde as mulheres claramente sofriam com o domínio masculino, no entanto, eram peças chave para a manutenção desse sistema que por anos as oprimiu, as silenciou, as trancafiou e sobretudo, as explorou com demandas infinitas de trabalho. Sofriam, aceitavam, mas também, questionavam, duvidavam e teciam seus próprios contrapontos, os quais em algumas oportunidades, foram revelados através de suas memórias durante as entrevistas.

Certamente, trabalhar com uma abordagem onde se prezou por memórias e experiências de mulheres, não possibilitou a construção de uma nova leitura, ou, uma nova visão a respeito dos fatos relacionados ao processo de colonização do extremo oeste catarinense. No entanto, também é certo que, ao incluí-las nesta narrativa, ao visibilizar suas lembranças e trajetórias, em alguma medida, pela sua simples presença, também colaborou para uma alteração nesta leitura. Ou seja, muito embora inserir mulheres nos estudos a respeito das colonizações não mude substancialmente a observações desses processos, perceber essas personagens colabora para a percepção de uma alteridade, e esse foi o ponto.

Nem vítimas, nem heroínas, as mulheres que participaram e viveram a colonização de Guarujá do Sul transitaram por um período complexo e de muitas transformações. Muito embora sistemas antigos, costumes, tradições, formas de ver e viver a vida aprendidos com antigos colonos de origem alemã e italiana foram trazidos juntos com elas, às vezes por elas, na ocasião das migrações, por outro lado, a experiência migratória e colonizadora também proporcionou mudanças significativas em suas vidas. O poder da igreja continuava existindo, a força dominadora dos homens também, assim como a subserviência das mulheres em muitas situações. No entanto, entre velhos saberes e costumes, a vida que ia tomando forma em Guarujá também impelia a construção de novos hábitos e saberes. Negociações eram feitas, estratégias eram postas em marcha, e muitos padrões enraizados lentamente foram sendo confrontados com a chegada dos novos tempos, tecnologias, aberturas e misturas étnicas.

Ao investigar tais lembranças, as memórias das mulheres entrevistadas, portanto nos contaram sobre o cotidiano. Revelaram as condições de trabalho, a rotina exaustiva em meio ao mato e na abertura de roças, onde as mulheres com seus maridos, pais e muitos filhos, transformaram drasticamente a paisagem de Guarujá, que de um imenso e denso pinhal passou a ser uma vila. As memórias também revelaram os sufocos, as limitações, as privações, mas também as estratégias e os saberes utilizados pelas mulheres no período da colonização. Plantavam, colhiam, transformavam leite em queijo, frutas em geleias. Carneavam galinhas e porcos, compartilhavam com amigos e vizinhos. Trabalhavam, mas também nas poucas horas de descanso, desfrutavam da companhia das amigas, que como se viu, eram muitas e unidas. A solidariedade era grande, e, a vida em comunidade foi o que mais deixou saudade.

Entre risos e algumas expressões sérias, as memórias também trouxeram à tona a questão da rigidez da educação, o compromisso diário das orações, a privação de muitas mulheres de receberem educação, enquanto outras eram incentivadas pelos pais a irem sem falta à escola. As memórias das mulheres também fizeram emergir questões como as relações entre os homens e mulheres. Enquanto eles podiam ir aos bares, sair com amigos, caçar, elas costuravam, cuidavam dos filhos, da casa, da limpeza e de tantas outras funções. Elas que mantinham a união da família, elas que ensinavam a rezar e o caminho da igreja. Elas que engravidavam e pariam os muitos filhos.

Ao olhar para as memórias de mulheres que colonizaram Guarujá do Sul, não há dúvidas do quanto foram responsáveis e necessárias para a concretização desse projeto. Atuantes, embora silenciosas, suas lembranças confirmam, elas estavam lá. Vivendo, trabalhando, construindo e colaborando para que um dia tudo aquilo que antes foi sofrimento pudesse ser o que hoje compreendemos como extremo oeste catarinense.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vilênia. O trabalho das mulheres nos espaços rurais: algumas reflexões. *Raízes*, v.37, n. 2, jul-dez/2017. MARION, Aline. A importância da mulher na agricultura familiar. Unicentro, 2016.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CABRAL, João M.O.R. **Interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo: Nacional, 1960.

CARDOSO José; SILVA, Jonathan; SCOTT, Ana V. **História das Mulheres no Brasil Meridional**. São Leopoldo/RS: Oikos, Editora UNISINOS, 2022

CATARINENSE, Diário. **Vestígios de uma marcha histórica**: a passagem da Coluna Prestes por SC. 2018. Disponível em: [https://www.nsctotal.com.br/noticias/vestigios-de-uma-marcha-historica-a-passagem-da-coluna-prestes-por-sc?fbclid=IwAR30euD\\_RhCi8\\_TGIqxpXHA6KGJUS8rGlcPNRG4P1wVAScDsqrhPHU7DWBM](https://www.nsctotal.com.br/noticias/vestigios-de-uma-marcha-historica-a-passagem-da-coluna-prestes-por-sc?fbclid=IwAR30euD_RhCi8_TGIqxpXHA6KGJUS8rGlcPNRG4P1wVAScDsqrhPHU7DWBM)

DELLA FLORA, Jussara. **Rosas na coroa, pranto na vida: a história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.

DEL PRIORE, Mary (org.) & BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997

EHRlich, Michel. **Filhos da Shoah**: memórias e significações na comunidade judaica paranaense do pós-guerra. Curitiba. Dissertação de mestrado em História – Setor de Ciências humanas da Universidade Federal do Paraná.2020

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil Argentina**: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX), 2011

FLORES, Maria B. **A hermenêutica do vazio**. Fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao oeste de Santa Catarina. Projeto História, São Paulo

FIGLIARESE, Gilmar. **Olhar feminino sobre a colonização do Sudoeste do Paraná**. Revista IN PAUTA–Interdisciplinaridade e Pensamento Científico. Faculdade de Pato Branco/FADEP

FREITAS, Sonia. In: THOMPSON, Paul. **A Voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HEINEN, Luiz. **Colonização e desenvolvimento do oeste de Santa Catarina: aspectos sócio-político-econômicos e religiosos**. Joaçaba. Editora Unoesc, 1997.

MACHADO, Paulo P. Guerra do Contestado. Os reflexos cem anos depois. Entrevista especial com Paulo Pinheiro Machado. **Revista IHU-Online**.2012. Disponível em: Guerra do Contestado. Os reflexos cem anos depois. Entrevista especial com Paulo Pinheiro Machado - Instituto Humanitas Unisinos - IHU

MAIA, Luna M. “**Com o poder de Deus nas mãos**”: concepções das parteiras acerca da vivência do parto numa perspectiva da espiritualidade. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013

MALUF, Marina. MOTT, Maria L. Recônditos do mundo feminino. In: **História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do rádio**. Companhia das letras, São Paulo, 1998. P.374

NODARI, Eunice. **Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Editora da UFSC. Florianópolis, 2011

PAIVA, Daniela A. M. **Olhares femininos sobre a memória da luta pela terra no extremo oeste do Paraná**. 2020

PEDRO, Joana M. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Práticas da memória feminina**. Revista Traverses, n.40, Paris.

PINSKY, Carla B. **Nova História das mulheres no Brasil**. Florianópolis: Contexto, 2013.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**. São Paulo, 2001

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho; algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, 1997

POLI, Jaci. Caboclo: Pioneirismo e marginalização. In: **CEOM**. Para uma história do oeste catarinense: 10 anos de Ceom. Chapecó: Unoesc, 1995.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

RENK, Arlene. A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros. **Cadernos do CEOM** - Ano 19, n. 23.

RENK, Arlene. A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina – uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. **Cadernos do CEOM**. Território, migração e diversidade. Chapecó (SC), v. 31, n. 49, p. 10-22 Dez/2018.

RENK, Arlene. Mulheres camponesas: experiências de geração. In: História das mulheres em Santa Catarina. Argos e Letras contemporâneas: Chapecó, 2001

RODRIGUES, Rogério R. Guerra do Contestado. **Atlas histórico do Brasil**. Fundação Gétúlio Vargas, 2012. Disponível em: Guerra do Contestado | Atlas Histórico do Brasil - FGV

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.

SANTOS, Aline. **Trajetórias de mulheres agricultoras que se tornaram lideranças políticas**: resistências e conquistas. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná). Pato Branco, 2019.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte: Companhia das letras, 2007. p.16

SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. **HISTÓRIA ORAL**, 4, 2001

SHARPE, Jim. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992

SILVA, Eduarda. **Partejar e narrar**: O ofício de parteira ao sul do Rio Grande do Sul (1960-1990). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pelotas, pelotas, 2017.

SCOTT, Joan. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992

SIGNORI. **As mulheres no processo de colonização do oeste catarinense**: invisibilidade e resistência (1920/1960). Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2018

SILVA, Janine Gomes da. **Tensões, trabalho e sociabilidades**: histórias de mulheres em Joinville no século XIX. Florianópolis, 1997. 194 p. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina

TEDESHI, Losandro A. **As mulheres e a história**: uma introdução teórico metodológica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

THOMPSON, Paul. **A Voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

VICENCI, Renilda. Colonizadora Bertaso e a (des) ocupação no Oeste Catarinense. **Cadernos do CEOM** - Ano 19, n. 25 – Narrativas

VOJNIAK, Fernando. Prefácio – uma breve leitura dos documentos. In: **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Chapecó: Argos, 2005

WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil (Trad. Die Grundlagen der uropäischen Kolonisation in Südbrazil ien. In: PFEIFER;

KOHLHEPP, 1984, p. 33-76). Revista Brasileira de Geografia , 11 (2), p. 159-222, 1949.

WOLFF, Cristina S. Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho. In: BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis, Letras contemporâneas, 1999

ZANCHETT, Aparecida da S. **Cotidiano, memória e história de mulheres ribeirinhas no município de Coxins/MS**.

ZARTH, Paulo. Fronteira Sul: história e historiografia. **In História da Fronteira Sul**. - - Chapecó: Ed. UFFS, 2016.



## 8. FONTES

Alda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Florianópolis, 10/01/2021

Amália. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022

Celoni. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

Clara. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 26/12/2020

Cleonice. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. São José do Cedro, 24/12/2020.

Darci. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 20/07/2022.

Dealmo. Entrevistada concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 05/03/2020

Dulce. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm, Curitiba. 09/02/2023.

Artur. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. 05/03/2020

Helena. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 09/02/2023.

Ida. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 13/02/2023

Marcia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 01/03/2022

Erna. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 18/07/2022

Katia. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 19/07/2022.

Joelma. Entrevistada concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 05/03/2020

Judite. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 18/07/2022.

Léo Carlos. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm, Curitiba, 19/04/2023

Leda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 26/12/2020

Lurdes. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

Maidi. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul 20/07/2022

Marlene. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 01/03/2021.

Marcela. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Guarujá do Sul, 27/12/2020

Melinda. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 30/03/2021

Nestor. Entrevistada concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

Nilva. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Guarujá do Sul, 25/12/2020.

Nolar. Entrevistada concedida a Gabriela C. Grimm. São Miguel do Oeste. 21/07/2022

Rita. Entrevista concedida a Gabriela C. Grimm. Guarujá do Sul, 12/06/2023

Salete. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm, Curitiba. 19/04/2023

Eva. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 30/01/2023

Thereza. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. São Miguel do Oeste, 25/12/2021

Zenaide. Entrevista concedida a Gabriela C Grimm. Curitiba, 23/02/2022